INNS 2675 0899

Administração
Ciências Contábeis
Enfermagem
Fisioterapia
Direito









Volume 4, Número 1, 2025

REVISTA CIENTÍFICA FACX

EDITORIAL

EDITOR-CHEFE
Me. Victor Miranda Leão

CONSELHO EDITORIAL

Esp. Luana Passarelli
Me. Alex Jerônimo
Me. Elen Mayara
Dr. André Pinheiro
Me. Milton Fernandes
Esp. Wania Paula da Costa

Normatização

JOSEFA XAVIER DE PAULA
Bibliotecário – CRB | 1382

Revisão

JOSEFA XAVIER DE PAULA

Diagramação

JOSÉ VIEIRA DA SILVA JUNIOR

Periodicidade
Semestral

Revista Cientifica FACX - **FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DO XINGU E AMAZONIA – FACX**. V.4, N1 (fev. 2025) Altamira- PA.

V. 4
ISSN 2675 0899

1. Estudos Interdisciplinares - Periódicos.

I. FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DO XINGU E AMAZONIA – FACX.

082(05) (CDU) FACX/BT
2025

Índice

PROFESSORES E A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL - COMO A IE TRANSFORMA A PRÁTICA DOCENTE E O AMBIENTE DE APRENDIZADO **1**

RELATO SOBRE PESQUISA NO PROJETO DE EXTENSÃO DA FACX - ESTUDO DE CASO CACAUWAY **13**

A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA APLICAÇÃO DA ESCALA FLACC: AVALIAÇÃO PRECISA DA DOR EM CRIANÇAS NEURODIVERGENTES **23**

SALÁRIO-MATERNIDADE: NATUREZA JURÍDICA, REQUISITOS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO **38**

POTÊNCIAS MEDICINAIS DA ARNICA-DO-CAMPO **30**

ATIVIDADE EXPERIMENTAL SOBRE A AÇÃO DE MICRORGANISMOS NA DECOMPOSIÇÃO DO TECIDO ANIMAL: RELATO DE EXPERIENCIA **26**

EDUCAÇÃO EMOCIONAL NA INFÂNCIA: IMPLICAÇÕES NA/DA ESCOLA **47**

Índice

DESAFIOS NO AVANÇO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES (PICS) EM SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA **87**

A PERSONALIDADE HUMANA PARA ALÉM DA CAPACIDADE CIVIL: DIREITO, FILOSOFIA E LITERATURA NA CONSTRUÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA A PARTIR DA POESIA **76**

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOMÉSTICA NO CURSO DE CONTABILIDADE: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA **99**

A RELEVÂNCIA DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA ADMINISTRADORES NA GESTÃO DE EQUIPES **115**

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL: UMA COMPARAÇÃO COM O MODELO NORTE AMERICANO **132**

ÉTICA NA ESCOLHA DO REGIME TRIBUTÁRIO ADEQUADO **150**

O MARKETING DIGITAL NAS MICROEMPRESAS DE VAREJO **175**

Professores e a inteligência emocional - como a IE transforma a prática docente e o ambiente de aprendizado

Teachers and Emotional Intelligence – How EI Transforms Teaching Practice and the Learning Environment

DOI: 10.29327/2385111.4.1-1

Alex de Souza Jerônimo[1]
André Pinheiro de Almeida[2]
Claudio da Conceição Alvarenga Souza[3]
Diego Renato Barbosa da Silva[4]
Elen Mayara Bezerra de Carvalho[5]
Eliane Quixabeira[6]
Victor Miranda Leão[7]
Wagner Wesley Lima da Costa[8]
Wania Paula Costa[9]
Milton Fernandes De Almeida Junior[10]

[1]Graduada em Administração, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Xingu e Amazônia – FACX. [2]Doutor em Biologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. [3]MBA em GESTÃO EMPRESARIAL e de NOVOS NEGÓCIOS, Centro Universitário Vila Velha. [4]Professor do Curso de Direito, FACX. [5] Mestrado em Educação e Cultura, Universidade Federal do Pará - UFPA. [6] MBA em MBA executivo em estratégias empresariais pela Uniao Educacional de Cascavel - UNIVEL LTDA. [7]Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará – UFPA.[8]Bacharel em Direito, Universidade da Amazônia de Santarém – UFOPA. [9]Especialista em Psicologia do Trânsito pela FAVENI-FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE. [10]Mestrado em Gestão de Serviços, Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Resumo: A inteligência emocional (IE) tem ganhado destaque como uma competência essencial no contexto educacional, influenciando diretamente a qualidade do ensino e o desenvolvimento integral de professores e alunos. Este artigo explora os principais aspectos da IE aplicados à prática docente, destacando sua relevância para o relacionamento professor-aluno, o sucesso acadêmico e emocional dos estudantes e a formação de cidadãos mais conscientes e resilientes. Além disso, são discutidas estratégias eficazes para o desenvolvimento da IE entre educadores, como programas de capacitação, práticas de mindfulness e comunidades de prática. A partir de uma análise fundamentada em referências teóricas, demonstra-se como professores emocionalmente inteligentes podem transformar o ambiente escolar, promovendo aprendizado significativo, redução de conflitos e maior engajamento dos alunos. Conclui-se que integrar a IE à formação docente e às políticas educacionais é essencial para enfrentar os desafios contemporâneos da educação e construir uma sociedade mais humanizada e equilibrada.

Palavras-chave: Inteligência Emocional; Educação; Relacionamento Professor-Aluno; Estratégias Educacionais; Desenvolvimento Socioemocional.

Abstract: Emotional intelligence (EI) has gained prominence as an essential competency in the educational context, directly influencing the quality of teaching and the holistic development of both teachers and students. This article explores the main aspects of EI applied to teaching practice, highlighting its relevance to teacher-student relationships, students' academic and emotional success, and the formation of more conscious and resilient citizens. Furthermore, effective strategies for developing EI among educators are discussed, such as training programs, mindfulness practices, and communities of practice. Based on an analysis grounded in theoretical references, the article demonstrates how emotionally intelligent teachers can transform the school environment by promoting meaningful learning, reducing conflicts, and increasing student engagement. It concludes that integrating EI into teacher education and educational policies is essential to meet the contemporary challenges of education and to build a more humanized and balanced society.

Keywords: Emotional Intelligence, Education, Teacher-Student Relationship, Educational Strategies. Socioemotional Development.

INTRODUÇÃO

O professor ocupa um papel central na formação de indivíduos e na construção de uma sociedade mais justa e consciente, sendo a inteligência emocional (IE) uma competência indispensável para desempenhar esse papel com êxito. A IE permite que os professores não apenas transmitam conhecimento, mas também inspirem valores e desenvolvam habilidades socioemocionais nos alunos, contribuindo para um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e harmonioso.

Nos anos universitários, a presença de professores emocionalmente inteligentes pode ser o diferencial entre um aluno desmotivado e um futuro profissional em potencial. Essa dinâmica evidencia a relevância da inteligência emocional (IE) em todas as etapas do ensino, reforçando o papel do professor como facilitador de aprendizagem e como fonte de inspiração para o crescimento pessoal e acadêmico. A IE permite criar ambientes de aprendizado mais inclusivos, saudáveis e capazes de preparar crianças e jovens para os desafios de um mundo em constante mudança. Nesse sentido, compreender e fortalecer a IE entre educadores é essencial para enfrentar questões como a desmotivação escolar, o estresse docente e as demandas emocionais de uma sociedade cada vez mais exigente.

A inteligência emocional não apenas contribui para a construção de um ambiente educacional harmonioso, mas também impacta diretamente o desenvolvimento das crianças e jovens em suas habilidades sociais e emocionais. Segundo Goleman (1995), a IE refere-se à capacidade de reconhecer, compreender e gerenciar as próprias emoções, além de influenciar positivamente as emoções dos outros. Complementarmente, Mayer e Salovey (1997) definem a IE como a habilidade de perceber, integrar, compreender e regular emoções para promover crescimento pessoal e social. Professores que dominam essa competência conseguem identificar as necessidades únicas de cada aluno, promovendo um aprendizado significativo que respeita a individualidade e potencializa as habilidades de cada um.

Ademais, é fundamental reconhecer o papel da IE no enfrentamento das pressões e responsabilidades da profissão docente. Em um cenário onde o estresse e a sobrecarga emocional são comuns, a capacidade de gerenciar emoções torna-se essencial para que os professores mantenham sua saúde mental, fortaleçam sua resiliência e sirvam como modelos positivos para seus alunos. Contudo, a mensuração da inteligência emocional apresenta desafios significativos, principalmente devido à dificuldade de padronização de instrumentos que avaliem com precisão as competências emocionais. De acordo com Matthews *et al*. (2002), a avaliação da IE pode ser influenciada por fatores subjetivos e contextuais, o que compromete a validade e a confiabilidade dos resultados. Além disso, Crisan e Copăilă (2015) destacam que a existência de múltiplos

modelos teóricos, como os de habilidade e os mistos, torna o campo mais complexo e diversificado, dificultando uma compreensão uniforme do conceito.

Dessa forma, a integração da inteligência emocional na prática docente emerge como um agente transformador. Ao cultivar uma comunicação empática e respeitosa, o professor não apenas facilita o aprendizado, mas também contribui para o desenvolvimento de cidadãos mais conscientes e preparados para lidar com os desafios da vida. Essa perspectiva reforça a necessidade de incluir a IE como um componente central da formação e do desenvolvimento contínuo dos educadores.

Este artigo justifica-se pela crescente demanda por abordagens educacionais que considerem o papel das emoções no processo de ensino e aprendizagem. Embora amplamente discutida na literatura científica, a aplicação prática da IE na educação ainda enfrenta desafios, como a dificuldade de mensuração e a falta de formação específica para professores. A relevância deste estudo está na sua contribuição para a construção de um campo educacional mais humanizado e eficaz. Professores emocionalmente inteligentes não apenas melhoram o desempenho acadêmico de seus alunos, mas também atuam como agentes transformadores, promovendo uma sociedade mais empática, resiliente e equilibrada. Ao investigar os benefícios da IE e propor estratégias para o seu desenvolvimento, este artigo busca incentivar uma abordagem integrada que auxilie alunos, professores e a comunidade educacional como um todo.

Este artigo tem como objetivo principal analisar como a inteligência emocional (IE) impacta a atuação dos professores na formação de alunos em diferentes níveis educacionais, abrangendo desde a educação básica até o ensino superior. Busca-se compreender como essa competência socioemocional influencia as práticas pedagógicas, contribui para a criação de ambientes de aprendizado mais inclusivos e fortalece o desenvolvimento integral dos estudantes.

DESENVOLVIMENTO

1. Principais Aspectos da Inteligência Emocional Aplicados à Educação

A inteligência emocional (IE) é um conceito multidimensional que abrange competências fundamentais para o manejo eficaz das emoções, tanto em contextos pessoais quanto profissionais. Segundo Goleman (1995), a IE pode ser compreendida por meio de cinco pilares principais: autoconsciência, autorregulação, motivação, empatia e habilidades sociais. Esses elementos são essenciais para que professores desenvolvam práticas pedagógicas que vão além da transmissão de conhecimento, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos.

No âmbito educacional, a autoconsciência destaca-se como uma habilidade crucial. Professores que têm clareza sobre suas emoções e reações são capazes de identificar como essas influenciam seu comportamento e impacto em sala de aula. Por exemplo, a habilidade de reconhecer estados de estresse permite que o docente adote estratégias proativas para evitar que suas emoções negativas afetem a interação com os alunos. Essa autoconsciência também favorece a autorreflexão, ajudando o professor a ajustar suas práticas pedagógicas de acordo com as necessidades do grupo.

A autorregulação, por sua vez, é indispensável para lidar com situações desafiadoras. No dia a dia escolar, conflitos entre alunos, dificuldades de aprendizagem e pressões administrativas são comuns. Professores emocionalmente inteligentes demonstram a capacidade de gerenciar essas situações com calma e equilíbrio, criando um ambiente de aprendizagem mais estável e acolhedor. De acordo com Mayer e Salovey (1997), essa competência envolve não apenas o controle emocional, mas também a habilidade de redirecionar emoções para alcançar objetivos positivos.

A motivação intrínseca é outro aspecto central da IE no contexto educacional. Professores motivados por valores como o desejo de promover o aprendizado e o crescimento dos alunos tendem a criar experiências educacionais mais significativas. Essa característica não apenas influencia o desempenho do professor, mas também inspira os estudantes, fomentando o engajamento e o entusiasmo pela aprendizagem.

A empatia, definida como a capacidade de compreender as emoções e perspectivas dos outros, é um dos pilares mais relevantes no relacionamento professor-aluno. No ambiente escolar, a empatia possibilita que os docentes identifiquem sinais de desmotivação, ansiedade ou dificuldades emocionais nos alunos. Essa sensibilidade permite a construção de estratégias pedagógicas personalizadas, que respeitem as individualidades e promovam um aprendizado mais significativo.

Por fim, as habilidades sociais representam a aplicação prática da IE em interações interpessoais. Professores que dominam essa competência são capazes de comunicar-se de forma eficaz, resolver conflitos com imparcialidade e colaborar com outros profissionais da educação. Essa habilidade também se reflete na capacidade de construir um ambiente inclusivo, onde todos os alunos se sintam valorizados e respeitados.

A aplicação desses aspectos no contexto educacional não apenas contribui para a melhoria do desempenho acadêmico, mas também promove o bem-estar emocional de professores e alunos. Como enfatizam Crisan e Copăilă (2015), a inteligência emocional é um elemento integrador que conecta os processos cognitivos e emocionais, tornando a experiência educacional mais completa e eficaz. Nesse sentido, compreender e aplicar os princípios da IE na prática docente é essencial para enfrentar os desafios contemporâneos da educação.

2. A Influência da Inteligência Emocional no Relacionamento entre Professores e Alunos

O relacionamento entre professores e alunos é uma das bases fundamentais para o sucesso do processo educacional. Nesse contexto, a inteligência emocional (IE) desempenha um papel central, promovendo interações mais empáticas e eficazes, essenciais para o aprendizado significativo. A capacidade de reconhecer e gerenciar emoções, tanto do próprio professor quanto dos alunos, torna o ambiente escolar mais inclusivo, acolhedor e motivador. Baseado nessas premissas a UNESCO lançou em 2003 um relatório contendo a revisão sistemática de ferramentas que devem ser aplicadas as metodologias de ensino (disponível em: www.casel.org) e nas quais destaca a importância dos alunos reconhecerem a sala de aula como um ambiente não apenas seguro, mas favorável ao amplo debate de idéias a fim de promover e incentivar um diálogo saudável entre diferentes pontos de vista

Um dos aspectos mais evidentes da influência da IE no relacionamento professor-aluno é a comunicação empática. Professores emocionalmente inteligentes conseguem captar sinais não verbais, como expressões faciais e posturas corporais, que indicam dificuldades emocionais ou desmotivação por parte dos alunos. Segundo Goleman (1995), a empatia é o alicerce de relações interpessoais saudáveis, permitindo que o professor compreenda as necessidades emocionais dos estudantes e adapte suas abordagens pedagógicas de forma personalizada. Goleman enfatiza que as expressões de sentimentos como dúvidas e inadequação podem ser manifestadas de várias formas por diferentes indivíduos durante uma etapa de aprendizagem. E, portanto, cabe aos profissionais da educação não apenas adaptar sua metodologia de ensino às dificuldades específicas dos seus alunos, mas também a capacidade de identificar esses diferentes sinais, bem como suas idiossincrasias.

Além disso, a IE é fundamental na resolução de conflitos. Situações de desentendimento entre alunos ou entre alunos e professores são comuns no ambiente escolar. Professores que demonstram autorregulação emocional conseguem gerenciar essas situações com imparcialidade e calma, promovendo soluções que priorizem o respeito mútuo. Mayer e Salovey (1997), destacam que a regulação emocional não apenas reduz tensões, mas também modela comportamentos positivos, ensinando aos alunos estratégias de resolução de problemas que podem ser aplicadas ao longo da vida. Como enfatizado por Greenberg *et al* (2003) uma habilidade essencial a ser desenvolvida é o entendimento de que a posição e autoridade não é uma característica sine qua non para a criação de um diálogo construtivo. Trazendo, portanto, a figura do aluno para uma posição de maior relevância na construção do ambiente educacional

Outro impacto significativo da IE está no fortalecimento da confiança e do respeito mútuo na relação professor-aluno. Professores que demonstram compreensão, paciência e valorização das perspectivas dos alunos criam um espaço onde os estudantes se sentem seguros para expressar suas ideias e emoções. Isso, por

sua vez, favorece o engajamento, a motivação e o desenvolvimento de habilidades sociais. Estudos de Crisan e Copăilă (2015) mostram que essa dinâmica positiva também contribui para a redução de comportamentos disruptivos em sala de aula, pois os alunos percebem o ambiente como um espaço de apoio e acolhimento.

Ademais, a IE ajuda os professores a equilibrarem a autoridade e a empatia, elementos essenciais para manter a disciplina sem comprometer a relação interpessoal. Um exemplo disso é a aplicação de feedback construtivo. Professores emocionalmente inteligentes utilizam o feedback não apenas como uma ferramenta para correção, mas também como uma oportunidade para incentivar e valorizar o esforço dos alunos, reforçando sua autoconfiança. Mas também demonstrando de forma clara que o aluno possui capacidade para modelar o seu espaço de aprendizagem, capacidade essa que poderá ser aplicada em diversas outras esferas de sua vida.

O impacto da IE no relacionamento professor-aluno transcende o ambiente escolar. Ao vivenciarem relações pautadas pela empatia e compreensão, os alunos desenvolvem habilidades interpessoais que refletem em suas interações sociais e futuras relações profissionais. Nesse sentido, o papel do professor emocionalmente inteligente vai além de facilitar o aprendizado acadêmico, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e resilientes.

3 . Estratégias para o Desenvolvimento da Inteligência Emocional entre Educadores

O desenvolvimento da inteligência emocional (IE) entre educadores é um aspecto essencial para aprimorar a qualidade do ensino e criar ambientes escolares mais acolhedores e eficazes. Estratégias bem estruturadas podem capacitar professores a gerenciar suas próprias emoções, compreender as dos outros e aplicar esses conhecimentos na prática pedagógica. Para isso, é necessário combinar abordagens teóricas e práticas que contemplem a formação inicial e continuada dos docentes.

Uma das principais estratégias para desenvolver a IE é a inclusão de programas de capacitação específicos. Esses programas podem abordar desde os fundamentos teóricos da IE, como proposto por Mayer e Salovey (1997), até atividades práticas que incentivem a autorreflexão e o aprimoramento de habilidades interpessoais. Workshops e treinamentos focados em empatia, comunicação assertiva e gestão de conflitos têm se mostrado eficazes para ajudar os professores a lidarem com situações desafiadoras em sala de aula.

Outra abordagem promissora é a prática de mindfulness, que tem ganhado destaque como uma ferramenta para aumentar a autorregulação emocional e reduzir os níveis de estresse entre educadores. Segundo Kabat-Zinn (1990), mindfulness consiste em prestar atenção plena ao momento presente de maneira intencional e sem julgamentos. Estudos mostram que programas baseados em mindfulness, como o Mindfulness-Based Stress Reduction (MBSR), ajudam os professores a melhorarem sua saúde mental,

fortalecer sua resiliência e, consequentemente, desenvolver competências emocionais mais robustas (Roeser *et al*., 2013).

O apoio institucional também desempenha um papel crucial no desenvolvimento da IE dos educadores. Escolas e universidades podem promover espaços de diálogo e troca de experiências entre professores, criando uma cultura organizacional que valorize o bem-estar emocional. De acordo com Schonert-Reichl e Hymel (2007), a criação de comunidades de prática entre educadores pode fomentar a colaboração e o aprendizado mútuo, permitindo que os professores compartilhem desafios e soluções relacionados à gestão emocional no ambiente escolar.

Além disso, a utilização de feedback construtivo é uma estratégia eficaz para promover a IE. O feedback, quando realizado em um ambiente de apoio e confiança, ajuda os professores a identificarem suas forças e áreas de melhoria, incentivando o autoconhecimento e a busca por desenvolvimento contínuo. Segundo Zerbini e Abbad (2010), a aplicação de avaliações regulares com foco em competências socioemocionais pode contribuir para que os educadores alinhem suas práticas pedagógicas às necessidades emocionais dos alunos.

Por fim, é importante destacar que o desenvolvimento da IE não deve ser tratado como um processo isolado, mas sim como parte integrante da formação contínua dos educadores. A combinação de estratégias individuais e coletivas, aliada ao suporte institucional, cria condições favoráveis para que os professores se tornem modelos positivos de inteligência emocional, influenciando não apenas o desempenho acadêmico dos alunos, mas também suas habilidades socioemocionais.

4. A Relevância da Inteligência Emocional para o Sucesso Acadêmico e Emocional dos Alunos

A Inteligência Emocional (IE) desempenha um papel essencial no sucesso acadêmico e emocional dos alunos. Trata-se da capacidade de identificar, compreender, regular e expressar emoções de maneira saudável, além de entender as emoções dos outros. Daniel Goleman, um dos maiores estudiosos do tema, argumenta que a IE é tão importante quanto o QI para o sucesso na vida, incluindo o desempenho escolar.

No cenário atual a Inteligência Emocional (IA) e sua relevância no sucesso acadêmico e emocional dos estudantes tem sido cada vez mais reconhecida tanto por psicólogos, educadores como também por pesquisadores.

No contexto educacional a aprendizagem dos alunos, bem como as relações interpessoais e bem-estar emocional dos mesmos estão diretamente ligados ao nível de controle emocional pois, a pressão por desempenhos acadêmicos de alto nível e expectativas familiares acabam gerando graus elevados de estresse que prejudicam sua capacidade de aprender e se concentrar.

A inteligência emocional (IE) exerce uma influência significativa no desempenho acadêmico e no bem-estar emocional dos alunos, atuando como um fator essencial para a formação integral e para o enfrentamento dos desafios da vida escolar. Professores emocionalmente inteligentes desempenham um papel fundamental nesse processo, pois criam um ambiente educacional que promove não apenas a aprendizagem cognitiva, mas também o desenvolvimento das competências socioemocionais dos estudantes.

Pesquisas de Goleman (1995), indicam que a IE contribui diretamente para a capacidade dos alunos de se autorregularem emocionalmente, fator determinante para a superação de desafios e a manutenção do foco em objetivos de longo prazo. Por exemplo, alunos que desenvolvem autoconsciência e autorregulação emocional apresentam maior capacidade de lidar com fracassos e adversidades, mantendo-se motivados a melhorar seu desempenho acadêmico. Essas habilidades também promovem maior resiliência, uma competência essencial em um mundo marcado por constantes mudanças e pressões.

Além disso, a IE é crucial para o desenvolvimento de habilidades interpessoais, como a empatia e a colaboração, que são amplamente valorizadas em contextos acadêmicos e sociais. Mayer e Salovey (1997), destacam que a capacidade de compreender e responder às emoções dos outros facilita a construção de relacionamentos saudáveis e de apoio mútuo entre colegas. Alunos que desenvolvem essas competências tendem a participar mais ativamente de dinâmicas de grupo, projetos colaborativos e atividades extracurriculares, ampliando suas experiências de aprendizado.

O impacto da IE também se reflete na redução de problemas comportamentais e emocionais. Segundo Schonert-Reichl e Hymel (2007), programas de aprendizagem socioemocional que integram habilidades de IE nas práticas escolares resultam em menores índices de bullying, agressividade e ansiedade, criando um ambiente mais seguro e acolhedor para todos. Esses benefícios emocionais, por sua vez, influenciam positivamente o desempenho acadêmico, pois alunos emocionalmente equilibrados estão mais preparados para se concentrarem em tarefas cognitivas e explorarem seu potencial pleno.

Outro ponto relevante é o papel da IE no fortalecimento da motivação intrínseca dos alunos. Professores que utilizam estratégias como feedback construtivo e comunicação empática incentivam os estudantes a se engajarem ativamente no processo de aprendizagem. Esses docentes não apenas reconhecem os esforços e avanços dos alunos, mas também ajudam a cultivar um senso de propósito e pertencimento na comunidade escolar.

A relevância da IE transcende o ambiente educacional, preparando os alunos para os desafios futuros, tanto no mercado de trabalho quanto na vida pessoal. Habilidades como comunicação eficaz, resolução de conflitos e adaptabilidade são amplamente demandadas em contextos profissionais e sociais, tornando a IE uma competência indispensável para o sucesso ao longo da vida

Impacto da IE no Sucesso Acadêmico

Regulação Emocional e Foco nos Estudos: Estudantes com alta IE conseguem lidar melhor com situações de estresse, como provas e apresentações. Um aluno que sente ansiedade antes de um exame, por exemplo, pode usar técnicas de respiração e pensamento positivo, evitando que o nervosismo prejudique seu desempenho. Goleman (1995, p. 78) afirma que "as emoções podem facilitar ou dificultar a aprendizagem; a capacidade de gerenciá-las afeta o foco e o rendimento".

Motivação Interna: A IE também ajuda os alunos a manterem-se motivados, mesmo diante de desafios. Aqueles que desenvolvem autoconsciência reconhecem suas conquistas e utilizam os fracassos como oportunidades de aprendizado, em vez de se desanimarem.

Habilidades Sociais para o Trabalho em Equipe: A IE facilita o desenvolvimento de relações saudáveis entre colegas em projetos e atividades colaborativas. Por exemplo, um aluno que percebe um colega frustrado durante um trabalho em grupo pode oferecer apoio, promovendo um ambiente mais produtivo e harmônico.

Impacto da IE no Sucesso Emocional

Resiliência: Alunos com alta IE demonstram maior resiliência ao enfrentar mudanças e desafios. Por exemplo, ao lidar com conflitos familiares ou a perda de um ente querido, conseguem buscar apoio emocional e superar as adversidades de maneira equilibrada.

Empatia e Relacionamentos Saudáveis: A empatia, uma dimensão central da IE, contribui para a formação de relações saudáveis dentro e fora da escola. Estudos de Mayer e Salovey (1997) destacam que a capacidade de compreender as emoções dos outros promove interações mais harmoniosas, fundamentais para o bem-estar emocional.

Exemplos Práticos da IE no Contexto Escolar

Programa RULER: Desenvolvido pela Universidade de Yale, ensina IE nas escolas por meio de diários emocionais e atividades de autoconsciência. Estudos mostram que alunos que participam do programa apresentam melhores resultados acadêmicos e menos problemas comportamentais.

Gestão de Conflitos em Sala de Aula: Professores que promovem a IE transformam desentendimentos entre alunos em oportunidades de aprendizado, incentivando o diálogo e a resolução de problemas com respeito e empatia.

Benefícios da IE no Ambiente Escolar e na Vida

O impacto da IE transcende o ambiente escolar. Além de reduzir problemas comportamentais e emocionais, como bullying e ansiedade. Segundo Schonert-Reichl e Hymel (2007), a IE prepara os alunos para desafios futuros, tanto no mercado de trabalho quanto na vida pessoal. Habilidades como comunicação eficaz, resolução de conflitos e adaptabilidade são amplamente valorizadas em contextos profissionais e sociais, tornando a IE uma competência indispensável para o sucesso ao longo da vida.

No ambiente escolar, a prática da IE contribui para a criação de um clima mais acolhedor e colaborativo, promovendo relações saudáveis entre alunos, professores e equipes pedagógicas. Ela também estimula a empatia, a autorregulação e a capacidade de lidar com frustrações, competências essenciais para um desempenho acadêmico positivo e uma convivência harmoniosa. Na vida pessoal, a IE permite o desenvolvimento de relações interpessoais mais equilibradas e satisfatórias, favorecendo o bem-estar emocional e uma maior resiliência diante das adversidades. A capacidade de compreender e gerenciar as próprias emoções, bem como reconhecer e respeitar as emoções dos outros, é um pilar fundamental para a construção de uma vida mais feliz e significativa. A implementação de programas que desenvolvam a IE desde a infância tem um impacto duradouro, promovendo indivíduos mais conscientes, éticos e preparados para contribuir positivamente com a sociedade.

Dessa forma, demonstrar a relevância da inteligência emocional no contexto educacional reforça a necessidade de políticas e práticas que integrem a IE ao currículo escolar. Ao priorizar o desenvolvimento socioemocional dos alunos, a educação se torna uma ferramenta poderosa para formar indivíduos resilientes, conscientes e preparados para contribuir positivamente para a sociedade. Goleman (1995, p. 13) destaca que "as escolas que valorizam a inteligência emocional oferecem aos alunos ferramentas que os preparam não apenas para os estudos, mas para a vida."

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inteligência emocional (IE) é uma competência essencial no contexto educacional, influenciando diretamente a qualidade das interações entre professores e alunos, o desempenho acadêmico e o bem-estar emocional de todos os envolvidos. Ao longo deste artigo, foram explorados os principais aspectos da IE aplicados à educação, sua influência no relacionamento entre professores e alunos, as estratégias para desenvolvê-la entre os educadores e sua relevância para o sucesso acadêmico e emocional dos estudantes.

A discussão mostrou que a IE, conforme definida por Goleman (1995), Mayer e Salovey (1997), vai além de um conceito teórico, representando um conjunto de habilidades práticas que podem ser desenvolvidas e aplicadas para transformar o ambiente educacional. Professores emocionalmente inteligentes são capazes de reconhecer suas próprias emoções, compreender as dos alunos e aplicar essas competências para criar um

ambiente de aprendizado mais inclusivo e eficaz. Essas práticas não apenas contribuem para melhorar o desempenho acadêmico, mas também para formar indivíduos mais resilientes e conscientes.

Além disso, estratégias como programas de capacitação, mindfulness e comunidades de prática têm se mostrado eficazes para o desenvolvimento da IE entre educadores, conforme apontado por Roeser *et al.* (2013) e Schonert-Reichl e Hymel (2007). Essas iniciativas permitem que os professores aprimorem sua capacidade de autorregulação emocional, fortaleçam suas habilidades interpessoais e gerenciem de maneira mais equilibrada os desafios do dia a dia escolar.

A relevância da IE também foi demonstrada na promoção de relações mais saudáveis entre professores e alunos. Estudos como os de Schonert-Reichl e Hymel (2007) indicam que práticas fundamentadas na IE reduzem comportamentos problemáticos, como agressividade e ansiedade, ao mesmo tempo que aumentam a empatia, o engajamento e a motivação dos estudantes. Esses efeitos positivos refletem-se tanto no ambiente escolar quanto na formação de habilidades interpessoais que os alunos levarão para a vida.

Dessa forma, investir no desenvolvimento da inteligência emocional dos professores e integrar práticas socioemocionais ao currículo educacional não é apenas uma recomendação, mas uma necessidade no cenário contemporâneo. A educação, como ferramenta de transformação social, deve priorizar não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também as competências emocionais que capacitam alunos e professores a enfrentarem os desafios de uma sociedade em constante mudança.

Ao reconhecer a IE como um elemento central para o sucesso educacional, escolas e políticas públicas podem criar ambientes mais humanizados e equitativos, promovendo uma educação que forma não apenas bons alunos, mas também cidadãos conscientes e preparados para contribuir positivamente para a sociedade. Como salientam Schonert-Reichl e Hymel (2007), a integração da IE na educação pode ser o diferencial para transformar o sistema educacional em um verdadeiro catalisador de desenvolvimento humano e social.

REFERÊNCIAS

CRISAN, C., & COPĂILĂ, M. A.. **Emotional intelligence: Conceptual frameworks and measurement challenges.** Journal of Educational Sciences & Psychology, (2015) 5(1), 15-24.

GOLEMAN, D. **Inteligência emocional: A teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente.** Editora Objetiva, 1995.

KABAT-ZINN, J. **Full catastrophe living: Using the wisdom of your body and mind to face stress, pain, and illness.** Dell Publishing, 1990.

MAYER, J. D., & SALOVEY, P**.. What is emotional intelligence? In P. Salovey & D. Sluyter (Eds.), Emotional development and emotional intelligence: Educational implications (pp. 3–34).** Basic Books, 1997.

ROESER, R. W., SKINNER, E., BEERS, J., & JENNINGS, P. A. **Mindfulness training and teachers' professional development: An emerging area of research and practice.** Child Development Perspectives, 2013.

SCHONERT-REICHL, K. A., & HYMEL, S. **Educating the heart as well as the mind: Social and emotional learning for school and life success.** Canadian Education Association Journal, 2007.

ZERBINI, T., & ABBAD, G. **Inteligência emocional e sua relação com o desempenho em treinamento**. Revista de Administração Contemporânea, 2010.

Relato sobre pesquisa no projeto de extensão da FACX - Estudo de Caso Cacauway

Report on research in the facx extension project - cacauway case study

DOI: 10.29327/2385111.4.1-2

Débora Cristina Batista Da Silva[1]
Felipe Martins Lopes[1]
Janice Antônia Da Luz Silva[1]
Larici Michely de Castro Souza[1]
Nivana Damascena Ribeiro[1]
Alex Souza Jerônimo[2]
André Pinheiro de Almeida[3]
Milton Fernandes De Almeida Junior[4]
Luana Karoline[5]
Anaile Fernanda Salomão Baima do Lago [6]

[1]Graduação em Administração, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Xingu e Amazônia – FACX. [2]Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Grande Dourados – UFGD. direcaorp@facx.edu.br. [3]Doutor em Biologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. [4]Mestre em Gestão de Serviços, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Portugal. [5]Coodenadora do curso de Ciências Contábeis, FACX. [5]Graduação em Psicologia, Universidade Ceuma.

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa realizada junto à cooperativa Cacauway, sediada em Medicilândia (PA), com o propósito de compreender os principais desafios enfrentados por essa organização em sua estrutura administrativa, operacional e tributária. A Cacauway se destaca pela produção de chocolates de alta qualidade a partir do cacau amazônico e por sua atuação baseada nos princípios do cooperativismo. No entanto, enfrenta obstáculos como a falta de suporte técnico qualificado, alta carga tributária, ausência de apoio governamental e dificuldades relacionadas à sucessão e capacitação de seus cooperados. A pesquisa foi conduzida por meio de entrevistas com a gestão e observações diretas das rotinas internas. Com base nessa análise, foram elaboradas propostas estratégicas que envolvem manutenção preventiva de máquinas, reestruturação tributária, formação continuada dos membros, incentivo à renovação de lideranças e preparação para a exportação. Os resultados apontam que investir em boas práticas de gestão e fortalecer a governança cooperativa são caminhos fundamentais para garantir a sustentabilidade financeira e ampliar o impacto positivo da Cacauway na região.

Palavras-chave: Cooperativismo. Cacauway. Gestão administrativa. Sustentabilidade. Desenvolvimento local.

Abstract: This study presents the findings of a field research conducted at the Cacauway cooperative, located in Medicilândia (PA), with the aim of understanding the main challenges faced by the organization in its administrative, operational, and tax structures. Cacauway stands out for producing high-quality chocolate from Amazonian cocoa and for operating according to cooperative principles. However, it faces significant hurdles, including the lack of qualified technical support, a heavy tax burden, limited government assistance, and difficulties in succession planning and member training. The research was carried out through interviews with managers and direct observation of internal processes. Based on the collected data, strategic proposals were developed, such as preventive maintenance programs, tax planning, ongoing member training, leadership rotation, and groundwork for future exportation. The study concludes that investing in effective management practices and strengthening cooperative governance are essential steps to ensure financial sustainability and expand Cacauway's positive influence in the region.

Keywords: Cooperativism. Cacauway. Administrative management. Sustainability. Local development.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido na cooperativa Cacauway, localizada às margens da Rodovia Transamazônica, no município de Medicilândia, estado do Pará. A Cacauway é reconhecida pela qualidade e sustentabilidade na produção de chocolates, tendo como principal foco a fabricação a partir do cacau cultivado na região. Diferentemente de empresas tradicionais, a cooperativa baseia-se em princípios de cooperação, nos

quais todos os membros — denominados cooperados — participam ativamente das decisões e dos resultados. Essa estrutura organizacional confere à Cacauway um papel relevante na economia local, ao transformar um insumo agrícola em produtos de alto valor agregado. No entanto, apesar de seu destaque e potencial de expansão, a cooperativa enfrenta desafios que comprometem sua eficiência operacional e limitam sua competitividade no mercado.

As cooperativas são organizações formadas por pessoas que se associam voluntariamente com o objetivo de atender a necessidades e interesses econômicos, sociais e culturais comuns. Elas funcionam com base na autogestão e nos princípios do cooperativismo, como adesão livre, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia, educação cooperativista, intercooperação e interesse pela comunidade. A principal diferença entre cooperativas e empresas tradicionais está na gestão e na propriedade: enquanto na cooperativa os membros são os proprietários e as decisões são tomadas coletivamente, em empresas convencionais a propriedade costuma ser concentrada em acionistas, cuja influência está diretamente relacionada ao capital investido.

O objetivo central da cooperativa é garantir que os cooperados participem das decisões, buscando benefícios coletivos. Já nas empresas tradicionais, a prioridade é a maximização dos lucros para os investidores. Quanto à distribuição de resultados, nas cooperativas os excedentes financeiros (sobras) são partilhados entre os cooperados ou reinvestidos na própria organização. Em contrapartida, nas empresas tradicionais, o lucro é distribuído proporcionalmente entre os acionistas.

Outro ponto de distinção é a gestão: nas cooperativas, as decisões são tomadas democraticamente em assembleias; nas empresas, predominam estruturas hierárquicas e decisões centralizadas pelos gestores. Além disso, nas cooperativas os cooperados não possuem vínculo empregatício formal, pois são considerados sócios do negócio, enquanto nas empresas há uma relação trabalhista regida pela legislação vigente (CLT).

Fundada em 2007, a Coopatrans iniciou suas operações industriais com o lançamento da marca Cacauway em 2010. A criação da marca representou uma mudança estratégica significativa, convertendo a cooperativa de simples fornecedora de matéria-prima em uma indústria de chocolates com forte apelo mercadológico. Desde então, a organização consolidou-se no mercado regional, firmando parcerias com povos indígenas e concorrendo com outras quatro empresas do setor. Atualmente, com 14 anos de história, a Cacauway é reconhecida como a primeira fábrica de chocolates da Amazônia, integrando a verticalização da cadeia do cacau e promovendo o desenvolvimento socioeconômico da região da Transamazônica.

A cooperativa conta com cerca de 40 cooperados e 12 colaboradores contratados, cuja atuação tem sido fundamental para o crescimento da marca, que já participou de importantes eventos como o Festival do Chocolat Xingu, realizado entre 13 e 16 de junho de 2024, e o Salão de Paris, em 2021, onde a produtora Rita Aguiar representou a indústria.

Sob a presidência de Ademir Venturin, a cooperativa vem se destacando com um portfólio diversificado de mais de 20 produtos, incluindo bombons com recheios variados, achocolatados, geleias e

licores. A produção anual de cacau em Medicilândia gira em torno de 35 mil toneladas, o que posiciona o município como o maior produtor mundial do fruto. O diferencial da marca Cacauway está no compromisso com a sustentabilidade: adota práticas agrícolas que respeitam a biodiversidade amazônica e fomenta parcerias justas com produtores locais.

Os produtos da Cacauway são reconhecidos por sua qualidade premium, destacando-se no mercado gourmet com foco em saúde e bem-estar. Muitos itens comercializados possuem alta concentração de cacau, são livres de gorduras artificiais e oferecem benefícios nutricionais relevantes. Esses atributos conferem ao empreendimento um enorme potencial de expansão, inclusive com perspectivas promissoras de exportação.

Segundo AMARAL (2022), o cacau, por ser uma cultura perene, é cultivado principalmente em Sistemas Agroflorestais (SAFs) e em áreas de capoeira ou florestas parcialmente manejadas. Essa prática contribuiu para a redução drástica do uso do fogo no preparo do solo, promovendo um modelo de produção mais sustentável.

Além de sua relevância socioeconômica, o cultivo do cacau também apresenta importância ambiental significativa. Os sistemas agroflorestais adotados são caracterizados por cultivos sombreados e diversidade de espécies florestais nos arranjos produtivos, contribuindo para a conservação da biodiversidade e a redução de impactos ambientais na região.

Diante desse contexto, o objetivo deste artigo é identificar e analisar os principais desafios enfrentados pela cooperativa, propondo soluções práticas e teóricas para superá-los. A metodologia baseia-se na análise de dados obtidos por meio de entrevista com o gestor da organização e da observação das operações internas. A partir dessa abordagem, pretende-se contribuir com estratégias que fortaleçam a gestão, ampliem a capacidade produtiva e elevem a competitividade da cooperativa no mercado. Trabalha-se com a hipótese de que a organização ainda não aplica integralmente as boas práticas de gestão recomendadas por autores reconhecidos na área. Além disso, ao longo do texto, serão detalhadas as diferenças entre a estrutura de uma cooperativa e a de uma empresa tradicional, contextualizando os impactos desses modelos na prática organizacional.

PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS DE COOPERATIVAS

A adoção de boas práticas empresariais é fundamental para promover a sustentabilidade, a eficiência e o sucesso de longo prazo nas organizações. A seguir, apresentam-se as principais abordagens e referências teóricas relacionadas a esse tema, com foco especial em sua aplicação no contexto cooperativista.

A governança corporativa é uma prática essencial para assegurar que uma organização seja gerida com transparência, responsabilidade e ética. Ela envolve a estrutura de poder da empresa e as relações entre acionistas, conselho de administração, diretores e demais stakeholders. Segundo Fama (1980), a governança

é fundamental para alinhar os interesses dos gestores com os dos acionistas. No contexto das cooperativas, sua aplicação inclui: estruturas de controle, com conselhos administrativos eficazes que acompanham as decisões da diretoria; transparência na gestão, com prestação de contas regular aos cooperados sobre investimentos e resultados; mecanismos de incentivo, que premiam boas práticas e punem condutas inadequadas.

Além disso, as boas práticas empresariais demandam um compromisso com valores éticos que norteiem todas as ações e decisões da organização. Isso envolve a responsabilidade social e ambiental, bem como o cumprimento das legislações vigentes. Carroll (1991) propôs um modelo de responsabilidade social corporativa dividido em quatro dimensões: econômica: garantir a sustentabilidade financeira da cooperativa; legal: cumprir integralmente as normas e regulamentações do setor; ética: atuar com transparência e respeito aos valores institucionais; filantrópica: contribuir para o desenvolvimento das comunidades onde a cooperativa está inserida.

Outro pilar essencial é a gestão financeira eficiente, que requer controle de custos, maximização de receitas e uma estrutura sustentável. Segundo Sharma (2013), a governança financeira influencia diretamente as decisões estratégicas da empresa. Para as cooperativas, isso se traduz em: tomadas de decisão mais eficazes, com alocação inteligente dos recursos; gestão de riscos, por meio de mecanismos de controle que evitem fraudes e má administração; equilíbrio financeiro, assegurando que despesas e receitas estejam compatíveis com os objetivos de longo prazo.

A implementação de boas práticas de marketing também é determinante para o crescimento organizacional, especialmente em cooperativas. O foco deve ser na criação de valor, fidelização e satisfação do cliente. De acordo com Kotler (2000), compreender as necessidades e desejos do consumidor é essencial para desenvolver uma proposta de valor relevante.

No contexto cooperativo, isso significa: conhecimento profundo dos cooperados, tratando-os como clientes internos; segmentação e personalização, com estratégias adaptadas ao perfil de cada associado e; fortalecimento da marca, utilizando o marketing para destacar a cooperativa no mercado e atrair novos membros.

Diante do panorama teórico apresentado sobre as boas práticas administrativas aplicadas ao modelo cooperativista, torna-se essencial confrontar esses princípios com a realidade prática da organização estudada. Embora tais diretrizes ofereçam um caminho sólido para o desenvolvimento sustentável e eficiente das cooperativas, sua implementação enfrenta obstáculos diversos no cotidiano das instituições. No caso da Cacauway, é possível identificar uma série de desafios operacionais, gerenciais e estruturais que dificultam a plena aplicação dessas práticas. A seguir, serão analisadas as principais dificuldades enfrentadas pela

cooperativa, com o objetivo de compreender os fatores que limitam seu desempenho e propor estratégias que possam fortalecer sua gestão e ampliar sua competitividade no mercado.

DESAFIOS QUE A EMPRESA ENFRENTA

Atualmente, a cooperativa enfrenta obstáculos que têm dificultado o alcance de seus objetivos. De acordo com o presidente e cooperado Ademir Viturino, um dos principais entraves é a escassez de suporte técnico e serviços de manutenção para as máquinas operacionais no município. Essa limitação provoca longos períodos de paralisação, impactando negativamente a eficiência produtiva e acelerando o desgaste dos equipamentos, o que, por sua vez, aumenta os custos com reparos. Houve ainda a tentativa de estabelecer parcerias com a prefeitura para incluir os produtos da cooperativa na merenda escolar, mas essas iniciativas não obtiveram êxito. A falta de apoio institucional compromete as chances de crescimento e visibilidade da marca, afetando o desenvolvimento econômico tanto da cooperativa quanto da região.

No cenário atual, outra preocupação, é a dificuldade de disseminar os produtos para outras regiões. Foi relatada, no entanto, a ausência de um gestor capacitado que possa ajudar a inserir a empresa no mercado. Tal ausência, limita a capacidade da empresa em desenvolver estratégias eficazes de marketing e distribuição, o que dificulta a expansão da marca e a conquista de novos consumidores.

A necessidade de profissionais qualificados, e a falta de rotatividade na gestão desperta preocupação significativa em relação a sucessão da cooperativa, uma vez que parte dos filhos dos cooperados não demonstram interesse no setor e buscam qualificações em áreas que pouco contribuirão para a indústria.

A ausência de conhecimento técnico, a carência de um profissional qualificado. e a falta de capacitação dificultam a distribuição de tarefas, especialmente nas áreas administrativa e contábeis, resultando em um acúmulo de trabalho e comprometendo o funcionamento da cooperativa. Essa situação mostra que o uso de estratégias de gestão pode atrair e capacitar novos talentos, garantindo a continuidade e o crescimento da Cacauway.

PARTE TRIBUTÁRIA DA COOPERATIVA

Atualmente, a organização está inserida no regime de Lucro Real, o que implica no pagamento de uma carga tributária significativa. Entre os principais impostos, destaca-se o ICMS, com uma alíquota de 19%, e o IPI, que possui uma alíquota de 3,25%, ambos incidentes sobre a comercialização dos produtos. Além disso, a cooperativa é responsável pelo pagamento do PIS e da COFINS, que, por serem não cumulativos, permitem a compensação de créditos, mas ainda assim representam um custo relevante. O IRPJ e a CSLL

também incidem sobre o lucro da empresa, aumentando a complexidade do cumprimento das obrigações fiscais.

No que se refere à tributação sobre a folha de pagamento, a cooperativa arca com uma alíquota de aproximadamente 20%, considerando encargos previdenciários e demais contribuições obrigatórias. Em termos financeiros, os impostos pagos mensalmente representam uma parcela expressiva do faturamento da empresa, podendo atingir um percentual elevado conforme a lucratividade do período. Embora os créditos tributários gerados nas notas fiscais de entrada sejam utilizados para abater os débitos fiscais, eles não são suficientes para reduzir significativamente a carga tributária total, exigindo um planejamento tributário rigoroso para otimizar os custos e manter a sustentabilidade financeira da cooperativa.

ESTRÁTEGIAS PARA MELHORIA DA EMPRESA

É notório o impacto e o potencial que a instituição exerce no crescimento e desenvolvimento da região. Assim, é possível discutir ideias e propostas de ações que podem corrigir ou amenizar os impasses. As estratégias como manutenção preventiva nas máquinas, apoio governamental, a capacitação dos seus no ramo da cooperativa, capacitações e treinamentos adequados para os seus, a falta de um gestor e exportação dos produtos, são recomendadas porque abordam desafios essenciais enfrentados pela Cacauway e contribuem para a sustentabilidade e o crescimento da cooperativa.

MANUTENÇÕES PREVENTIVAS NAS MÁQUINAS

Diante das dificuldades em obter suporte técnico para as máquinas, algumas medidas podem ser adotadas para amenizar os impactos desse problema. A implementação de um programa de manutenção preventiva é uma excelente opção, pois minimiza a necessidade de reparos emergenciais e aumenta a eficiência operacional. Além disso, estabelecer parcerias com instituições de ensino técnico e superior da região pode ser benéfico. Essas colaborações permitiriam oferecer estágios e programas de capacitação, gerando uma força de trabalho local qualificada e disponível para prestar suporte técnico.

Avaliar a possibilidade de investir em tecnologias que possibilitem o monitoramento remoto das máquinas também é uma excelente opção. Essa abordagem facilitaria diagnósticos e suporte técnico à distância, reduzindo a dependência de assistência externa e contribuindo para a continuidade das operações.

APOIO GOVERNAMENTAL

Para enfrentar a dificuldade de apoio governamental, especialmente por parte do município, é essencial conscientizar a comunidade local sobre a importância da cooperativa para a região. Mobilizar os

cooperados e os moradores em um movimento conjunto pode ser uma estratégia eficaz, promovendo a compreensão do papel da empresa na economia local e incentivando a participação ativa da população.

Além disso, é fundamental elaborar projetos bem estruturados para apresentar a órgãos governamentais em busca de apoio. Esses projetos devem ter uma abordagem técnica e, muitas vezes, requer a contratação de profissionais com expertise específica. As propostas podem incluir iniciativas para inclusão em programas de fomento o desenvolvimento regional, ressaltando o impacto positivo da cooperativa na comunidade e na economia local. Ao sensibilizar a população a cooperativa poderá aumentar suas chances de obter o suporte necessário para seu crescimento e fortalecimento. O poder público brasileiro oferece diversos apoios para a produção de cacau, visando fortalecer a cadeia produtiva e promover o desenvolvimento sustentável. Dentre as principais iniciativas, destacam-se: Política nacional de incentivo à produção de cacau de qualidade, programa nacional de apoio ao médio produtor rural (PRONAMP).

A CAPACITAÇÃO DOS SEUS NO RAMO DA COOPERATIVA

As dúvidas e incertezas sobre a sucessão dos negócios são sempre uma grande preocupação, especialmente quando há desinteresse por parte dos filhos. Diante dessa situação, algumas ações podem ser tomadas para despertar o interesse deles no ramo. O planejamento sucessório deve começar cedo e incluir a preparação dos filhos, mesmo que inicialmente não demonstrem interesse. Isso pode envolver programas de desenvolvimento de habilidades, exposição gradual aos negócios e incentivos para explorar diversas áreas da empresa. Muitas vezes, a resistência surge devido à falta de conhecimento sobre o impacto ou as oportunidades oferecidas pela organização.

Em vez de transferir a gestão completa, os pais podem optar por uma solução híbrida, mantendo a propriedade da empresa dentro da família, mas delegando a administração a uma equipe de executivos externos. Nesse modelo, os filhos podem assumir papéis de supervisão ou atuar como conselheiros, sem a responsabilidade direta da operação diária. Além disso, a falta de alinhamento com os valores ou a missão da empresa pode ser uma das razões para o desinteresse. Reavaliar e ajustar esses aspectos pode ajudar a despertar o interesse das futuras gerações. Criar um legado que se alinhe aos interesses e paixões dos filhos pode motivá-los a se envolverem mais ativamente no negócio.

Esse processo envolve reflexão e flexibilidade, buscando formas de tornar a sucessão atrativa para os herdeiros, enquanto preserva o legado e a continuidade da empresa.

CAPACITAÇÕES E TREINAMENTOS ADEQUADOS PARA OS SEUS

Oferecer capacitação, investir na contratação de um especialista da área, e treinamentos adequados, não apenas ajuda a distribuir melhor as responsabilidades, mas também aprimora as habilidades dos membros, permitindo que eles executem suas tarefas com mais eficiência. Isso contribui para a redução da sobrecarga de trabalho, promove o crescimento profissional e fortalece o desempenho coletivo da equipe, além de preparar os cooperados para enfrentar novos desafios com maior competência e confiança.

Para reforçar essa afirmação, Chiavenato caracteriza o treinamento como "processo educacional focado no curto prazo e aplicado de maneira sistemática e organizada através do qual as pessoas aprendem conhecimentos, habilidades e competências em função de objetivos definidos." (CHIAVENATO, 2009, p.389.).

Além disso, a transparência e a comunicação aberta são essenciais. É vital que os membros estejam sempre informados sobre decisões, desafios e o desempenho da cooperativa. Para isso, a realização de reuniões periódicas, o envio de boletins informativos e a manutenção de canais de comunicação abertos para sugestões e feedback são práticas que ajudam a criar um ambiente de confiança.

A FALTA DE ROTATIVIDADE

Outro ponto que pode ser considerado é a rotatividade de poder. Esta, traz uma série de benefícios que contribuem para uma gestão mais eficaz e inclusiva. A democratização da gestão é um dos aspectos mais significativos, permitindo a inclusão de diversos pontos de vista, o que enriquece as decisões com as experiências e ideias de diferentes membros.

Entretanto, tal medida exige do gestor a capacidade de desenvolver pessoas, nesse caso, os próprios cooperados. Nessa perspectiva Maximiano afirma que "a liderança é uma função, papel, tarefa ou responsabilidade que qualquer pessoa exerce, quando é responsável pelo desempenho de um grupo". (MAXIMIANO, 2000, p.344). Dessa forma pode-se afirmar, que tal prática favorece o desenvolvimento de lideranças, proporcionando capacitação contínua. Ao mudar as lideranças com uma certa frequência, a cooperativa facilita o desenvolvimento de novas habilidades e competências entre os cooperados, contribuindo para a formação de futuros líderes.

A resiliência organizacional é outro aspecto que se beneficia da rotatividade. A rotação de liderança diminui a dependência excessiva de uma única pessoa, tornando a cooperativa mais resistente a crises. Com líderes diversificados, a continuidade das operações é assegurada, mesmo em tempos de mudança.

EXPORTAÇÃO DOS PRODUTOS

Outro fator a ser considerado é a exportação. No entanto, a fábrica enfrenta um obstáculo significativo nesse sentido: a falta de capital suficiente para arcar com os investimentos necessários para a certificação de exportação, e possui validade por um tempo muito reduzido. Além disso, existem exigências específicas de alguns países, como os da Europa, que não aceitam produtos oriundos de áreas de desmatamento.

Diante disso, a proposta é concentrar esforços em ganhar mercado nacionalmente, aumentando a receita e o caixa da empresa, com o objetivo de viabilizar futuras exportações. Essa estratégia permitirá que a Cacauway se torne mais competitiva no cenário internacional, ao mesmo tempo em que fortalece sua posição no mercado interno. Implementar essas estratégias pode ajudar a mitigar os desafios enfrentados pela cooperativa.

O comércio internacional contribui para o desenvolvimento econômico, a inovação e a diversificação dos mercados. Sua importância pode ser destacada em vários aspectos como, acesso a novos mercados, diversificação da economia, aumento da competitividade, disponibilidade de produtos e tecnologia, geração de emprego e desenvolvimento, atração de investimentos, estabilidade econômica. O comércio internacional é um motor fundamental para o progresso econômico e social, permitindo que países aproveitem suas vantagens comparativas, aumentem sua produtividade e melhorem a qualidade de vida de suas populações.

CONCLUSÃO

A partir da avaliação dos desafios enfrentados pela Cacauway e das sugestões de ações apresentadas, é possível afirmar que a cooperativa possui um grande potencial comercial. Temos plena confiança nas propostas sugeridas e acreditamos que elas poderão contribuir significativamente para o processo de inovação e reposicionamento da marca no mercado. Ao compreender as queixas e limitações da cooperativa, buscando sempre refletir a realidade da organização, foram desenvolvidas estratégias.

A possibilidade de ocupar posições de liderança eleva a motivação e o engajamento dos membros. Esse rodízio nas funções resulta em uma maior satisfação geral, pois todos sentem que têm oportunidades iguais. A inovação e a criatividade são favorecidas. Pois cada novo líder traz sua própria perspectiva, o que pode resultar em novas ideias e abordagens.

Em resumo, a prática de rotatividade fortalece a cultura cooperativa e valoriza o coletivo. Ela reforça a ideia de que a cooperativa é uma entidade onde todos têm um papel importante, promovendo práticas democráticas e uma cultura de tomada de decisão coletiva.

Um fator chave na busca pelo engajamento dos membros é garantir que eles tenham voz nas decisões importantes. A prática democrática, na qual todos participam ativamente da definição dos rumos da cooperativa, é uma das bases do cooperativismo. Para aumentar ainda mais o engajamento, pode-se criar comitês ou grupos de trabalho específicos que permitam aos cooperados participarem diretamente dos processos decisórios. Essa abordagem fortalece a coesão entre os membros e os torna protagonistas na construção do futuro da cooperativa.

Contabilmente falando, atualmente, o maior desafio enfrentado pela instituição é a questão financeira e a alta competitividade no mercado. Além da Cacauway, existem outras marcas que também apresentam potencial em termos de qualidade e sabor, com produtos livres de conservantes. No entanto, o que torna esses produtos mais caros é, em grande parte, a carga tributária elevada.

Uma alternativa para aliviar a carga tributária seria a criação de projeto de incentivos fiscais. Essa abordagem tem o objetivo de dispensar obrigações de natureza acessória e permitir a concessão de benefícios fiscais, seguindo os requisitos definidos no regulamento do ICMS. Com uma redução na carga tributária, a empresa poderia diminuir seus custos operacionais, aumentando, assim, a lucratividade. As sugestões propostas realmente atendam às necessidades da Cacauway e sejam auxílio na sua trajetória de crescimento e sucesso.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PARÁ. Produtores de cacau de três municípios participam do Salão de Paris. Disponível em: https://encurtador.com.br/2y123 Acesso em 14 de outubro 2024.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos: o capital das organizações**. 9. ed.

revista e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MAXIMIANO, Antônio Cesar A**.** ***Introdução à administração***. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

AMARAL, Karoline efeitos da implantação de lavouras cacaueiras clonais na produção de amêndoas no território da transamazônica e Xingu, estado do Pará, Brasil. **TCC** de pós. Altamira - PA

PORTAL GUARANY JUNIOR. Cacauway lança novidades e se destaca no Festival do Chocolat Xingu. Disponível em: https://encurtador.com.br/DrZAx Acesso em 14 de outubro de 2024.

A atuação da enfermagem na aplicação da escala FLACC: avaliação precisa da dor em crianças neurodivergentes

The Role of Nursing in the Application of the FLACC Scale: Accurate Pain Assessment in Neurodivergent Children

DOI: 10.29327/2385111.4.1-3

Vitoria Manoelly Curioso e Silva[1]
Victor Miranda Leão[2]
Alex de Souza Jeronimo[3]
Amanda Caroline Duarte Ferreira[4]
André Pinheiro de Almeida[5]
Elen Mayara Bezerra de Carvalho[6]
Kamyla Mayara Oliveira de Oliveira[7]
Milton Fernandes De Almeida Junior[8]
Wania Paula da Costa[9]
Renato Augusto Guerra de Queiroz[10]

[1]Graduada em Administração, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Xingu e Amazônia – FACX. [2]Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará – UFPA. [3]Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Grande Dourados – UFGD. direcaorp@facx.edu.br. [4]Doutoranda pelo Núcleo de Doenças Tropicais, Universidade Federal do Pará – UFPA. [5]Doutor em Biologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. [6]Mestrado em Educação e Cultura, Universidade Federal do Pará - UFPA. [7]Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Xingu e Amazônia – FACX .[8]Mestre em Gestão de Serviços, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Portugal. [9]Especialista em Psicologia do Trânsito pela FAVENI-FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE. [10]Mestrado em Educação, Universidad de la Empresa, Uruguai.

Resumo: A avaliação da dor é essencial na assistência à saúde, especialmente em crianças neurodivergentes, que podem ter dificuldades na comunicação verbal e não verbal. A enfermagem desempenha um papel fundamental nesse processo, exigindo sensibilidade, empatia e conhecimento técnico para garantir um atendimento humanizado e eficaz. A Escala FLACC (Face, Legs, Activity, Cry, Consolability) é uma ferramenta amplamente utilizada para avaliar a dor em pacientes não verbais. Criada em 1997, ela observa cinco categorias comportamentais e atribui pontuações que indicam a intensidade da dor. Sua simplicidade e confiabilidade tornam-na ideal para aplicação em pediatria, terapia intensiva e outros contextos clínicos. Em pacientes neurodivergentes, como aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), a expressão da dor pode ser atípica, manifestando-se por meio de isolamento, comportamentos repetitivos ou reações sensoriais exacerbadas. A Escala FLACC permite identificar esses sinais sutis, garantindo uma avaliação precisa e adaptada às necessidades individuais. A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica integrativa, analisando estudos recentes sobre a escala. Os resultados destacam sua eficácia na prática clínica, reforçando a importância da capacitação dos profissionais de enfermagem para sua correta aplicação. Conclui-se que a Escala FLACC é uma ferramenta essencial para a avaliação da dor em crianças neurodivergentes, promovendo um cuidado baseado em evidências e sensível às particularidades desses pacientes. Sua adoção como protocolo de rotina pode melhorar significativamente a qualidade do atendimento, garantindo que o sofrimento seja reconhecido e tratado de forma adequada.

Palavras-chave: Escala FLACC, Neurodivergência, Avaliação da dor.

Abstract: Pain assessment is essential in healthcare, especially for neurodivergent children, who may have difficulties with verbal and non-verbal communication. Nursing plays a fundamental role in this process, requiring sensitivity, empathy, and technical knowledge to ensure humane and effective care. The FLACC Scale (Face, Legs, Activity, Cry, Consolability) is a widely used tool for assessing pain in non-verbal patients. Created in 1997, it observes five behavioral categories and assigns scores indicating pain intensity. Its simplicity and reliability make it ideal for use in pediatrics, intensive care, and other clinical settings. In neurodivergent patients, such as those with Autism Spectrum Disorder (ASD) or Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD), pain expression may be atypical, manifesting through isolation, repetitive behaviors, or heightened sensory reactions. The FLACC Scale helps identify these subtle signs, ensuring an accurate assessment tailored to individual needs. The research was conducted through an integrative literature review, analyzing recent studies on the scale. The results highlight its effectiveness in clinical practice, reinforcing the importance of training nursing professionals for its proper application. It is concluded that the FLACC Scale is an essential tool for pain assessment in neurodivergent children, promoting evidence-based care that is sensitive to the particularities of these patients. Its adoption as a routine protocol can significantly improve the quality of care, ensuring that suffering is recognized and appropriately treated.

Keywords: FLACC Scale, Neurodivergence, Pain assessment.

INTRODUÇÃO

A avaliação da dor é uma dimensão essencial na assistência à saúde, sendo considerada o quinto sinal vital. Entretanto, em determinadas populações, como crianças pequenas, pacientes com comprometimento neurológico, sedados ou em estados críticos, a expressão verbal da dor torna-se comprometida ou ausente (Hjermstad, et al., 2008). Nesse contexto, instrumentos padronizados de avaliação comportamental emergem como estratégias fundamentais para garantir a detecção e o manejo adequado da dor (Silva; Miranda, 2024).

A realização de uma primeira avaliação em pacientes pediátricos representa um desafio significativo, especialmente pela dificuldade que muitas crianças têm em expressar com clareza os sinais e sintomas que estão vivenciando (Melo Santos, et al., 2024). Essa limitação na comunicação compromete a obtenção de informações cruciais, o que pode impactar diretamente a condução do diagnóstico e do plano de cuidados. Nesse contexto, a atuação da enfermagem exige mais do que conhecimento técnico-científico, requer também sensibilidade, empatia e a capacidade de estabelecer vínculos de confiança tanto com a criança quanto com seus familiares, atuando de forma central na triagem, avaliação contínua e implementação de cuidados personalizados, considerando as necessidades físicas, emocionais e sociais do paciente pediátrico.

Um paciente neuro divergente é alguém cujo funcionamento neurológico diverge do que é considerado "típico" ou "neurotípico". Isso significa que o cérebro dessa pessoa processa informações, sente emoções, responde a estímulos ou interage com o mundo de formas diferentes da maioria das pessoas (Ortega, 2008). Dentre os profissionais envolvidos na assistência à saúde das crianças com neuro divergência o enfermeiro se destaca como o primeiro a estabelecer contato, esse que é um importante passo para exercer um atendimento humanizado e eficaz, mantendo uma proximidade significativa com esse paciente. No entanto, a temática dos cuidados de enfermagem voltados para essa questão ainda é pouco difundida no meio científico e na prática do profissional, trazendo falhas no atendimento, principalmente em casos de primeiro contato desses pacientes com ambientes e pessoas desconhecidas.

Pacientes classificados como neuro divergentes podem apresentar maiores desafios na obtenção de informações precisas sobre sinais e sintomas, principalmente devido a dificuldades na comunicação verbal e não verbal (Tarelhos et al., 2010). Essa limitação impacta diretamente na veracidade dos dados coletados durante a avaliação clínica. Além disso, o atendimento a esses pacientes exige uma abordagem personalizada, visto que estratégias convencionais nem sempre são eficazes. Dependendo da condição e do grau da neuro divergência, podem estar presentes alterações como afasia expressiva ou receptiva e quadros de dispraxia, o que reforça a importância de um cuidado adaptado, centrado nas necessidades individuais e baseado em uma escuta sensível e acolhedora (Lima Neto et al., 2024).

A Escala FLACC (Face, Legs, Activity, Cry, Consolability) destaca-se como uma das ferramentas mais utilizadas mundialmente para essa finalidade, proporcionando uma abordagem sistematizada, segura e eficaz para a avaliação da dor em pacientes não verbais (Bussoti; Guinsburg; Pedreira, 2015). Pois traz consigo um novo olhar holístico e profissional sobre esse paciente, já que essa escala é aplicada por meio da inspeção e pontuação, assim como diversas outras escalas mundialmente conhecidas e utilizadas, garantindo uma fácil adaptação já que se baseia em pontos já presentes na rotina profissional.

Diante dos diferentes casos clínicos em que a comunicação verbal não é possível, ou mesmo, dos estados inconscientes, o presente trabalho tem como objetivo descrever a estrutura, os fundamentos teóricos e a aplicabilidade clínica da Escala FLACC, com ênfase em sua relevância na prática da enfermagem e na avaliação da dor em pacientes neuro divergentes ou com limitações de comunicação verbal.

METODOLOGIA

A presente pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa, que tem como objetivo sintetizar e analisar criticamente estudos relevantes sobre Escala de Dor FLACC. Esse método permite a ampliação sobre a compreensão do tema por meio da compilação de diferentes estudos com perspectivas e abordagens particulares presentes na literatura científica.

Os critérios adotados para a seleção dos estudos foram artigos publicados nos últimos 10 anos (visando obter as publicações mais recentes sobre a temática), disponíveis em bases indexadas e escritos em português. Foram excluídos trabalhos com metodologia pouco detalhada, relatos de caso ou estudos sem rigor científico adequado.

A busca foi realizada em bases de dados científicas como PubMed, Scielo, e Google Acadêmico, utilizando descritores específicos: Escala, Dor, Neuro Divergentes, Humanização, Avaliação e Inclusão. Os estudos encontrados foram triados por título e resumo, e os textos completos dos artigos relevantes foram avaliados com foco nos resultados e conclusão, uma vez que se trata dos tópicos diretamente vinculados às temáticas apresentadas.

Os dados obtidos foram organizados em categorias temáticas e discutidos com literatura especializada a fim de criar-se um elo narrativo sobre a temática. Essa abordagem permitiu a construção de uma síntese integrativa sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Definição da Escala FLACC

A Escala FLACC foi desenvolvida em 1997 por Merkel et al. Com o propósito de viabilizar uma avaliação objetiva da dor em pacientes pediátricos e adultos incapazes de verbalizar seus sintomas. O acrônimo FLACC corresponde às iniciais das cinco categorias observacionais: Face (rosto), Legs (pernas), Activity(atividade), Cry (choro) e Consolability (consolabilidade). Cada uma dessas categorias é pontuada de 0 a 2, totalizando uma pontuação máxima de 10 pontos, representando dor intensa. A simplicidade e a aplicabilidade clínica da escala contribuíram para sua ampla aceitação em diversas unidades assistenciais, incluindo unidades de terapia intensiva, pediatria, centro cirúrgico e pronto atendimento.

Estudos de validação transcultural demonstram que a escala apresenta alta confiabilidade interobservador, sensibilidade e especificidade, sendo, portanto, uma ferramenta robusta para a prática clínica baseada em evidências. No Brasil, sua tradução e adaptação cultural permitiram a utilização segura entre os profissionais de enfermagem e medicina, preservando os critérios originais de avaliação.

2. Aplicabilidade Clínica

A Escala FLACC é indicada principalmente para pacientes com idade entre dois meses e sete anos, além de adultos com deficiência cognitiva, pacientes sedados ou em coma. Em situações nas quais o paciente não consegue verbalizar a dor — seja por limitações do desenvolvimento neuropsicomotor, sequelas neurológicas ou barreiras linguísticas —, a observação dos comportamentos expressivos torna-se um parâmetro central de avaliação.

A enfermagem, como disciplina central no cuidado contínuo ao paciente, desempenha papel fundamental na aplicação correta da escala. A capacitação da equipe é essencial para garantir uma avaliação fidedigna, assegurando que a dor seja tratada com a mesma seriedade que outros sinais vitais.

3. Descrição das Categorias da Escala FLACC

A Escala FLACC estrutura-se em cinco dimensões de observação clínica, conforme descritas a seguir:

Face (Rosto): Avalia a presença de expressões faciais sugestivas de dor. A pontuação varia de 0 (expressão relaxada ou sorriso) a 2 (expressão constante de dor com sinais como testa franzida, mandíbula cerrada ou choro).

Legs (Pernas): Observa o tônus muscular e o comportamento das pernas. Pacientes com postura relaxada recebem 0 pontos; movimentações inquietas, retração ou rigidez são pontuadas com 1 ou 2 pontos, conforme a intensidade.

Activity (Atividade): Analisa o grau de movimentação corporal. Um paciente tranquilo e com postura natural recebe 0 pontos; agitação esporádica é pontuada com 1 ponto, e movimentos constantes de contorção ou rigidez, com 2.

Cry (Choro): Considera a presença, frequência e intensidade do choro. A ausência de choro é pontuada com 0; choro leve, intermitente, com 1; e choro contínuo, gritos ou soluços, com 2 pontos.

Consolability (Consolação): Avalia a resposta do paciente aos esforços para consolo. Se o paciente é facilmente consolado, recebe 0 pontos; se há dificuldade leve, 1 ponto; e se permanece inconsolável, 2 pontos.

A soma das categorias gera um escore final que classifica a dor em leve (1-3), moderada (4-6) ou intensa (7-10), orientando a tomada de decisão terapêutica imediata e humanizada.

Uso em Pacientes Neurodivergentes

O uso da Escala FLACC em pacientes neurodivergentes, como aqueles diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outras condições do neurodesenvolvimento, tem se mostrado promissor na prática clínica. Embora tais pacientes apresentem formas atípicas de resposta à dor, frequentemente não convencionais ou menos reconhecíveis, a observação sistematizada por meio da FLACC permite identificar sinais sutis e não verbais de desconforto.

Sinais Não Verbais e Comportamentais: Em populações neurodivergentes, a expressão da dor pode manifestar-se por meio de isolamento, comportamentos repetitivos, alterações súbitas no padrão de comportamento ou reações sensoriais exacerbadas. A escala FLACC possibilita a quantificação desses sinais, oferecendo subsídios para uma conduta assistencial precisa.

Adaptação Individual e Sensibilidade Clínica: A interpretação dos escores da FLACC em pacientes neurodivergentes exige conhecimento prévio do comportamento basal do indivíduo, pois a dor pode não ser expressa de forma proporcional ou previsível. Assim, a avaliação deve ser adaptada e realizada de forma contínua, com sensibilidade e empatia.

Importância da Humanização no Cuidado: A utilização da FLACC como ferramenta de apoio na detecção precoce da dor reforça o princípio da humanização no cuidado, pois reconhece a subjetividade do sofrimento e busca garantir dignidade e alívio mesmo em pacientes que não se comunicam verbalmente.

CONCLUSÃO

A Escala FLACC configura-se como um instrumento essencial na prática clínica da enfermagem e de outras áreas da saúde, viabilizando a avaliação precisa da dor em pacientes não verbais. Sua aplicação em populações pediátricas e neurodivergentes promove um cuidado ético, baseado em evidências e sensível às necessidades individuais. Dada sua validade, confiabilidade e aplicabilidade ampla, recomenda-se a sua adoção como protocolo de rotina em unidades de atenção especializada, garantindo que o sofrimento do paciente seja reconhecido, mensurado e tratado de forma eficaz.

REFERÊNCIAS

PEREIRA, A. M. et al. Adaptação cultural para o português do Brasil da escala de avaliação de dor Face, Legs, Activity, Cry, Consolability revised (FLACCr). Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 22, n. 3, p. 500–505, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rlae/a/9cvLjk5YBbBz49cbZJjQzTL/?lang=pt.

BATALHA, L. M. C. et al. Adaptação cultural e validação da reprodutibilidade da versão portuguesa da escala de dor Face, Legs, Activity, Cry, Consolability (FLACC) em crianças. Revista Referência, v. 2, n. 10, p. 7–14, 2009.

SILVA, F. C. da; THULER, L. C. S.; DE LEON-CASASOLA, O. A. Cross-cultural adaptation and translation of two pain assessment tools in children and adolescents. Journal of Clinical Nursing, v. 20, n. 23–24, p. 3410–3418, 2011.

FERNANDES, A. M. et al. Escalas de dor em crianças em idade pré-verbal e em crianças com comprometimento cognitivo. Brazilian Journal of Case Reports, v. 1, n. 1, p. 1–6, 2015. Disponível em: https://bjcasereports.com.br/index.php/bjcr/article/view/escalas_de_dor_em_criancas_em_idade_pre_verbal_e_em_criancas_com.

Hjermstad MJ, Gibbins J, Haugen DF, Caraceni A, Loge JH, Kaasa S; EPCRC, European Palliative Care Research Collaborative. Pain assessment tools in palliative care: an urgent need for consensus. Palliat Med. 2008 Dec;22(8):895-903. doi: 10.1177/0269216308095701. Epub 2008 Sep 17. PMID: 18799513.

SANTOS, M. C. et al. Validação de uma escala para avaliação da dor em crianças com deficiência cognitiva. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 60, n. 5, p. 553–558, 2007.

DA SILVA, Camila Meury Albino; MIRANDA, Joelina Da Silva. ESTRATÉGIAS DA ENFERMAGEM PARA O MANEJO DA DOR EM PACIENTES COM DOENÇAS CRÔNICAS. **Revista Cedigma**, v. 2, n. 3, p. 15-26, 2024.

ORTEGA, Francisco. O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. **Mana**, v. 14, p. 477-509, 2008.

TARELHO, Luciana Gomes et al. Resposta à dor em pacientes com autismo de alto funcionamento. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, v. 78, n. 1, p. 117-127, 2010.

Potências medicinais da arnica-do-campo

Medicinal Powers of arnica-do-campo

DOI: 10.29327/2385111.4.1-4

Emerson Rodrigues Queiroz[1]
Jenifer Maria da Silva Ribeiro[2]
Alex de Souza Jeronimo[3]
André Pinheiro de Almeida[4]
Elen Mayara Bezerra de Carvalho[5]
Kamyla Mayara Oliveira de Oliveira[6]
Milton Fernandes De Almeida Junior[7]
Victor Miranda Leão[8]
Wania Paula da Costa[9]
Amanda Caroline Duarte Ferreira[10]

[1]Graduando em Enfermagem, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Xingu e Amazônia – FACX. [2] Especialização em Saúde Pública com ênfase em Estratégia de Saúde da Família, FAVENI-FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE. [3]Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Grande Dourados – UFGD. direcaorp@facx.edu.br. [4]Doutor em Biologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. [5]Mestrado em Educação e Cultura, Universidade Federal do Pará - UFPA. [6] Especialização em Pós-graduação Lato Sensu em Saúde Mental, Faculdade Unyleya. [7] Mestre em Gestão de Serviços, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Portugal .[8]Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, UFPA. [9]Especialista em Psicologia do Trânsito pela FAVENI-FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE. [10]Doutoranda pelo Núcleo de Doenças Tropicais, Universidade Federal do Pará – UFPA.

Resumo: A Arnica-do-campo, cujo nome científico é *Pseudobrickellia brasiliensis* (Asteraceae), é uma planta nativa da América do Sul, comumente encontrada em regiões do Brasil, exibe potenciais medicinais como propriedades anti-inflamatórias, analgésicas e cicatrizantes, proporcionando alívio de dores musculares, articulares e contusões, além de acelerar a cicatrização e reduzir cicatrizes. Estudos sugerem sua eficácia na redução de hematomas e prevenção de infecções cutâneas. O objetivo do trabalho é destacar a relevância do uso da Arnica-do-campo, explorar novas aplicações. Resultados mostram a redução da dor, inflamação, cicatrização eficaz de feridas, minimização de cicatrizes e prevenção de infecções. Uso cuidadoso e consulta médica prévia são recomendados para evitar efeitos adversos. Arnica-do-campo oferece uma alternativa natural para várias condições de saúde, embora mais pesquisas sejam necessárias para confirmar sua eficácia em todas as áreas terapêuticas.

Palavras-chave: Arnica-do-campo; Propriedades medicinais; saúde; efeitos adversos.

Abstract: Arnica-do-campo, whose scientific name is Pseudobrickellia brasiliensis (Asteraceae), is a plant native to South America, commonly found in regions of Brazil, exhibits medicinal potentials such as anti-inflammatory, analgesic and healing properties, providing relief of muscle pain, joint pain and bruises, in addition to accelerating healing and reducing scars. Studies suggest its effectiveness in reducing bruising and preventing skin infections. The objective of the work is to highlight the relevance of using Arnica-do-campo and explore new applications. Results show reduction of pain, inflammation, effective wound healing, minimization of scars and prevention of infections. Careful use and prior medical consultation are recommended to avoid adverse effects. Arnica offers a natural alternative for several health conditions, although more research is needed to confirm its effectiveness across all therapeutic areas.

Keywords: Arnica-do-campo; Medicinal properties; health; adverse effects.

INTRODUÇÃO

O uso de plantas com fins terapêuticos pelo homem é uma das mais antigas práticas medicinais da humanidade. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define como planta medicinal "todo e qualquer vegetal que possui, em um ou mais órgãos, substâncias que podem ser utilizadas com fins terapêuticos ou que sejam precursores de fármacos semisintéticos" (OMS, 1998). Conforme observado por Rozemberg (2007), consultar a população e observar o seu quotidiano é fundamental para compreender as causas de algumas doenças, em

determinados locais. Esta preocupação é indissociável do arcabouço do conhecimento popular, desenvolvido nas comunidades tradicionais, urbanas ou rurais.

É fato também que as camadas carentes da população, principalmente as rurais, sempre tiveram dificuldades em adquirir medicamentos industrializados. Os preços e a dificuldade de acesso facilitam a conservação e a difusão do conhecimento popular sobre o tratamento com plantas medicinais (Maioli-Azevedo; Fonseca-Kruel, 2007; Mendonça Filho; Menezes, 2003). Segundo a Organização Mundial de Saúde, cerca de 80% da população mundial faz uso de plantas medicinais na atenção primária à saúde (WHO, 2002).

Ao longo dos séculos, produtos de origem vegetal constituíram as bases para tratamento de diversas doenças, quer de forma tradicional, devido ao conhecimento das propriedades de determinada planta, que é passado de geração a geração, quer pela utilização de espécies vegetais, como fonte de moléculas ativas (Carvalho; Silveira, 2010). Com isso, pode-se afirmar que a medicina como conhecemos hoje, só foi possível pelo resgate acerca dos métodos de cura e conhecimentos empíricos utilizados há milhares de anos (Aquino et al., 2007).

Com o progresso científico-tecnológico, o consumo de PM perdeu espaço para os medicamentos sintéticos. Contudo, o elevado custo destes fármacos, o difícil acesso, os seus efeitos colaterais, bem como, atualmente, o uso crescente de produtos de origem natural, contribuíram para um regresso ao uso das plantas medicinais (Balbinot et al., 2013)

O tratamento feito através das plantas medicinais é denominado de fitoterapia, e fitoterápicos são os medicamentos gerados através dessas plantas. Sendo assim, a fitoterapia é identificada pelo tratamento padronizado com plantas medicinais e suas diferentes formas farmacêuticas. O uso de plantas medicinais pode ser influenciado pelo alto custo de medicamentos, o difícil acesso a consultas médicas e ao conhecimento de comunidades tradicionais (Silveira; Bandeira; Arrais, 2008).

Papanas e Maltezos (2011), afirmam que a importância das plantas como surge como uma nova tentativa da medicina no combate às várias doenças e que os resultados têm sido promissores, principalmente na cicatrização de feridas. Relataram que muitos hidratantes à base de plantas já foram estudados, e que sua eficácia é comprovada na regeneração e na prevenção ao envelhecimento da pele.

As plantas têm um imenso potencial para o tratamento de feridas, sendo utilizadas há milênios por povos indígenas em muitos países, formulações cosméticas poli-ervas veiculadas em cremes, géis e óleos vêm sendo recomendadas para tratamentos prolongados, e seus efeitos já são bem aceitos e comprovados para o tratamento de cicatrização de feridas na pele (Bhagavathula et al., 2009; Reddy et al., 2012).

Muitas espécies vegetais são utilizadas empiricamente, sem respaldo científico quanto a sua eficácia e segurança (Tachjian et al., 2010). No entanto, o uso inadequado de plantas medicinais, assim como qualquer outro medicamento alopático, pode levar à ocorrência de efeitos indesejáveis, muitas vezes graves, principalmente com o uso concomitante de outros fármacos, ou até mesmo de outros fitoterápicos (Cordeiro et al., 2005; Yilmaz et al., 2007).

Nesse sentido, é fundamental destacar os benefícios do uso da Arnica-do-campo e sua relevância para a saúde. demandam políticas públicas que promovam seu acesso e conscientização sobre seus benefícios. A conscientização sobre os benefícios para a saúde, deve exigindo também a implementação de políticas públicas específicas. Essas políticas devem visar não apenas a promoção do uso responsável da planta, mas também a ampliação do conhecimento sobre suas propriedades medicinais. Esse enfoque é fundamental para garantir que a população possa fazer uso adequado da planta, maximizando seus benefícios para a saúde pública.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma revisão integrativa da literatura, esse formato de pesquisa segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008) o pesquisador avalia criticamente os trabalhos publicados para determinar seus valores metodológicos que contribuem para reflexões e futuros estudos.

Para alcançar os objetivos deste trabalho, o tipo de pesquisa é qualitativo, considerando que os estudos irão ser selecionados e avaliados sem uso de métodos estatísticos, apenas extraídos informações sobre o uso medicinal da *Pseudobrickellia brasiliensis* (Asteraceae).

Foram selecionados estudos através dos bancos de dados: Pubmed, Scielo e biblioteca virtual da saúde, filtrando os artigos dos anos de 2002 a até o presente ano, que tinham disponibilidade nas línguas português e espanhol.

Para a busca, utilizou-se as palavras-chaves: arnica-do-campo, *Pseudobrickellia brasiliensis*, saúde e planta medicinal. E para tanto, achou-se 40 artigos que abordam esta planta, no entanto, apenas 11 trabalhos correspondiam aos objetivos da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise e discussão foi composta por onze publicações que raciocinaram a proposta da temática escolhida. Os estudos corresponderam entre os anos de 2002 e 2013. Destacaram-se artigos nacionais, predominantemente no campo voltado para a área da saúde e da fitoterapia. Os estudos foram bem variáveis, sendo eles do tipo descritivo, integrativo e quantitativo.

O uso da arnica-do-campo é empregado principalmente em casos que se necessita controlar um efeito inflamatório no organismo. Almeida (2012) estudou o potencial anti-inflamatório com o *P. brasilienses* em sua forma aquosa reduziu 23 vezes o percentual de linfócitos expressando a ocitocina IFN- γ na concentração de 0,1mg/ml e de 4,8 e 3,8 vezes a taxa de IFN- γ e TNC-α na análise de intensidade média de fluorescência.

Portanto, este estudo sugere um potencial anti-inflamatório que deve ser explorado, pois seu efeito na redução da produção de citocinas pró-inflamatórias em linfócitos e monócitos é notório e já é bastante empregada na medicina popular.

Corroborando com esses dados, Sivieri et al (2015) concluíram em sua pesquisa que o *P. brasiliensis* apresenta um potencial antioxidante, pois possuem a capacidade de capturar radicais DPPH●- e ABTS●+ e do HOCl.

Uma limitação relevante nos estudos sobre Arnica-do-campo é a falta de padronização na dosagem e no método de aplicação da planta, dificultando a comparação dos resultados entre diferentes pesquisas. Além disso, alguns estudos não fornecem informações detalhadas sobre a concentração de princípios ativos presentes na Arnica-do-campo, o que pode afetar a consistência e a eficácia dos resultados obtidos. A falta de estudos de longo prazo sobre os possíveis efeitos colaterais e interações com outros medicamentos também representa uma limitação significativa na compreensão completa do perfil de segurança e eficácia desta planta medicinal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegou-se à conclusão, que a Arnica-do-campo emerge como uma importante aliada na promoção da saúde, demonstrando potenciais terapêuticos significativos. A necessidade de políticas públicas voltadas para seu acesso e conscientização sobre seus benefícios é evidente, garantindo que sua utilização seja feita de forma responsável e segura. Através de campanhas educativas abrangentes, é possível disseminar o conhecimento sobre as propriedades medicinais da Arnica-do-campo e seu papel na melhoria da qualidade de vida. Portanto, investir em pesquisa, educação e acesso a essa planta medicinal é essencial para maximizar seus impactos positivos na saúde da população.

Embora haja uma quantidade considerável de pesquisas sobre os potenciais medicinais desta planta, há uma necessidade evidente de expandir os estudos, especialmente focando não apenas nos aspectos conceituais, epidemiológicos e de tratamento, mas também na prevenção de uso indevido desta planta. É crucial direcionar mais esforços para a pesquisa voltada à prevenção, pois a educação sobre os benefícios e precauções no uso da Arnica-do-campo pode desempenhar um papel fundamental na redução de incidentes e no aumento da conscientização sobre seu uso adequado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Valéria Gomes de Almeida. **Efeito citotóxico e potencial anti-inflamatório de Pseudobrickellia brasiliensis (spreng) r, m. King & h. Rob (arnica-do-campo) em células mononucleares do sangue periférico humano, in vitro**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências fisiológicas). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina, 2012.

AQUINO, D. et al. **Nível de conhecimento sobre riscos e benefícios do uso de plantas medicinais e fitoterápicos de uma comunidade do recife - PE**. Revista de Enfermagem UFPE On Line, v.1, n.1, p.107-110, 2007.

BALBINOT S, Velasquez PG, Dusman E. **Reconhecimento e uso de plantas medicinais pelos idosos do Município de Marmeleiro - Paraná.** Rev. bras. plantas med. 2013; v.15 n.4, p. 632-638.

BHAGAVATHULA, N. et al. **A combination of curcumin and ginger extract improves abrasion wound healing in corticosteroid-damaged hairless skin.** Wound Repair and Regeneration, v.17, n.3, p.360-366. 2009.

CARVALHO, A.C.B.; SILVEIRA, D. **Drogas vegetais:** uma antiga nova forma de utilização de plantas medicinais. Brasília Médica, v.48, n.2, p. 219-237, 2010.

MAIOLI-AZEVEDO, V.; Fonseca-Kruel, V.S. (2007). **Plantas medicinais e ritualísticas vendidas em feiras livres no Município do Rio de Janeiro, RJ, Brasil:** estudo de caso nas zonas Norte e Sul. Acta Bot. Bras,, v. 21, n. 2, p. 263-275.

MENDONÇA FILHO, R.F.W.; Menezes, F.S. (2003). **Estudo da utilização de plantas medicinais pela população da Ilha Grande - RJ.** Rev. Bras. Farmacogn., n. 13, supl., p.55-58.

MENDES, Karina Dal Sasso, SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira, GALVÃO, Cristina Maria. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem.** Texto contexto – enfermagem, v.17, n.4, p.758-764, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS **Bulletin of the World Health Organization.** Regulatory situation of herbal medicines. A worldwide review. Geneva, 43p., 1998.

PAPANAS, N.; MALTEZOS, E**. Polyherbal formulation as a therapeutic option to improve wound healing in the diabetic foot.** The Indian Journal of Medical Research, v.134, n.2, p. 146-147, 2011.

REDDY, G.A.K. et al. **Wound healing potential of Indian medicinal plants. Indian Journal of Pharmaceutical Sciences**, v.2, n.1, p.75-87, 2012.

ROZEMBERG, B.O. (2007). **saber local e os dilemas relacionados à validação e aplicabilidade do conhecimento científico em áreas rurais.** Cad. Saúde Pública, v. 23, n.1, p. 515-523.

SIVIERI, Rubia Regina G., GUIMARÃES, Patricia S. S., LIMA, Philipe D. A., NEVES, Grazielle S., GRAEL, Cristiane Fernanda Fuzer, SIVIERI JUNIOR, Disney Oliver, RODRIGUES, Ana Paula. **Atividade Antioxidante do Extrato da Pseudobrickellia brasiliensis Spreng.** ISSN: 2176-1221, 2015.

SILVEIRA, P.F.; BANDEIRA, M.A.M.; ARRAIS, P.S.D. **Farmacovigilância e reações adversas às plantas medicinais e fitoterápicos:** uma realidade. Rev. Bras. Farm., v.18, n.4, p.618- 626, 2008.

WHO - World Health Organization. **The importance of pharmacovigilance.** Geneva: WHO, 2002.

Atividade experimental sobre a ação de microrganismos na decomposição do tecido animal: Relato de experiencia

Experimental activity on the action of microorganisms in the decomposition of animal tissue: Experience report

DOI: 10.29327/2385111.4.1-5

Beatriz Sales Ferreira[1]
Dayane Barbosa da Silva[1]
Emilly Sales de Carvalho[1]
Lorrayne Gonçalves Oliveira[1]
Natieli Malaquias Nogueira[1]
Raimunda Gomes[1]
Alex de Souza Jeronimo[2]
André Pinheiro de Almeida[3]
Elen Mayara Bezerra de Carvalho[4]
Wania Paula da Costa[5]

[1]Graduada em Enfermagem, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Xingu e Amazônia – FACX. [2]Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Grande Dourados – UFGD. direcaorp@facx.edu.br. [3]Doutor em Biologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. [4]Mestrado em Educação e Cultura, Universidade Federal do Pará - UFPA. [5]Especialista em Psicologia do Trânsito pela FAVENI-FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE.

Resumo: Este relato tem como finalidade de ressaltar a importância de contribuir em uma aprendizagem significativa e colaborar com a compreensão sobre o método científico, auxiliando em uma tese construtiva para o conhecimento sobre as aulas teóricas e resultados concretos utilizando o princípio de investigação prática, diante disso o principal intuito deste relatório foi coletar todas as informações contidas em cada pote com carne, no período de sete dias, desde a coloração, odor e aparência, se tinha fungos, bactérias ou larvas, e alguns principais fatores como o horário e a temperatura do ambiente, e se o clima estava quente ou nublado, pois isso, influência no resultado para alguns tipos de microrganismos existentes na carne em decomposição.

Palavras-chave: Microbiologia, Contaminação, Microrganismos.

Abstract: This report aims to highlight the importance of contributing to meaningful learning and supporting the understanding of the scientific method, assisting in a constructive thesis for the knowledge acquired in theoretical classes and concrete results through the principle of practical investigation. In this context, the main purpose of this report was to collect all the information contained in each jar of meat over a period of seven days, including color, odor, and appearance—whether there were fungi, bacteria, or larvae—as well as key factors such as the time and ambient temperature, and whether the weather was hot or cloudy, since these conditions influence the results for certain types of microorganisms present in decomposing meat.

Keywords Microbiology, Contamination, Microorganisms.

INTRODUÇÃO

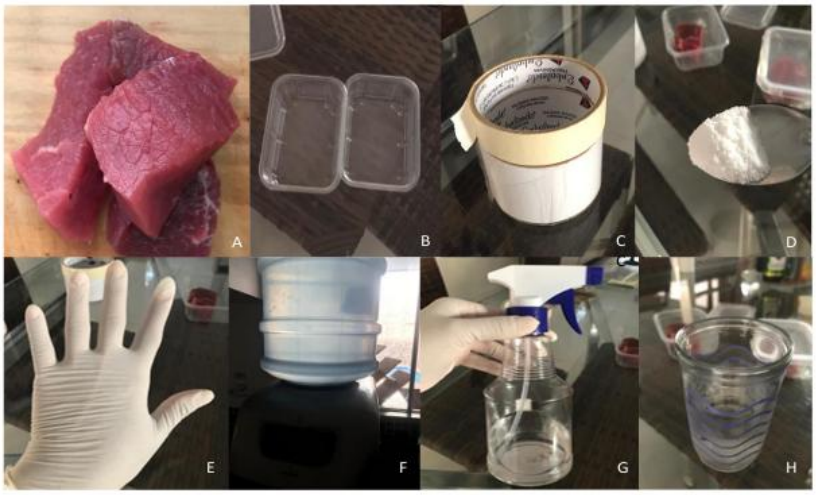
A enfermagem é uma área de profunda relevância para a sociedade, tendo em vista a saúde do ser humano, sendo assim é necessário um processo rigoroso no que tange o aperfeiçoamento de técnicas para a melhoria do atendimento dos pacientes, dentro desta área destacamos o “projeto experimental” que por sua vez relaciona teoria e prática para facilitar o aprendizado de futuros profissionais. A ciência da microbiologia é o estudo dos microrganismos e de suas atividades preocupa-se com a forma, a estrutura, a reprodução, a fisiologia, o metabolismo e a identificação dos seres microscópicos. Inclui o estudo de sua distribuição natural, suas relações recíprocas e com os outros seres vivos, seus efeitos benéficos e prejudiciais sobre os homens e

as alterações físicas e químicas que provocam em seu meio ambiente. Esse relatório experimental visa mostrar a realização de uma observação com pedaços de carnes no qual serão observadas por sete dias, verificando assim de que forma a ação dos microrganismos vai se desenvolvendo ao longo desse tempo. A teoria da abiogênese foi a primeira a ser debatida no meio científico que defende a ideia de que os seres vivos surgiram a partir de outros microrganismos (como a matéria bruta sem vida) e não devido à reprodução. Já a teoria da biogênese defende a ideia de que os seres vivos somente provêm de outros seres vivos preexistentes (AMABIS E MARTHA, 2006, p.11). O químico francês Louis Pasteur (1822-1895) foi o primeiro a estudar todas essas formas de vida de maneira mais sistemática, criando os primeiros métodos preventivos de doenças, como a vacinação, a soroterapia, entre outros. Considerado o pai da microbiologia, ele ajudou a esclarecer muitas questões relacionadas ao surgimento e cura das doenças. A partir daí, a ciência continuou evoluindo, os microscópios se desenvolveram. Os conhecimentos básicos dentro da microbiologia se tornam essencial para o desenvolvimento do projeto executado. Contudo faz-se necessário a metodologia aplicada e executada conforme os requisitos nele contido. Desse modo o presente relato tem por objetivo retratar a identificação da presença de microrganismos e o apodrecimento nos pedaços de carne, durante o período de observação em uma atividade prática de laboratório.

DESENVOLVIMENTO METODOLOGICO

Foram esterilizados os potes e principalmente o local que é a área da parte externa da casa adequadamente, desde então daremos início ao projeto experimental e observatório. Foram utilizados os seguintes materiais (figura 1): 4 potes de plásticos (B); 2 tampas de plásticos; 4 pedaços de carnes fresca(A); 1 tela fio (meia calça); 200 ml de água(H) filtrada(F); ½ colher de sal(D); álcool 70%(G); máscaras; tocas; avental; tábua de vidro; fita adesiva(C); elásticos.

Figura-1 materiais utilizados no projeto experimental.



Para iniciar as amostras foram adicionados: 1 pedaço de carne em um pote sem tampa; 1 pedaço de carne em um pote fechado com tela fio (meia calça) amarrado com elástico e passado a fita adesiva; 1 pedaço de carne em um pote lacrado com a tampa isolada com fita adesiva; 1 pedaço de carne em um pote com tampa lacrado com fita adesiva contendo solução salina.

Após feito o processo de armazenamento (veja abaixo na figura 2), os potes foram levados para a área (parte externa da casa) onde é um lugar bem amplo e arejado, coberto e organizado onde foram postos sobre a tábua de vidro limpa e esterilizada, no qual deu-se início ao processo de acompanhamento da ação dos microrganismos no material exposto por sete dias.

Figura-2 armazenamento das carnes.



RESULTADO

Durante os sete dias, foram registrados com fotos e vídeos todo o processo de manuseio dos potes, e sempre utilizado os materiais de EPi's, o primeiro dia foi caracterizado pelo armazenamento das carnes.

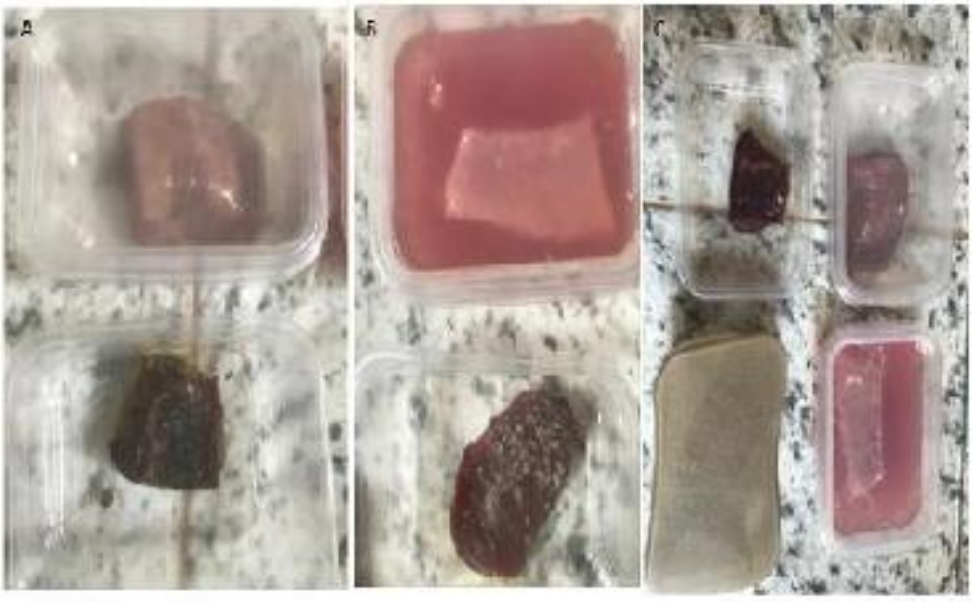
No segundo dia as carnes dos potes em observação (veja abaixo na figura 3) demonstraram pequenos avanços no processo de decomposição e microrganismos visíveis, mas a pigmentação já era notável apresentando uma coloração púrpura.

Figura-3 segundo dia de observação das carnes.



Terceiro dia a carne do pote aberto observou -se com aspecto ressecado, com tamanho menor e já havia ovos de moscas, com pequenos pontos esbranquiçados, uma coloração mais escurecida e com odor; O pote com tela a carne estava com aspecto enrijecido, coloração escura, bastante pontos esbranquiçados e com odor forte; No pote com tampa e lacrado tanto a carne quanto ao líquido proveniente da mesma apresentam uma cor marrom e com viscosidade; O pote com solução salina observou – se uma descoloração acentuada da carne, a solução bastante avermelhada, gotículas expostas na tampa e sem a presença de microrganismos visíveis a olho nu (veja abaixo na figura 4).

Figura-4 terceiro dia de observação das carnes.



No quarto dia a carne armazenada no pote aberto já há várias larvas que eclodiram, pontos esbranquiçados, aspecto desidratado, coloração escura, odor mais acentuado e tamanho reduzido; No pote com tela a carne mudou a coloração ficando mais escura, algumas larvas, com forte odor e presença de microrganismos; O pote com tampa e lacrado a carne apresenta uma coloração marrom, a camada superficial está limosa e houve uma redução no tamanho da mesma; No pote com solução salina observou – se que a carne já estava com uma coloração levando para um tom cinza, deixando a solução bastante avermelhada, sem presença de microrganismos visíveis e gotículas na tampa. (veja abaixo na figura 5).

Figura-5 quarto dia de observação das carnes.



Quinto dia a carne do pote totalmente aberto reduziu bastante o tamanho, aspecto ressecado, coloração escura e muitos pontos brancos e a quantidade de larvas aumentou e a mesmas ficaram maiores; No pote com tela a carne apresentou pontos brancos, aspecto seco, redução de tamanho, cor escura, odor forte e bastante larvas; O pote com tampa lacrado apresentou gotículas na tampa, coloração marrom, liquido viscoso, camada limosa acentuada, percebe-se uma deterioração; E o pote com solução salina a carne está com uma descoloração avançada, observou – se também algumas bolhas na solução e a cor da mesma totalmente avermelhada e gotículas na tampa.(veja abaixo na figura 6).

Figura- 6 quinto dia de observação das carnes.



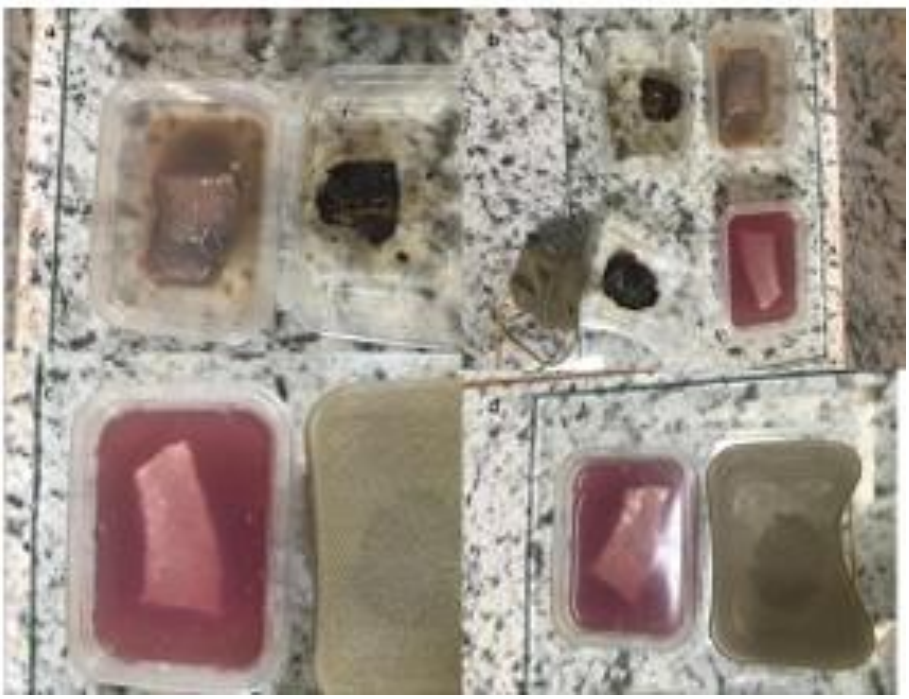
Sexto dia a carne do pote aberto apresenta colônia de microrganismos, poucas larvas na parte de cima, algumas perfurações na parte debaixo da carne, com larvas maiores, dissolvendo, aspecto totalmente ressecado, coloração escura e odor desagradável; O pote com tela a carne apresentou um odor acentuado, coloração escura, muitos pontos brancos na parte de cima, a lateral da carne está com uma viscosidade, com larvas e tamanho reduzido; No pote com tampa e lacrado a carne está em total aspecto de putrefação, coloração cinza, com um liquido marrom, camada superficial dissolvendo, com larvas ao redor do pote, a carne também houve uma redução significativa de tamanho; O pote com solução salina dá para observar que a 13 carne não apresenta nenhum tipo de microrganismos visíveis, com a descoloração acentuada da carne deixando a solução no tom de vermelho vivo, gotículas na tampa e com algumas bolhas na solução.(veja abaixo na figura 7).

Figura-7 sexto dia de observação das carnes.



No sétimo dia a carne do armazenada no pote aberto mostra muitos pontos esbranquiçados, a coloração bem escura, aspecto bem desidratado deixando a carne bem seca, sem larvas, com perfurações e odor parecendo com amônia; No pote com tela a carne apresenta pontos brancos parecendo mofo, ressecada na parte de cima da carne , cor bem escura, com larvas na parte debaixo, limosidade e odor; O pote com tampa e lacrado a carne apresenta um estado avançado de decomposição, a coloração cinza, liquido marrom, larvas sobre a tampa; No pote com solução salina a carne apresenta uma descoloração total, a solução com a coloração já vermelha, com bolhas na solução ao redor da carne e gotículas na tampa.(veja abaixo na figura 8).

Figura 8- sétimo dia de observação das carnes.



UMA BREVE DISCUSSÃO

Tendo em vista os resultados apresentados será iniciado um discursão sobre as possíveis causas do apodrecimento das carnes. Nesse discursão os resultados obtidos serão comparados com pesquisas já realizadas e contextualizadas por outras autores para chegar em uma conclusão das ações dos microrganismos. Na primeira etapa da pesquisa as carnes já armazenadas em seus respetivos potes aparentemente não apresentaram qualquer tipo de microrganismos. No segundo dia a carne do pote aberto já se observava num processo de ressecamento; o pote lacrado se observou com a tampa cheia de bolhas de água; o pote com solução salina a carne apresentou descoloração e a solução salina avermelhada. O pote com tela aparentemente não apresentou nada. Apesar da aparência normal, as provas físico-químicas indicaram início de deterioração das amostras. Isso decorre do fato de que algumas alterações iniciais do processo de deterioração que não são facilmente perceptíveis, e só podem ser detectadas por meio de análises laboratoriais (FRANCO e LANDGRAF, 2008).

O terceiro dia e marcado pelo aspecto ressecado da carne e a presença de ovos de moscas no pote aberto; o pote lacrado a carne com descoloração e textura viscosa; O pote com tela observou-se várias machas brancas possivelmente fungos do tipo (ascomicetos); o pote com solução salina avançou na descoloração da carne e a solução mais avermelhada. Pote com tampa e lacrado isso ocorre porque a carne estava com a mínima oxigenação, então mioglobina é reduzida, e na presença de pequena quantidade ocorre essa oxidação de pigmento onde é denominada a metaglobina que tem uma cor amarronzada. Quarto e quinto dia do experimento e observado a carne no pote lacrado com uma textura muito viscosa e avanço na descoloração e com pequenas larvas aparente; o pote com solução salina a carne já esbranquiçada sem microrganismos aparente e o líquido avermelhado; o pote totalmente aberto carne já em um estado avanço de ressecamento odor forte com larvas e fungos fazendo a decomposição da carne; o pote com tela carne muito ressecada e várias colônias de microrganismos.

A temperatura e a umidade da superfície da carne e do ar podem favorecer o crescimento de microrganismos causadores da mucosidade ou limo superficial 15 alteração pode ter como responsáveis espécies do gênero Pseudômonas, Achromobacter, Leuconostoc, Estreptococos, (4 B.CEPPA, Curitiba, v. 20, n. 1, jan./jun. 2002), Microfocos, Bacilos e alguns Lactobacilos (FRANCO e LANDGRAF) Os tipos mais comuns de deterioração de carnes podem ser classificados de acordo com o ambiente que envolve estes produtos e são provocados por bactérias, bolores ou leveduras. Em condições de aerobiose, as bactérias produzem modificações na cor, sabor, aroma e gordura presente na carne (PIERSON e CORLETT JR., 1992).

O sexto dia observou-se um drástico apodrecimento da carne do pote com aberto e do pote com tela, a carne ressecada larvas já grandes e odor desagradável a carne já em estado de putrefação; o pote lacrado larvas aparentes e o pote lacrado com solução salina a carne já branca e a solução vermelha, mas sem microrganismos visíveis a olho nu. Considera-se que os primeiros sinais de putrefação aparecem quando o

número de Clostridium perfringens alcança a cifra de 107 germes por grama, considerando uma contaminação inicial de 102 germes/ grama. A refrigeração rápida evita estas duplicações fatídicas e a consequente putrefação profunda (Rosset, 1994). No início, a putrefação manifesta-se pela produção de gás, sem odor desagradável, associado à presença, em número elevado, de Clostridium perfringens, que degrada o glicogênio residual do músculo e libera CO2, dilacerando-o, tornando o macio e esponjoso. Numa segunda etapa, a carne torna-se verde e com odor desagradável devido à multiplicação de outras bactérias anaeróbias como Clostridium histolyticum, Clostridium sporogenes e Clostridium oedematiens. A proteólise conduz à liberação de compostos com odor amoniacal ou sulfídrico muito desagradáveis e de aminas por descarboxilação. Estas últimas tornam perigoso o consumo desta carne, embora ela seja, naturalmente, rejeitada pelo odor e pelo aspecto que apresenta (Rosset, 1994).

Sétimo dia o último dia do relatório experimental foi caracterizado pelo avanço dos microrganismos nos potes com pedaço de carnes; o pote aberto e com tela ficou totalmente seco e com larvas, fungos, bactérias, odor; o pote lacrado com solução salina houve a descoloração por completo da carne e líquido totalmente vermelho; o 16 pote lacrado em decomposição larvas aparentes, odor, textura da carne limosa, branca, sem coloração alguma. A condição de temperatura elevada favorece o desenvolvimento da putrefação profunda, que é produzida na massa muscular interna da carne, devido à ausência de refrigeração após o abate e deve-se ao desenvolvimento muito rápido de bactérias anaeróbias, procedentes do trato intestinal do animal, sobretudo Clostridium (INGRAM, 1972). A coloração normal da carne pode sofrer alterações devido à ação de leveduras produtoras de pigmentos (branco, marrom, rosa ou creme) e bolores como Sporotricum carnis (pontos brancos) e Penicillium (pontos verdes). Algumas espécies de mofos desenvolvem-se em carnes a temperatura de -5 °C (HAYES, 1993). As etapas de processamento de carne bovina crua e os pontos críticos de controle. São a cada etapa observada, a qualidade e segurança do produto estão sujeitas à contaminação pelo uso inadequado das boas práticas higiênicas (CODEX ALIMENTARIUS, 1994).

CONCLUSÃO

Em virtude dos fatos mencionados o objetivo deste projeto em uma prática sobre experimentos com potes de carnes, visa mostrar como pode ser realizadas quatros diferentes amostras, sendo que dois potes abertos e dois fechados em observação no período de sete dias, com resultados satisfatórios e esperados quanto ao desenvolvimento e ação dos microrganismos até o momento de putrefação dos objetos da pesquisa. Tendo em consideração a realização deste trabalho que nos empenhou bastante em termos de conhecimentos sobre este projeto experimental, compreendemos que através dessa teoria e prática do experimento são de grande importância para o desenvolvimento dentro da microbiologia. Tendo em vista que os materiais de EPI´S (Equipamento de Proteção Individual) para o manuseio dos recipientes de forma que todos fossem limpos e esterilizados para que não haja contaminação dos mesmos, diante disso foram mostrados o passo a passo do

experimento em observação e de que forma foram utilizados todos os materiais necessários, desse modo os conhecimentos obtidos neste estudo são de suma importância para a construção de novas pesquisas experimentais. O projeto experimental preocupou-se em apresentar não apenas resultados, mas a descrição detalhada dos procedimentos adotados revolucionando o conhecimento dos participantes acadêmicos em enfermagem e futuros profissionais que irá atuar na área. Contudo relatamos que o seguinte experimento se torna como fonte de inspiração para futuros outros projetos de microbiologia.

REFERÊNCIAS

Amabis e martho,2006, p.11.

BARBOSA, Flávio Henrique Ferreira; DE LIMA BARBOSA, Larissa Paula Jardim. Alternativas metodológicas em Microbiologia-viabilizando atividades práticas. Revista de biologia e Ciências da Terra, v. 10, n. 2, p. 134-143, 2010.

Cyrino e pereira,2004, p.12.

Cyrino, E. G.; Pereira, M. L. T. (2004). Trabalhando com estratégias de ensino aprendizado por descoberta na área da saúde: a problematização e a aprendizagem baseada em problemas. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 20(3), 780-788.

CODEX ALIMENTARIUS. Recommended international code of Hygienic practice for fresh meat. Roma, 1994. v. 10, p. 83-111.

FRANCO, B. D. G. de M.; LANDGRAF, M. Microbiologia dos Alimentos. São Paulo: Atheneu, 1996.182 p.

HAYES, P.R. Microbiologia y higiene de los alimentos. Zaragoza: Acribia, 1993. 369p.

LANDGRAF, M. Deterioração microbiana de alimentos. In: FRANCO, B.D.G.M.; LANDGRAF, M., ed. Microbiologia dos alimentos. São Paulo: Atheneu, 1996. p.93-107.

INGRAM, M. Meat chilling. The first reason why. Meat chilling - why and How, Longford, v.1, n.1, p.1-13, 1972.

PIERSON, M.; CORLETT JR, D. A. HACCP: principles and Applications. New York: Chapman & Hall, 1992. 212 p.

ROSSET, R. Outras carnes y produtos cárnicos. In: BOURGEOIS, C.M.; MESCLE, J.F.; ZUCCA, J., org. Microbiología Alimentaria: aspectos Microbiológicos de la seguridad y calidad alimentaria. Zaragoza: Acribia, 1994. p.247-261.

HAYES, P.R. Microbiologia y higiene de los alimentos. Zaragoza: Acribia, 1993. 369p.

EDUCAÇÃO EMOCIONAL NA INFÂNCIA: Implicações na/da Escola

Emotional Education in Childhood: Implications for/from the School

DOI: 10.29327/2385111.4.1-6

Alex de Souza Jeronimo[1]
Amanda Caroline Duarte Ferreira[2]
Anaile Fernanda Salomão Baima do Lago [3]
Elen Mayara Bezerra de Carvalho[4]
Gleiciane da Silva Damásio[5]
Kamyla Mayara Oliveira de Oliveira[6]
Milton Fernandes De Almeida Junior[7]
Wania Paula da Costa[8]
Victor Miranda Leão [9]
Renato Augusto Guerra de Queiroz[10]

[1]Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Grande Dourados – UFGD. direcaorp@facx.edu.br. [2]Doutoranda pelo Núcleo de Doenças Tropicais, Universidade Federal do Pará – UFPA. [3]Graduação em Psicologia, Universidade Ceuma. [4]Mestrado em Educação e Cultura, Universidade Federal do Pará – UFPA. [5]Graduação em Psicologia, Centro Universitário Adventista. [6]Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Xingu e Amazônia – FACX .[7]Mestre em Gestão de Serviços, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Portugal. [8]Especialista em Psicologia do Trânsito pela FAVENI-FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE. [9]Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará – UFPA. [10]Mestrado em Educação pela Universidad de la Empresa, Uruguai.

Resumo: Ao longo de toda a evolução da espécie humana, a educação existiu e existe como prática fundamental, e é o que distingue o modo de ser cultural dos seres humanos do modo natural de existir dos demais seres vivos. A educação sempre foi a porta inicial para mudanças e auxilio no desenvolvimento do ser humano, com o avanço das discussões e da sociedade como um todo, torna-se perceptível a importância de também educar-se com relação as emoções, o grande desafio dos últimos anos é realizar a junção equilibrada entre razão e emoção, a escola sente-se pressionada a devolver para a sociedade um indivíduo capaz de entender, sentir, viver e controlar suas emoções de forma inteligente e sensata, para que concretizar esse feito nada mais importante que o autoconhecimento e o domínio de suas ações baseadas em seus sentimentos. Partindo deste pressuposto pretende-se identificar quais as implicações que a Escola pode trazer para a educação emocional, e assim, podendo agregar no crescimento do aluno em uma revisão bibliográfica sobre o assunto.

Palavras-chave: Educação emocional; Infância; Adolescência; Regulação Emocional; Escola.

Abstract: Throughout the evolution of the human species, education has existed and exists as a fundamental practice, and it is what distinguishes the cultural way of being of human beings from the natural way of existing of other living beings. Education has always been the initial gateway to change and aid in the development of the human being, with the advancement of discussions and society as a whole, the importance of also educating oneself in relation to emotions becomes noticeable. The great challenge of recent years is to achieve a balanced union between reason and emotion. The school feels pressured to return to society an individual capable of understanding, feeling, living and controlling their emotions in an intelligent and sensible way, to achieve this feat nothing is more important than self-knowledge and mastery of their actions based on their feelings. Based on this assumption, we intend to identify the implications that the School can bring to emotional education, and thus, being able to add to the student's growth in a bibliographic review on the subject.

Keywords: Emotional Education; Childhood; Adolescence; Emotional Regulation; School.

INTRODUÇÃO

Ao longo de toda a evolução da espécie humana, a educação existiu e existe como prática fundamental, e é o que distingue o modo de ser cultural dos seres humanos do modo natural de existir dos demais seres vivos. Segundo Brandão (2004) a educação pode ser livre e entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criaram para tornar comum o saber, a ideia, a crença, e para tornar comunitário o bem, o trabalho e a vida. Ela

pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre pessoas, na divisão dos bens, do trabalho e dos direitos.

E, ainda é um desafio de grande proporção compreender a essência do que Marx chamou de atividade humana sensível. Por meio da atividade humana sensível cria-se um mundo sensível, mas que nesta sociedade, contraditoriamente, o fruto da criação não pertence ao "seu criador". O fundamento deste fato está no trabalho alienado, atividade que dá vida ao ser social e ao mesmo tempo o encarcera a uma forma hostil e estranhada de viver:

Vivemos em uma realidade estranha a nós, onde a guerra entre classes sociais com interesses antagônicos se faz presentes em todos os âmbitos da vida social. A atividade humana sensível está fragmentada. Um desses fragmentos está fincado na dissociação entre razão e emoção. É da necessidade de compreender está fragmentação que nasce essa pesquisa.

Partindo deste pressuposto pretende-se identificar quais as implicações que a Escola pode trazer para a educação emocional, e assim, podendo agregar no crescimento do aluno.

O estudo da educação emocional é recente, ainda de acordo com Rego e Rocha (2009) os pioneiros nesse assunto foram John Mayer e Peter Salovey na década de 90, sendo os primeiros a expressarem a temática da inteligência emocional. Todas as pessoas estão sujeitas em algum momento de suas vidas apresentarem problemas com o seu interno, vivemos em uma sociedade de grande vulnerabilidade emocional, por muito tempo a educação teve um foco maior nas abordagens voltadas para o racional, cobradas pelo mercado de trabalho, no entanto nos últimos anos, podemos observar que os locais de trabalho também exigem dos sujeitos maturidade emocional, inteligência emocional se tornou imprescindível para enfrentar os óbices diárias. Apresentando o seguinte objetivo geral: Investigar as implicações na/da Escola no processo da educação emocional das crianças. Compreendendo o conceito de educação emocional, apresentando considerações e provocações sobre o desenvolvimento dos aspectos emocionais nas crianças e conhecendo os efeitos emocionais aturados pela escola nas crianças.

REFEÊNCIAL TEÓRICO

Muito se tem discutido sobre o fato de que a infância é uma construção histórica e social (ÀRIES, 1978; VYGOTSKY, 1995; LEONTIEV, 1988). Apenas à medida que o conhecimento humano gerado pelo trabalho humano numa relação dialética que condicionava o desenvolvimento de ambos possibilitou a produção de excedentes e permitiu vitórias mais persistentes na luta diária pela sobrevivência, foi possível ampliar o tempo

de não trabalho para alguns segmentos da sociedade. Já é bastante conhecida a discussão acerca de que a infância, na forma como a pensamos hoje, é uma construção dos últimos 200 anos da história.

Antes disso, ia-se para a guerra, casava-se e trabalhava-se assim que se tivesse condições físicas para tanto (ÀRIES, 1978). Fatos que, hoje, são motivo de indignação e denúncia eram usuais dois séculos atrás.

O que mudou conforme o passar do tempo. E, quando falamos em educação, nos faz lembrar, de educar, prevenir comportamentos, ensinar costumes, regras, bons modos, dentro e fora do âmbito escolar. A educação sempre foi a porta inicial para mudanças e auxilio no desenvolvimento do ser humano, com o avanço das discussões e da sociedade como um todo, torna-se perceptível a importância de também educar-se com relação as emoções, o grande desafio dos últimos anos é realizar a junção equilibrada entre razão e emoção, a escola sente-se pressionada a devolver para a sociedade um indivíduo capaz de entender, sentir, viver e controlar suas emoções de forma inteligente e sensata, para que concretizar esse feito nada mais importante que o autoconhecimento e o domínio de suas ações baseadas em seus sentimentos.

Sócrates (469 a.C. a 399 a.C.) é considerado o pai da Filosofia Ocidental. Desenvolveu a técnica da Maiêutica, método pelo qual a ideia nascia, era o parir das ideias, de forma semelhante a um parto. Na Apologia de Sócrates escrita por Platão, segundo a tradução de Maria Lacerda de Souza (2008), ele ficou imperturbável durante o julgamento e, no final, ao se despedir de seus discípulos, ele disse: “já é hora de irmos; eu para a morte, vós para viverdes. Quanto a quem vai para um lugar melhor, só deus sabe.” Defensor do diálogo como método de educação, para Sócrates, ninguém adquire a capacidade de conduzir-se e, muito menos de conduzir os demais, se não possuir a capacidade de autodomínio.

Platão (427 a.C. a 347 a.C.) foi o maior discípulo de Sócrates. Segundo o filósofo, a verdadeira aprendizagem começa com um estado de perplexidade impelindo a pessoa ao esforço do conhecimento, forçando a pessoa a pensar, refletir no que está ocorrendo, possibilitando o conhecimento sobre si.

Aristóteles (322 a.C. a 384 a.C.) foi discípulo de Platão, mas seguiu o seu próprio caminho, com uma filosofia bem diferente do mestre. Quanto ao método de exposição da filosofia, enquanto Platão fez uso dos diálogos, Aristóteles foi um sistematizador. Embora ele também tenha escrito diálogos, o que chegou até nós foi apenas uma parte das suas obras produzidas em forma descritiva e ordenada.

Após os gregos, encontramos influência de pensadores romanos, em especial de Cícero e Quintiliano, pois seus escritos foram importantes para o aprimoramento do ensino e da aprendizagem ainda na Roma Antiga.

Perpassando no momento para a ciência da Psicologia, uma questão que merece ser lembrada no estudo do surgimento da psicologia como ciência é a questão da subjetividade privatizada. Segundo os autores Luís Cláudio Mendonça Figueiredo e Pedro Luiz Ribeiro de Santi (2014), devemos considerar duas condições para

o conhecimento científico da psicologia: uma seria a experiência da subjetividade privatizada e, a outra, a experiência da crise desta mesma subjetividade.

Ainda, segundo os autores, a subjetividade privatizada seria a nossa individualidade, o nosso "eu", e a crise estaria ligada à nossa experiência com transformações culturais ao longo dos nossos anos, tais como costumes, religião, entre outros que determinam a subjetividade e a individualização.

No entanto, é importante ressaltar que essas transformações ocorrem na sociedade, num contexto social, político e econômico e, somente a partir do reconhecimento do individual, do homem dentro desta mesma sociedade, é que podemos perceber a psicologia sendo aceita como ciência. Observamos isso ao longo da história, pois o homem começa a criticar e duvidar do próprio homem. Com isso, claramente percebe-se a necessidade das crises da subjetividade privatizada.

A construção dos questionamos humanos e, obviamente, a condução de projetos da psicologia como uma ciência colabora para a solução de problemas da crise da subjetividade onde a psicologia aparece com o caminho a ser percorrido para a solução da crise.

Em meio a variadas definições, hoje, define-se Psicologia como a ciência que estuda o comportamento e os processos mentais do ser humano, tendo construído, ao longo de seu processo histórico, uma evolução científica, traçando para a Psicologia, um âmbito de atuação que cobre um amplo espectro de possibilidades de estudos. Segundo Ana Mercês Bahia Bock (2009), algumas ditas psicologias aparecem com seus objetos de estudo, como no caso de um psicólogo comportamentalista, ele dirá que seu objeto de estudo é o comportamento humano enquanto um psicólogo psicanalista dirá que seu objeto de estudo é o inconsciente e ainda encontramos outros que dirão que é a consciência humana, a personalidade, entre outros.

A psicologia ainda não consegue trazer soluções para muitos aspectos relativos ao ser humano, já que a realidade está em movimento e surgem novas perguntas a cada dia. Ainda, segundo Ana Mercês Bahia Bock (2009):

> "A ciência, como forma de saber do ser humano, tem seu campo de atuação com métodos e princípios próprios, mas, como forma de saber, não está pronta e nunca estará. A ciência é, na verdade, um processo permanente de conhecimento do mundo, um exercício de diálogo entre o pensamento humano e a realidade, em todos os seus aspectos. Nesse sentido, tudo o que ocorre com o ser humano é motivo de interesse para a ciência, que deve aplicar seus princípios e métodos para construir respostas".

Dessa forma, somando ciências, como a Psicologia e a Pedagogia, atuando juntamente em prol da Educação, bem como outras ciências, poderemos auxiliar em outros, porém, prioritariamente dentro do contexto citado neste projeto.

E, em relação a aprendizagem, é um processo fundamental para a vida humana, portanto, se tornou alvo de preocupação da humanidade. Muitos cientistas nos laboratórios de Psicologia das universidades pesquisaram, segundo Bock (2009), o estudo da subjetividade que vem organizando meios para tornar o processo de aprendizagem mais eficiente. Aí reside a justificativa para a importância que se dá ao estudo da aprendizagem para a psicologia e para a educação. A natureza do ensino e da aprendizagem está relacionada à maneira como planejamos nossa intervenção educacional e pedagógica, tanto do ponto vista da educação formal quanto da educação não formal.

Quando consideramos o que os alunos já sabem e o que ainda precisam aprender, estamos organizando nosso ensino do ponto de vista pedagógico, a partir de nossas concepções de ensino e aprendizagem.

Para a educação, a aprendizagem é parte de um processo social de comunicação e apresenta os seguintes elementos segundo José & Coelho (1999):

O Professor comunicador: enquanto transmissor de informações ou agente do conhecimento que tem participação ativa no processo educativo.

A Mensagem: um conteúdo educativo, conhecimentos e informações que devem ser adequadas, claras e precisas para ser bem entendida.

O Receptor da mensagem: o aluno que tem papel passivo no processo.

O Meio ambiente: meio escolar, familiar e social, onde se efetiva o processo de ensino-aprendizagem.

Inserindo nesta discussão, atualmente há várias vertentes acerca da emocionalidade. A mais conhecida, podendo assim dizer, denominou-se como Inteligência Emocional (IE) que teve como precursores Saloney e Mayer (1990), mas, foi a partir dos estudos de Goleman (1995) que o enfoque da IE repercutiu pelo mundo, inclusive no Brasil.

Suas teorias sobre inteligência e emoções foram revolucionárias para uma época na qual se tratava a inteligência como racional, atribuída exclusivamente ao cérebro (BISQUERRA, 2003). Quando se realiza uma rápida busca da terminologia, citada anteriormente, no site de pesquisa Google, a primeira resposta está associada à edição traduzida para o português do seu livro, o qual se intitula Inteligência Emocional, a teoria revolucionária que define o que é ser inteligente.

Esse livro tornou-se um best-seller em vários países, tendo vendido mais de 400 mil exemplares só aqui no Brasil. Para Goleman (2011), a Inteligência Emocional está intimamente ligada às habilidades de autoconhecimento emocional, controle e domínio de impulsos emocionais, tenacidade, empatia e sociabilidade.

Ou seja, é a habilidade de entender com a inteligência e controlar a emoção de modo crítico, contribuindo para o desenvolvimento emocional, intelectual e social.

Atendendo a estas novas demandas da sociedade do caos é que surge a Educação Emocional como "uma forma de prevenção primária inespecífica" (BISQUERRA, 2003, p.27). Ela é o enfoque mais recente, amplo e concreto dos estudos sobre as emoções e suas influências. Sua aplicação se dá no âmbito educativo, como o próprio termo já sugere.

Bisquerra (2003) explica que:

> a Educação Emocional como um processo educativo, contínuo e permanente, que visa potencializar o desenvolvimento de competências emocionais como elemento essencial do desenvolvimento humano, com objetivo de capacitá-las para a vida e com o objetivo de aumentar o bem-estar pessoal e social. (p.27).

Neste mesmo sentido, Possebon (2017) afirma que

> a Educação Emocional implica o conhecimento e autoconhecimento de questões pertinente ao universo emocional, além da aquisição de competências e habilidades que poderão proporcionar a consciência e a modulação das ações, de forma a aprender sentir e agir no sentido de proporcionar bem-estar. (p.9)

A educação foi e é uma forma de repassar conhecimentos, é um desenho de como deseja-se que seja a sociedade, conforme Rego e Rocha (2009) a educação surge possibilitando a humanidade de construir ideias de paz, justiça social, liberdade, abordando disciplinas voltadas para o autoconhecimento, mantendo a saúde física e mental dos sujeitos, assim como estudos sobre o meio ambiente natural, no objetivo de preservá-lo. Sendo assim a educação emocional tem o objetivo de adaptar as reações emotivas com o cognitivo, ou seja, pensar antes de agir, aprender a comandar o emocional de forma racional.

Para Cardeira (2012) os acontecimentos do cotidiano podem contribuir para pensamentos e comportamentos agressivos, consigo e com os outros, podendo desencadear depressões, automutilações, desordens alimentares, ansiedade, stress etc., nesse sentido, a educação emocional proporciona ao indivíduo um desenvolvimento integral, individual e socialmente falando, adquirindo e mantendo competências sociais que devem ser absorvidas e aplicadas.

Outro fator, surge a determinação social da personalidade, é um elemento essencial das formulações da psicologia histórico-cultural baseada no materialismo histórico-dialético. Vygotski (1996a) demarca a necessidade de uma teoria que proponha leis gerais do desenvolvimento do psiquismo humano, a partir de fundamentos necessariamente históricos, para não incorrer na naturalização ou na espiritualização (metafísica) do desenvolvimento, como se havia feito até a entrada do século XX. Para alcançar a tarefa proposta, o principal problema do autor era explicar as causas do desenvolvimento das formas superiores (complexas) de conduta,

lançando como caminho de investigação e análise o estudo da gênese, do desenvolvimento e da estrutura do psiquismo.

Segundo Bozhovich (1985, p. 99) "A condição fundamental que determina a formação da personalidade do homem, é o lugar que ele ocupa no sistema de relações sociais e a atividade que o mesmo cumpre". Neste sentido, a constituição da personalidade se deve às atividades e às condições sociais em que se realizam. Uma determinação fundamental para a existência das atividades é quais necessidades sensibilizam os sujeitos e como cada um é sensibilizado por diferentes meios e de diferentes formas. Uma mesma necessidade pode existir para diversos indivíduos, porém, os objetivos e os meios de engajamento são distintos para cada um, pois dependem do sistema de traços singulares que se constituiu a partir de uma história única.

Vigotski sobre as investigações de estabelecimento de relações entre o desenvolvimento das funções psíquicas e a formação da personalidade:

> Fica claro assim que, à medida que o trabalho avançava, tínhamos de preencher essa lacuna, justificar a hipótese, transformá-la paulatinamente em um conhecimento comprovado experimentalmente e escolher em nossas investigações os momentos que preenchessem a lacuna entre personalidade (concebida do ponto de vista genético e que mantem uma relação especial em relação a essas funções) e o mecanismo relativamente simples que admitíamos em nossa explicação. (...) A ideia principal (extraordinariamente simples) consiste em que durante o processo de desenvolvimento do comportamento, especialmente no processo de seu desenvolvimento histórico, o que muda não são tanto as funções, tal como tínhamos considerado anteriormente (era esse nosso erro), nem sua estrutura, nem sua parte de desenvolvimento, mas o que muda e se modifica são precisamente as relações, ou seja, o nexo das funções entre si, de maneira que surgem novos agrupamentos desconhecidos no nível anterior. É por isso que, quando se passa de um nível a outro, com frequência a diferença essencial não decorre na mudança intrafuncional, mas das mudanças interfuncionais, as mudanças nos nexos interfuncionais, da estrutura interfuncional (VIGOTSKY, 2004b, p.105).

Tratar do desenvolvimento de processos psíquicos é sempre uma retomada da história do desenvolvimento cultural do domínio dos próprios processos de comportamento. Neste sentido, o entendimento de como se dá a conquista na ontogênese dos processos psíquicos superiores, como as emoções e sentimentos, só é possível a partir da história de formação desses processos, ou seja, se faz necessário o exame científico do percurso do desenvolvimento psíquico, que no atual momento histórico se caracteriza como trajetória composta pelas épocas da primeira infância, infância e adolescência. Essa periodização revela como o desenvolvimento biológico passa ser condicionado e determinado pelo desenvolvimento cultural.

Lev S. Vigotski revisitou diversos temas caros à ciência psicológica, entre eles o debate filosófico, político e científico a respeito das emoções e sentimentos humanos. Como bem pontuam Wortmeyer, Silva e Branco (2014, p. 286), o autor não desenvolveu, propriamente, uma teoria das emoções ou afetos, mas "[...] essa temática perpassa diferentes momentos de sua produção, em que é sinalizada a importância fundamental do tópico para os estudos em Psicologia". Ainda segundo as autoras, mesmo sendo está uma estrada inconclusa

na obra Vigotskiana, o autor "[...] estabeleceu marcos importantes, que ajudam a balizar o caminho investigativo nesse território desafiador" (p. 286).

A teoria histórico-cultural do desenvolvimento humano tem como premissa que o ser humano se apropria da cultura a partir da atividade social que realiza; nesse processo, as funções psíquicas se desenvolvem e se requalificam, adquirindo novas estruturas, instituindo-se como funções psíquicas superiores. Segundo Vygotski (2012), a explicação das formas superiores da conduta humana não pode ser encontrada nas disposições orgânicas, tampouco na mera interação entre as formas culturais e biológicas, mas no choque entre esses desenvolvimentos:

> Na medida em que o desenvolvimento orgânico se produz em um meio cultural, passa a ser um processo biológico historicamente condicionado. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento cultural adquire um caráter muito peculiar, que não pode ser comparado com nenhum outro tipo de desenvolvimento, já que se produz simultânea e conjuntamente com o processo de maturação orgânica e posto que seu suporte seja o dinâmico organismo infantil em vias de crescimento e maturação (VYGOTSKI, 2012, p. 36, tradução).

Aprender a lidar com as emoções é um processo complexo, mas, de fundamental importância para a saúde mental de todo ser humano. E o que assistimos nos últimos anos é uma abertura da ciência, mesmo que ainda sutil, para o desenvolvimento de estratégias que visem o aprimoramento da inteligência emocional. Portanto se inicia um reconhecimento sobre a necessidade de dar espaço e tempo para a emoção na mesma intensidade que costumamos estabelecer para a razão.

O que nós levamos a voltar ao estudo da IE, buscando na literatura mais específica encontramos basicamente três esquemas de conceituação de inteligência; o modelo psicométrico, o desenvolvimentalista e o cognitivista.

A inteligência emocional originou-se no estudo da inteligência, fazendo-se necessário classificar e conceituar a inteligência geral.

A primeira formulação teórica sobre inteligência foi concebida como um Fator geral, ou seja, que "toda a atividade mental é fundamentalmente expressão de um fator geral comum às diversas tarefas cognitivas" (SPEARMAN, 1923, 1927). Esta capacidade geral envolve três componentes básicos:

a) Apreensão da experiência: maior ou menor capacidade dos sujeitos em apreender ou codificar a informação, ou seja, os fundamentos que lhe chega aos sentidos.

b) Edução de relações: Capacidade de inferir relações entre os elementos individuais da informação apresentada.

c) Edução de correlatos: Capacidade de aplicar as relações inferidas de uma situação para a resolução de problemas em uma situação nova.

Nossos sentimentos experimentados diante dos fatos e das pessoas, sejam eles empáticos, apáticos ou antipáticos, por exemplo, sejam eles de prazer ou de desprazer, de felicidade ou tristeza, etc., dependerão dos valores que atribuímos à realidade. Esses valores serão sempre uma atribuição de cada pessoa que é o agente capaz de atribuir valores e não do objeto. (BALLONE, 2004).

Mayer e Salovey (1997) redefinem a inteligência emocional (IE) como a capacidade para perceber as emoções, fazer uso dessa emoção para facilitar o pensamento, compreender essas emoções e gerenciá-las.

Pode-se citar como por exemplo a tristeza, é um sentimento humano que expressa desânimo ou frustração em relação a alguém ou algo. A tristeza pode causar reações físicas como depressão, choro e insônia.

A raiva é um sentimento de protesto ou frustração contra alguém.

O ódio é uma ênfase da raiva, que geralmente dura mais tempo e acompanha um desejo contínuo de mal a alguém. A raiva pode gerar violência verbal ou física.

A alegria, prazer, júbilo, contentamento ou felicidade representa um sentimento humano de bem-estar, euforia, empolgação, paz interna.

O desempenho de um indivíduo em um teste de aptidão, assim como o seu desempenho na escola, no trabalho, ou em qualquer outro contexto, é influenciado por seu impulso de realização, persistência, sistema de valores, inexistência de problemas emocionais limitadores, e outras características tradicionalmente classificadas sob o termo “personalidade”. (ANASTASI E URBINA, 2000), ou seja, algo intrínseco sentido, emoção.

Dentro desse contexto, a escola sempre desempenhou papel de grande importância para a sociedade, sendo o primeiro espaço a apresentar “padrões” de comportamento intelectual. Não seria diferente também com a educação emocional, percebeu-se que um melhor conhecimento e fortalecimentos desses sentidos desempenhavam maior destaque perante aos demais.

Nunes Valente e Monteiro (2016) faz um sucinto resumo apresentando a escola como responsável da educação e valores importantes para a convivência, preparando-os para emoções e conflitos, unindo o emocional ao cognitivo, gerando a harmonia que garante a eficácia nas resoluções de problemas apresentados ao longo da vida.

Ainda de acordo com esses autores o controle dessas emoções é beneficente para um convívio saudável no contexto escolar e rico em aprendizagem, esse controle refere-se a gerir o seu humor, auto estima, capacidade de empatia, controle da impulsividade, boa comunicação, motivação e etc.

Esse processo apresentado pela escola, também através do professor desperta no aluno um reflexo, o professor é um espelho, conforme ele se comporta o aluno também apresentará essa determinada ação, denominada relação pedagógica. Por esse motivo é considerável que o docente passe por esse processo interno para que o mesmo posso mostrar de fato como ocorre, o quanto é valioso, transmitindo a finalidade de trabalhar esta capacidade, além de apresentar mudanças na diminuição do cansaço no trabalha e uma maior satisfação neste. "A inteligência emocional revela-se primordial na atividade dos professores, pois pode promover melhores resultados, aumentar a capacidade para lidar com as tensões vivenciadas na escola, assim como melhorar as competências de relacionamento interpessoal." (NUNES-VALENTE; MONTEIRO, 2016, p. 6).

A escola não somente um espaço para repassar conhecimentos, Abed (2016) justifica que é urgente e necessário que exista um fortalecimento nas competências de crianças e jovens que possibilitem na construção de uma vida produtiva e feliz em uma sociedade com velozes mudanças, por esse motivo a perseverança e as habilidades socioemocionais se tornam imprescindíveis na contemporaneidade e no futuro dos discentes.

Dessa forma a escola se torna protagonista na mudança dos adultos, professores, funcionários, pais de alunos e comunidade em geral, uma vez onde o aprendizado da educação emocional é transmitido ele é repassado através da convivência social gerando um ganho amplo para a totalidade da comunidade.

Os interesses, as atitudes e o autoconceito do indivíduo como aprendiz influencia sua abertura em relação a uma tarefa de aprendizagem, seu desejo de aprender bem, a atenção dada ao professor e o tempo dedicado à tarefa. E há evidências de que as reações desses indivíduos estão significativamente relacionadas à realização educacional (BARON, 1982 citado por ANASTASI e URBINA, 2000).

O sucesso que um indivíduo obtém no desenvolvimento e no uso de suas aptidões vai influenciar seu ajustamento emocional, suas relações interpessoais e seu autoconceito. No autoconceito, nós podemos ver mais claramente a influência mútua das aptidões e dos traços de personalidade. A realização de uma criança na escola, no playground e em outras situações ajuda a moldar seu autoconceito; e esse autoconceito, em qualquer estágio dado, influencia seu desempenho subsequente, em uma espiral contínua. (ANASTÁSIA E URBINA, 2000).

Dentro do contexto escolar, o caminho também foi o mesmo. As pesquisadoras Rêgo e Rocha (2009) nos apontam que "a racionalidade, sozinha, não conseguiu levar a humanidade para um patamar aceitável de educação, por isso a necessidade da busca pelo equilíbrio entre razão emoção na sala de aula" (p.139), ressaltando logo na sequência as contribuições da Escola Nova e, posteriormente, da pedagogia de Paulo Freire

como pontos de partida para pensarmos em uma escola que valoriza o respeito, o diálogo, os sentimentos e as emoções de cada ser humano.

Sabe-se que as mudanças familiares e sociais atuais vêm possibilitando pouco tempo de convívio familiar. Goleman (2012), referindo-se a estas mudanças, aponta suas implicações na vida dos indivíduos e neste caso as experiências emocionais passaram também a ser responsabilidade da escola. Crianças passando mais tempo na escola e chegando mais novas neste espaço de convívio acabam passando às instituições escolares esta importante incumbência: trabalhar e lidar com as primeiras emoções das crianças.

> "O cérebro começa como uma obra incompleta de arquitetura. Ele tem possibilidades ilimitadas. O que acontece com ele nos anos iniciais produz estruturas reais que se tornam parte da construção final, sendo que a criação das estruturas é influenciada pelas emoções." (GONZALVEZMENA, 2011, p. 55).

Gonzalvez-Mena (2011), trata sobre a importância de trabalhar as emoções de modo constante, reconhecendo que os professores precisam estar emocionalmente disponíveis para as crianças, estando atentos e presentes, ouvindo, olhando, observando atentamente as suas necessidades, reconhecendo e validando seus sentimentos sempre que eles surgirem.

Maria Montessori, em seu livro "A criança", mostra o quanto a observação pode ser compreendida como uma profilaxia para os males da vida psíquica das crianças. E como método ela propõe que está observação esteja diretamente vinculada a se pensar sobre o ambiente que oferecemos a elas.

Para a pesquisadora

> "dão-se trocas entre o indivíduo, ou melhor, o embrião espiritual, e o ambiente, e é graças a elas que o indivíduo se forma e aperfeiçoa. (...) A criança esforça-se por assimilar o ambiente, e é de tais esforços que nasce a unidade profunda da sua personalidade." (MONTESSORI, 1972, p. 41).

Por isso, sistematizar os estudos a respeito das emoções e dos sentimentos na infância não é só um desejo de pesquisa, mas um caminho metodológico de investigação desses processos psíquicos. Foi principalmente Vigotski (1996a) que tomou esse método de investigação, e a partir dele, desenvolvendo suas teses e incorporando a teoria da atividade de Leontiev, em Elkonin (2017) encontramos proposições de leis gerais do desenvolvimento do psiquismo formuladas a partir da análise histórica de sua constituição.

As leis gerais não são entendidas aqui como leis estáticas e imutáveis, mas como evidência da regularidade de dado fenômeno que surgiu historicamente e se concretiza no âmbito singular, na vida de cada criança hoje.

O pesquisador Filip de Fruyt, em entrevista para a revista Neuroeducação, afirma que "a capacidade de cada aluno de gerenciar suas emoções desde cedo vai ajudá-lo a lidar com adversidades do seu cotidiano, e também isso terá impacto direto em seu aprendizado" (FRUYT, 2016, p. 13). E, neste ponto, Fruyt salienta que

as habilidades socioemocionais, além de ajudar no aprendizado de disciplinas, estão vinculadas diretamente com a capacidade da criança de: se relacionar com os outros, expressando suas ideias e opiniões, criar laços fortes e trabalhar em equipe, ter motivação para atingir seus objetivos, ter mente aberta para se adaptar a novas ideias, ambientes e pontos de vista, além de "gerenciar melhor o fracasso e possíveis perdas, de maneira a torná-lo resiliente ao enfrentar obstáculos e dificuldades" (FRUYT, 2016, p. 13).

Dessa forma, "pela primeira vez, uma lei, no caso aquela que prevalece sobre todas as outras, reconhece, como um direito da criança pequena, o acesso à educação em creches e pré-escolas" (CAMPOS, ROSEMBERG e FERREIRA, 2001, p.15), ou seja, instaurou-se um novo tempo onde a concepção de Educação dos pequenos é normatizada pelo direito, sendo de responsabilidade do Poder Público provê-la independente de qualquer questão, o que terá desdobramentos para outras publicações legais que seguirão na mesma linha da Constituição.

A sociedade constitui uma rede de relações interpessoais bastante complexa. Cada vez mais se exige que as pessoas, independentemente de suas atividades, apresentem desempenhos socialmente valorizados. Nesse contexto, na última década, estudiosos vem se preocupando em estudar, entender, delinear e testar intervenções precoces que busquem favorecer o desenvolvimento infantil, principalmente nos primeiros anos de vida, visando melhor adaptação da pessoa no meio em que vive. Essa busca tornou crescente o conhecimento e a relevância atribuídos aos sete primeiros anos de vida, principalmente no que se refere ao desenvolvimento infantil em suas diversas dimensões: social, cognitiva e emocional (DIAS; SEABRA, 2013).

A História da Educação traz a Educação Infantil como um movimento de lutas sociais travadas por vários segmentos da sociedade brasileira por políticas públicas de atendimento às crianças, conforme relata Oliveira (2005) sobre a década de 20, na qual várias iniciativas começaram a surgir, num primeiro momento, com uma visão higiênica e tendo a mulher como cuidadora. Tais assuntos foram discutidos no Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância no Rio de Janeiro em 1922, e posteriormente, na década de 30, cujas ideias inovadoras dos escolanovistas abriram as portas para os jardins de infância e os parques infantis, mesmo que a priori não fossem destinados ao atendimento das camadas populares. (OLIVEIRA, 2005, p. 97 e 99).

A Educação Infantil tem em sua história muitas lutas e reivindicações por políticas públicas de atendimento com qualidade às nossas crianças. A Educação da criança pequena no Brasil nas últimas décadas do século XX foi, sem dúvida, o início de uma nova sensibilidade em relação à Infância (VIEIRA, 2010, p. 142).

A compreensão da criança brasileira como sujeito de direitos passa a estabelecer outra ótica em relação ao que garantimos e o que queremos para as nossas crianças, e isso muda por total e completamente a nossa concepção contemporânea de Infância na modernidade. (ROSEMBERG, 2010, p.172) Sendo assim, a Educação

Infantil torna-se concretamente uma realidade na vida de tantas crianças, mesmo que seja primeiramente no papel, porém, inicia-se um movimento de luta e reivindicações por uma Educação pública e de qualidade para as crianças pequenas. A tarefa de educar sai da responsabilidade da esfera restrita e privada da família e passa a ser compartilhada com o Estado e a Sociedade. A estes é transferido o papel decisivo na esfera pública de prover cuidado e educação.

A família e a escola são contextos fundamentais para o desenvolvimento humano, podendo contribuir para a promoção de competências socioemocionais e para a redução de problemas de comportamento internalizantes e externalizantes (BARBOSA, SANTOS, RODRIGUES, FURTADO, & BRITO, 2011; CAMPBELL, PUNGELLO, & MILLER- -JOHNSON, 2002; O'CONNOR & MCCARTNEY, 2006; SILVER, MEASELLE, ARMSTRONG, & ESSEX, 2005).

É possível investigar separadamente os efeitos de cada um desses contextos no desenvolvimento das crianças. Contudo, devido à função que compartilham de socialização e educação na infância, devem ser compreendidos associadamente (Oliveira & Marinho-Araújo, 2010).

Há também outros fatores da família relacionados ao desenvolvimento socioemocional (BRONFENBRENNER, 1986). Pesquisas têm demonstrado, por exemplo, a associação entre clima familiar e características da infância, como problemas de comportamento (SCHULTZ & SHAW, 2003), desempenho em habilidades sociais (VALENCIA & LÓPEZ, 2011) e qualidade da comunicação mãe-criança (LAIBLE, 2010).

A família é o principal contexto de desenvolvimento humano, onde ocorrem as primeiras interações sociais da criança. Nela se inicia a aprendizagem de conceitos, regras e práticas culturais que fundamentam os processos de socialização dos indivíduos (BRONFENBRENNER, 2005/2011).

Em suma, diversas pesquisas identificaram a associação entre variáveis da família e comportamentos competentes ou problemáticos na infância (BANDEIRA et al., 2006; BORSA et al., 2011; VALENCIA & LÓPEZ, 2011). Contudo, estudos brasileiros acerca dos efeitos de interação de características da família, da pessoa e do tempo para o desenvolvimento infantil são escassos (De ANTONI & KOLLER, 2011; KOLLER & DE ANTONI, 2011).

Sendo a família e a escola importantes contextos de socialização da criança, estudos têm investigado a associação entre comportamentos na infância e características da família (BORSA & NUNES, 2011; VALENCIA & LOPES, 2011; WHITTAKER et al., 2011) ou da escola (BAKER et al., 2008; BERRY & O'CONNOR, 2010; MALDONADO-CARREÑO & VOTRUBA-DRZAL, 2011; PICADO & ROSE, 2009).

Porém, pouco se tem pesquisado acerca da interação desses dois contextos e de suas implicações para o desenvolvimento e, especificamente, acerca de como a escola pode atuar como fator de proteção para alunos

que se encontram sob fatores de risco individuais ou familiares (HOPSON & LEE, 2011; LOUKAS et al., 2010; O'CONNOR & MCCARTNEY, 2006; SILVER et al., 2005; WANG & DISHION, 2011).

Consistente com a teoria do apego, relacionamentos positivos com adultos fora do contexto familiar podem atuar como fatores de proteção para crianças com relacionamentos familiares negativos. Isso ocorre porque as interações positivas com os adultos podem contribuir para a reorganização mental e emocional dos modelos de relacionamentos disfuncionais da criança. Entretanto, é preciso explorar por meio de que mecanismos os relacionamentos com os professores podem proteger os indivíduos que se encontram em situação de risco (SABOL & PIANTA, 2012).

O estudo de Silver *et al.* (2005) avaliou o efeito único e interativo de fatores da criança, da família e da escola na trajetória de comportamentos externalizantes na sala de aula, em estudantes do início do ensino fundamental. Para tanto, consideraram as seguintes variáveis preditoras: comportamentos externalizantes prévios da criança, práticas educativas parentais e qualidade do relacionamento professor-aluno.

O vínculo com a escola contribuiu para a diminuição dos problemas de conduta ao longo do tempo. Além disso, reduziu os efeitos da baixa qualidade dos relacionamentos intrafamiliares sobre os problemas de conduta em meninos e em meninas. Para Loukas et al. (2010), os adolescentes que se sentem conectados a um grupo, independentemente de qual seja, apresentam maior probabilidade de compreenderem e satisfazerem as expectativas sociais, demonstrando menor frequência de problemas de conduta quando comparados aos seus pares menos conectados socialmente.

Uma adequada adaptação aos desafios do meio requer que a criança desenvolva um repertório elaborado de habilidades sociais, que contribui decisivamente para a manutenção de relações harmoniosas com seus pares e adultos (MOLINA, 2007). Habilidades sociais se referem ao conjunto de comportamentos sociais, disponíveis no repertório de uma pessoa, que afetam a qualidade e a efetividade das interações que ela estabelece com os outros (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2012).

Problemas no desenvolvimento das habilidades sociais podem resultar em problemas comportamentais internalizantes ou externalizantes, prejuízos no desenvolvimento emocional, uso de estratégias metacognitivas disfuncionais e dificuldades acadêmicas. Podem afetar ainda o modo como as crianças lidam com as demandas de interação social. Nesse sentido, a promoção de interações sociais harmoniosas no desenvolvimento infantil é reconhecida como uma proposta relevante para diferentes contextos de ensino (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 1996; DEL PRETTE, DEL PRETTE, 2005a).

Ao estudarmos as políticas públicas, passamos a compreender que o aparato legal que determina as ações na área educacional muitas vezes revela contradições decorrentes de jogos de forças e poderes políticos

e teóricos que os produziram (BALL, 2011). Impõe-se a necessidade de compreender de forma crítica e contextualizada a legislação vigente, tendo em vista que o ciclo de políticas que são produzidas numa dada sociedade compõe um movimento vivo de contextos micro e macros que mutuamente se influenciam e vão se alterando ou produzindo novas leis que podem possibilitar avanços ou retrocessos na área da Educação.

A legislação, a LDB, foi alterada em 1971, devido a um período político e social no qual a urbanização crescia cada vez mais, e nesse período, não só as mulheres das camadas populares lutavam por seus direitos para estarem no mercado de trabalho, mas as mulheres da classe média queriam trabalhar, e não tinham onde deixar seus filhos. No entanto, é equivocado afirmar que as mães das classes populares buscavam a instituição pública somente com esse objetivo.

Conforme Freitas e Biccas (2009) “as lutas das mulheres por melhores condições de vida, destacando, nesse sentido o direito de desfrutar de instituições seguras para a educação de seus filhos” (FREITAS e BICCAS, 2009, p. 290) fizeram com que a bandeira da educação para crianças de zero aos seis anos fosse motivo de reivindicações. Essa mudança na busca por direitos mudou a concepção inicial da creche de supletiva da carência orgânica, agora era vinculada à ideia de carência cultural, que poderia ser compensada pelas instituições das crianças pequenas, sejam as escolas maternais, jardins de infância ou instituições equivalentes, como é afirmado na lei, a fim de evitar o fracasso escolar no ensino obrigatório. (OLIVEIRA, 2005, p. 108).

Segundo Prado (2011, p.115) “as crianças e adultos ocupam lugares ativos na história”, portanto, “reconhecer a capacidade das crianças pequenas de construir culturas na diversidade etária representa a criação de um conceito recente de infância”, esse novo conceito requer a construção de uma Pedagogia da Educação Infantil alicerçada na escuta, nas diferenças, nas relações sociais e de gênero, na condição infantil, na cultura e nos ambientes coletivos que pensamos para elas.

Essa obra traz textos de diversos autores (DEMARTINI, SARMENTO, DELALANDE, MARTINS FILHO, PRADO, GOBBI, FINCO e DELGADO, 2011) que mostram uma ampliação dos estudos e investigações aprofundadas e com diferentes questões que desafiam um novo olhar, com importantes contribuições para as discussões acadêmicas em torno da pesquisa e instiga-nos a questionar como nas afirmações de Finco (2011):

> O grande desafio está em compreender que, como categoria social específica, as crianças atuam a partir de suas próprias especificidades, a partir de sua visão de mundo, no impacto que produzem suas primeiras experiências, na relação com os adultos, às vezes controladoras, às vezes protetoras, fonte de satisfação, mas também de frustração. Somente buscando situar a perspectiva da infância, buscando a ótica das próprias crianças, é possível começar pensar nelas como seres atuantes e entender até que ponto as medidas de proteção que se lhes aplicam servem aos seus interesses ou as constrangem sem justificativas. Assim como os adultos, meninas e meninos participam dos processos

> de mudanças que caracterizam a sociedade contemporânea. Porém, como fazer para incorporar as crianças como atores sociais na pesquisa? (FINCO, 2011, p. 167).

Na infância, as crianças experimentam muitas mudanças significativas em suas vidas, incluindo "mudanças normativas", as mudanças previsíveis em diferentes fases do seu desenvolvimento (BRONFENBRENNER, 1986; MONKEVICIENÉ et. al., 2006; DIAS; SEABRA, 2013). Essas mudanças normativas acontecem desde o convívio da criança no ambiente familiar e se estendem pela fase educacional. Dentro do âmbito familiar, a coesão familiar, a qualidade do relacionamento entre os pais e os filhos, o envolvimento materno e paterno na educação da criança e as práticas educativas envolvendo afeto, reciprocidade e equilíbrio de poder favorecem o desenvolvimento da criança.

Em sua obra, Ariès (2006) traz reflexões significativas para a compreensão da infância como processo histórico, construído a partir do século XVI, por sua inegável contribuição, mesmo com as ressalvas de autores posteriores, em sua obra "História Social da criança e da família", na qual contextualiza, de acordo com as mais diferentes fontes, como os adultos percebiam e como se instaurou um sentimento em relação à Infância, deixando claro que "antes, a infância era mais ignorada, considerada um período de transição rapidamente superado e sem importância" (ÀRIES, 2006, p. 85).

Além disso, o estabelecimento de uma rede de apoio social afetiva auxilia os pais durante o processo de desenvolvimento familiar e durante o processo de socialização e escolarização da criança (BRONFENBRENNER, 1986; CECCONELLO, 2003).

A família, presente em todas as sociedades, é um dos primeiros ambientes de socialização da criança, atuando como mediadora principal dos padrões, modelos e influências culturais (AMAZONAS et al., 2003; KREPPNER, 2000; DESSEN; POLONIA, 2007).

É considerada, ainda, a primeira instituição social que, em conjunto com outras, busca assegurar a continuidade e o bem-estar dos seus membros e da coletividade, incluindo a proteção e o bem-estar da criança. A família é entendida como um sistema social responsável pela transmissão de valores, crenças, ideias e significados que estão presentes nas sociedades (KREPPNER, 2000).

Portanto, ela tem um impacto significativo e uma forte influência no comportamento das crianças que aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e construir as suas relações sociais (DESSEN; POLONIA, 2007).

De acordo com Primi, (2004), um dos temas importantes da psicologia escolar é a questão das relações entre inteligência e aprendizagem. Quanto aos critérios de avaliação da inteligência, estes já foram explicitados

no presente trabalho, necessitando abordar as questões concernentes ao desenvolvimento da aprendizagem em seus estádios.

Para caracterizar os estádios de desenvolvimento cognitivo (CARMICHAEL, 1977), afirma que é preciso integrar duas condições necessárias sem introduzir contradições observadas em outras teorias do desenvolvimento, como exemplo a teoria da evolução sexual de Freud. Estas condições para os estádios são:

(a) que eles devem ser definidos no sentido de garantir uma constante ordem de sucessão;

(b) que a definição permita a progressiva construção sem implicar a total pré-formação.

De acordo com (PIAGET citado por CARMICHAEL, 1977), estas duas condições são necessárias porque o conhecimento obviamente envolve aprendizagem pela experiência, que significa uma contribuição externa além daquela que implica estruturas internas, e as estruturas parecem evoluir de uma maneira que não é inteiramente predeterminada.

A partir dos seis anos de idade, ou terceira infância, um foco principal no desenvolvimento é o processo de escolarização. A criança ingressa na escola e está passa a ser o espaço privilegiado de aprendizagem, no qual se inicia a aprendizagem formal, mediante as aquisições em leitura, escrita e cálculo.

Contudo, concomitante à aquisição de competências relativas a aprendizagem formal, existem outras habilidades que devem estar em desenvolvimento, em especial as sociais e emocionais, que começam a se desenvolver no ambiente familiar e têm sua expansão e aperfeiçoamento no ambiente escolar (TONELOTTO et al., 2005; PINHEIRO, 1994).

Portanto, a escola não é apenas um local de acesso ao conhecimento, mas também é um dos principais contextos responsáveis pela formação plena da criança (PEDROSA, 2010, p. 33).

Leva-nos ao raciocínio emocional se caracteriza por uma distorção cognitiva, em que o indivíduo interpreta seus sintomas fisiológicos (como por exemplo, aumento da freqüência cardíaca, tremores, sudorese etc.) como sinais de perigo, desencadeando, dessa forma, um círculo vicioso, com conseqüente exacerbação da ansiedade (BECK; EMERY, 1985). Existem evidências de que crianças também apresentam raciocínio emocional, ou seja, inferem perigo às situações a partir de suas sensações corporais (MURIS; MECKELBACH; VAN SPAUWEN, 2003).

De tal modo, com o desenvolvimento cognitivo, a percepção de medo da criança vai se alterando. Com a sofisticação do pensamento as crianças se tornam mais capazes de fazer inferências lógicas abstratas e assim podem controlar seus eventos emocionais com mais eficácia. Particularmente em relação à emoção de medo,

estudos recentes mostram que as crianças podem utilizar estratégias de regulação emocional cognitivas para modificar este estado emocional (regulação emocional) (VIKAN; DIAS, 1996).

Ansiedade, medos e preocupações são ocorrências comuns na infância, e podem ser consideradas como reações frente aos diversos eventos que permeiam o ambiente no qual a criança está inserida. Os transtornos de ansiedade são caracterizados pela resposta fisiológica de ansiedade que é o principal sintoma. Além disso, conta com processos internos de preocupação excessiva, apreensão e/ou ruminação sobre possíveis resultados negativos (AMERICAN PSYCHOLOGY ASSOCIATION, 2002).

Poucos estudos brasileiros investigam a correlação entre a ansiedade na infância e transtornos psiquiátricos na vida adulta. Um destes estudos (MANFRO et al., 2002), investigou a associação entre transtorno de ansiedade na infância e transtorno de pânico na vida adulta, utilizando o método de entrevista retrospectiva com pacientes diagnosticados com transtorno de pânico. Este estudo encontrou que 59,5% (n=50) da população selecionada apresentavam histórico de transtornos de ansiedade na infância.

Observou também que a presença de ansiedade na infância, mais especificamente a ansiedade generalizada, está associada à presença de depressão e de agorafobia na vida adulta. Os dados deste trabalho corroboram os resultados da literatura que sugerem que os transtornos de ansiedade na infância podem ser preditores e atuar como fatores de risco para formas mais graves de psicopatologia na vida adulta (MANFRO et al., 2002).

Além dos estudos considerando os vieses atencional, interpretativo e perceptivo na ansiedade infantil, recentes pesquisadores têm investigado a existência do raciocínio emocional na infância (MURIS; MERCKELBACH; VAN SPAUWEN, 2002).

A escola, portanto, constitui um contexto diversificado de desenvolvimento e aprendizagens, ou seja, é um local que reúne ampla diversidade de conhecimentos, atividades, regras e valores e que é atravessado por conflitos, problemas e diferenças individuais (MAHONEY, 2002).

É nesse espaço físico, social, cultural e psicológico que as crianças processam os conhecimentos e adquirem as habilidades fundamentais para seu desenvolvimento global, por meio das atividades programadas e sistematizadas, sejam elas realizadas em sala de aula ou fora dela (REGO, 2003).

Na instituição escolar a criança tem a oportunidade de estabelecer interações contínuas e complexas e, dessa forma, compreender a heterogeneidade da natureza humana. Trata-se, portanto, de um ambiente multicultural que abrange também o desenvolvimento afetivo e emocional, bem como o preparo para funcional inserção da criança na sociedade (OLIVEIRA, 2000).

Para Vygotsky (1987) o espaço físico e social é fundamental para o desenvolvimento das crianças, já que através da interação com esses fatores a criança constrói seu conhecimento de si mesma enquanto sujeito. Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p.69).

Para a Psicologia Histórico-Cultural, referência teórica que fundamenta o diálogo crítico estabelecido na análise do documento, o contexto social e as bases materiais concretas são pontos de partida para o entendimento sobre o desenvolvimento humano, e as condições pelas quais esse desenvolvimento se realiza, assim como, o desenvolvimento das emoções, dos sentimentos e da cognição dos sujeitos históricos.

Nessa perspectiva, o homem não se desenvolve sozinho, mas na relação que se estabelece com outros homens e a partir do contexto social que engendra tais relações, pois todo desenvolvimento é inicialmente processado interpsicologicamente a partir da dimensão coletiva, do espaço social intersubjetivo para posteriormente se configurar como intrapsicológico (VYGOTSKY, 1999).

Atualmente, diante do cenário pós-pandemia, e ante ao contato pessoal com a Escola, desperta-se a inquietação de trabalhar as emoções das crianças, e, mais especificamente, com a Educação Emocional. Entender sobre a construção social da infância, compreender a criança como sujeito, e as vivências delas nas Instituições de Ensino como etapa essencial para o desenvolvimento delas, leva a diversas reflexões que culminam acerca da temática, sendo fundamental nos dias atuais aprimorar-se da compreensão do universo da infância perante as questões emocionais.

Uma infância se caracteriza e mantém proximidade com o acontecimento, com a criação, a invenção, com a experiência e com uma noção alargada do tempo. Uma infância tem possibilidade de experimentar o tempo, que de certa forma a pós-modernidade que vivemos ‘nos roubou’. Vivemos na contemporaneidade uma relação diferente com o tempo, experimentado o que quase todos dizem ‘não temos mais tempo’. Vivemos um tempo do imediato, do instantâneo, a partir da internet nos deslocamos imediatamente e já estamos em outro lugar, como se o tempo tivesse perdido a textura e a duração.

Assim como pelas culturas produzidas pelas crianças, nas diferentes formas de questionar o mundo, de realizar experiências e do próprio ato de aprender a conhecer. Estes movimentos requerem a organização de um tempo e de um espaço que contribua para que as crianças tenham a oportunidade de inventar, de criar e ao mesmo tempo, de se (re)inventarem e de recriarem em um movimento que gera afetação de um encontro entre as próprias crianças e também entre os adultos que podem aprender com a experiência inventiva presente na infância e que é a atividade central da Educação Infantil.

A psicologia do desenvolvimento, especialmente em Piaget, é um dos campos científicos de grande influência no desenvolvimento de uma concepção de criança e infância e que afeta diretamente a pedagogia. A

pedagogia nasceu e ganhou legitimidade após a produção do sujeito infantil e entende a criança como um ser educável e a infância consequentemente como uma infância sociável, educada/escolar.

A infância foi e ainda continua sendo concebida tradicionalmente a partir de uma perspectiva psicológica que é centrada na noção de 'desenvolvimento' e considera que a infância é um fenômeno universal e biológico, que se desenvolve na direção daquilo que se almeja: o adulto, e se desconsidera seu contexto e sua produção cultural em detrimento do seu desenvolvimento físico e emocional e de sua aprendizagem concebida como progressiva e linear.

Ou seja, a Educação Infantil tem por função alargar o espaço da experiência da infância que é criação, na medida em que o espaço da criação também necessita ser produzido, em uma espécie de produção da produção do espaço de criar.

Assim, uma infância pode ensinar à escola básica que sua atividade precisa estar atrelada a um tempo que parece generoso e alargado, necessário para a invenção, para o exercício do lúdico, do imprevisto, da imaginação, da curiosidade infantil imprimindo um pensar e um agir pautados nas diferenças que se manifestam nas muitas linguagens infantis, pois como nos coloca Loris Malaguzzi (EDWARDS et al., 1999) ‘a criança é feita de cem’.

As emoções apresentam um papel fundamental na vida do ser humano, visto que influenciam todas as dimensões da vida. Para Fonseca (2016), quer sejam adultos, idosos ou crianças, todos procuram atividades e ocupações em que se sintam bem, procurando deixar de parte aquelas em que não se sentem tão felizes.

A educação se apresenta, para alguns, como esperança de transformação e desenvolvimento dos seres humanos, na articulação da teoria e prática e do discurso e ação. Percebemos que o traço predominante da educação oriental, por exemplo, era o idealismo religioso. “O ensino era, sobretudo, oral. A repetição e a revisão constituíam os processos pedagógicos básicos [...] o ensino hebraico era conteudista, enchendo a criança de trabalhos.” (GADOTTI, 2005, p. 26).

A literatura para a infância assume um papel essencial na formação das crianças como indivíduos pertencentes a uma sociedade, pois dá-lhes as bases para compreenderem o mundo que as rodeia, e consequentemente permite-lhes agir sobre ele. Realçamos ainda, como aspeto importante, o facto de a literatura permitir que a criança se conheça a si mesma, pois a cada história lida ela «assume» uma personagem com a qual se identifica.

A literatura também é importante, na medida em que, se conseguirmos cativar a Criança, levando-a a ler por gosto e vontade própria, ela vai demostrar interesse em descobrir de uma forma mais efetiva o mundo da

leitura, e, também o mundo da escrita, incentivando-a a ler cada vez mais e, até, a efabular as suas próprias histórias.

É de referir também que a literatura é «um fator de desenvolvimento da criança a nível social, cultural, afetivo e linguístico» (SILVA Y BARROSO, 2014: 116), assim como, um meio de educar para os valores, isto porque, «em todas as histórias, há sempre ou quase sempre personagens boas que praticam o bem e personagens más que fazem o mal, permitindo assim que a criança perceba a diferença entre o correto e o errado, entre o que se deve fazer e o que não se deve fazer» (SILVA E BARROSO, 2014: 116).

A leitura deve permitir que o leitor desfrute do que está a ler, causando-lhe satisfação. O ato de ler é complexo, o que permite um enriquecimento do ser humano a diversos níveis, pois «amplia o vocabulário, melhora a expressão oral e escrita, exige do leitor uma grande capacidade de reflexão e concentração, estimulando a estruturação do pensamento e a capacidade de raciocinar» (OLIVEIRA, 2017: 11).

Deste modo, o livro apresenta uma importância acrescida na promoção de hábitos de leitura e na consequente formação intelectual, moral, afetiva e estética do leitor. Por este motivo, é necessário que haja uma maior valorização da leitura e dos livros e que se perceba que são «fontes inesgotáveis de conhecimento, fazendo parte da vida das crianças, tanto em contexto familiar, como em contexto escolar e na sociedade em geral» (OLIVEIRA, 2017: 12).

O termo inteligência emocional tornou-se popular graças a Daniel Goleman, psicólogo que publicou diversas obras sobre o tema. Salovery e Mayer que abordaram primeiramente o termo. Os autores definem inteligência emocional como a capacidade de reconhecer as próprias emoções e as dos outros, discernir entre elas e direcionar os próprios pensamentos e ações (VALE, 2012).

De acordo com Goleman (1995), a inteligência emocional é a capacidade de manter o autocontrole dos impulsos, reconhecer as suas emoções e as de outros e a capacidade de automotivação. A sociedade atual exige do indivíduo atitudes de autocontrole e empatia.

As habilidades que compreendem Inteligência Emocional podem ser ensinadas às crianças, com a criação de oportunidades para que elas possam desenvolvê-las. Destaca-se que educar não é uma ação cognitiva, mas um processo baseado em ação.

Uma criança emocionalmente inteligente pode se sentir e parecer estável, contente e equilibrada. As habilidades emocionais podem ser desenvolvidas com as crianças desde cedo para que elas desenvolvam a inteligência emocional e alcancem mais bem resultados no aprendizado e nos relacionamentos. Portanto, entender o desenvolvimento emocional na primeira infância é fundamental para que familiares e educadores possam ajudar as crianças a lidar com suas emoções.

Del Prette e Del Prette (2005a; 2005b) propuseram, inicialmente, um conjunto de habilidades essenciais para as crianças lidarem com as demandas do dia a dia, bem como os desafios nas etapas iniciais do processo de escolarização, que, se promovidas, garantem o bem-estar e o desenvolvimento socioemocional satisfatório:

• Autocontrole/Expressividade Emocional (reconhecer e nomear as emoções em si e nos outros, lidar com os próprios sentimentos, controlar o humor, tolerar frustações e expressar as próprias emoções positivas e negativas);

• Civilidade (cumprimentar e despedir-se de pessoas, aguardar a vez para falar, fazer e aceitar elogios, seguir regras ou instruções e fazer e responder perguntas);

• Empatia (observar, ouvir, prestar atenção e demonstrar interesse pelo outro, demonstrar respeito às diferenças, reconhecer/inferir sentimentos do interlocutor e oferecer ajuda);

• Solução de problemas interpessoais (pensar antes de tomar decisões, reconhecer e nomear diferentes tipos de problemas, identificar possíveis alternativas de solução a um problema, avaliar o processo de tomada de decisão e acalmar-se diante de uma situação problema);

• Fazer amizades (aproveitar as informações livres oferecidas pelo interlocutor, cumprimentar, apresentar-se, cooperar, iniciar e manter conversação);

• Assertividade (lidar com críticas e gozações, pedir mudança de comportamento, negociar interesses e conflitos, defender os próprios direitos e concordar ou discordar de opiniões);

• Habilidades sociais acadêmicas (seguir regras ou instruções orais, falar, fazer e responder perguntas, buscar aprovação por desempenho realizado, imitar comportamentos socialmente competentes e atender a pedidos).

A escola, os educadores e o desenvolvimento das emoções. A escola traz consigo a missão de capacitar as crianças para executarem com êxito os inúmeros papéis que o futuro lhes reserva. Cabe a ela, ajudar os pequenos a desenvolverem condutas pessoais, valores, competências interpessoais que os sustentem em seus papeis de alunos, colegas, amigos, pais, dentre outros. Cabe ao educador conhecer as diversas teorias educacionais, adaptando-as ao seu grupo, sabendo respeitar as especificidades de seus alunos.

Ressalta-se que educar denota amplo sentido: formar o indivíduo integralmente; promover liberdade e autonomia; promover o saber-agir e criar condições para que haja interação social (RODRIGUES, 2017).

A escola também deve contribuir para o desenvolvimento emocional de seus alunos. A educação socioemocional se dá num processo constante, por isso não deve ser vista como mais um conteúdo, mas

integrada às práticas curriculares, uma vez que as emoções são transmitidas o tempo todo, do adulto para a criança, da criança para o adulto e da criança para a criança. Muitos educadores não compreendem o que pode provocar respostas emocionais nas crianças, a estrutura física ou a disposição dos móveis no ambiente, o barulho, a interação na sala, a voz do educador, a quantidade de crianças, tudo isso pode causar emoções positivas ou negativas.

Desenvolver competências socioemocionais na primeira infância é essencial para as crianças, pois é nessa fase que elas estão mais acessíveis a essa aprendizagem, podendo assim ser estimulado o seu desenvolvimento social saudável (VALE, 2009).

Entender que cada criança é um ser diferente é uma grande diferença que todo educador deve ter. Compreender os sentimentos do aluno, que às vezes nem sabe o que sente, é um desafio constante que exige do professor uma atitude carinhosa com cada criança. A educação emocional não é uma tarefa fácil e exige dos professores habilidades emocionais que possibilitem esse processo.

No dizer de Marita Redin (2007), "a criança aprende no e com o mundo, mas este mundo é feito de pessoas com diferentes idades, culturas, crenças e valores [...] E é nas relações e nas trocas que se ressignificam os saberes/fazeres" (p. 84). Partindo dessa afirmação da autora, não podemos mais acreditar numa concepção de educação determinista e adultocêntrica onde o professor detém o conhecimento e o controle de tudo o que ocorre no espaço escolar pelo planejamento.

A partir do evento das teorias de Daniel Goleman (Inteligência Emocional) e de Haward Gardner (Inteligências Múltiplas), houve o desencadeamento de uma verdadeira reviravolta nos estudos acerca da inteligência e da emoção.

O desafio da educação emocional parece traduzir-se no desafio de Aristóteles, citado no livro Inteligência emocional, de Daniel Goleman: "qualquer um pode zangar-se — isso é fácil. Mas zangar-se com a pessoa certa, na medida certa, na hora certa, pelo motivo certo e de maneira certa — não é fácil" (ARISTÓTELES IN GOLEMANN, 1995, 12).

As emoções encontram-se presentes em todos os momentos da nossa vida, ainda assim, por vezes é difícil defini-las. Rodrigues (2007), afirma que ainda hoje não existe uma definição exata para o conceito de emoção, embora seja explicito que alguns estímulos suscitem emoções, existem também outros fatores que as influenciam e determinam como positivas ou negativas.

Existem vários fatores que influenciam o modo como as emoções atuam no desenvolvimento da criança, ainda assim, a importância dada ao papel das emoções na vida do ser humano nem sempre foi reconhecida.

Atualmente, e derivado à investigação realizada pela psicologia, as emoções são agora reconhecidas como fundamentais e necessárias para a vida humana.

Para Moreira (2008), é a partir dos três anos de idade que a criança apresenta capacidade para exprimir o seu estado emocional, conseguindo atribuir significados emocionais às vivências diárias, tendo como referência as experiências vividas anteriormente. O mesmo autor refere ainda que nesta fase, o desenvolvimento da linguagem é bastante valorizado, uma vez que através deste valioso recurso a criança consegue expressar e comunicar as suas emoções a outra pessoa.

Várias são as definições em torno do conceito de emoção, Damásio (2000) define-as como sendo respostas químicas e neurais com a função de regular o organismo interno do indivíduo. “As diversas emoções são produzidas por diferentes sistemas cerebrais, exatamente do mesmo modo que conseguimos uma expressão facial de tristeza, uma expressão facial de alegria, exatamente do mesmo modo que consegue sentir, na sua pele e diferença entre tristeza e felicidade, a neurociência começa agora a mostrar como diferentes sistemas cerebrais trabalham para poder produzir o medo, a tristeza ou a felicidade” (IDEM, p.82).

A Educação Emocional precisa ser avaliada como uma prática a ser pesquisada e desenvolvida como uma possibilidade de uma aprendizagem significativa, que considera a multidimensionalidade humana (MENDES, 2016).

Para Rousseau, a infância não é um lugar de passagem para outros estágios mais desenvolvidos, e sim precisa ser considerada como uma etapa de valor próprio. Para ele, da mesma forma que “a humanidade tem lugar na ordem das coisas, a infância tem o seu na ordem da vida humana: é preciso considerar o homem no homem e a criança na criança” (ROUSSEAU, 1994, p. 69).

Se a criança vai iniciar sua vida acadêmica, no jardim-de-infância, de posse dessas aptidões, depende muito de os seus pais — e professores no maternal — lhe terem dado um tipo de atenção cujo pressuposto tenha sido de que “a inteligência emocional começa no berço”. Esses rudimentos de inteligência emocional equivalem aos rudimentos de inteligência acadêmica proporcionados pelos chamados programas de “Vantagem Inicial” utilizados na pré-escola (GOLEMAN, p240 2011).

Quando se toma consciência da relação que se estabelece entre essas dimensões e as emoções, o primeiro passo é dado em direção ao desenvolvimento de competências emocionais. Elas são consideradas primordiais para a construção das relações sociais e interpessoais. Pois, garantirão que a resolução de conflitos seja bem-sucedida, promoverão a saúde em seus diversos aspectos e contribuirão, de modo geral, para um desempenho acadêmico mais satisfatório.

De acordo com Bisquerra (2003, p. 22) "competência emocional pode ser entendida como o conjunto de conhecimentos, capacidades, habilidades e atitudes necessárias para compreender, expressar e regular adequadamente os fenômenos emocionais". No entanto, adquirir competência emocional não é uma tarefa simples. Diferentemente dos conceitos adquiridos nas áreas de humanas e exatas que podem ser aprendidos em algumas semanas, por exemplo, aprender a regular completamente as emoções demandam muito mais tempo.

O termo autorregulação, foi utilizado por Piaget em suas teorias do desenvolvimento infantil para descrever o processo de equilibração gerado pela assimilação e acomodação de novos conhecimentos. De acordo com Wadsworh (2003), nesse processo de assimilação e acomodação existe um controle interior que também é afetivo, ou seja, passa pelas emoções. E foi justamente este controle que Piaget conceituou como autorregulação. Onde, a autorregulação será fator crucial para o processo de educação emocional.

A compreensão das emoções por parte da criança, segundo Smith e Walden (1999, cit. por CARDOSO E CARMONA 2011, p.12), "não pode ser subestimada já que é a base de competências emocionais mais complexas como a regulação emocional ou a empatia, ao mesmo tempo, claro, que as competências sociais também proporcionam o desenvolvimento emocional". Nos últimos anos "[…] a primeira infância tem sido um foco de pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento, pelo que se tem vindo a acumular um volume de informação, evidenciando-se os efeitos do investimento nos primeiros anos de vida" (CORREIA, 2018, p.9).

O investimento nesta fase da infância representa uma grande importância, visto que os primeiros anos de vida de uma criança são determinantes para o sucesso escolar e marcantes na sua vida adulta. É durante esta fase que o cérebro dispõe de uma plasticidade única e desenvolvimento assinalável e, como tal, as interações com o meio envolvente, com os pares e com os adultos de referência (pais, familiares e educadores) apresentam um "impacto decisivo na arquitetura cerebral e, por conseguinte, na natureza e extensão das suas capacidades adultas" (PORTUGAL, 2008, p.38).

Para Saltini (2008), o educador representa um papel importante no desenvolvimento da criança, uma vez que segundo o mesmo, "o educador sensível é aquele que questiona as suas ações baseando-se na abordagem que a criança faz da realidade, verbalizando com as suas capacidades estruturais, funcionais e afetivas" (p.98).

É fundamental ter consciência que a afetividade é uma constante na educação de infância e que pode ter efeitos extremamente positivos no desenvolvimento integral da criança, a nível pedagógico, social e emocional. Para Paula e Faria (2010,) os docentes devem ter um especial cuidado com a educação afetiva, uma vez que esta regula o comportamento, a personalidade e a atividade cognitiva da criança.

É relevante esclarecer a infância que estamos tratando, pois, o ECA dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, e no seu art. 2º, considera a criança pessoa até doze anos de idade incompletos

(BRASIL, 1990). Essa mesma infância é permeada por questões pertinentes, sendo um período de grande importância no desenvolvimento humano, tanto nos aspectos biológicos, como, sobretudo, nos sociais, emocionais e cognitivos.

No Brasil, as iniciativas públicas em termos de programas no campo da educação emocional ainda são tímidas. Estudos remetem para a importância e necessidade de "realização de mais pesquisas científicas sobre o tema no Brasil, tanto quantitativas quanto qualitativas, principalmente visando à aplicação da Inteligência Emocional em contextos organizacionais, educacionais e sociais" (GONZAGA; MONTEIRO, 2011, p. 231).

Afinal, o que vem a ser Educação Emocional? Para se chegar a essa resposta, antes de tudo é preciso saber o que vem a ser uma emoção. Goleman (1995, p. 305), em seu livro Inteligência Emocional esclarece o termo: "Eu entendo que emoção se refere a um sentimento e seus pensamentos distintos, estados psicológicos e biológicos, e a uma gama de tendências para agir".

Le Doux (2001, p. 17) coloca que uma emoção: "é um sentimento consciente". No entanto, essas contribuições não abordam em plenitude a dimensão do significado de "emoção".

Isto significa dizer que a Educação Emocional deve (ou deveria) perpassar todas as instâncias do processo educativo de uma pessoa, começando na família, perdurando por toda vida acadêmica, profissional e pessoal, visando o desenvolvimento da pessoa como ser integral. Todavia, para se compreender melhor a sua contribuição como processo educativo, é indispensável definir o que é uma emoção.

A criança chora, ri, tem medo, raiva, alegria, tristeza, e sente amor. Tudo isso são emoções. Elas fazem parte da vida das pessoas desde sua infância contribuindo para seu desenvolvimento psíquico unido a formação motora sendo intrínsecas à dimensão física das pessoas. Isto é, uma reação do organismo ao seu bem-estar ou mal-estar fisicamente. Nas palavras de Damásio (2000, p. 74), podemos considerar que:

> Emoções são conjuntos complexos de reações químicas e neurais, formando um padrão; todas as emoções têm algum tipo de papel regulador a desempenhar, levando, de um modo ou de outro, à criação de circunstâncias vantajosas para o organismo em que o fenômeno se manifesta; as emoções estão ligadas à vida de um organismo, ao seu corpo, para ser exato, e seu papel é auxiliar o organismo a conservar a vida.

Todas as pessoas têm emoções e estão em constante modificação, no sentido amplo da relação entre objetos e repostas emocionais. Nas palavras de Damásio (2004, p. 62) […] "as emoções são um meio natural de avaliar o ambiente que nos rodeia e reagir de forma adaptativa". Apresenta-se então, uma hipótese de emoção:

Uma emoção propriamente dita é uma coleção de respostas químicas e neurais que formam um padrão distinto. As respostas são produzidas quando o cérebro normal detecta um estímulo-emocional-competente (EEC), o objeto ou acontecimento cuja presença real ou relembrada desencadeia a emoção. As respostas são automáticas.

O cérebro está preparado pela evolução para responder a certos EEC com repertórios de ação específicos. Mas a lista dos EEC não se limita àqueles que foram prescritos pela evolução. Inclui muitos outros adquiridos pela experiência individual.

O resultado imediato destas respostas é uma alteração temporária do estado do corpo e do estado das estruturas cerebrais que mapeiam o corpo e sustentam o pensamento.

O resultado das respostas é a colocação do organismo, direta ou indiretamente, em circunstância que levam à sobrevivência e ao bem-estar (DAMASIO, 2004, p. 61).

As emoções são expressões por ações ou movimentos, processos públicos que ocorre no rosto, na voz ou por certos tipos de comportamentos precedidos quando o cérebro detecta um estímulo – emocional-competente. Embora certos comportamentos de emoção não sejam percebidos, mas ocorrem no teatro do corpo, as respostas que se tem são o posicionamento do organismo.

Com relação à aprendizagem já nascemos com dispositivos de regulação automáticas da vida, com reações prontas desde, onde a aprendizagem desempenha um papel importante determinando de que maneira e momento será usado. Contudo a regulação da vida conduz com a finalidade de produzir um estado de vida melhor, produz aquilo que nós, seres pensantes, identificamos como bem-estar.

Damásio (2004, p. 37) fala que as manifestações emocionais precedem os sentimentos “as emoções foram construídas a partir de reações simples que promovem a sobrevivência de um organismo e que foram facilmente adotadas pela evolução”.

Argumentando sobre emoções Damásio (2000) fala que são distintas reações químicas e neurais, em padrões que desempenham circunstâncias no organismo, unidas ao corpo, ajudando a preservar a vida. Portanto este artigo tem o propósito de analisar quais os aspectos emocionais que influenciam nas aprendizagens das crianças na escola, principalmente na fase em que ela adquire habilidades para seu desenvolvimento tanto afetivas como educativa.

Por isso torna-se importante entender como se desenvolve as emoções na educação das crianças. Bordignon (2008, p. 125) fala que “[…] a educação deve ser entendida como relação dialógica entre sujeitos que se educam, num duplo sentido de relação”.

Todos os seres têm a capacidade de identificar as emoções consideradas básicas, ou universais, entre toda espécie humana, reconhecendo as características das emoções nos outros através das expressões faciais, que seriam as: alegria, tristeza, medo, raiva, surpresa ou repugnância. Bordignon (2016, p. 9) afirma que "as formas de pensar e agir estão ancoradas nas emoções básicas da pessoa, não se pode negá-las, nem as reprimir.

Elas integram antropologicamente a dinâmica afetiva da pessoa por toda sua vida". Tem também as emoções secundárias ou sociais, como embaraço, ciúme, culpa ou orgulho.

E emoções de fundo, como bem-estar ou mal-estar, calma ou tensão. De certo que toda experiência significativa causa impacto sobre a mente humana, mas estes impactos dos sentimentos a partir do momento que a emoção é desencadeada induzem os sentimentos. Mas sentir requer que o organismo tenha consciência.

Quanto na argumentação Freud (1973 apud Barros, 2005) […] "nossos desenvolvimentos pessoais e emocionais são determinados durante os primeiros sete anos de vida". Daí que vem a significação da frase escrita por Freud (1973, p. 85) "a criança é o pai do homem", pois, é a parti das significações e experiências adquiridas pela criança que se formaliza o adulto.

Damásio (2000, p. 57) faz a separação dos estágios:

Um estado de emoção – que pode ser desencadeado e executado inconscientemente; um estado de sentimento, que pode ser representado inconscientemente, e um estado de sentimento tornado consciente, isto é, que é conhecido pelo organismo que está tendo emoção e sentimento.

É importante que a consciência esteja presente porque os sentimentos influenciam o indivíduo que os tem. A evolução das emoções se estabelece antes que surgem a consciência e apareça com distinção para cada pessoa. "Assim como a emoção, a consciência relaciona-se à sobrevivência do indivíduo e que, tal como a emoção a consciência estar alicerçada na representação do corpo" (DAMÁSIO, 2000, p. 58). Ele também argumenta que a emoção e a consciência embora sejam manifestações diferentes suas estruturas podem estar ligadas.

De toda a organização do componente biológico, são inicialmente conduzidas para a consciência inicial antes das induções dispostas ao meio. Como forma de compor possibilidades deste organismo representar no inconsciente sua identidade como pessoa.

Apesar da ciência estar voltada ao fato da atenção, sob a visão de um objeto. Damásio argumenta que a atenção básica precede a consciência, ao passo que a atenção focalizada acompanha o desenvolvimento da consciência.

O conhecimento de um determinado objeto se dá pelo fato de uma relação entre o organismo e o objeto. Constrói conteúdo da consciência a partir do momento que o organismo se empenha na interação junto com o objeto causando mudanças neste organismo. Entende-se assim a formação biológica da consciência, considerando que todos esses processos constituem em padrões necessários nessa relação do entendimento das emoções.

Goleman (2007, p. 303) entende que "emoção se refere a um sentimento e seus pensamentos distintos, estado psicológico e biológico, gerando uma gama de tendência para agir".

Corroborando com o exposto, Erikson (1987) faz contribuições significativas sobre o desenvolvimento psicológico saudável na infância, são questões que ajudam durante a fase adulta em seus aspectos que envolva o todo para sua aprendizagem.

A educação emocional pode ser definida como um processo de formação inespecífico orientado "para maximizar as tendências construtivas e minimizar as destrutivas" (BISQUERRA, 2000, p. 243). Considerar a educação emocional inespecífica significa, primeiramente, admitir a impossibilidade de precisar seus impactos no indivíduo. Estabelecendo uma metáfora podemos afirmar que, ao contrário de um remédio que tem um único princípio ativo para agir em determinada doença, a educação emocional operaria com múltiplos princípios ativos que atuariam de forma complexa, no ser como um todo.

"O termo emoção vem do latim emovere; fazer movimento a partir de estar excitado, sair do seu presente estado por meio de qualquer coisa que agita, move, abala" (HOUZEL, EMMANUELLI & MOGGIO, 2004, p. 317).

A Educação Emocional reivindica a sua importância desde a infância. Este tipo de educação deve ser uma preocupação no processo de formação da criança, pois é uma área fundamental para os desenvolvimentos pessoal e humano e determinante para a construção de seres socialmente equilibrados. Quando as crianças não desenvolvem na infância as habilidades e competências socioemocionais, podem tornar-se adultos insensíveis e indiferentes.

Saber identificar e reconhecer as emoções tanto em si como nos outros é muito importante para o desenvolvimento pessoal e social. Parece-nos que a Literatura pode servir como fonte de aprendizagem do campo emocional porque trata da natureza humana, sobretudo naquilo que se refere à dimensão dos sentimentos.

Podemos entender que "A infância e à adolescência são como janelas de oportunidades críticas para definir os hábitos emocionais essenciais que hão-de governar as nossas vidas" (IBIDEM p.21) e como tal é nestas faixas etárias que devemos investir, e fazê-lo justamente por intermédio da Literatura poderá ser um belo caminho a ser trilhado, pois a arte oferece janelas preciosas para olhar os mundos.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem teórica baseada em revisão bibliográfica. A escolha dessa metodologia visa a reunir, analisar e discutir contribuições teóricas relevantes sobre a educação emocional na infância, com ênfase em suas implicações no ambiente escolar.

A revisão bibliográfica foi realizada por meio da busca e seleção de publicações científicas disponíveis em bases de dados reconhecidas, tais como SciELO, Google Acadêmico, CAPES Periódicos, e ERIC (Education Resources Information Center). Os critérios de inclusão envolveram artigos, livros, dissertações e teses publicados entre os anos de 2010 e 2025, em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, que abordassem direta ou indiretamente a temática da educação emocional na infância e sua relação com o contexto escolar.

Os descritores utilizados nas buscas foram: “educação emocional”, “inteligência emocional”, “infância”, “ensino fundamental”, “aprendizagem socioemocional”, “ambiente escolar” e “competências socioemocionais”. A seleção dos materiais considerou a relevância, atualidade e pertinência dos estudos para os objetivos da pesquisa.

A análise dos textos selecionados seguiu uma abordagem interpretativa, visando à identificação de concepções teóricas, estratégias pedagógicas, benefícios e desafios da aplicação da educação emocional nas escolas, bem como as possíveis contribuições para o desenvolvimento integral das crianças.

Esta metodologia permitiu a construção de um referencial teórico consistente, capaz de embasar a discussão sobre o papel da escola na promoção de competências emocionais e sociais desde a infância, contribuindo para a formação de indivíduos mais conscientes, empáticos e preparados para os desafios interpessoais e escolares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura evidenciou que a educação emocional na infância desempenha um papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças, contribuindo significativamente para o seu desempenho acadêmico, comportamento social e bem-estar psicológico. Diversos estudos apontam que o domínio de competências socioemocionais, como autoconhecimento, autorregulação, empatia, tomada de decisão

responsável e habilidades de relacionamento, favorece um ambiente escolar mais acolhedor, cooperativo e propício à aprendizagem.

Autores como Goleman (1995) e Del Prette & Del Prette (2009) destacam que o desenvolvimento da inteligência emocional na infância está diretamente relacionado à capacidade das crianças de lidarem com frustrações, conflitos e desafios cotidianos, o que reduz comportamentos agressivos, melhora a convivência e estimula o respeito mútuo no ambiente escolar.

Os resultados também revelam que escolas que adotam programas estruturados de educação emocional observam melhorias no clima escolar, redução da indisciplina, aumento do engajamento dos alunos e maior desenvolvimento de competências sociais. Estudos internacionais, como os de CASEL (*Collaborative for Academic, Social, and Emotional Learning*), demonstram que intervenções socioemocionais bem planejadas podem impactar positivamente o rendimento escolar e a saúde mental dos estudantes.

Contudo, a implementação da educação emocional nas escolas ainda enfrenta desafios importantes, como a falta de formação adequada dos professores, a ausência de políticas públicas específicas, e a resistência de parte da comunidade escolar, que por vezes subestima a importância das emoções no processo educativo. A formação docente surge como elemento central para a efetivação de práticas pedagógicas que integrem o desenvolvimento emocional ao currículo escolar.

Além disso, o envolvimento das famílias e a integração entre escola e comunidade foram apontados como fatores essenciais para a eficácia dessas ações. A educação emocional, quando tratada de forma colaborativa e contínua, promove não apenas o crescimento individual da criança, mas também o fortalecimento do tecido social escolar.

Portanto, os estudos analisados convergem na defesa de uma escola que vá além da instrução cognitiva, incorporando a dimensão emocional como parte integrante do processo formativo. Investir na educação emocional desde os primeiros anos escolares representa uma estratégia eficaz para formar cidadãos mais equilibrados, empáticos e preparados para os desafios da vida em sociedade.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa evidenciou que a educação emocional na infância representa um componente essencial para o desenvolvimento integral das crianças e para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor, participativo e eficiente. As habilidades socioemocionais, quando trabalhadas de forma intencional

desde os primeiros anos escolares, contribuem não apenas para o bem-estar emocional dos alunos, mas também para sua aprendizagem cognitiva, sua convivência social e sua formação ética.

A revisão bibliográfica demonstrou que o desenvolvimento de competências como autocontrole, empatia, resiliência e cooperação impacta positivamente o comportamento infantil, reduzindo conflitos, aumentando a capacidade de resolução de problemas e fortalecendo vínculos interpessoais no contexto escolar. Nesse sentido, a escola se configura como um espaço privilegiado para a promoção da educação emocional, ao lado da família e da comunidade.

Entretanto, ainda são perceptíveis os desafios para a efetivação de práticas sistemáticas de educação emocional, como a falta de formação adequada dos professores, a carência de políticas públicas específicas e a necessidade de mudança cultural no modo como a escola compreende e trabalha as emoções no cotidiano pedagógico.

Assim, torna-se urgente investir em formações continuadas, elaboração de projetos pedagógicos integradores, e no fortalecimento do diálogo entre escola e família, a fim de garantir que a educação emocional não se limite a ações pontuais, mas seja uma prática constante, transversal e significativa.

Conclui-se, portanto, que a inserção da educação emocional na infância, especialmente no ambiente escolar, é uma estratégia poderosa para a construção de uma sociedade mais empática, cooperativa e preparada para lidar com os desafios emocionais da vida contemporânea. Avançar nessa direção é investir em seres humanos mais conscientes de si, dos outros e do mundo que os cerca.

REFERÊNCIAS

Anita. O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica. São Paulo: UNESCO/MEC, 2014.

ABRAMOWICZ, Anete. OLIVEIRA, Fabiana de. A infância analisa a educação básica. Acta Scientiarum. Education [online]. 2013, vol.35, n.02, pp.293-300. ISSN 2178-5201. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2178-52012013000200016&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 16 maio. 2024.

ALZINA, Rafael Bisquerra; GONZÁLEZ, Juan Carlos Pérez; NAVARRO, Esther García. Inteligencia Emocional en Educación. Madrid: Sintesis, 2015.

ANASTASI, A & URBINA, S. (2000). Testagem Psicológica. 7ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas.

ARAUJO, Janaina Cacia Cavalcante. A construção de uma pedagogia da infância no Brasil: um novo olhar para educação da criança pequena (1990-2010). 2013. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2013. Disponível em: https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/48612?locale-attribute=pt_BR. Acesso em: 16 maio. 2024.

ARISTÓTELES. A política. Tradução: Nestor Silveira Chaves. Rio de Janeiro: Ediouro, 1965, pp. 126-130.

BATISTA, Jéssica Bispo et al. Estudo sobre Emoções e Sentimentos na Educação Infantil. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 47, e116927, 2022. http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236116927vs01. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/6nCXpfX6gbPgtfBjMybqcsP/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 26 maio. 2024.

BAUMAN, Zygmunt. Vida Líquida. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BRANDÃO, C. R. (1984). Participar-pesquisar. In C. R. Brandão (Org), repensando a pesquisa participante (pp.7-14). São Paulo: Brasiliense.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Brasília:1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Vols. 1 e 2. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de atenção à saúde. Departamento de atenção básica. (2009) Saúde na escola. Caderno de atenção básica: saúde na escola. Brasília, DF: Ministério da Saúde.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Coleção Leitura e escrita na educação infantil - 1. ed. Brasília: MEC/SEB, 2016.

BRASIL. PL 10839/2018. O Congresso Nacional. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 2008.

Becker, H. S., & Geer, B. (1960). Participant observation: The analysis of qualitative field data. In R. N.

BEHRENS, Marilda Aparecida, AMORIM, Biscaia Machado Iliana Juracy de. OS SABERES DOCENTES NA EDUCAÇÃO EMOCIONAL. Revista Diálogo Educacional [en linea]. 2005, 5(16), 1-12[fecha de Consulta 26 de Mayo de 2023]. ISSN: 1518-3483. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189116175016. Acesso em: 26 maio. 2024.

BISQUERRA, Rafael. Educación emocional y bienestar. Barcelona: Praxis, 2000.

BISQUERRA, Rafael; ESCODA, Nuria Perez. Las Competencias Emocionales. Educación XXI, v. 10, p. 61-82, 2007.

BISQUERRA, Rafael. Educación emocional y bienestar. Barcelona: Praxis, 2000.

BRITO, Maria Clara Andrade. IMPLICAÇÕES DO AFASTAMENTO ESCOLAR POR HOSPITALIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL. 2020. Disponível em: https://repositorio.faculdadearidesa.edu.br/jspui/bitstream/hs826/40/1/TCC-MARIA-CLARA-PDF.pdf. Acesso em: 17 mai. 2024.

BORGES, Jaqueline. CURRÍCULO NA\DA EDUCAÇÃO INFANTIL: organização curricular das propostas das redes municipais de Santa Catarina Florianópolis. 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/196338/Jaqueline%20Borges.pdf?sequence=1. Acesso em: 17 mai. 2024.

CARDEIRA, Ana Rita. EDUCAÇÃO EMOCIONAL EM CONTEXTO ESCOLAR. 2012. Psicologia.PT. O portal dos Psicólogos. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/textos/textos/TL0296.pdf. Acesso em: 20 mai. 2023.

CARVALHO, Marcia Aparecida Messias de EDUCAÇÃO EMOCIONAL NA ESCOLA. FAUESP. V. 4 n. 8 (2022): UNIFICADA: Revista Multidisciplinar da FAUESP - Agosto/2022. Disponível em: http://revista.fauesp.com.br/index.php/Unificada/article/view/61. Acesso em: 26 maio. 2024.

CORREIA, Maria da Conceição Batista. A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE ENQUANTO TÉCNICA DE INVESTIGAÇÃO. Mestre em Ciências da Educação, V. 3 (2017): Atas - Investigação Qualitativa em Ciências Sociais. Disponível em: https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1447. Acesso em: 26 maio. 2024.

COSTA, Patrícia da Silva. Crianças e a memória do confinamento. 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2014. Disponível em: https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/48634. Acesso em: 16 maio. 2024.

CURY, Augusto. Inteligência Socioemocional. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

DAMÁSIO, António. A ESTRANHA ORDEM DAS COISAS: a vida, os sentimentos e as culturas humanas. Lisboa: Círculo de Leitores, 2017.

ERIKSON, E. Identidade, Juventude e Risco. Rio de Janeiro: Zahar Editores. (1972).

GOLEMAN, Daniel. Inteligência emocional; Tradução Marcos Santarrita. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. Recurso digital. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/. Acesso em 10 de maio 2024.

EVANGELISTA, Luciana Cristina da Silva. EDUCAÇÃO EMOCIONAL NA ESCOLA: a necessidade de ter uma visão holística do ser humano. 2019. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA19_ID8103_11072019005437.pdf. Acesso em: 17 mai. 2024.

ESCOLANO, Benito Agustín. Emoções & Educação. A construção histórica da educação emocional. Campinas, Mercado das Letras, 2021 (1ª edição). (Tradução e Revisão Técnica: Heloísa Helena Pimenta Rocha e Andréa Bezerra Cordeiro; Pesquisa das referências bibliográficas: Franciele Ferreira França). Disponível em: http://hdl.handle.net/2183/32063. Acesso em: 16 maio. 2024.

FERREIRA, Carla Karina. IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS DO TRATAMENTO COM MEDICAMENTOS PSICOESTIMULANTES EM CRIANÇAS COM TDAH: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. 2019. Disponível em: http://200.150.122.211/jspui/bitstream/23102004/109/1/Implica%c3%a7%c3%b5es%20educacionais%20do%20tratamento%20com%20medicamentos%20psicoestimulantes%20em%20crian%c3%a7as%20com%20TDAH.pdf. Acesso em: 17 mai. 2024.

FERREIRA, Fernando Ilídio et al. Atas do 11 Seminário Luso-Brasileiro de Educação de Infância I - Investigação, formação docente e culturas da infância. Universidade do Minho -Instituto de Educação Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC). 2016. Disponível em: https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/14240/4/Comunicac%CC%A7a%CC%83o%20Braga%202016-Atas.pdf. Acesso em: 17 mai. 2024.

FREITAS, Ana Maria Ponce. SILVEIRA, Anderson da. IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 13935/2019: (IM)POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DAS/OS PSICÓLOGAS/OS NA EDUCAÇÃO BÁSICA. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/16649/1/TCC_%20Ana_MPF_VF.pdf. Acesso em: 17 mai. 2024.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 50ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FONTE, Paty. Competências Socioemocionais na Escola. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2019.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

GOLEMAN, Daniel. Inteligência Emocional: a teoria revolucionária que define o que é ser inteligente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

GOLEMAN, Daniel. Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

GOLEMANN, Daniel. Inteligência emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

GONÇALVES, Fatima Aparecida. A AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS GNÓSICO-PRÁXICAS EM CRIANÇAS NA FASE ESCOLAR. 01/09/2012 98 f. Mestrado em EDUCAÇÃO E SAÚDE NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, SÃO PAULO. Biblioteca Depositária: Unifesp Guaruçhps. Disponível em: https://www.escavador.com/sobre/548270/fatima-aparecida-goncalves. Acesso em: 16 maio. 2024.

GONÇALVES, Maria Rozineti. [UNIFESP] (Universidade Federal de São Paulo, 2022-09-30). Este trabalho apresenta uma investigação sobre os modos como diagnósticos de deficiência e transtornos incidem sobre processos de inclusão escolar na Educação Infantil em um município paulista. Analisa racionalidades. Disponível em: https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/67163/Tese_Maria_Rozineti_Gon%c3%a7alves_vers%c3%a3o_final_PdfA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 maio. 2024.

GOMES, Heidi Alcino Costa. SOARES, Ludmila Louslene. Educação Emocional como Requisito Essencial no Desempenho Escolar. Revista Acadêmica Educação e Cultura em Debate. V. 8, n. 1. 2022. Disponível em: https://revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaISE/article/view/836. Acesso em: 17 mai. 2024.

GOMES, Renata Trefiglio Mendes. Avaliação do impacto de um programa de educação emocional em sala de aula na percepção de professores, pais e alunos: Amigos do Zippy. 2015. 136 folhas. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2015. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/294811531.pdf. Acesso em: 16 maio. 2024.

GUERREIRO, Carla Alexandra do Espírito Santo. Literatura para a infância e educação emocional: o novelo de emoções de Elisabete Neves. 2022. Disponível em: https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/26292. Acesso em: 16 maio. 2024.

HOHMANN, M. e WEIKART. Educar a criança. 3ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2004.JESUS, Andréia Ponciana de. CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O OLHAR DE ASSISTENTES E EDUCADORES DE CRIANÇAS PEQUENAS. 2015. Disponível em: https://dspace.doctum.edu.br/bitstream/123456789/1403/1/CUIDAR%20E%20EDUCAR%20NA%20EDU

CA%C3%87%C3%83O%20INFANTIL%20UM%20OLHAR%20DE%20ASSISTENTES%20E%20PROFESSORES%20DE%20CRIAN%C3%87AS%20PEQUENAS.pdf . Acesso em: 16 maio 2024.

KARAM, Heloísa da Silva COMPETÊNCIA EMOCIONAL: UM ESTUDO DE CASO NA EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA. 2018. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/10117/1/TCC%20Final%20Helo%C3%ADsa.pdf. Acesso em: 16 maio 2024.

LOURENÇO, Eliana Soraia Santos. A Importância das Emoções da Criança na Educação de Infância. 2021. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/36178. Acesso em: 16 maio. 2024.

MAIA, Janaina Nogueira. CONCEPÇÕES DE CRIANÇA, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL UCDB UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO CAMPO GRANDE-MS. 2012. Disponível em: https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/11459-janaina-nogueira-maia.pdf. Acesso em: 16 maio 2024.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MATA, Andréia Silva da. INTELIGÊNCIA EMOCIONAL EM CRIANÇAS UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO. 2007. Disponível em: https://lyceumonline.usf.edu.br/salavirtual/documentos/1186.pdf. Acesso em: 16 maio. 2024.

MATTOS, Rafael Arosa de. PENSANDO O MAL-ESTAR NA/DA EDUCAÇÃO ATRAVÉS DA COMPREENSÃO DAS 'JUVENTUDES LÍQUIDAS' CONTEMPORÂNEAS. Rev. Eletrônica Pesquiseduca, Santos, v. 05, n. 10, p. 295-309, jul.-dez. 2013. Disponível em: https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/249. Acesso em: 17 mai. 2024.

MEDEIROS, Karilene Ádria Silva de et al. CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO EMOCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTUDANTE. 2019. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA18_ID9157_14082019191552.pdf. Acesso em: 16 maio 2024.

MELLO, Suely Amaral. Infância e humanização: algumas considerações na perspectiva histórico-cultural. Perspectiva [online]. 2007, vol.25, n.01, pp.83-104. ISSN 0102-5473. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0102-54732007000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 16 maio 2024.

MENDES, Aline Rocha. Educação emocional na escola: uma proposta possível. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2016. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6601. Acesso em: 17 mai. 2024.

MENDES, A. R. (2016). Educação emocional na escola: uma proposta possível. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

NONATO, A. da S. ., FARIA, H. A. de ., FLORES, J. L. de A. ., OLIVEIRA, L. C. de S. ., ROCHA, R. B. da S. ., AVELAR, R. P. B. ., & CALDAS, M. C. C. . (2023). INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NA INFÂNCIA. Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação, 9(2), 1422–1428. Disponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v9i2.8684. Acesso em: 16 maio 2024.

OLIVEIRA, Márcia Donizete Leite et al. EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS. O lúcido na educação infantil como forma de desenvolvimento. Educar FCE / Faculdade Campos Elíseos. Vol. 18, n. 01 (março, 2019), SP. Mensal. Disponível em: https://www.fce.edu.br/pdf/ED18-revista.pdf. Acesso em: 17 mai. 2024.

PIAGET, Jean. Relações entre a afetividade e a Inteligência no desenvolvimento mental da criança. Rio de Janeiro: Wak, 2014.

PRIMI, Ricardo; SANTOS, Daniel. Desenvolvimento socioemocional e aprendizado escolar: uma proposta de mensuração para apoiar políticas públicas. São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 2014.

PIAGET, Jean. A Psicologia da Criança. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

PIAGET, Jean, et al. O Possível e o Necessário: evolução dos possíveis na criança. v 1. Porto Alegre: Artmed, 1985.

PONTES, Cleonilda Teixeira. INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM 2018. Disponível em: http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/bitstream/riuea/1525/1/Intelig%C3%AAncia%20emocional%20no%20processo%20ensino-aprendizagem.pdf. Acesso em: 17 mai. 2024.

PORTELINHA, Ângela M. S.; ZOIA, E. T.; PASQUALOTTO, L. C.; COELHO, R. T.; SBARDELOTTO, V. S. A educação infantil no contexto das discussões da Base Nacional Comum Curricular. Temas & Matizes, [S. l.], v. 11, n. 20, p. 30–43, 2017. DOI: 10.48075/rtm. v11i20.16632. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/16632. Acesso em: 27 maio 2024.

POSSEBON, E. P. G., & POSSEBON, F. (2020). DESCOBRIR O AFETO: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO EMOCIONAL NA ESCOLA. Revista Contexto & Educação, 35(110), 163–186. Disponível em: https://doi.org/10.21527/2179-1309.2020.110.163-186. Acesso em: 17 mai. 2024.

PETRUCCI, Giovanna Wanderley et al. A Família e a escola no desenvolvimento socioemocional na infância. Temas psicol. vol.24 no.2 Ribeirão Preto jun. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2016000200001. Acesso em: 16 maio. 2024.

PRADO, Margareth Simone Marques. Psicologia da educação. Cruz das Almas, BA: SEAD-UFRB, 2017. 42.; il. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/205425/1/Livro%20Psicologia%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20I.pdf. Acesso em: 16 maio. 2024.

RÊGO, Claudia Carla de Azevedo Brunelli. Avaliando a educação emocional: subsídios para um repensar da sala de aula. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 135-152, jan./mar. 2009. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/ensaio/v17n62/v17n62a07.pdf. Acesso em: 26 maio 2024.

ROCHA, Heloísa Helena et al. Pimenta Infância, juventude e emoções na história da educação / organização, Pablo Toro Blanco. - 1. ed. - Belo Horizonte [MG]: Fino Traço 2022. 390 p.; 23 cm. Apêndice inclui índice ISBN 978-85-8054-486-2. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Carlos-Salazar-3/publication/361616698_Aprender_del_cuerpo_La_circulacion_y_recepcion_de_las_ideas_de_la_psicofisiologia_en_la_educacion_colombiana/links/62bc9ff993242c74cad778e0/Aprender-del-cuerpo-La-circulacion-y-recepcion-de-las-ideas-de-la-psicofisiologia-en-la-educacion-colombiana.pdf. Acesso em: 16 maio 2024.

SALOVEY, Peter; SLUYTER, David J. (org.). Inteligência emocional da criança. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

SANTOS, Simone Aparecida dos. Raciocínio emocional e regulação afetiva numa perspectiva desenvolvimental na infância. 2005. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/17210. Acesso em: 16 maio 2024.

SILVA, Eulina de Almeida da. Os Significados das Emoções na Educação das Crianças. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 09. Ano 02, Vol. 02. pp 88-110, dezembro de 2017. ISSN:2448-0959. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/emocoes-na-

educacao, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/emocoes-na-educacao. Acesso em: 16 maio 2024.

SILVA, Iris Suelem Lima da. As práticas pedagógicas na educação infantil e o desenvolvimento da criança a partir do lúdico. 2018. Disponível em: https://faced.unifesspa.edu.br/images/TCC/2018/IRIS_SILVA.pdf. Acesso em: 17 mai. 2024.

SILVA, Teresa Alexandra Dantas da. Porto: [ed. autor], 2010. 80 f. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação - Especialização em Animação da Leitura, apresentada à Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti sob a orientação da Professora Doutora Joana Cavalcanti Literatura para a infância e educação emocional: a hora do conto e a partilha de afectos. 2010. Disponível em: http://repositorio.esepf.pt/handle/20.500.11796/1072. Acesso em: 16 maio 2024.

SOUSA. Sónia Margarida Oliveira de. A afetividade do educador na promoção de atitudes de inclusão no contexto da educação pré-escolar Universidade Fernando Pessoa Porto. 2013. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3992/1/TESE%20S%C3%B3nia%20Sousa%20%28Corpo%29.pdf. Acesso em: 17 mai. 2024.

VYGOTSKY, L. S. A Formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998. pp. 103- 119.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. Teoria e Método em Psicologia. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. Teoria de las Emociones: estudio histórico-psicológico. Madrid: Akal, 2004b.

WEDDERHOFF, E. Educação emocional: Um novo paradigma pedagógico? Revista Linhas, Florianópolis, v. 2, n. 1, 2007. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1299. Acesso em: 26 maio 2024.

Desafios no avanço das Práticas Integrativas e Complementares (PICS) em saúde mental na atenção básica

Challenges in advancing Integrative and Complementary Practices (ICPs) in mental health within primary care

DOI: 10.29327/2385111.4.1-7

Alex de Souza Jeronimo[1]
Amanda Caroline Duarte Ferreira[2]
Anaile Fernanda Salomão Baima do Lago[3]
André Pinheiro de Almeida[4]
Elen Mayara Bezerra de Carvalho[5]
Gleiciane da Silva Damásio[6]
Milton Fernandes De Almeida Junior[7]
Wania Paula da Costa[8]
Victor Miranda Leão[9]
Renato Augusto Guerra de Queiroz[10]

[1]Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Grande Dourados – UFGD. direcaorp@facx.edu.br. [2]Doutoranda pelo Núcleo de Doenças Tropicais, Universidade Federal do Pará – UFPA. [3]Graduação em Psicologia, Universidade Ceuma. [5]Mestrado em Educação e Cultura, Universidade Federal do Pará – UFPA. [4]Doutor em Biologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. [5]Graduação em Psicologia, Centro Universitário Adventista. [6]Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Xingu e Amazônia – FACX .[7]Mestre em Gestão de Serviços, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Portugal. [8]Especialista em Psicologia do Trânsito pela FAVENI-FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE. [9]Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará – UFPA. [10]Mestrado em Educação pela Universidad de la Empresa, Uruguai.

Resumo: Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde mental é o estado de bem-estar desenvolvido por uma pessoa que, diante de situações de estresse, consegue se manter bem sem que haja interferência na realização de atividades rotineiras. O presente estudo visa contribuir para um melhor ajustamento no avanço das Práticas Integrativas e Complementares, com um impacto positivo para as pessoas com transtornos mentais na promoção e acompanhamento dos tratamentos de forma positiva e significativa. As intervenções nesse âmbito têm o intuito de promover mudança, qualificar condições e modo de vida por meio do suporte emocional dado aos pacientes em situação de sofrimento.

Palavras-chave: Práticas Integrativas e Complementares; Saúde Mental; Atenção Básica; Sistema Único de Saúde; Humanização do Cuidado; Desafios na Implementação; Políticas de Saúde; Cuidado Integral; Interdisciplinaridade; Promoção da Saúde Mental.

Abstract: According to the World Health Organization (WHO), mental health is the state of well-being developed by a person who, in the face of stressful situations, is able to maintain well-being without interference in the performance of routine activities. This study aims to contribute to a better adjustment in the advancement of Integrative and Complementary Practices, with a positive impact for people with mental disorders in the promotion and monitoring of treatments in a positive and meaningful way. Interventions in this area aim to promote change, qualify conditions and way of life through the emotional support given to patients in situations of suffering.

Keywords: Integrative and Complementary Practices; Mental Health; Primary Care; Unified Health System; Humanization of Care; Implementation Challenges; Health Policies; Comprehensive Care; Interdisciplinarity; Mental Health Promotion.

INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde mental é o estado de bem-estar desenvolvido por uma pessoa que, diante de situações de estresse, consegue se manter bem sem que haja interferência na realização de atividades rotineiras. Para que ela seja desenvolvida é importante reconhecer necessidades físicas, mentais, emocionais e sociais. Contudo, esses reconhecimentos e cuidados diários devem se tornar um hábito, que necessita ser desenvolvidos por meio de acompanhamento psicológico e psiquiátrico.

Deste modo, a saúde mental é sinônimo de equilíbrio, considerando o ambiente, a visão de si mesmo(a), do mundo e relação com outros. Com o surgimento de novas práticas, com estudos exitosos, pode contribuir de forma significativa e assim auxiliar uma população, sem distinção de qualquer natureza.

Atualmente podemos observar, mesmo que de forma empírica, a elevação das problemáticas em relação a saúde mental, além do aumento dos casos nos últimos anos. Somado a isso, e encontram-se percalços no cuidado e promoção da saúde mental, que envolve também o uso dos procedimentos, como as práticas integrativas, no acompanhamento de pessoas com a saúde mental prejudicada.

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), denominadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como medicinas tradicionais e complementares, foram institucionalizadas no Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da Política Nacional de Práticas

Integrativas e Complementares (PNPIC), aprovada pela Portaria GM/MS nº 971, de 3 de maio de 2006. Entretanto ainda são muitas as barreiras para sua implementação junto a atenção básica de saúde em saúde mental. Emerge assim, o presente trabalho sobre os desafios no avanço das Práticas Integrativas e Complementares (PICS) em Saúde Mental na Atenção Básica, tanto para os profissionais que estão à frente das Práticas Integrativas e complementares, quanto para os usuários.

Dar-se-á por motivos intrínsecos as problemáticas encontradas na aplicação e acompanhamento diário nos locais de atendimento e por questões dos próprios profissionais. Assim como, no diagnóstico das doenças mentais, visando a necessidade de realizar uma adequação das práticas para as pessoas com sofrimento mental.

O presente estudo visou contribuir para um melhor ajustamento no avanço das Práticas Integrativas e Complementares, com um impacto positivo para as pessoas com transtornos mentais na promoção e acompanhamento dos tratamentos de forma positiva e significativa. Trouxe como objetivo geral: analisar os principais desafios e dificuldades enfrentados pelos profissionais de saúde no avanço das Práticas Integrativas e Complementes (PICS) em Saúde Mental na Atenção Básica. Identificando os principais desafio e dificuldades enfrentados pelos profissionais de saúde no avanço das Práticas Integrativas e Complementes; Avaliando a incorporação e implementação das PNPIC no SUS, na perspectiva da prevenção de agravos e da promoção e recuperação da saúde, com ênfase na atenção básica, voltada para o cuidado continuado, humanizado e integral em saúde mental; e contribuindo para o aumento da resolubilidade do sistema e ampliação do acesso à PNPIC, garantindo qualidade, eficácia, eficiência e segurança no uso relacionado a saúde mental; Apresentou através do estudo que os desafios e dificuldades enfrentados pelos profissionais de saúde no avanço das Práticas Integrativas e Complementes (PICS) em Saúde Mental na Atenção Básica podem ser dirimidos ou sanados em benefício da população.

REFEÊNCIAL TEÓRICO

Um dos princípios da atenção básica de saúde do SUS é proporcionar o primeiro contato de cuidados com a saúde mental para pessoas que estão necessitando. As intervenções nesse âmbito têm o intuito de promover mudança, qualificar condições e modo de vida por meio do suporte emocional dado aos pacientes em situação de sofrimento. Assim como, adequar da melhor forma novas técnicas que podem auxiliar no trabalho, as práticas integrativas são uma importante ferramenta para amenizar os impactos na saúde mental, estimulando os processos cognitivos e emocionais, a partir do entendimento de que existe uma conexão entre "o mundo das sensações e o mundo dos pensamentos e das emoções", o que impacta de forma positiva no avanço das pessoas com sofrimento mental.

O SUS foi criado em 1988, e divulgado na Constituição Federal Brasileira para oferecer atendimento igualitário, cuidar e promover a saúde de toda a população. Constituído por um projeto social único materializou-se por meio de ações de promoção, prevenção e assistência à saúde dos brasileiros.

A emenda Constitucional nº29, aprovada em 2000, modificou o Art. 198 da Constituição Brasileira assegurando que as ações e serviços públicos de saúde integrassem uma rede regionalizada e hierarquizada e constituíssem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e III – participação da comunidade (BRASIL, 2015).

Em todas as áreas da saúde prevalece a visão biológica, e o setor saúde ainda convive com a hegemonia do médico sobre os demais profissionais, bem como nos avanços tecnológicos das práticas médicas e o fortalecimento da atenção secundária e terciária. Tendo em vista este argumento, a medicina moderna praticada no Sistema Único de Saúde (SUS) tem sido questionada quanto a sua possibilidade de atender a demanda apresentada atualmente para os usuários.

O SUS têm se mostrado favorável ao uso de recursos terapêuticos que sejam mais eficazes, em muitas das instâncias de tratamento e economicamente mais acessíveis, principalmente, no que se refere às Práticas Integrativas e Complementares (PIC) ou popularmente conhecidas como alternativas. A PNPIC contempla diretrizes e responsabilidades institucionais para oferta de serviços e produtos de homeopatia, medicina tradicional chinesa/acupuntura, plantas medicinais

e fitoterapia, além de constituir observatórios de medicina antroposófica e termalismo social/crenoterapia.

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) foram institucionalizadas no Brasil por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC), criada pelo Ministério

da Saúde em 2006 e ampliada em 2017. Essa política reconhece práticas como acupuntura, fitoterapia, meditação, homeopatia, reiki, yoga, arteterapia, entre outras, como estratégias que contribuem para o cuidado integral em saúde, incluindo a saúde mental (BRASIL, 2018).

De acordo com Nascimento e Tesser (2019), as PICS oferecem abordagens que ampliam o modelo biomédico tradicional, promovendo o cuidado centrado na pessoa, no equilíbrio emocional e na promoção da autonomia. Isso é especialmente relevante na atenção à saúde mental, considerando os limites dos tratamentos exclusivamente medicamentosos e o crescente número de casos de sofrimento psíquico na Atenção Básica.

A Atenção Básica, por sua capilaridade e vínculo com o território, tem potencial para promover o uso das PICS como parte de estratégias de cuidado ampliado, acolhedor e contínuo. Contudo, diversos autores (TESSER; BARROS, 2016; SOUSA; GALATO, 2020) apontam desafios estruturais, institucionais e culturais para a consolidação dessas práticas nos serviços de saúde, entre eles:

- Falta de formação profissional e resistência por parte das equipes;
- Baixa institucionalização das práticas nos protocolos de cuidado;
- Desconhecimento da população e dos próprios profissionais sobre os benefícios das PICS;
- Falta de financiamento específico e instabilidade política nas diretrizes do SUS.

Segundo Ayres (2009), a promoção da saúde mental exige uma abordagem intersetorial e transdisciplinar, capaz de articular saberes e práticas diversas. As PICS, nesse sentido, representam uma forma de ampliar os horizontes do cuidado em saúde, favorecendo a escuta ativa, a valorização do sujeito e a ressignificação do sofrimento psíquico.

Por fim, estudos como o de Barros e Tesser (2021) defendem que a ampliação das PICS na atenção primária passa pela educação permanente em saúde, pelo fortalecimento da gestão local e pelo envolvimento da comunidade na construção de uma cultura de cuidado integral, humanizado e acolhedor.

Em março de 2017, a PNPIC foi GM/MS nº 849/2017, a saber: arteterapia, ayurveda, biodança, dança circular, meditação, musicoterapia, naturopatia, osteopatia, quiropraxia, reflexoterapia, reiki, shantala, terapia comunitária integrativa e yoga, totalizando 19 práticas. Desde março de 2017, estas práticas foram institucionalizadas pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde (PNPIC) e, atualmente, o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece, de forma integral e gratuita, 29 procedimentos de Práticas Integrativas e Complementares (PICS) à população. Essas práticas ampliam as

abordagens de cuidado e as possibilidades terapêuticas para os usuários, garantindo uma maior integralidade e resolutividade da atenção à saúde.

Essas condutas terapêuticas desempenham um papel abrangente no SUS e podem ser incorporadas em todos os níveis da Rede de Atenção à Saúde, com foco especial na Atenção Primária, onde têm grande potencial de atuação. Uma das ideias centrais dessa abordagem é uma visão ampliada do processo saúde e doença, assim como a promoção do cuidado integral do ser humano, especialmente do autocuidado. As indicações às práticas se baseiam no indivíduo como um todo, levando em conta seus aspectos físicos, emocionais, mentais e sociais.

Vale ressaltar que, as PICs não substituem o tratamento tradicional. Elas são um adicional, um complemento no tratamento e indicadas, por profissionais específicos, conforme as necessidades de cada caso. Uma grande dificuldade para efetivação delas é que no país existem poucas instituições estabelecidas que formem profissionais praticantes de outras formas de racionalidades médicas ou tradições de cura em sintonia com os princípios do SUS e da Saúde Coletiva (TESSER, 2009).

O Ministério da Saúde vem construindo estratégias para enfrentar esses desafios a partir da oferta de cursos para os gestores e profissionais de saúde; da inserção das PICS em documentos técnicos do Ministério, como os Cadernos de Atenção Básica; com a inserção de indicadores no Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica (Pmaq) e de campos de registro de informação sobre a produção em saúde no e-SUS AB e ações de comunicação. Entretanto, a discussão originária para este estudo será em relação aos desafios encontrados pela política de Saúde Mental na oferta das PICS à população que sofre emocionalmente. A oferta de delas é transversal a toda a Rede de Atenção à Saúde (RAS), sendo ofertada em serviços nos diversos pontos da rede, conforme organização e demanda local.

As equipes de Atenção Básica, entre elas a Estratégia de Saúde da Família (ESF), E-Multi, as Equipes de Consultório na Rua, de Saúde Prisional, as Equipes de Saúde Ribeirinhas e Fluviais, podem realizar ações em PICS na perspectiva do cuidado integral à população de seu território. Porém, mesmo após 12 anos de publicação da PNPIC, esta política, ainda não está institucionalizada na maioria dos municípios relacionados com a Saúde Mental, ou seja, a população atendida não recebe esses cuidados.

As principais consequências para a não institucionalização são a fragilidade e a instabilidade da oferta, além da dificuldade de realizar o adequado monitoramento e avaliação para garantir segurança e qualidade. Quando a prática é implantada, financiada e desenvolvida pelos profissionais, sem apoio da gestão, quando esse profissional deixa o serviço ou por algum motivo interrompe a oferta, a prática deixa de ser ofertada, caracterizando uma política de “pessoas” e não de Estado.

Além do fato de que as equipes possuem, em sua essência, o compartilhamento de saberes multidisciplinares, cuja transversalidade e longitudinalidade do cuidado estão pautadas na oferta do cuidado próximo da vida das pessoas, em seu contexto familiar e social. Nesse sentido, apresentam-se como lócus privilegiado para a oferta das PICS, as quais contribuem para o aumento da resolubilidade do sistema, garantindo um cuidado continuado, humanizado e integral (SANTOS, 2012).

No que tange ao cuidado da Saúde Mental precisamos atentar-se para a assistência aos portadores de doenças mentais. Nesse sentido, desde a reforma psiquiátrica brasileira, um movimento histórico, político e social fomentado por grupos dominantes, onde teve seus marcos de mudanças com as conferências nacionais de saúde ocorridas, o modelo manicomial começou a ser deixado de lado com a 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986) e na 2ª Conferência Nacional de Saúde Mental (1992), obtendo teve seu ápice na 3ª Conferência Nacional de Saúde Mental (2001) (VILLELA; SCATENA, 2004).

Na 8ª Conferência Nacional De Saúde formalizou-se o princípio doutrinário constitucional do Sistema Único de Saúde (SUS), a integralidade do cuidado, sendo diretriz norteadora para a abertura das práticas integrativas e complementares no país, como forma do cuidado holístico e integral.

Estes marcos foram propulsores para deflagrar as mudanças ocorridas, que passaram a privilegiar os serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico como a implantação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), focando na integralidade do paciente. A reforma deu origem a serviços como oficinas terapêuticas, residências terapêuticas, como também, leitos foram ativados em hospitais gerais (LUZ, 2005).

Corroborando com esta nova estratégia de tratamento, ressaltam-se as PICS como meios de tratar enfermidades, sejam elas mentais ou não. Entretanto, no campo da saúde mental são amplamente utilizadas devido ao seu custo-benefício e à eficácia das técnicas. As práticas integrativas auxiliam e complementam os outros tratamentos, podendo ser cumulado com o medicamentoso, tornando mais eficiente e alcançando o resultado desejado (TROVÓ; SILVA, 2002). Dessa forma, um das grades desafios é a elaboração de normas técnicas e operacionais para a implantação e o desenvolvimento dessas abordagens no SUS para a atenção a essa população, garantindo o acesso aos demais insumos estratégicos da PNPIC, com qualidade e segurança das ações para os portadores de saúde mental.

O processo de produção em saúde é complexo, depende de condições biopsicossociais e de valores culturais. Assim, incluir as PIC, de maneira humanizada e integral, é favorecer a reflexão dos sujeitos em relação à sua saúde e condição de vida. Porém, pensar o cuidado dessa maneira é trabalhoso, demanda mais tempo de consulta, conversa e encontros, mas é valioso ao considerar o outro como sujeito autônomo e responsável pela produção de sua saúde.

As equipes da Atenção Básica são um importante recurso de enfrentamento de agravos à saúde e é impossível falar de saúde integral sem incluir a Saúde Mental (SM), assim como não há meios de abordar a SM sem pensar nos dispositivos relativos ao contexto de vida das pessoas, e por isso precisa-se discutir sobre a estruturação da Atenção Especializada em Saúde Mental nas PNPIC.

Entende-se que a SM não está dissociada da saúde geral e suas demandas revelam-se em todos os serviços da RAPS, especialmente na AB. É necessário que o cuidado em SM seja incorporado à prática em todos os níveis de atenção, com intervenções capazes de considerar a subjetividade, a singularidade e a forma como o indivíduo percebe o mundo.

Segundo Tesser e Barros (2016), o principal desafio da implementação das PICS na atenção básica está relacionado à lógica ainda hegemônica do modelo biomédico:

“A hegemonia do paradigma biomédico, centrado no uso de medicamentos e em intervenções curativas, dificulta a inserção de abordagens que valorizem o cuidado integral e a escuta qualificada” (TESSER; BARROS, 2016, p. 489).

No contexto da saúde mental, as PICS oferecem estratégias complementares ao tratamento convencional. Para Nascimento e Tesser (2019), essas práticas

“permitem ampliar a oferta de cuidado às pessoas em sofrimento psíquico, favorecendo a autonomia, a escuta e o fortalecimento dos vínculos comunitários” (NASCIMENTO; TESSER, 2019, p. 12).

Apesar disso, diversos obstáculos ainda comprometem sua efetividade na Atenção Básica. Sousa e Galato (2020) alertam que

“a carência de formação técnica dos profissionais de saúde sobre as PICS reflete diretamente na sua subutilização, reforçando a medicalização como única via de tratamento” (SOUSA; GALATO, 2020, p. 76).

Além disso, há também barreiras institucionais. Como destaca Barros (2021):

“Sem apoio da gestão, financiamento adequado e sensibilização das equipes, as PICS tendem a permanecer como ações isoladas e sem continuidade nos territórios” (BARROS, 2021, p. 103).

Diante disso, autores como Ayres (2009) propõem uma mudança de paradigma para que o cuidado em saúde mental seja efetivamente ampliado:

“O cuidado em saúde deve ir além da dimensão técnica, incorporando valores, sentidos e a singularidade de cada sujeito” (AYRES, 2009, p. 125).

Portanto, as PICS se mostram como ferramentas potentes para um cuidado em saúde mental mais humanizado, mas sua consolidação na Atenção Básica depende de mudanças estruturais, educacionais e culturais.

Neste contexto surgiu o interesse em escrever esta proposta, com a finalidade de expor a relevância das Práticas integrativas e complementares na saúde mental, em especial em um serviço de atenção psicossocial, elencando os principais desafios para o avanço na implantação destas, tendo em vista que o enfermo mental necessita de cuidados mais abrangentes, evidenciando seus medos, angustias, traumas, seu convívio social, o histórico familiar; todas essas análises dão suporte para uma forma de cuidar holística e completa.

Considera-se que o debate sobre a temática é imprescindível, pois é possível observar, ao longo das últimas décadas, aumento na prevalência de agravos à saúde mental da população brasileira. Frente a isso, torna-se urgente pensar estratégias de cuidado em saúde mental a fim de reduzir os sintomas e aumentar o bem-estar.

Por fim, tendo em vista os agravos de saúde mental apresentados pelos/as brasileiros/as, defende-se a imprescindibilidade da implementação e do fortalecimento de estratégias para apoio emocional e psicossocial daqueles/as que se encontram em sofrimento, compreendendo a importância e o dever do poder público em investir na assistência à saúde mental a fim de contribuir para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, que teve como objetivo reunir, analisar e interpretar produções acadêmicas, livros, artigos científicos e documentos oficiais relacionados ao tema em estudo.

A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da consulta a fontes secundárias, incluindo obras publicadas em livros, periódicos científicos, teses, dissertações e materiais disponíveis em bases de dados como SciELO, Google Acadêmico, CAPES, entre outras. Foram utilizados como critérios de seleção publicações relevantes ao tema, com ênfase nos trabalhos publicados nos últimos cinco anos, priorizando autores reconhecidos na área.

A análise do material coletado seguiu uma abordagem qualitativa, com foco na identificação de conceitos-chave, argumentos teóricos, convergências e divergências entre autores, de forma a embasar a discussão e fundamentar as considerações apresentadas ao longo do trabalho.

A escolha pela metodologia bibliográfica justifica-se pela necessidade de compreensão teórica aprofundada do fenômeno estudado, permitindo a construção de um referencial sólido e crítico, sem a realização de experimentações ou coletas de dados primários.

Na pesquisa qualitativa, pressupõe-se que:

> Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

As perguntas que irão compor a entrevista semiestruturada há necessidade de formulação de perguntas básicas para guiar o pesquisador, com as quais fará comparação com a teoria do tema da pesquisa, pois as falas dos informantes gerariam frutos para novas hipóteses. (MANZINI, 1990\1991, p.154).

Por se tratar de pesquisa envolvendo seres humanos, a pesquisa será norteada a partir de normas e diretrizes que obedecem às resoluções brasileiras para autorização e consentimento dos entrevistados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura evidenciou que, embora as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) estejam reconhecidas oficialmente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) desde 2006, sua implementação efetiva na Atenção Básica, especialmente no campo da saúde mental, ainda enfrenta diversos desafios.

Entre os principais obstáculos identificados está a falta de formação adequada dos profissionais de saúde, tanto na graduação quanto na educação continuada. Muitos autores apontam que os profissionais da Atenção Básica ainda possuem uma compreensão limitada sobre as PICS e, muitas vezes, reproduzem uma visão biomédica centrada no uso de medicamentos, o que dificulta a adoção de abordagens integrativas no cuidado em saúde mental (SANTOS et al., 2021; OLIVEIRA & MELO, 2022).

Outro desafio recorrente é a ausência de políticas institucionais claras e recursos estruturais para o desenvolvimento dessas práticas nas unidades básicas de saúde (UBS). Em muitas regiões, a oferta de PICS depende da iniciativa isolada de profissionais ou gestores locais, sem apoio contínuo ou financiamento

adequado. Isso compromete a sustentabilidade das ações e a inclusão das PICS nos fluxos de cuidado em saúde mental (COSTA *et al*., 2020).

Além disso, há uma resistência cultural e institucional dentro do próprio sistema de saúde, onde as PICS ainda são vistas por parte dos profissionais como práticas alternativas ou de eficácia duvidosa, o que reforça a exclusão desses saberes das práticas clínicas regulares. Essa resistência também se manifesta na valorização desigual entre o conhecimento científico biomédico e os saberes tradicionais e populares, o que impede o avanço da abordagem ampliada da saúde preconizada pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) (BRASIL, 2018).

Por outro lado, os estudos também destacam os benefícios potenciais das PICS no cuidado à saúde mental, como a promoção do autocuidado, a escuta qualificada, a redução do uso de psicofármacos e a valorização do sujeito em sua totalidade. Práticas como acupuntura, auriculoterapia, meditação, reiki e fitoterapia têm demonstrado resultados positivos no manejo da ansiedade, depressão e estresse, contribuindo para uma atenção mais humanizada e integral (FERREIRA et al., 2019; SILVA & LIMA, 2021).

Portanto, para que as PICS avancem de forma efetiva na Atenção Básica, é fundamental o investimento em formação profissional, financiamento adequado, fortalecimento das políticas públicas e mudança cultural no modelo de cuidado, com valorização de abordagens interdisciplinares, humanizadas e integrativas.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa bibliográfica permitiu compreender que, embora as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) representem uma importante estratégia de cuidado ampliado e humanizado, sua consolidação no campo da saúde mental na Atenção Básica ainda enfrenta diversos entraves.

Entre os principais desafios identificados estão a falta de preparo técnico dos profissionais, a escassez de políticas institucionais efetivas, recursos limitados, e uma resistência cultural e científica que ainda permeia o cotidiano das unidades básicas de saúde. Essas dificuldades comprometem a integração das PICS como parte do cuidado contínuo em saúde mental, reforçando práticas centradas exclusivamente no modelo biomédico.

Apesar disso, os estudos analisados demonstram que as PICS têm potencial para promover benefícios significativos, como a redução do sofrimento psíquico, o fortalecimento do vínculo terapêutico, e a valorização do sujeito em sua integralidade, contribuindo para uma atenção mais acolhedora e centrada na pessoa.

Diante disso, faz-se necessário o fortalecimento da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), com ênfase na formação e sensibilização de profissionais, no financiamento público adequado, e na ampliação do acesso da população a essas práticas no âmbito da Atenção Básica.

Por fim, é importante ressaltar que o avanço das PICS exige uma mudança paradigmática no modo de pensar e fazer saúde, com abertura para a escuta, o diálogo entre saberes e o respeito às diferentes formas de cuidado. Investir nesse caminho é essencial para promover uma saúde mental mais inclusiva, integral e transformadora.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J.; KANAN, L. MASIERO, A. Práticas Integrativas e Complementares na atenção básica em saúde: um estudo bibliométrico da produção brasileira. Saúde em Debate, v. 43, n. 123, p. 1205-1218, 2019.

BARBOSA, F. E. S. et al. Oferta de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Estratégia Saúde da Família no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 1, e00208818, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. A homeopatia que queremos implantar no SUS. In: FÓRUM NACIONAL DE HOMEOPATIA, 1., 2004, Brasília. Relatório... Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 52 p. (Série D. Reuniões e Conferências).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso. 2. ed. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde: política nacional de promoção da saúde. Brasília, DF; 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS). Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pics>. Acesso em 17 fev. 2024.

GERHARDT, T E; SILVEIRA, D.T. Métodos de pesquisa, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LUZ, M.T. Cultura Contemporânea e medicinas Alternativas: Novos Paradigmas em Saúde no fim do século XX. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, p. 145-176, 2005.

SANTOS, Melissa Costa; TESSER, Charles Dalcanale. Um método para a implantação e promoção de acesso às Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde. Ciência & Saúde Coletiva, v. 17, n. 11, p. 3011-3024, 2012.

SCATENA, M.M; VILELA, C. S. A Enfermagem e o cuidar na área de Saúde Mental. Rev Bras Enferm, Brasília (DF), 2004.

TESSER, Charles D. Práticas complementares, racionalidades médicas e promoção da saúde: contribuições poucos exploradas. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 25, n. 8, p. 1.7321.742, 2009.

TROVÓ, M.M; SILVA, M.E. Terapias alternativas / complementares a visão do graduando de enfermagem. Rev. Esc. Enferm.: LISP, vol. 36, p. 80-87, 2002.

A educação financeira doméstica no curso de contabilidade: revisão sistemática da literatura

Household financial education in accounting courses: a systematic literature review

DOI: 10.29327/2385111.4.1-8

Gerbson Lameira de Melo[1]
Wilas Menezes dos Santos[2]
Victor Miranda Leão [3]
Amanda Caroline Duarte Ferreira[4]
Anaile Fernanda Salomão Baima do Lago [5]
André Pinheiro de Almeida[6]
Elen Mayara Bezerra de Carvalho[7]
Gleiciane da Silva Damásio[8]
Milton Fernandes De Almeida Junior[9]
Kamyla Mayara Oliveira de Oliveira[10]

[1,2] Graduados em Ciências Contábeis, FACX. [3]Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável - UFPA. direcaorp@facx.edu.br. [4]Doutoranda pelo Núcleo de Doenças Tropicais, Universidade Federal do Pará – UFPA. [5]Graduação em Psicologia, Universidade Ceuma. [6]Doutor em Biologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. [7]Mestrado em Educação e Cultura, Universidade Federal do Pará – UFPA. [8]Graduação em Psicologia, Centro Universitário Adventista. [9]Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Xingu e Amazônia – FACX .[9]Mestre em Gestão de Serviços, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Portugal. [10]Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Xingu e Amazônia – FACX.

Resumo: Este estudo apresenta algumas concepções sobre a educação financeira doméstica no curso de contabilidade a partir de uma revisão sistemática da literatura com artigos publicados nos últimos dez anos, sendo de 2014 a 2024, cronologicamente. Para tanto, definiu-se como questão problema: quais as vantagens e desvantagens de conhecimentos no curso de contabilidade sobre a educação financeira doméstica junto aos desafios nos últimos dez anos? O estudo teve como objetivo geral analisar os artigos científicos acerca da educação financeira doméstica (2014 - 2024), a fim de identificar as principais inovações, transformações ocorridas nas operações feitas no campo contábil e necessidades de melhorias para os próximos anos. Os específicos, de mostrar as principais inovações da educação financeira doméstica nos últimos anos; identificar os impactos causados pelos desconhecimentos esse contexto junto a problemas que ainda não foram resolvidos e por fim, propor direções de pesquisas a partir das lacunas encontradas. A metodologia foi de revisão sistêmica com buscas ativas nos periódicos virtuais disponíveis (revistas), cita-se: SCIELO, BIREME, LILACS, Google Acadêmico, Biblioteca Virtual, entre outros que dialogam sobre a temática. Dessa forma, os resultados apontaram que mesmo no decorrer de dez anos a questão da educação financeira doméstica no campo contábil ainda ocorrem de maneira lenta, sendo que este tema é pertinente em suas capacitações, pois tem impacto diretamente não só no conhecimento financeiro, mas na formação como cidadão e no senso crítico para além da contabilidade diante de situações como investimentos, economia e necessidades pessoais. Assim, ficou evidenciado na conclusão a partir dos artigos selecionados que a educação financeira doméstica aplicada às finanças utilizando conceitos contábeis se faz pertinente e importante para independência financeira na atualidade.

Palavras-chave: Contabilidade. Educação Financeira Doméstica. Revisão Sistemática.

Abstract: This study presents some concepts about domestic financial education in the accounting course based on a and systematic review of the literature with articles published in the last ten years, from 2014 to 2024, chronologically. To this end, the problem question was defined as: what are the advantages and disadvantages of knowledge in the accounting course regarding domestic financial education along with the challenges in the last ten years? The general objective of the study was to analyze scientific articles about domestic financial education (2014 - 2024), in order to identify the main innovations, transformations that occurred in operations carried out in the accounting field and improvement needs for the coming years. The specific ones, to show the main innovations in domestic financial education in recent years; identify the impacts caused by lack of knowledge in this context along with problems that have not yet been resolved and finally, propose research directions based on the gaps found. The methodology was a systemic review with active searches in available virtual periodicals (magazines), including: SCIELO, BIREME, LILACS, Google Scholar, Virtual Library, among others that discuss the topic. Thus, the results showed that even over the course of ten years, the issue of domestic financial education in the accounting field still occurs slowly, and this topic is pertinent in their training, as it has a direct impact not only on financial knowledge, but on training as a citizen and in critical thinking when faced with situations such as investments, economics and personal needs. Thus, it was evident in the conclusion from the selected articles that domestic financial education applied to finance using accounting concepts is relevant and important for financial independence today.

Keywords: Accounting. Domestic Financial Education. Systematic Review.

INTRODUÇÃO

Dialogar sobre as finanças domésticas no cenário contábil é importante, pois contribui para o uso adequado dos recursos obtidos, adquirindo assim uma melhor gestão financeira. Conectando tal tema à Educação Financeira e utilizando as ferramentas da contabilidade como adicional, contribui-se para uma capacitação mais completa e aprimorada, principalmente na atualidade moderna e tecnológica.

Isto posto, este estudo é relevante e mostra a Educação Financeira Doméstica como algo necessário, pois vem sendo apresentado por outras características como um recurso importante de conhecimento no Brasil, pois "as ações sociais e preocupações de pequenos grupos sempre foram destaque nas pautas e fundamentação legal no campo da administração" (Gomes & Portes, 2022).

Um recurso importante para auxiliar os indivíduos em seu cotidiano de forma que possam utilizar de decisões mais convenientes aos seus objetivos financeiros, é saber o que é educação financeira doméstica, evitando que ações tomadas de forma inadequadas, possam afetar suas vidas financeiras, profissional, social e doméstica.

Dessa forma, o objetivo foi mostrar a importância da educação financeira, junto a sua contribuição para a evolução do ser humano, tanto individual quanto social. Afinal, a cultura de cada região é fator primordial de análise, trazendo a possibilidade de fazer a sociedade repensar os hábitos de consumo, trocando por outros mais sustentáveis e mediadores em relação a educação financeira doméstica.

Todavia, adotando como base o direcionamento financeiro, cuja população não está acostumada a lidar da melhor maneira com suas finanças (Gomes *et al.*, 2022), com reflexos negativos na economia e na vida do indivíduo, é fundamental que se ministre a devida atenção a uma instrução financeira para reverter esta situação. Diante do exposto, busca-se responder a seguinte questão: Qual a importância da Educação financeira doméstica na atual conjuntura social com foco no curso de contabilidade?

Sob essa perspectiva, para poder abranger e dialogar sobre a educação financeira doméstica, precisa-se apreender sobre Educação e Finanças, termos básicos para poder adentrar neste pequeno ensaio. Segundo Houaiss (2021), "a educação se refere ao ato de expandir as habilidades morais, psíquicas e intelectuais". Resultado disso é o entendimento e prática dos hábitos sociais e de costumes. A palavra Educação vem do latim educare, que se refere a todo o processo contínuo de ensino-aprendizagem que faz parte do conjunto de estabelecimentos de ensino, sejam públicos ou privados.

Para tanto, este estudo aponta alguns entraves, realiza comparações com alguns estudos junto a metodologia desenvolvida que foi a sistemática de forma que possa ser utilizada como exemplo para ajudar a sociedade, comunidade, indivíduos, afim de promover o desenvolvimento de uma consciência crítica do sujeito sobre o uso adequado de seus recursos financeiros domésticos.

REFEÊNCIAL TEÓRICO

Nessa seção, de acordo com o atual cenário econômico brasileiro "de crise", desemprego e a contínua queda de renda e emprego, se faz oportuna a adoção de postura comedida e consciente por parte da população, com a necessidade de organização, planejamento e controle financeiro. Analisar o comportamento da economia doméstica, com enfoque na realidade socioeconômica se faz essencial e, apresentar soluções, por meio da contabilidade, para equilibrar o orçamento. Dessa forma, apresenta-se a EFD[4] a partir dos desafios sociais e possibilidades; depois as principais inovações financeiras para o curso de contabilidade e segue com as vantagens e desvantagens da EFD com ênfase nas finanças.

Educação Financeira Doméstica: Desafios e Possibilidades

Conforme Pinheiro (2016), "as grandes transformações pelas quais a economia do país perpassa são de cunho social, político e econômico". Estas, claramente interferem no modo de vida das pessoas, bem como nas operações de empresas de todos os segmentos.

Consoante, a educação financeira tem ganhado crescente importância ao redor do mundo, especialmente em países onde o endividamento das famílias e a baixa taxa de poupança colocam em risco a estabilidade econômica. No Brasil, a falta de conhecimento em finanças pessoais é um problema crônico que afeta milhões de cidadãos, refletindo-se em altos índices de inadimplência, uso excessivo de crédito e dificuldade para realizar investimentos e planejar o futuro.

Conforme, a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), 45,8% dos brasileiros não realizam um controle sistemático do seu orçamento, sendo que 29,3% o fazem apenas 'de cabeça'- ou seja, recorrem a um método pouco confiável para organizar suas finanças. Ainda nesse contexto, utilizam algum método organizado para gerenciar seus recursos financeiros (53,9%), o mecanismo mais comum é o caderno de anotações, mencionado por 29,8%, seguido pela planilha (21,0%) e pelos aplicativos digitais (3,1%).

Cabe mencionar que a educação financeira ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de inserção de disciplinas de finanças no currículo obrigatório das escolas de ensino fundamental e médio. O conteúdo relacionado à alfabetização financeira, quando abordado, tende a ser restrito a campanhas pontuais ou projetos educativos temporários, sem continuidade ou profundidade para uma real conscientização financeira.

Deste modo, de acordo com Ross e seus colaboradores (2021), o nível de conhecimento sobre conceitos financeiros básicos, como juros, inflação, poupança e crédito, é insuficiente entre grande parte da população. Essa falta de conhecimento, somada à facilidade de acesso a produtos financeiros como crédito pessoal e cartão de crédito, coloca muitos brasileiros em situações financeiras precárias, gerando um ciclo de endividamento e inadimplência.

Corroborando, Domingues (2020, p. 78), alerta que a educação financeira é impactada pela falta de políticas públicas consistentes e de longo prazo voltadas para a formação de uma sociedade financeiramente educada. Embora existam iniciativas governamentais e de organizações não governamentais para a promoção de educação financeira, a abrangência e a efetividade dessas ações ainda são limitadas. Muitas dessas iniciativas focam na educação para adultos, em vez de criar uma base de conhecimento financeiro desde a infância e adolescência, uma abordagem que tem se mostrado eficaz em países com maior estabilidade financeira e menores índices de inadimplência, como os Estados Unidos e o Japão.

Nessa ambiência, segundo Fujeta (2020), a ausência de uma formação financeira sólida e contínua no Brasil contribui para o ciclo de endividamento que afeta milhões de brasileiros, limitando suas possibilidades de ascensão econômica e impactando negativamente a economia nacional. A implementação de uma educação financeira obrigatória, que acompanhe o estudante desde o ensino básico até o médio, pode ser um dos caminhos para promover maior estabilidade financeira e autonomia econômica no país, capacitando os cidadãos a fazer escolhas financeiras mais informadas e conscientes e a contabilidade vem para auxiliar nesse cenário.

Principais Inovações da Educação Financeira Doméstica para o curso de Contabilidade

A educação financeira doméstica é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, “podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro” (Halfed, 2016, p. 134).

Diante do fato mencionado anteriormente, a Educação Financeira doméstica se faça necessária dentro do contexto social de maneira geral e para que fique correto o entendimento sobre o processo lucrativo e possa chegar à diminuição de custos nessa ambiência, deve-se entender o processo burocrático, tais como o uso de ferramentas contábeis nesse contexto.

Nessa compreensão, em 2018, o CNE (Conselho Nacional da Educação) aprovou a inclusão da educação financeira na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), contudo, não foi para as escolas, gerando conhecimento somente a determinado grupo de pessoas. Resultado disso é dado pelo Banco Central (2021) onde segundo dados divulgados pelo mesmo ocorreu uma alta de 18,2% em volume de crédito concedidos por instituições financeiras. Vale lembrar que “a modalidade de crédito, como o nome já diz, é valor que se obtém por antecipação para uma compra e que deve ser pago posteriormente”, como afirma Houaiss (2021, p. 90).

Assim, ainda de acordo com Gomes *et al.* (2022), a educação financeira, desenvolve e capacita a comunidade local e agrega conhecimentos por meio de projetos e atividades pedagógicas extensionistas. Nesses programas é possível a ministração de palestras, aulas de monitoria, cursos, aulas de educação básica, educação financeira, língua estrangeira, debates da comunidade local, participação em projetos sociais, projetos coletivos multidisciplinares e trabalhos voluntários. Os locais que poderão contemplar esse projeto extensionistas podem ser: parcerias com a prefeitura; associações de bairros, escolas, empresas públicas e privadas, igrejas, ONGs e por meio de redes de internet, sendo de extrema necessidade para a população.

Nesse movimento, a competência de realizar medidas inteligentes e decisões efetivas em relação ao uso e gestão do dinheiro, tem grande relevância em trazer informações de como aumentar a própria renda, diminui a quantidade de despesas e gerenciar fundo emergenciais. Diante do contexto pode-se afirmar que a educação financeira doméstica é utilizada como ferramenta para administrar recursos financeiros de modo a tomar decisões sábias diante de diversas circunstâncias postas pelo mercado. Gallery (2021, p.288).

Assim, voltado para o curso de contabilidade, mais ações deveriam ser feitas para conhecimento sobre as próprias finanças, pois configura um problema crônico no Brasil, é importante incluir a educação financeira doméstica no Curso de Contabilidade como tema na formação básica dos cidadãos. Controlar gastos, fazer um planejamento antes de ir às compras e evitar consumir por impulso são algumas atitudes simples que deveriam ser assimiladas desde criança e reforçada na fase acadêmica.

As Vantagens da Educação Financeira Doméstica

A educação financeira doméstica é uma habilidade essencial para a autonomia econômica e a qualidade de vida da população. O crescente endividamento das famílias brasileiras e a baixa taxa de poupança são reflexos da falta de instrução adequada sobre finanças pessoais, o que torna urgente a necessidade de políticas e programas de educação financeira.

A partir disso, a educação financeira é o meio de prover esses conhecimentos e informações sobre comportamentos básicos que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e de suas comunidades. É, portanto, um instrumento para promover o desenvolvimento econômico. Afinal, conforme Fujeta (2020, p. 56), a qualidade das decisões financeiras dos indivíduos influencia, no agregado, toda a economia, por estar intimamente ligada a problemas como os níveis de endividamento e de inadimplência das pessoas e a capacidade de investimento dos países.

Para isso, alguns conhecimentos e condutas básicos são necessárias, segundo Domingues (2020, p. 45):

> (I) entender o funcionamento do mercado e o modo como os juros influenciam a vida financeira do cidadão (a favor e contra); (II) consumir de forma consciente, evitando o consumismo compulsivo; (III) saber se comportar diante das oportunidades de financiamentos disponíveis, utilizando o crédito com sabedoria e evitando o superendividamento; (IV) entender a importância e as vantagens de

> planejar e acompanhar o orçamento pessoal e familiar; (V) compreender que a poupança é um bom caminho, tanto para concretizar sonhos, realizando projetos, como para reduzir os riscos em eventos inesperados; e, por fim, (VI) manter uma boa gestão financeira pessoal (Domingues, 2020, p. 45).

Dessa foram, a educação financeira doméstica pode ajudar a melhorar a relação com o dinheiro, a evitar conflitos financeiros e a criar um planejamento financeiro familiar mais eficiente, tais como: melhorar a relação com o dinheiro; evitar conflitos financeiros; planejar o futuro; ter mais autonomia; viver com mais qualidade de vida; ter um bom score de crédito.

Todavia, a educação financeira pode ser uma ferramenta eficaz para melhorar a conscientização e a tomada de decisões financeiras adequadas. Os estudos analisados também destacam a importância do planejamento financeiro e da conscientização sobre o uso do crédito, em especial o cartão de crédito, para evitar o endividamento.

METODOLOGIA

Segundo Botelho (2018), a revisão sistemática da literatura é um método específico, que resume o passado da literatura empírica ou teórica, para fornecer uma abrangente compreensão de um fenômeno particular. Essa técnica de pesquisa tem o objetivo de idealizar uma análise sobre o conhecimento já construído.

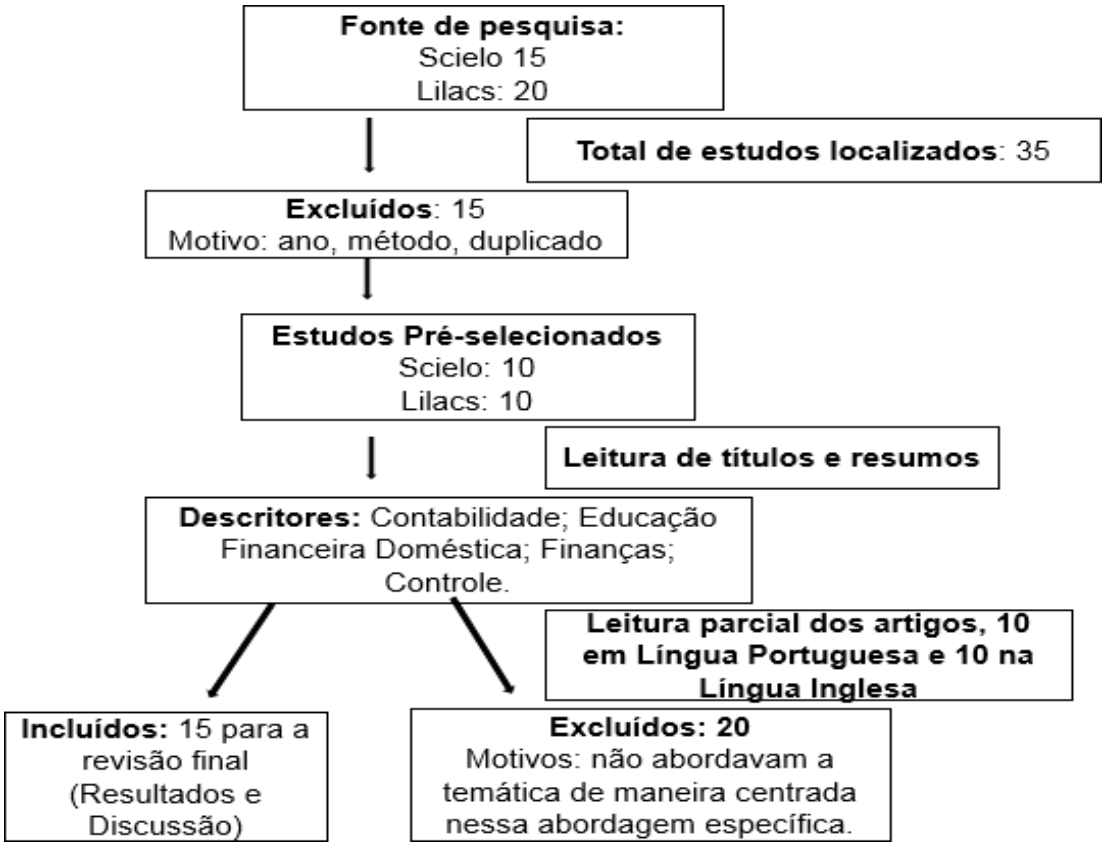
Dessa forma, a revisão além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, análise de problemas metodológicos de um tópico particular. A pesquisa em questão é uma das melhores formas de iniciar um estudo, buscando-se semelhanças e diferenças entre os autores que desenvolveram seus estudos sobre um determinado tema. Uma das características dessa revisão é a liberdade em trabalhar com o universo mais vasto tanto nos textos de natureza qualitativa quanto de natureza quantitativa.

Dessa natureza, seguimos os passos do método de revisão de literatura: iniciamos com a definição do problema (foi definido o propósito da revisão) as buscas das literaturas com a definição das palavras-chaves nas bases de dados, e aplicação de critérios definidos para aplicação de artigos, avaliação e análises dos dados obtidos. Para realização da busca foram utilizadas como palavras-chave (contabilidade, educação financeira doméstica, finanças, controle). As pesquisas foram realizadas nos bancos de dados Scielo, Medline e Lilacs, os termos foram cruzados com descritores e com resumo e títulos, as pesquisas analisadas têm um período que vai de 2014 a 2024 em nível de inclusão e exclusão com obras na língua portuguesa e inglesa.

A Figura 1 demonstra o processo de seleção dos artigos por meio das palavras-chave de busca e da aplicação dos critérios de inclusão e exclusão citados na metodologia. O fluxograma leva em consideração

os critérios elencados pela estratégia Prisma:

Figura 1- Processo de Seleção dos Artigos



Fonte: (PRISMA). Page *et al*., (2021)

A buscas dos artigos ocorreram entre os meses de maio a outubro de 2024. Foram necessários também dentro dos critérios de inclusão e exclusão, definir obras atuais que fariam parte deste estudo. Nesta busca, foi inicialmente encontrado 35 trabalhos (entre artigos e dissertações).

Usando o critério de exclusão e inclusão, estudos voltados para a questão da Educação Financeira Doméstica, apenas três artigos, mencionando superficialmente esse contexto, devido a questão ser pouco debatida; outros por discutirem conceitos sobre a contabilidade e as ferramentas essenciais nesse cenário como a presença de 45,5% para conhecimentos mais efetivos nessa área. Também ocorreu a pesquisa de artigos na língua inglesa, essenciais para debates sobre finanças e controle.

Assim, selecionamos 20 os quais alguns foram lidos na íntegra outros apenas os resumos, após a leitura dos textos, foram selecionados 6 para compor o trabalho e servir de base para nossas análises. As etapas deste processo estão descritas na tabela a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa seção, apresenta-se de maneira bem clara as obras que foram selecionadas a partir das interações dos assuntos, onde os autores traçam um perfil voltado exclusivamente para a temática em nível

de inclusão e exclusão, onde a seleção obedeceu a seguinte ordem: dois autores que trazem diálogos sobre a questão relevante da educação financeira doméstica; dois autores que tecem comentários a respeito das principais inovações no campo da contabilidade e finanças e dois que mesclam sobre as vantagens e desvantagens da educação financeira na contemporaneidade.

Tabela 1: Artigos relacionados sobre a temática aqui relacionado.

Autor	Objetivo	Metodologia	Resultados	Conclusão
Pinheiro (2016)	Analisar o comportamento da economia doméstica, com enfoque na realidade socioeconômica para apresentar soluções, por meio da contabilidade, para equilibrar o orçamento.	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	Os resultados apresentarão, com base em exemplos, que o controle das finanças pessoais permite uma melhor administração das despesas, eficiência na distribuição do capital financeiro e possibilidade de novos investimentos.	Por fim, através da implantação, dividida em fases, as pessoas passaram a ter autonomia sobre suas finanças, controle de suas contas e novas possibilidades de poupanças e investimentos.
Oliveira (2016)	Apresentar a Contabilidade Doméstica ao leitor e, através de métodos, os resultados gerados quando implantada na vivência de pessoas físicas.	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	Compreender a relação cotidiana das pessoas com os seus recursos financeiros e fazer escolhas cada vez mais conscientes. Refletir sobre seus sonhos e sobre como transformá-los em realidade por meio de projetos. Avaliar suas necessidades e desejos e como os efeitos de suas escolhas afetam a qualidade de vida	Consumidores bem educados financeiramente demandam serviços e produtos adequados às suas necessidades, incentivando a competição e desempenhando papel relevante no monitoramento do mercado, uma vez que exigem maior transparência das instituições financeiras, contribuindo, dessa
			no presente e no futuro.	maneira, para a solidez e para a eficiência do sistema financeiro.

Gomes *et al.* (2022)	Visou conscientizar e orientar o leitor sobre a importância do planejamento financeiro na vida pessoal.	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	Reconhecer o orçamento como ferramenta para a compreensão dos próprios hábitos de consumo. Aplicar os conceitos de receitas e despesas na elaboração do orçamento, para torná-lo superavitário. Utilizar o orçamento para o planejamento financeiro pessoal e familiar.	Por fim, ligada à necessidade de as pessoas controlarem seu patrimônio através de dados coletados e transformar em informações relevantes para o controle gerencial e tomadas de decisões.
Ross *et al* (2021)	Mostrar os benefícios e vantagens que o controle das finanças pessoais agregará, para a pessoa física, quando implantado.	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	Identificar o crédito como uma fonte adicional de recursos que não são próprios e que, ao ser utilizado implica o pagamento de juros. Entender as vantagens e as desvantagens do uso do crédito e a importância de fazer a escolha adequada entre as modalidades disponíveis, considerando o seu custo.	Entretanto, deve-se entender as vantagens e as dificuldades de planejar o consumo e assim, conhecer as estratégias e as técnicas de vendas utilizadas pelos comerciantes para conquistar o consumidor, e as atitudes que podem ser adotadas pelo consumidor para evitar o consumo por impulso.
Sandrioni (2024)	Apresentar características de mercado atuantes para aprofundamentos da EFD	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	Há também outras opções que apresentam o tema de forma clara e abrangente como a BM&FBOVESPA, a DSOP Educação Financeira, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e o Serasa Experian.	Como podemos perceber quem quiser se aprofundar mais a respeito de investimentos, poupança, finanças pessoais e planejamento financeiro poderão buscar através desses canais. E isso possibilita a inserção do tema
			no presente e no futuro.	maneira, para a solidez e para a eficiência do sistema financeiro.

Gomes *et al.* (2022)	Visou conscientizar e orientar o leitor sobre a importância do planejamento financeiro na vida pessoal.	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	Reconhecer o orçamento como ferramenta para a compreensão dos próprios hábitos de consumo. Aplicar os conceitos de receitas e despesas na elaboração do orçamento, para torná-lo superavitário. Utilizar o orçamento para o planejamento financeiro pessoal e familiar.	Por fim, ligada à necessidade de as pessoas controlarem seu patrimônio através de dados coletados e transformar em informações relevantes para o controle gerencial e tomadas de decisões.
Ross *et al* (2021)	Mostrar os benefícios e vantagens que o controle das finanças pessoais agregará, para a pessoa física, quando implantado.	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	Identificar o crédito como uma fonte adicional de recursos que não são próprios e que, ao ser utilizado implica o pagamento de juros. Entender as vantagens e as desvantagens do uso do crédito e a importância de fazer a escolha adequada entre as modalidades disponíveis, considerando o seu custo.	Entretanto, deve-se entender as vantagens e as dificuldades de planejar o consumo e assim, conhecer as estratégias e as técnicas de vendas utilizadas pelos comerciantes para conquistar o consumidor, e as atitudes que podem ser adotadas pelo consumidor para evitar o consumo por impulso.
Sandrioni (2024)	Apresentar características de mercado atuantes para aprofundamentos da EFD	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	Há também outras opções que apresentam o tema de forma clara e abrangente como a BM&FBOVESPA, a DSOP Educação Financeira, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e o Serasa Experian.	Como podemos perceber quem quiser se aprofundar mais a respeito de investimentos, poupança, finanças pessoais e planejamento financeiro poderão buscar através desses canais. E isso possibilita a inserção do tema

				nos mais diversos setores da sociedade e uma maior compreensão sobre as finanças pessoais.
Marques e Prado (2022)	Ajudar os usuários a avaliar os valores, o tempo e a incerteza de possíveis valores a serem recebidos de dividendos e da venda de ações e/ou empréstimos.	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	Compreender a importância do planejamento financeiro para a aposentadoria, como se estrutura o sistema previdenciário nacional e quais as vantagens e desvantagens de adotar estratégias independentes, sendo o próprio gestor dos seus investimentos.	A educação financeira pode trazer diversos benefícios, entre os quais, possibilitar o equilíbrio das finanças pessoais, preparar para o enfrentamento de imprevistos financeiros e para a aposentadoria, qualificar para o bom uso do sistema financeiro, reduzir a possibilidade de o indivíduo cair em fraudes, preparar o caminho para a realização de sonhos, enfim, tornar a vida melhor.

Fonte: (Dados da pesquisa, 2024)

Todavia como nosso objetivo principal foi analisar os artigos científicos acerca da educação financeira doméstica (2014 - 2024), a fim de identificar as principais mecanismos, ferramentas e transformações ocorridas nas operações feitas no campo contábil e necessidades de melhorias para os próximos anos dos 6 textos selecionados dois tratavam diretamente sobre a questão da educação financeira doméstica. Os temas faziam comparações no desempenho de conhecimentos na área.

Nesse sentido, foi unânime dentre os dois trabalhos a contínua queda em renda, emprego, investimento e poder de compra, aumentando o nível de endividamento, o que postula a necessidade de comportamento austero e maior comprometimento por parte da população na busca por mudanças, como método sacrificial e prático, a fim de sentir menor impacto aos efeitos dessa crise e evitar pessimismo maior em relação ao futuro financeiro.

Dos outros dois textos analisados, os dois autores apontaram que a contabilidade e o planejamento financeiro são ferramentas oportunas com habilidades a estabelecer objetivos, com orçamentos, previsões e alternativas viáveis para as possibilidades econômicas de cada indivíduo.

Apenas 2 textos dos analisados, utilizaram a importância do controle financeiro como meta na economia doméstica. Segundo Oliveira (2016) economia doméstica não é apenas um conjunto de

conhecimentos de ordem prática, os quais deve-se possuir para executar, empiricamente, em suas tarefas caseiras, e sim, a constante lista de tarefas cotidianas, para lidar com as dificuldades de conseguir melhor administração das contas domésticas e suas implicações no bolso de cada membro da família e, por conseguinte, incrementar o padrão de vida econômica, identificando as melhores oportunidades para o bem estar da família, por meio de conhecimentos e técnicas para melhorar as condições de vida de suas famílias por meio de uma administração mais racional das atividades domésticas.

Outro fator em destaque é que os temas convergem na ideia da falta de pesquisa nesse contexto junto a falta de publicações específicas sobre o assunto, se mostrou como um entrave no processo.

Por conseguinte, o texto (1), desta análise traz inicialmente uma discussão sobre os objetivos dos programas oficiais da Educação Financeira Doméstica, onde Oliveira (2016), apresenta alguns exemplos de controle e organização do pecúlio, como mostra o quadro abaixo:

CONCLUSÃO

A presente pesquisa bibliográfica permitiu compreender que, embora as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) representem uma importante estratégia de cuidado ampliado e humanizado, sua consolidação no campo da saúde mental na Atenção Básica ainda enfrenta diversos entraves.

Entre os principais desafios identificados estão a falta de preparo técnico dos profissionais, a escassez de políticas institucionais efetivas, recursos limitados, e uma resistência cultural e científica que ainda permeia o cotidiano das unidades básicas de saúde. Essas dificuldades comprometem a integração das PICS como parte do cuidado contínuo em saúde mental, reforçando práticas centradas exclusivamente no modelo biomédico.

Apesar disso, os estudos analisados demonstram que as PICS têm potencial para promover benefícios significativos, como a redução do sofrimento psíquico, o fortalecimento do vínculo terapêutico, e a valorização do sujeito em sua integralidade, contribuindo para uma atenção mais acolhedora e centrada na pessoa.

Diante disso, faz-se necessário o fortalecimento da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), com ênfase na formação e sensibilização de profissionais, no financiamento público adequado, e na ampliação do acesso da população a essas práticas no âmbito da Atenção Básica.

Por fim, é importante ressaltar que o avanço das PICS exige uma mudança paradigmática no modo de pensar e fazer saúde, com abertura para a escuta, o diálogo entre saberes e o respeito às diferentes formas de cuidado. Investir nesse caminho é essencial para promover uma saúde mental mais inclusiva, integral e transformadora.

Quadro 1- Controle e organização do pecúlio.

Criar e alimentar uma planilha de controle financeiro detalhado;
Ter paciência e pontualidade (pensar para consumir e optar por pagamentos à vista);
Negociar, pesquisar, comparar e reduzir (taxas, tarifas, mensalidades, pacotes e planos);
Cancelar assinaturas desnecessárias e cortar gastos (por menores que sejam);
Comprar antes ou depois de datas comemorativas; recusar garantias estendidas;

Fonte: (Oliveira, 2016).

Entrementes, esses exemplos trazem a oportunidade de aliar conhecimento sobre investimentos a geração de valores econômicos. Conhecer, planejar, administrar e executar e avaliar as atividades desempenhadas por todos os membros da família, a estender-se para a sociedade.

Todavia, o texto (2), ainda sobre Educação Financeira Doméstica, Pinheiro (2016), afirma que cada indivíduo é responsável pelo seu futuro financeiro, mesmo que a política e a macroeconomia tenham seu peso, a riqueza não é um sonho impossível, assim, nos restam questionamentos sobre o porquê da existência de tanta desigualdade monetária, quais os fatores que contribuem e influenciam na formação econômica dos indivíduos e onde se está errando ao fazer o planejamento da vida financeira.

Destarte, o texto (3) trata especificamente das ferramentas contábeis, nesse processo como facilidade de aproveitamento, sendo um amplo instrumento que auxilia na tomada de decisões, que usa várias ferramentas para fornecer informações que permitem aos interessados uma visão geral da situação patrimonial e financeira.

Assim, como na Contabilidade, o controle do passado e presentes, juntos, beneficia o planejamento do futuro, pois não se tem garantias sobre a arrecadação esperada, seja por meio de emprego ou demais rendas, "fazendo-se necessário, além do controle dos gastos, também o planejamento dos dividendos de modo a estar preparado para possíveis surpresas e imprevistos" (Gomes & Pontes, 2022, p. 20).

O texto (4) os autores realizaram uma pesquisa onde a contabilidade e suas ferramentas, tais como o planejamento, orçamento e controle, são processos de organização financeira eficaz que objetiva a obtenção de metas propostas, além antecipar situações de recessão e imprevisto no dia a dia. Para ter sucesso nesse ou em qualquer outro projeto, "é preciso ter foco e prudência, definir antes aonde quer chegar. São as metas pessoais e a disposição que darão forma ao projeto" (Ross *et al.*, 2021, p. 67).

Nessa ambiência, o texto (5), faz parte de uma coletânea de artigos de doutores do curso de contabilidade e de acordo com Sandrioni (2024), o orçamento, como instrumento auxiliar na

administração de finanças pessoais, fornece direção e instruções para a execução do planejamento, permite a comparação entre o que foi planejado e o que foi realizado, pois possibilita maior controle da situação financeira. Constata-se que o tema educação financeira ganhou mais espaço nos diferentes meios de comunicações e discussões, mas o seu uso ainda é muito superficial. Principalmente, em um país como nosso, onde parte da população tem uma grande demanda reprimida e instabilidade nos seus postos de trabalho. Nesse último caso, a educação financeira deveria ser uma grande aliada, vista a instabilidade no emprego e na renda. Já no consumo, o cidadão deveria ser mais seletivo, e ao mesmo tempo perceber que renunciar um consumo presente é obter um ganho diferenciado posteriormente. Pois a negligência de hoje é a sua instabilidade financeira do futuro como afirma (Sandrioni, 2024).

> Finaliza-se com o texto (6), onde feito um estudo, onde a partir de uma das razões para conhecer e estudar finanças é o fato de que é por meio dela que é possível tomar decisões financeiras importantes, tanto no âmbito empresarial quanto no pessoal. É por meio dos conhecimentos básicos de finanças que o indivíduo poderá saber qual a proporção de um crédito a ser tomado ou uma dívida a ser assumida (Marques & Prado, 2022, p. 67).

Entrementes, faz-se importante a intervenção nesta questão com o intuito de educar financeiramente os indivíduos, pois possibilita melhor qualidade na aplicação e investimento dos recursos obtidos e, ainda, na diminuição dos índices de endividamento. Economia e finanças não estão inclusas no currículo do ensino básico brasileiro. Talvez seja essa uma das maiores falhas com a sociedade, a conivência com o desconhecimento sobre fatos importantes pode vir a acarretar contratempos de gravidade como o alto índice de endividamento doméstico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos supracitados e dos exemplos apresentados com os autores selecionados para a pesquisa, ficou evidenciado a qualidade da economia doméstica, onde foram expostas vantagens e desvantagens da EFD e sua aplicação em finanças pessoais, como planejamento, orçamento, organização e controle, bem como as formas de utilização, além de dicas para conviver com os limites da renda atual, evitar exageros, procurar investimentos e estabelecer metas, com estratégias eficientes para o consumo consciente.

Consoante, percebeu-se que o trabalho de trazer mais conhecimentos sobre a EFD no Curso de contabilidade se faz essencial para auxiliar na importância do autodomínio e da responsabilidade, partes na atuação da economia doméstica área de auxílio no desenvolvimento social, bem como no equilíbrio do orçamento doméstico.

Portanto, promover uma educação financeira que valorize a relação equilibrada com o dinheiro é um passo importante para o desenvolvimento de cidadãos mais conscientes e emocionalmente saudáveis. Para garantir a eficácia e a continuidade dessas iniciativas, é igualmente importante monitorar e avaliar o impacto das ações de educação financeira ao longo do tempo. O acompanhamento de indicadores, como níveis de

endividamento, taxa de poupança, e a própria satisfação financeira da população, oferece informações valiosas para a constante melhoria das estratégias adotadas.

Entretanto, o resultado da análise dos achados nos artigos analisados, concluiu que as famílias possuem a noção do que é educação financeira, mas que na prática é bem diferente. O que ratifica um maior conhecimento sobre o assunto, pois a falta de hábito em se planejar financeiramente, e o uso abusivo do crédito farto, levam as famílias para um nível de inadimplência.

Por fim, ficou evidenciado que a educação financeira doméstica é algo que pode ser considerado novo para a maioria das pessoas e merece destaque, uma vez que influencia diretamente nas decisões econômicas dos indivíduos e das famílias. A sugestão é entender que a Educação Financeira é rica em temáticas associadas que podem emergir naturalmente em sala de aula quando tratamos das tomadas de decisões financeiras, isso deve ser emergencial no contexto referenciado.

REFERÊNCIAS

ARCURI, N. **Orçamento sem falhas:** saiba onde está seu dinheiro e tome o controle da sua vida financeira. São Paulo: Sextante, 2018.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. de A.; MACEDO, M. **O método da revisão sistemática nos estudos organizacionais.** Gestão e Sociedade, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2018. Disponível em: https://ges.face.ufmg.br/index.php/gestaoesociedade/article/view/1220. Acesso em: 15 dez. 2024.

DOMINGUES, R. **Dinheiro**: os segredos de quem tem. São Paulo: Saraiva, 2020.

FUJETA, B**. A dieta do bolso**: como fazer seu dinheiro durar mais. São Paulo: Gente, 2020.

GALLERY, N.; GALLERY, G.; BROWN, K.; PALM, C. **Financial literacy and pension investment decisions.** Financial Accountability & Management, v. 27, n. 3, p. 286-307, 2021.

GOMES, M. F.; PORTES, D. D. Administração pública e terceiro setor. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações**, v. 10, n. 2, p. 136- 139, ago./dez. 2012.

HOUAISS, A**. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.

HALFED, M. **Investimentos**: como administrar melhor seu dinheiro. São Paulo: Fundamento Educacional, 2016.

MARQUES, F.; PRADO, L. Contabilidade & finanças: para não especialistas. São Paulo: Pearson, 2022.

OLIVEIRA, A. C. M. de. **Economia doméstica**: origem, desenvolvimento e atuação profissional. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/6257/625768736007/. Acesso em: 15 dez. 2024.

PINHEIRO, A. F. A. **A interferência da crise econômica no comportamento do consumidor em relação aos pequenos comércios locais**. South American Development Society Journal, v. 2, n. 5, 2016. Disponível em: http://www.sadsj.org/index.php/revista/article/view/37. Acesso em: 15 dez. 2024.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JORDAN, B. Princípios de administração financeira. São Paulo: Atlas, 2021.

SILVA, M. de L. da. **Contabilidade pessoal**. 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/125969/Contabeis292629.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 dez. 2024.

SANDRIONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 2024. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/magaldi/GEO_ECONOMICA_2019/dicionario-de-economia-sandroni.pdf. Acesso em: dez. 2024.

A relevância da Inteligência Emocional como ferramenta estratégica para administradores na gestão de equipes

The relevance of Emotional Intelligence as a strategic tool for managers in team leadership

DOI: 10.29327/2385111.4.1-9

Ailton Magalhães [1]
Thayssa Neves Ribeiro [2]
Victor Miranda Leão [3]
Amanda Caroline Duarte Ferreira[4]
Anaile Fernanda Salomão Baima do Lago [5]
André Pinheiro de Almeida[6]
Elen Mayara Bezerra de Carvalho[7]
Gleiciane da Silva Damásio[8]
Milton Fernandes De Almeida Junior[9]
Kamyla Mayara Oliveira de Oliveira[10]

[1,2] Graduados em Ciências Contábeis, FACX. [3] Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável - UFPA. direcaorp@facx.edu.br. [4]Doutoranda pelo Núcleo de Doenças Tropicais, Universidade Federal do Pará – UFPA. [5]Graduação em Psicologia, Universidade Ceuma. [6]Doutor em Biologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. [7]Mestrado em Educação e Cultura, Universidade Federal do Pará – UFPA. [8]Graduação em Psicologia, Centro Universitário Adventista. [9]Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Xingu e Amazônia – FACX .[9]Mestre em Gestão de Serviços, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Portugal. [10]Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Xingu e Amazônia – FACX.

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo mostrar a importância da inteligência emocional na gestão de pessoas dentro das organizações. O proposito desta pesquisa será estabelecer uma correlação entre alta inteligência emocional e o sucesso empresarial, bem como dar referências a estudos que mostram como líderes com alta capacidade de gerenciamento de suas emoções podem melhorar o ambiente organizacional, reduzir adversidades e aumentar a satisfação dos seus colaboradores refletindo nos clientes e outros. Além disso o estudo possui como objetivos específicos: estimular um entendimento integral sobre liderança e inteligência emocional; propor estratégias práticas e embasadas para potencializar o desempenho organizacional pós-modernos; obter resultados satisfatório para a organização e sucesso para a liderança. A metodologia do estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de caráter descritivo, cunho exploratório e analítico. Foi possível constatar por meio da avaliação dos resultados obtidos com a presente pesquisa, que existe ainda uma alta deficiência no que diz respeito ao índice de Inteligência Emocional no meio empresarial, destacando a importância desta, ser trabalhada por meio de capacitação de líderes e programas de treinamentos de equipes com o apoio de psicólogos ocupacionais, workshops e palestras são crucias no aprimoramento das habilidades emocionais para um ambiente de trabalho mais produtivo e colaborativo.

Palavras-chave: Inteligência. Emoções. Líderes.

Abstract: The present work aims to show the importance of emotional intelligence in people management within organizations. The purpose of this research will be to establish a correlation between high emotional intelligence and business success, as well as to provide references to studies that show how leaders with a high capacity for managing their emotions can improve the organizational environment, reduce adversities and increase the satisfaction of their employees. reflecting on customers and others. Furthermore, the study has specific objectives: to stimulate a comprehensive understanding of leadership and emotional intelligence; propose practical and grounded strategies to enhance postmodern organizational performance; obtain satisfactory results for the organization and success for leadership. The study methodology is characterized as a descriptive literature review, exploratory and analytical in nature. It was possible to verify through the evaluation of the results obtained with this research, that there is still a high deficiency with regard to the Emotional Intelligence index in the business environment, highlighting the importance of this, being addressed through training of leaders and programs of Team training with the support of occupational psychologists, workshops and lectures are crucial in improving emotional skills for a more productive and collaborative work environment.

Keywords: Intelligence. Emotions. Leader.

INTRODUÇÃO

Em face do cenário atual a Gestão de Pessoas ocupa nas empresas uma área muito sensível à mentalidade e crenças e opiniões que moldam organizações, pois cada pessoa é única e pensa diferente, podendo se dizer que a inteligência emocional dentro de uma empresa faz parte de sua cultura de influência nas atitudes e tomadas de decisões e de todos os membros da equipe, por isso este artigo estará ressaltado a importância quanto aos líderes organizacionais saberem lidar com suas próprias emoções e de suas equipes, criando um ambiente de trabalho competitivo e mais harmonioso.

Veloso (2019), pontua que para alcançar o objetivo de exercer uma gestão eficiente é necessário compreender como o indivíduo se estrutura e consequentemente como ele age, e isso está ligado a inteligência emocional do administrador.

Atualmente, liderar não pode se basear somente na condução de pessoas ou grupos, porque a gestão de pessoas, por si só, é uma área bastante desafiadora dentro das empresas, pois cada um possui particularidades e necessidades diferentes, o que exige do líder uma certa medida de flexibilidade, empatia e um alto nível de equilíbrio emocional, pois para lidar com pessoas é preciso ter jogo de cintura e um autocontrole acima da média.

Muitos líderes, gestores, bancários, entre outros acabam se afastando de suas rotinas devido ao estresse, pressão e a falta da qualidade de vida, e é nesse cenário que entra a importância do controle emocional. Poucas pessoas sabem, mas isso influencia diretamente na liderança dentro das empresas, e um bom gestor ou líder precisa ter esse autocontrole sobre si mesmo, que resulta do desenvolvimento da inteligência emocional, sendo esta crucial para alcançar os objetivos na empresa.

Tal discussão sobre o tema tem o intuito de entender e encontrar possíveis soluções para um melhor controle emocional, podendo auxiliar no comportamento organizacional, fazendo com que as emoções trabalhem em favor da equipe. Com isso desenvolveu-se a seguinte pergunta: "Qual o poder de impacto da liderança e os benefícios da Inteligência Emocional nas empresas?"

O objetivo geral deste artigo foi estabelecer a correlação entre alta inteligência emocional e sucesso empresarial, bem como dar referências a estudos que mostram como líderes com alta capacidade de gerenciamento de suas emoções podem melhorar o ambiente organizacional, reduzir adversidades e aumentar a satisfação dos seus colaboradores refletindo nos clientes e outros. Além disso o estudo possui como objetivos específicos: estimular um entendimento integral sobre liderança e inteligência emocional; capacitar e preparar as pessoas para o enfrentamento dos desafios pós-modernos; e trazer resultados organizacionais para a empresa e sucesso para a liderança

A escolha do tema se deu, devido a necessidade de um aperfeiçoamento daqueles que exercem a liderança nas empresas e preparar o gerenciamento das emoções, tratando se de um tema de grande relevância haja visto a necessidade de um conhecimento mais prático e relevante com investigações da pessoalidade de cada indivíduo no exercício de suas funções. Como o estudo em foco se trata de Recursos Humanos, o foco recai sobre a liderança emocionalmente inteligente, com o objetivo de aprofundar o entendimento sobre a influência das emoções na dinâmica organizacional e no desempenho das equipes.

REFEÊNCIAL TEÓRICO

As emoções exercem um papel muito importante na existência do ser humano. A Inteligência Emocional (IE), foi se tornando amplamente conhecida por Daniel Goleman que é considerado o pai da IE, que em 1995 publicou um livro chamado Inteligência Emocional. Porém vale ressaltar que ele não foi o primeiro a pesquisar sobre esse tema. “Os primeiros foram os psicólogos Peter Salovey e John Mayer eles foram os primeiros a explicar essa temática” (Cobêro, 2003 p.95).

Em 1995, Goleman apresenta o conceito de IE como sendo “[...] a capacidade da pessoa motivar a si mesma e persistir a despeito das frustrações; de controlar os impulsos e adiar a recompensa; de regular o seu próprio estado de espírito e impedir que desânimo subjugue a faculdade de pensar; de sentir empatia e de ter esperança” (Goleman, 1995, p.323). Ou seja, a IE é o uso inteligente da razão e emoção os dois precisam andar juntos, de modo que haja um equilíbrio para que a pessoa consiga administrar bem suas emoções, para que a mesma consiga proporcionar crescimento pessoal, gerando resultados positivos para o indivíduo e para o meio em que está inserido.

Aguera (2008), afirma que a Inteligência Emocional equivale à capacidade humana de fazer gestão das emoções, adaptarem-se às circunstâncias que emergem no dia a dia, isto é o controle da razão e emoção, por isso muitas pessoas estão procurando entender mais sobre esse assunto, reconhecendo a sua importância para melhorar as relações interpessoais, lidar de forma eficaz com estresse, e interpretar melhor as emoções das pessoas ao nosso redor, onde muitas vezes deixamos uma emoção sobrepor ao outra sem perceber. Por isso a IE deveria ser um tema conhecido por todos, já que é um assunto que influencia tanto na vida pessoal quanto profissional.

A Inteligência Emocional é a capacidade de perceber, avaliar e expressar emoções com precisão; a capacidade de acessar ou gerar sentimentos quando estes facilitam o pensamento; a capacidade de entender as emoções e o conhecimento emocional e a capacidade de regular emoção para promover o crescimento emocional e intelectual (Mayer; Salovey, 1997, p.401 apud Valle, 2006, p.33).

A Inteligência Emocional desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de habilidades interpessoais, como a comunicação assertiva, a escuta ativa e a resolução de conflitos. Essas competências são essenciais não apenas em contextos pessoais, mas também em ambientes profissionais, onde a capacidade de trabalhar em equipe e lidar com adversidades é altamente valorizada.

O equilíbrio entre emoção e razão também contribui para a saúde mental, já que a regulação emocional reduz os impactos negativos do estresse e da ansiedade. Pessoas emocionalmente inteligentes tendem a ser mais resilientes e adaptáveis, o que lhes permite enfrentar desafios de forma mais eficiente e tomar decisões mais conscientes, mesmo em situações complexas.

Portanto, a Inteligência Emocional não se restringe apenas à compreensão e controle das emoções, mas também ao impacto positivo que essa habilidade pode gerar nas relações humanas, na produtividade e no bem-estar geral. Trata-se de uma competência indispensável para a vida no século XXI, marcada por constantes mudanças e demandas emocionais.

De acordo com os autores percebemos que necessário ter autocontrole das nossas emoções e devemos buscar nos adaptar as circunstâncias do dia a dia, é preciso entender os sentimentos de maneira positiva, ter empatia e capacidade de entender os sentimentos das outras pessoas, e assim evitando agir por impulso. Sabe-se que nem sempre é fácil ter esse controle em determinadas situações, e não tem uma regra ou um passo a passo específico para seguir. “Esse autocontrole é algo que tem que vir de dentro, se aperfeiçoando aos poucos no decorrer do dia a dia, a capacidade de reconhecer os nossos sentimentos e os dos outros, de nos motivarmos e de gerirmos bem as emoções em nós e nas nossas relações” (Goleman, 2005, p.323).

A inteligência emocional refere-se à capacidade de reconhecer, entender e gerenciar as próprias emoções, bem como as emoções dos outros, de maneira eficaz. Segundo Daniel Goleman, a inteligência emocional é composta por cinco componentes principais: autoconsciência emocional, autorregulação, motivação, empatia e habilidades sociais (Goleman, 1995, 2005, 2012).

Esses componentes formam a base para modelos de inteligência emocional aplicados em diversos contextos, como educação, liderança e saúde mental. A teoria de Goleman destaca a importância da inteligência emocional não apenas para o sucesso individual, mas também para o desempenho organizacional e a qualidade dos relacionamentos interpessoais.

A inteligência emocional na liderança, conforme delineado por Daniel Goleman em suas obras (Goleman, 1995, 2005, 2012), é fundamental para o sucesso dos líderes em diversos aspectos organizacionais. Primeiramente, líderes emocionalmente inteligentes possuem uma alta autoconsciência emocional, o que significa que eles têm a capacidade de reconhecer e compreender suas próprias emoções. Isso os ajuda a tomar

decisões mais informadas e equilibradas, considerando não apenas os aspectos técnicos ou objetivos, mas também os impactos emocionais sobre si mesmos e sobre suas equipes. Além disso, a autorregulação emocional é outra habilidade chave da inteligência emocional na liderança. Líderes que são capazes de controlar seus impulsos emocionais são mais propensos a manter a calma em situações de estresse ou pressão, o que facilita uma resposta mais racional e eficaz diante de desafios organizacionais afirma Goleman, (2005).

A motivação é um terceiro componente crucial. Líderes emocionalmente inteligentes são capazes de direcionar suas próprias emoções positivamente em direção a metas organizacionais, inspirando e motivando suas equipes a alcançarem níveis mais altos de desempenho segundo Goleman (2012). Eles são capazes de comunicar uma visão clara e envolvente, gerando um senso de propósito compartilhado que motiva os colaboradores.

Empatia, por sua vez, é essencial para compreender as emoções e perspectivas dos outros. Líderes que demonstram empatia são mais capazes de criar um ambiente de trabalho inclusivo e colaborativo, onde as necessidades individuais são reconhecidas e respeitadas. Para Goleman (1995), isso promove um melhor entendimento entre líderes e suas equipes, facilitando uma comunicação aberta e eficaz.

Por fim, habilidades sociais são fundamentais para a construção de relacionamentos interpessoais sólidos e para o gerenciamento eficaz das interações dentro da organização. Líderes emocionalmente inteligentes são hábeis em influenciar positivamente os outros, negociar conflitos de forma construtiva e promover um clima organizacional positivo, onde as pessoas se sentem valorizadas e motivadas a contribuir para os objetivos comuns da empresa.

Portanto, a inteligência emocional não apenas capacita os líderes a lidarem com suas próprias emoções de maneira eficaz, mas também, os capacita, com as habilidades necessárias para liderar equipes de forma inspiradora e eficiente, promovendo um ambiente de trabalho mais produtivo e gratificante para todos os envolvidos.

O trabalho de formar, integrar, conduzir e aperfeiçoar pessoas, tem que ser constante e como não há garantias que essas pessoas permaneçam na organização, a mesma tem que se preocupar também em retê-las de maneira a atender, dentro do possível, as suas necessidades tendo como parâmetros, a Pirâmide de Maslow pontua Dantas (2019). Se as organizações agirem dessa forma, a relação entre os líderes e colaboradores passa a assumir um papel valioso no processo de produzir resultados para organização.

Machado et al. (2020), falam em reavaliar, realinhar estratégias da organização , os mesmos referem-se a atender para compreender as reais necessidades dos clientes para então direcionar suas ações de maneira mais assertiva, e que esse processo garantirá a sobrevivência das empresas, fato que está relacionado à capacidade

de interação com o ambiente onde a empresa opera, processos produtivos, aceitação de seus produtos pelos clientes, à capacidade de arcar com os custos dos insumos, necessários, sua responsabilidade social e ética, atender as expectativas dos acionistas. Desenvolver sua competência pessoal e saber gerenciar suas emoções é de suma importância para o crescimento pessoal e profissional. Além disso, aprimorar a inteligência emocional contribui para melhorar os relacionamentos intrapessoais e interpessoais em diferentes contextos, como trabalho, família, faculdade e outros ambientes de convivência. No entanto, é importante lembrar que não é possível controlar completamente nossas emoções, pois, ao sermos afetados por elas, nem sempre conseguimos prever como reagiremos. Para Aguera (2008), as competências pessoais definem como uma pessoa se conecta com suas emoções e sentimentos individuais e como ela estabelece relações com o que sente.

> Embora seja algo visivelmente complicado, ajudar as outras pessoas a se ajudarem é uma das práticas mais gratificantes da inteligência emocional: ajudar uma pessoa a aprender, crescer, ser mais produtiva e desenvolver um relacionamento baseado na confiança e na lealdade. Essa capacidade de ajudar os outros e a sua própria inteligência, unidos ajudam a criar uma organização emocionalmente, reduzindo o stress, aumentando a sua satisfação, eficiência e competitividade (Kouzes, 1997, p.194 apud Lopes, 2005, p. 22).

Os autores evidenciam que é fundamental o controle emocional, embora experimentemos diversas situações que despertam sentimentos diferentes, influenciados por nossas perspectivas e crenças. Isso ocorre porque nossos pensamentos estão automaticamente ligados às nossas percepções do mundo. Assim, nosso modo de pensar gera sentimentos distintos, que refletem nossas crenças, opiniões e valores. Essas emoções, por sua vez, preparam nosso corpo para diferentes respostas.

A postura do herói e a do derrotado estão intimamente ligadas à forma como enfrentamos desafios e lidamos com situações adversas. Elas não apenas influenciam nossos pensamentos e emoções, mas também afetam a química do cérebro.

Postura do Herói:

É marcada por confiança, otimismo e coragem. O "herói" enfrenta problemas com determinação, busca soluções e aprende com os erros, mantendo uma mentalidade de crescimento.

Hormônios Liberados:

Dopamina: Associada à sensação de prazer e motivação. Quando enfrentamos desafios com sucesso, o cérebro libera dopamina, reforçando comportamentos positivos.

Serotonina: Relacionada ao bem-estar e autoestima, é ativada quando sentimos orgulho de nossas conquistas.

Ocitocina: Conhecida como o "hormônio do amor", fortalece vínculos sociais e a empatia, sendo liberada quando colaboramos com os outros.

Postura do Derrotado:

Caracteriza-se por sentimentos de impotência, negatividade e passividade diante das dificuldades. Esse

tipo de mentalidade pode levar ao afastamento social e a uma visão pessimista do mundo.

Hormônios Liberados:

Cortisol: O hormônio do estresse, liberado em excesso quando percebemos ameaças ou vivemos sob pressão constante.

Adrenalina: Pode ser liberada em situações de ansiedade, levando à tensão e à fadiga. Baixa produção de serotonina: Está associada a sentimentos de tristeza e baixa autoestima.

A mentalidade que escolhemos adotar, a do herói ou do derrotado, influencia diretamente a química do nosso cérebro e a forma como nos sentimos e nos relacionamos com os desafios. Cultivar uma postura positiva pode criar um ciclo químico benéfico, ajudando a enfrentar adversidades com mais resiliência.

Emoções e seus papéis no comportamento humano

Goleman (2012), define emoção como um sentimento relacionado a pensamentos distintos, estados psicológicos e biológicos. Ele destaca que cada emoção prepara o corpo para uma resposta específica, como nos exemplos abaixo:

As emoções listadas são fundamentais para compreender o funcionamento humano, já que cada uma delas desempenha um papel específico em nossa sobrevivência, interação social e bem-estar emocional:

Ira: Representa uma resposta emocional a situações percebidas como injustas, ameaçadoras ou frustrantes. Embora frequentemente vista de forma negativa, a ira pode ser uma força motivadora para mudanças, desde que seja gerenciada de forma construtiva.

Medo: É uma emoção primária que nos protege ao alertar sobre perigos potenciais. Porém, quando exagerado (como no caso de fobias ou ataques de pânico), pode prejudicar a qualidade de vida e demandar estratégias de regulação emocional.

Alegria: Essa emoção positiva está associada ao bem-estar e à satisfação. É essencial para o fortalecimento de vínculos sociais e contribui significativamente para a saúde mental, funcionando como um "combustível" para a motivação e a resiliência.

Repugnância: Está ligada à proteção física e moral, ajudando-nos a evitar coisas potencialmente nocivas, como alimentos estragados ou comportamentos socialmente inaceitáveis.

Surpresa: Uma emoção neutra que pode se transformar rapidamente em outra emoção (positiva ou negativa), dependendo do contexto. Ela nos prepara para responder rapidamente a situações inesperadas.

Tristeza: Embora dolorosa, é uma emoção que permite introspecção e processamento de perdas ou eventos adversos. Quando persistente, pode levar à solidão ou desânimo, exigindo atenção e suporte.

Vergonha: Relaciona-se à autoconsciência e ao julgamento social. Embora desconfortável, pode ser uma oportunidade para reflexão e crescimento. Em excesso, pode ser paralisante e prejudicar a autoestima.

Cada emoção é válida e desempenha um papel importante. O desafio está em reconhecê-las,

compreendê-las e gerenciá-las de forma equilibrada para que sirvam de aliadas no nosso desenvolvimento pessoal e social. Líderes que aplicam a inteligência emocional são capazes de transformar significativamente os ambientes onde atuam. Goleman (1995, 2005, 2012) explica que esses líderes cultivam engajamento, promovem motivação e inspiram suas equipes a alcançarem metas desafiadoras. Ao comunicar uma visão clara e alinhada aos valores da organização, eles mobilizam esforços coletivos em direção a objetivos comuns.

Além disso, líderes emocionalmente inteligentes gerenciam conflitos de forma construtiva, fortalecendo relações interpessoais e criando um clima organizacional positivo que incentiva a colaboração e a inovação Goleman, (2005). Eles também se adaptam facilmente a mudanças e guiam suas organizações por períodos de transição, garantindo competitividade e agilidade no mercado.

No âmbito empresarial, a inteligência emocional dos líderes reflete-se em resultados concretos, como o aumento da produtividade, a melhoria na qualidade dos produtos e serviços, e a redução da rotatividade de funcionários. Líderes que investem no desenvolvimento pessoal e profissional de suas equipes constroem uma força de trabalho mais capacitada e comprometida, gerando benefícios sustentáveis a longo prazo afirma Goleman (2012).

Por fim, a liderança é um campo vasto que abrange diversas teorias e perspectivas. Uma das primeiras tentativas de explicar a liderança foi a Teoria dos Traços, que propõe que certos traços pessoais são inerentes aos líderes bem-sucedidos. Segundo Sant'Ana e Lemos (2018). Essa teoria sugere que características como inteligência, assertividade, autoconfiança e carisma são essenciais para a liderança.

Batista (2018), complementa que esses traços influenciam diretamente a motivação e a produtividade dos colaboradores.

A inteligência emocional também é destacada como um componente essencial para líderes eficazes. Cooper e Sawaf (1997), argumentam que líderes com alta inteligência emocional são mais eficientes em suas funções, corroborando as ideias de Goleman (1995, 2005, 2012). Habilidades como autoconsciência, autorregulação, motivação, empatia e competências sociais são fundamentais para que os líderes inspirem, influenciem e conduzam suas equipes rumo ao sucesso.

A Teoria dos Traços, apesar de ser uma abordagem inicial, abriu caminho para outras teorias mais complexas e multifacetadas, proporcionando uma base para a compreensão de que certas características pessoais podem influenciar significativamente a capacidade de liderança. Essa teoria continua a ser relevante ao destacar a importância dos traços individuais no desenvolvimento de líderes eficazes, especialmente ao conectar características intrínsecas como inteligência, carisma, autoconfiança e empatia com o impacto no comportamento e nas decisões de liderança. No entanto, a Teoria dos Traços também enfrenta críticas por seu foco limitado nas características inatas, desconsiderando fatores contextuais e habilidades adquiridas que influenciam a eficácia de um líder. Por exemplo, contextos organizacionais, cultura e dinâmicas de grupo são elementos cruciais que interagem com os traços individuais para determinar o sucesso da liderança.

Hoje, a Teoria dos Traços é frequentemente complementada por outras abordagens, como a Teoria

Comportamental, que enfatiza as ações do líder em vez de seus traços, e a Teoria Situacional, que considera como diferentes contextos demandam estilos de liderança variados. Além disso, a Inteligência Emocional, como destacado por Goleman, adicionou uma nova dimensão à compreensão da liderança, sugerindo que habilidades como autorregulação, empatia e habilidades sociais podem ser tão importantes quanto os traços de personalidade.

Portanto, embora a Teoria dos Traços tenha suas limitações, ela permanece uma contribuição significativa ao estudo da liderança, especialmente ao reconhecer que a identificação e o desenvolvimento de certos traços podem potencializar o desempenho de líderes em diversos contextos. Essa visão, combinada com outras teorias, fornece um entendimento mais completo e dinâmico sobre o que torna um líder eficaz.

A Teoria Comportamental de liderança, em contraste com a Teoria dos Traços, enfoca os comportamentos observáveis dos líderes em vez de características inatas. Esta abordagem sugere que a liderança pode ser aprendida e desenvolvida através da observação e da prática de comportamentos eficazes, Segundo Sant'Ana e Lemos (2018), a Teoria Comportamental destaca que os líderes podem ser treinados para adotar comportamentos específicos que aumentem a eficácia de sua liderança. Batista (2018), explica que essa teoria identifica padrões de comportamento que se correlacionam com resultados positivos, como a habilidade de motivar equipes ou resolver conflitos. Para Brito e Santos (2021), os comportamentos de liderança eficazes incluem a capacidade de comunicação clara, a habilidade de tomar decisões rápidas e assertivas, e a capacidade de delegar tarefas de forma eficiente. Essa perspectiva é reforçada por Cooper e Sawaf (1997), que destacam a importância da adaptabilidade e flexibilidade dos líderes, ajustando seu comportamento de acordo com as demandas situacionais.

Assim como a Teoria dos Traços, a Teoria Comportamental influenciou significativamente o estudo da liderança, proporcionando um foco prático e observável sobre como os líderes podem melhorar suas habilidades e desempenho. Essa abordagem continua a ser relevante no contexto moderno, onde as organizações buscam líderes capazes de se adaptar às mudanças e promover um ambiente de trabalho produtivo e colaborativo.

A Teoria Contingencial de liderança se diferencia das abordagens anteriores ao enfatizar que não há um estilo de liderança único que seja eficaz em todas as situações. Esta teoria sugere que o sucesso da liderança depende de variáveis situacionais específicas, como o contexto organizacional, as características dos seguidores e as demandas da tarefa.

Segundo Sant'Ana e Lemos (2018), a Teoria Contingencial destaca a necessidade de os líderes adaptarem seu estilo de liderança de acordo com as circunstâncias. Batista (2018), explica que essa abordagem reconhece que diferentes situações requerem diferentes abordagens de liderança para alcançar resultados ótimos.

Para Brito e Santos (2021), a Teoria Contingencial implica que os líderes devem ser flexíveis e capazes de ajustar seu comportamento conforme necessário. Cooper e Sawaf (1997) complementam que essa

flexibilidade é essencial para lidar com mudanças e incertezas, características frequentes no ambiente organizacional moderno. A Teoria Contingencial representa uma evolução no estudo da liderança ao reconhecer a importância do contexto situacional na eficácia do líder. A essência da Teoria Contingencial da Liderança, que sugere que não existe um estilo único e ideal de liderança aplicável a todas as situações. Em vez disso, a eficácia de um líder depende de sua capacidade de adaptar seu estilo de liderança às demandas específicas de uma situação.

Essa abordagem é uma evolução significativa em relação a teorias anteriores, como a Teoria dos Traços e a Teoria Comportamental, que enfatizavam características ou comportamentos fixos do líder.

Flexibilidade na liderança: De acordo com Brito e Santos (2021), a Teoria Contingencial coloca a flexibilidade como uma competência central para líderes eficazes. Isso significa que o líder deve estar disposto e apto a mudar sua abordagem dependendo de fatores como:

Características da equipe: Nível de competência, experiência e motivação dos liderados.

1. Natureza da tarefa: Estruturada ou não estruturada, rotineira ou inovadora.
2. Ambiente externo: Mudanças rápidas no mercado, avanços tecnológicos ou crises organizacionais.

Por exemplo, em uma equipe altamente experiente e autônoma, um estilo de liderança participativo pode ser mais eficaz. Em contrapartida, em uma situação de crise, um estilo mais diretivo pode ser necessário para agir rapidamente e tomar decisões críticas.

Cooper e Sawaf (1997), complementam que essa flexibilidade é indispensável no ambiente organizacional moderno, caracterizado por constante mudança e incerteza. Os líderes precisam desenvolver habilidades como:

- Leitura do contexto: Capacidade de analisar rapidamente a situação e identificar o melhor curso de ação.
- Gestão de conflitos: Ajustar o estilo de comunicação e negociação de acordo com os interesses em jogo.
- Resiliência e inovação: Ser capaz de manter a calma e encontrar soluções criativas diante de desafios inesperados.

Evolução no estudo da liderança:

A Teoria Contingencial representa um avanço significativo porque reconhece que a liderança não é um fenômeno isolado, mas sim uma interação dinâmica entre o líder, seus seguidores e o contexto. Ao fazer isso, a teoria permite uma compreensão mais pragmática e aplicável da liderança, especialmente em ambientes complexos e voláteis, como os que muitas organizações enfrentam atualmente.

Em resumo, a Teoria Contingencial destaca que a eficácia de um líder depende de sua capacidade de avaliar o contexto e adotar o estilo apropriado para cada situação, tornando a flexibilidade uma habilidade indispensável na liderança contemporânea.

A Teoria da Liderança Transformacional destaca-se por seu foco na capacidade dos líderes de inspirar e motivar seus seguidores a alcançarem níveis mais elevados de desempenho. Esta abordagem contrasta com modelos anteriores ao enfatizar a importância de criar mudanças significativas e positivas na organização, em vez de simplesmente administrar o status quo.

Segundo Sant'Ana e Lemos (2018), a Teoria da Liderança Transformacional baseia-se na ideia de que os líderes podem transformar as crenças, os valores e as aspirações de seus seguidores, inspirando-os a trabalhar em prol de objetivos coletivos e visionários. Batista (2018) explica que líderes transformacionais são frequentemente descritos como carismáticos, visionários e capazes de motivar suas equipes através de uma visão compartilhada e inspiradora.

Para Brito e Santos (2021), a Teoria da Liderança Transformacional implica uma abordagem proativa para o desenvolvimento e capacitação dos colaboradores, promovendo um ambiente de trabalho onde a inovação e a criatividade são incentivadas. Cooper e Sawaf (1997) destacam que líderes transformacionais são capazes de desafiar o status quo e motivar mudanças significativas, criando um impacto duradouro na cultura organizacional.

A Teoria da Liderança Transformacional representa uma evolução importante no estudo da liderança ao enfatizar não apenas o desempenho imediato, mas também o desenvolvimento pessoal e profissional dos seguidores.

Habilidades emocionais como diferenciais na liderança moderna

Essa abordagem continua a ser relevante para as organizações modernas que buscam líderes capazes de inspirar e engajar suas equipes na busca por metas compartilhadas e transformadoras. A Teoria da Liderança Transacional foca nas transações entre líderes e seus seguidores, onde recompensas e punições são utilizadas como motivadores para alcançar metas organizacionais específicas.

Esta abordagem contrasta com a liderança transformacional ao enfatizar um modelo mais pragmático e transacional de gestão. Segundo Sant'Ana e Lemos (2018), na Teoria da Liderança Transacional, os líderes estabelecem expectativas claras e definem recompensas para o cumprimento de metas e objetivos organizacionais. Batista (2018), explica que essa abordagem se baseia em trocas entre líderes e liderados, onde recompensas como incentivos financeiros, promoções ou reconhecimento são oferecidas em troca de desempenho e cumprimento de metas estabelecidas.

Para Brito e Santos (2021), a Teoria da Liderança Transacional implica um estilo de liderança mais diretivo e orientado para resultados, onde o foco está na supervisão e na gestão eficaz das tarefas diárias. Cooper e Sawaf (1997), complementam que líderes transacionais são hábeis em estabelecer contratos claros e gerenciar as expectativas dos colaboradores, promovendo um ambiente organizacional estruturado e eficiente.

A Teoria da Liderança Transacional continua a ser relevante em contextos organizacionais que

necessitam de precisão e eficiência na execução de tarefas e na gestão de recursos humanos. Embora menos focada em aspectos motivacionais e de desenvolvimento pessoal que a liderança transformacional, essa abordagem oferece um modelo eficaz para alcançar resultados previsíveis e consistentes dentro das organizações.

As teorias de liderança mencionadas estão diretamente relacionadas à inteligência emocional, pois todas envolvem a gestão das emoções, tanto dos líderes quanto de seus seguidores, para otimizar o desempenho e o ambiente organizacional. A Teoria dos Traços destaca características como empatia e autocontrole, fundamentais para líderes lidarem com situações estressantes e conquistarem a confiança de suas equipes. A Teoria Comportamental, por sua vez, sugere que comportamentos como comunicação e gestão emocional podem ser aprendidos, refletindo na eficácia do líder.

A Teoria Contingencial relaciona a flexibilidade do líder com a capacidade de ajustar suas emoções e respostas às situações, enquanto a Liderança Transformacional enfatiza a importância da empatia e carisma para inspirar e motivar a equipe. Já a Liderança Transacional exige um equilíbrio emocional para estabelecer recompensas e expectativas sem causar desmotivação ou estresse. Assim, a inteligência emocional é essencial para todas essas abordagens, pois influencia a forma como os líderes interagem com suas equipes, regulam suas emoções e adaptam seu estilo de liderança ao contexto organizacional.

METODOLOGIA

A metodologia do estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de caráter descritivo, cunho exploratório e analítico, com o objetivo de construir uma base teórica sólida que sustente as discussões e conclusões apresentadas. A revisão bibliográfica envolve a coleta e análise de fontes relevantes, como livros, artigos acadêmicos, teses e dissertações, que abordam temas relacionados à liderança, inteligência emocional, desafios pós-modernos e resultados organizacionais.

“A pesquisa científica é uma investigação metódica acerca de um determinado assunto com o objetivo de esclarecer aspectos em estudo” (Bastos e Keller 1995, p. 53). O caráter descritivo permite apresentar e esclarecer os principais conceitos, teorias e práticas existentes na literatura, estabelecendo um panorama detalhado do estado atual do conhecimento sobre os temas investigados. Já a abordagem exploratória busca identificar lacunas na literatura, novas perspectivas e insights que possam contribuir para a compreensão ampliada dos tópicos.

Além disso, a análise crítica das fontes visa não apenas relacionar os conceitos de liderança, inteligência emocional e sucesso organizacional, mas também identificar possíveis contradições, limitações ou áreas que requerem maior aprofundamento. Esse processo analítico permite avaliar como os diferentes autores e correntes teóricas se complementam ou divergem, enriquecendo o debate acadêmico e prático.

Essa metodologia confere ao estudo um caráter sistemático e rigoroso, essencial para fundamentar as discussões e propor reflexões robustas sobre o papel da liderança e da inteligência emocional na superação de

desafios contemporâneos e na obtenção de resultados organizacionais positivos. Além disso, ao proporcionar uma base teórica abrangente, o estudo se torna relevante tanto para o meio acadêmico quanto para o contexto prático, oferecendo subsídios para o desenvolvimento de líderes mais eficazes e adaptáveis às demandas atuais.

Por meio dessa abordagem, o estudo não apenas revisita teorias e práticas existentes, mas também busca identificar conexões entre os conceitos abordados, ampliando a compreensão sobre como a inteligência emocional pode ser aplicada como uma ferramenta estratégica para a liderança em contextos organizacionais. Esse foco permite explorar de forma detalhada as implicações práticas da liderança emocionalmente inteligente no alcance de metas organizacionais, na melhoria do clima organizacional e no aumento do engajamento e da produtividade dos colaboradores.

Além disso, a metodologia adotada favorece a integração entre teoria e prática, possibilitando uma análise das tendências e desafios que moldam o ambiente corporativo nos dias atuais. Os desafios pós-modernos, como a globalização, a transformação digital e a necessidade de inclusão e diversidade, são consideradas à luz das competências de liderança e da inteligência emocional, fornecendo uma visão mais completa sobre como líderes podem navegar por cenários complexos e incertos.

"A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não pode ser adequadamente relacionada ao problema" (Gil 2002, p.17). A abordagem exploratória e analítica, ao identificar lacunas e novas perspectivas, também abre caminho para futuras pesquisas. Essas podem incluir, por exemplo, estudos empíricos sobre a aplicação da inteligência emocional em diferentes setores, culturas organizacionais e níveis hierárquicos, além de investigações sobre o impacto de variáveis contextuais, como tecnologia, mudança organizacional e tendências sociais, na eficácia da liderança.

Por fim, ao fundamentar-se em uma revisão bibliográfica sólida, o estudo assegura um embasamento teórico consistente, que não só orienta as reflexões e discussões, mas também oferece contribuições relevantes para o avanço do conhecimento acadêmico e prático na área. Dessa forma, a pesquisa busca não apenas descrever e explorar, mas também fomentar um diálogo enriquecedor e interdisciplinar entre os diversos campos que abordam liderança, inteligência emocional e resultados organizacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A conclusão deste estudo reforça a importância crucial da liderança e da inteligência emocional no contexto empresarial contemporâneo. Ao analisar as diversas teorias de liderança e a aplicação da inteligênia emocional, fica claro que líderes eficazes não apenas possuem habilidades técnicas, mas também competências emocionais que são essenciais para inspirar, motivar e guiar suas equipes.

A Teoria dos Traços ressalta a presença de características natas nos líderes, enquanto a Teoria

Comportamental destaca a importância das ações e comportamentos dos líderes. Por sua vez, a Teoria Contingencial sublinha a necessidade de adaptação do estilo de liderança ao contexto organizacional. Já as teorias da Liderança Transformacional e Transacional enfatizam a capacidade dos líderes para influenciar positivamente, seja através de visões inspiradoras que geram engajamento, seja por meio de recompensas e acordos que promovem a eficiência e a execução de tarefas.

A inteligência emocional, conforme discutido com base nos trabalhos de Goleman (1995, 2005, 2012), emerge como um fator crítico para o sucesso da liderança. Líderes emocionalmente inteligentes são capazes de gerenciar suas próprias emoções, compreender as emoções dos outros, promover um ambiente de trabalho positivo e resolver conflitos de forma construtiva. Essas habilidades não apenas fortalecem as relações dentro da equipe, mas também contribuem significativamente para o desempenho organizacional, a retenção de talentos e a construção de uma cultura empresarial resiliente e inovadora.

Nesse sentido, a liderança eficaz não é uma habilidade estática, mas sim um conjunto dinâmico de competências que podem ser desenvolvidas e aprimoradas ao longo do tempo. Investir no desenvolvimento da inteligência emocional dos líderes não só beneficia diretamente as equipes e a organização como um todo, mas também posiciona a empresa de maneira mais competitiva em um mercado globalizado e em constante evolução. As conclusões apontam que o desenvolvimento da liderança emocionalmente inteligente é um diferencial estratégico para enfrentar os desafios dos ambientes organizacionais contemporâneos, marcados pela transformação digital, pela necessidade de promover diversidade e inclusão e pela crescente demanda por bem-estar no trabalho. Assim, a integração de habilidades técnicas, emocionais e comportamentais nos líderes representa um caminho para alcançar não apenas melhores resultados organizacionais, mas também um impacto positivo nos indivíduos, promovendo um ambiente de trabalho mais saudável, colaborativo e inovador. A liderança baseada em inteligência emocional transforma-se, portanto, em um dos pilares fundamentais para o sucesso sustentável das organizações no século XXI.

Portanto, julga-se necessário para a formação de um gestor em nível extraordinário, o conhecimento e utilização de ferramentas, motivação e treinamento utilizando técnicas de inteligência emocional, visando o aumento da produtividade de um dos fatores de maior importância dentro de uma empresa, o fator humano.

Por fim, este estudo destaca que o papel do líder vai além da simples gestão de processos e pessoas, exigindo uma abordagem mais humana e adaptativa. A capacidade de equilibrar razão e emoção, de entender as necessidades dos colaboradores e de criar conexões genuínas são competências indispensáveis para lidar com os desafios contemporâneos. Isso é particularmente relevante em um cenário em que as organizações enfrentam pressões para inovar, reter talentos e atender às expectativas de um público interno e externo cada vez mais exigente.

A aplicação prática das descobertas deste estudo sugere que as empresas devem priorizar o desenvolvimento contínuo de seus líderes, implementando programas de treinamento que combinem o aprimoramento de habilidades técnicas com o fortalecimento da inteligência emocional. Além disso, é

fundamental fomentar uma cultura organizacional que valorize a empatia, o respeito mútuo e a comunicação aberta, criando um ambiente propício para a colaboração e o crescimento. A pesquisa também abre caminho para estudos futuros. Seria interessante investigar, por exemplo, como diferentes estilos de liderança emocionalmente inteligente impactam culturas organizacionais distintas ou analisar os efeitos da inteligência emocional no contexto de equipes multiculturais e remotas, um modelo cada vez mais comum no mundo corporativo. Adicionalmente, o papel da tecnologia, como a inteligência artificial, na interação entre líderes e equipes, merece atenção, especialmente no que diz respeito ao equilíbrio entre as dimensões emocional e digital da liderança.

Em resumo, a liderança eficaz, alicerçada pela inteligência emocional, é uma ferramenta poderosa não apenas para alcançar metas organizacionais, mas também para criar um legado positivo, tanto para os indivíduos quanto para a sociedade. Líderes emocionalmente inteligentes têm o potencial de transformar empresas em comunidades de aprendizado, inovação e bem-estar, demonstrando que resultados excepcionais podem ser alcançados quando as pessoas se sentem inspiradas, respeitadas e conectadas com uma visão comum. Este estudo reafirma que a inteligência emocional não é apenas uma habilidade desejável, mas um imperativo estratégico no cenário corporativo contemporâneo.

Trabalho em equipe e inteligência emocional são habilidades mais valorizadas por grandes empresas, diz pesquisa.

Um levantamento feito pelo PageGroup, mostra que as habilidades comportamentais mais valorizadas pelos líderes de grandes empresas da América Latina são:

No Brasil, as habilidades comportamentais mais valorizadas são:

A Inteligência emocional, destacada em ambas as regiões, é vista como uma competência chave para líderes eficazes, pois permite a gestão de conflitos, a empatia e a construção de relacionamentos sólidos dentro das equipes. O Trabalho em equipe, por sua vez, é essencial em um cenário de crescente colaboração entre diversas áreas e a integração de equipes multidisciplinares. A Comunicação assertiva é valorizada por sua capacidade de garantir uma troca clara e objetiva de informações, crucial para a tomada de decisões eficazes e para o alinhamento de objetivos.

Os dados fazem parte do levantamento Habilidades 360°, desenvolvido pelo PageGroup, consultoria em recrutamento executivo especializado, que opera com as marcas Page Executive, Michael Page, Page Personnel, Page Outsourcing e Page Interim na região. Participaram do levantamento, realizado em setembro, 3 mil executivos de cargos de alta e média gestão no Brasil, Argentina, Chile, Peru, Colômbia e México (Por G1 17/11/2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado sobre a inteligência emocional, sugere que, para enfrentar os desafios do ambiente

corporativo atual, as organizações e líderes devem investir em autoconhecimento e desenvolvimento contínuo das competências emocionais e adaptativas diante de uma crescente integração tecnológica, globalização e diversidades culturais no ambiente corporativo. A inteligência emocional torna-se, assim, uma ferramenta estratégica essencial para que os líderes possam tomar decisões com mais equilíbrio e habilidades técnicas, essenciais para navegar na complexidade do mundo corporativo atual.

O tema é de fundamental importância e indispensável para o futuro, permitindo que administradores e colaboradores enfrentem os desafios do mundo moderno com eficácia, inovação e equilíbrio. Líderes, com alta inteligência emocional, podem se tornar agentes de mudança, antecipando possíveis conflitos e planejando ações concretas que motivem suas equipes e mantenham um bom clima organizacional. Dessa forma, esses líderes terão a capacidade de alinhar comportamentos individuais e coletivos com os objetivos estratégicos do negócio, garantindo que todos trabalhem em direção ao sucesso.

Investir no desenvolvimento emocional em todos os níveis hierárquicos é, portanto, um passo fundamental para o sucesso sustentável das organizações. Ao cultivar ambientes que promovem a autorregulação, empatia, resiliência e habilidades de comunicação, as empresas não apenas aumentam sua produtividade e inovação, mas também criam culturas de trabalho saudáveis, que promovem o bem-estar dos colaboradores, engajamento e retenção de talentos. Com a inteligência emocional aprimorada, as organizações se tornam mais aptas a se adaptarem às mudanças, garantindo uma liderança resiliente e eficaz, alinhada às necessidades de um mercado global e altamente competitivo.

Além disso, o desenvolvimento da inteligência emocional é crucial para a construção de uma liderança empática, capaz de entender e respeitar as emoções de sua equipe, criando uma comunicação mais clara e aberta. Isso fortalece a confiança entre líderes e colaboradores, fator essencial para o engajamento e colaboração no ambiente de trabalho. Líderes que demonstram empatia, ao mesmo tempo em que são capazes de gerir suas próprias emoções, também influenciam positivamente a motivação das equipes, o que resulta em uma maior disposição para enfrentar desafios e mudanças no ambiente organizacional.

A inteligência emocional também desempenha um papel crucial na gestão do estresse, um desafio crescente no cenário corporativo atual. A habilidade de identificar, compreender e regular as próprias emoções e as emoções dos outros ajuda na redução de conflitos, na resolução de problemas de forma mais eficaz e no fortalecimento da resiliência organizacional. Essa capacidade de adaptação emocional permite que as empresas se ajustem rapidamente às demandas de um mercado dinâmico, mantendo-se competitivas e inovadoras.

Por fim, a inteligência emocional vai além da gestão de emoções individuais, sendo uma competência essencial para a construção de uma cultura organizacional positiva. Organizações que investem na formação emocional de suas lideranças e equipes promovem um ambiente mais colaborativo, inclusivo e motivador. Tais organizações, ao desenvolverem essas competências, são mais capazes de lidar com os desafios internos e externos, além de cultivarem um clima de respeito mútuo, diversidade e criatividade.

Assim, integrar o conceito de inteligência emocional ao desenvolvimento das lideranças e das equipes não é apenas uma questão de melhoria de performance individual, mas uma estratégia abrangente para fortalecer o tecido organizacional como um todo. Esse investimento cria uma base sólida para um crescimento sustentável, permitindo que a organização se destaque em um mercado cada vez mais competitivo e repleto de incertezas. Portanto, a inteligência emocional se configura como um diferencial estratégico, essencial para o futuro das organizações e dos profissionais que as compõem.

REFERÊNCIAS

AGUERA, João. Gestão das emoções no ambiente organizacional. São Paulo: Editora Y, 2008.

BATISTA, José. Liderança e inteligência emocional. Rio de Janeiro: Editora DEF, 2018.

BRITO, Maria; SANTOS, Paulo. Flexibilidade e Liderança. Curitiba: Editora GHI, 2021. COBÊRO, P. Inteligência emocional. São Paulo: Editora X, 2003.

COOPER, Robert; SAWAF, Ayman. A inteligência emocional na liderança. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 1997.

GOLEMAN, Daniel. Inteligência emocional. 1ª ed. São Paulo: Objetiva, 1995. Inteligência emocional: A teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. São Paulo: Objetiva, 2005.

Liderança: A inteligência emocional na prática. São Paulo: Objetiva, 2012. SALOVEY, Peter; MAYER, John D. Emotional Intelligence. Imagination, Cognition, and Personality, v. 9, n. 3, p. 185-211, 1990. SANT'ANA, R.; LEMOS, T. Teorias da liderança. São Paulo: Editora ABC, 2018.

CORPORIS BRASIL. Inteligência emocional no ambiente de trabalho. Disponível em: https://corporisbrasil.com.br/inteligência-emocional-no-ambiente-de-trabalho

PSICOSMART. Como a inteligência emocional pode influenciar positivamente a trajetória de carreira de um profissional. Disponível em: https://psicosmart.pro/pt/blogs/blog-como-a-inteligencia-emocional-pode-influenciar- positivamente-a-trajetoria-de-carreira-de-um-profissional-92801.

Educação financeira no brasil: uma comparação com o modelo norte americano

Financial education in brazil: a comparison with the north american model

DOI: 10.29327/2385111.4.2-1

Elidiane Batista Ferreira [1]
Joana Sousa de Oliveira Vieira [2]
Claudio da Conceição Alvarenga Souza [3]
Amanda Caroline Duarte Ferreira[4]
Anaile Fernanda Salomão Baima do Lago [5]
Victor Miranda Leão[6]
André Pinheiro de Almeida [7]
Gleiciane da Silva Damásio[8]
Milton Fernandes De Almeida Junior[9]
Kamyla Mayara Oliveira de Oliveira[10]

[1,2] Graduação em Administração, FACX. [3] MBA em GESTÃO EMPRESARIAL e de NOVOS NEGÓCIOS, Centro Universitário Vila Velha. direcaorp@facx.edu.br. [4]Doutoranda pelo Núcleo de Doenças Tropicais, Universidade Federal do Pará – UFPA. [5]Graduação em Psicologia, Universidade Ceuma. [6]Mestre em Agricultura familiar e Desenvolvimento Sustentável, UFPA. [7] Doutor em Biologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. [8]Graduação em Psicologia, Centro Universitário Adventista. [9]Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Xingu e Amazônia – FACX .[9]Mestre em Gestão de Serviços, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Portugal. [10]Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Xingu e Amazônia – FACX.

Resumo: Este estudo analisa o cenário da educação financeira no Brasil, com uma comparação aos Estados Unidos, um dos países com políticas de educação financeira mais robustas e eficazes. Considerando que a falta de conhecimento financeiro é um dos fatores que contribui para o aumento do endividamento das famílias e para a redução da poupança interna, este artigo discute o impacto da educação financeira sobre a sociedade e o mercado, a partir de uma revisão de literatura e dados comparativos entre ambos os países. Teve como objetivo analisar a importância da educação financeira no Brasil e comparar com o modelo dos Estados Unidos, visando identificar possíveis melhorias para o desenvolvimento da alfabetização financeira no Brasil. A metodologia foi de revisão bibliográfica com buscas ativas nos periódicos virtuais disponíveis (revistas), cita-se: SCIELO, BIREME, LILACS, Google Acadêmico, Biblioteca Virtual, entre outros que dialogam sobre a temática. Assim, os resultados dos estudos apresentaram uma análise sobre o papel do governo e das instituições de ensino na formação financeira dos cidadãos, propondo caminhos para a melhoria da educação financeira no Brasil.

Palavras-chave: Educação Financeira, Brasil, Estados Unidos, Alfabetização Financeira, Endividamento.

Abstract: This study analyzes the financial education scenario in Brazil, with a comparison to the United States, one of the countries with the most robust and effective financial education policies. Considering that the lack of financial knowledge is one of the factors that contributes to the increase in family debt and the reduction in internal savings, this article discusses the impact of financial education on society and the market, based on a literature review and comparative data between both countries. It aimed to analyze the importance of financial education in Brazil and compare it with the United States model, aiming to identify possible improvements for the development of financial literacy in Brazil. The methodology was bibliographic review with active searches in available virtual periodicals (magazines), including: SCIELO, BIREME, LILACS, Google Scholar, Virtual Library, among others that discuss the topic. Thus, the results of the studies presented an analysis of the role of the government and educational institutions in the financial education of citizens, proposing ways to improve financial education in Brazil.

Keywords: Financial Education, Brazil, United States, Financial Literacy, Debt.

INTRODUÇÃO

A educação financeira é uma habilidade essencial para a autonomia econômica e a qualidade de vida da população. O crescente endividamento das famílias brasileiras e a baixa taxa de poupança são reflexos da falta

de instrução adequada sobre finanças pessoais, o que torna urgente a necessidade de políticas e programas de educação financeira.

Em contrapartida, nos Estados Unidos, a educação financeira é promovida de forma ampla, com iniciativas educacionais desde o ensino fundamental até a vida adulta, sendo parte integrante da cultura e da estrutura educacional. Este artigo busca comparar os modelos de educação financeira entre Brasil e Estados Unidos, com o intuito de destacar as principais diferenças e propor estratégias para a implementação de um sistema eficaz no Brasil.

A educação financeira tem ganhado crescente importância ao redor do mundo, especialmente em países onde o endividamento das famílias e a baixa taxa de poupança colocam em risco a estabilidade econômica. No Brasil, a falta de conhecimento em finanças pessoais é um problema crônico que afeta milhões de cidadãos, refletindo-se em altos índices de inadimplência, uso excessivo de crédito e dificuldade para realizar investimentos e planejar o futuro.

Dados recentes do Banco Central do Brasil indicam que a maioria dos brasileiros tem pouco ou nenhum conhecimento sobre conceitos financeiros fundamentais, o que limita sua capacidade de tomar decisões econômicas conscientes (BCB, 2022).

Em contraste, os Estados Unidos apresentam um modelo de educação financeira que está incorporado na formação dos cidadãos desde cedo, por meio de programas educativos nas escolas, campanhas de conscientização pública e apoio de diversas instituições governamentais e não governamentais (BCB, 2022). Nos EUA, a educação financeira é vista como um pilar fundamental para a vida adulta e para o fortalecimento da economia, o que se traduz em uma população com maior capacidade de planejamento e controle financeiro. Essa diferença de abordagem contribui para uma disparidade significativa em aspectos como o nível de poupança, o uso do crédito e a taxa de inadimplência entre os dois países.

Este artigo busca, portanto, discutir as diferenças entre o modelo brasileiro e o americano de educação financeira, analisando como cada um dos países aborda a alfabetização financeira de seus cidadãos.

A partir de uma comparação entre as políticas, práticas educacionais e indicadores econômicos de cada país, este estudo pretende destacar a importância de uma formação financeira robusta e contínua para o bem-estar social e a estabilidade econômica.

Além disso, o artigo apresenta estratégias para que o Brasil possa desenvolver um modelo de educação financeira adaptado à sua realidade e aos desafios que o país enfrenta, visando capacitar os cidadãos para uma gestão mais saudável de suas finanças pessoais.

Isto posto, o trabalho tem o objetivo de analisar a importância da educação financeira no Brasil e comparar com o modelo dos Estados Unidos, visando identificar possíveis melhorias para o desenvolvimento da alfabetização financeira no Brasil. Seguindo os específicos: avaliar o nível de conhecimento financeiro dos brasileiros em comparação com os americanos; identificar as políticas públicas e iniciativas educacionais

voltadas à educação financeira em ambos os países; analisar o impacto da educação financeira no endividamento e na poupança dos indivíduos no Brasil e nos Estados Unidos da América e por fim, evidenciar melhorias para a implementação de um modelo de educação financeira adaptado ao contexto brasileiro.

A metodologia do trabalho foi de revisão bibliográfica, resultado de averiguação exploratória e qualitativa, concretizada na biblioteca virtual SCIELO e na plataforma digital Google Scholar. Na procura foram usados os descritores: Educação Financeira, Brasil, Estados Unidos, Alfabetização Financeira, Endividamento, os artigos utilizados foram publicados nos últimos 10 anos. Além de uma pesquisa manual das classificações das citações dos artigos escolhidos foi concretizada para localizar trabalhos não citados nestes bancos de informações.

Por conseguinte, a elaboração desse estudo foi definida em dois momentos, sendo que, o primeiro foi um levantamento bibliográfico, que é o estudo sistematizado com base em artigos, dissertações, livros, revistas e eletrônicos que tratavam do tema abordado. O segundo um estudo bibliográfico científico uma técnica na abordagem descritiva, integrativa, qualitativa, contendo as descrições dos fichamentos realizados para obter os dados do estudo a partir das discussões e debates dos autores.

Segundo Lakatos *et al*. (2006) "é uma pesquisa já publicada". É o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência, é o mesmo que,

> uma metodologia de forma abrangente e concomitante (...) a) como a discussão epistemológica sobre o "caminho do pensamento" que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a "criatividade do pesquisador", ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas (Minayo, 2007, p. 44).

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta, conforme, Fonseca (2022). Quanto aos objetivos, para Gil (2007, p. 38), "A pesquisa explicativa e descritiva exige que os fatos sejam descritos com detalhe".

REFEÊNCIAL TEÓRICO

Educação Financeira no Brasil

O conceito mais aceito de educação financeira hoje, segundo especialistas e autores da área, pode ser definido como o processo contínuo de aprendizado que capacita os indivíduos a compreenderem, administrarem e tomarem decisões conscientes sobre seus recursos financeiros, visando o equilíbrio econômico, o alcance de objetivos pessoais e a construção de um futuro financeiramente sustentável.

De acordo com a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), educação

financeira é "o processo pelo qual os consumidores e investidores financeiros melhoram sua compreensão dos produtos, conceitos e riscos financeiros, por meio de informações, instruções e orientações objetivas, desenvolvendo habilidades e confiança para tomar decisões bem fundamentadas".

Autores como Gustavo Cerbasi (2009) e Robert Kiyosaki (1997) enfatizam que a educação financeira não se limita ao conhecimento técnico, como saber aplicar investimentos, mas envolve também aspectos comportamentais, como a gestão emocional frente ao consumo e a capacidade de planejar a longo prazo.

Além disso, a educação financeira precisa ser acessível e prática, contemplando desde a organização do orçamento doméstico até estratégias para construir patrimônio, sempre com uma abordagem descomplicada. A educação financeira abrange não apenas a aquisição de conhecimento técnico sobre finanças, mas também o desenvolvimento de habilidades e atitudes que levam a decisões mais conscientes, que promovam segurança financeira e qualidade de vida.

No Brasil, a educação financeira ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de inserção de disciplinas de finanças no currículo obrigatório das escolas de ensino fundamental e médio. O conteúdo relacionado à alfabetização financeira, quando abordado, tende a ser restrito a campanhas pontuais ou projetos educativos temporários, sem continuidade ou profundidade para uma real conscientização financeira.

Esse modelo temporário resulta em uma compreensão superficial e fragmentada do assunto, que dificilmente prepara os jovens para a gestão financeira na vida adulta. Essa falta de formação adequada se reflete na vida financeira dos brasileiros, que apresentam baixos níveis de conhecimento financeiro comparados aos de outros países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), segundo o Banco Central (BCB, 2022).

De fato, pesquisas recentes revelam que o nível de conhecimento sobre conceitos financeiros básicos, como juros, inflação, poupança e crédito, é insuficiente entre grande parte da população. Essa falta de conhecimento, somada à facilidade de acesso a produtos financeiros como crédito pessoal e cartão de crédito, coloca muitos brasileiros em situações financeiras precárias, gerando um ciclo de endividamento e inadimplência.

Consoante, dados do Serviço de Proteção ao Crédito - SPC Brasil, indicam que o endividamento das famílias brasileiras atinge índices elevados, em média 48% da população, frequentemente impulsionado pelo mau uso do crédito, pela falta de planejamento financeiro e pela ausência de uma cultura de poupança. Esse quadro é ainda agravado pelo desconhecimento de alternativas de investimento e pelo uso de modalidades de crédito com taxas elevadas, como cheque especial e financiamento rotativo, que podem comprometer significativamente a renda dos indivíduos ao longo do tempo (BCB, 2022).

De acordo com dados do Banco Central do Brasil, em março de 2023, havia 15,1 milhões de endividados de risco no país, representando 14,2% do total de tomadores de crédito no Sistema Financeiro Nacional, um aumento de 4,3 pontos percentuais em relação a março de 2021. Além disso, o uso de modalidades

de crédito com altas taxas de juros, como o cheque especial, é comum. Em dezembro de 2019, o saldo do cheque especial para pessoas físicas totalizou R$24,1 bilhões, com uma taxa média de juros de 272,7% ao ano, uma das mais elevadas do mercado. Esses fatores indicam a necessidade de maior educação financeira e planejamento para evitar o comprometimento significativo da renda dos indivíduos ao longo do tempo.

Nesse caso, a educação financeira no Brasil também é impactada pela falta de políticas públicas consistentes e de longo prazo voltadas para a formação de uma sociedade financeiramente educada. Embora existam iniciativas governamentais e de organizações não governamentais para a promoção de educação financeira, a abrangência e a efetividade dessas ações ainda são limitadas. Muitas dessas iniciativas focam na educação para adultos, em vez de criar uma base de conhecimento financeiro desde a infância e adolescência, uma abordagem que tem se mostrado eficaz em países com maior estabilidade financeira e menores índices de inadimplência, como os Estados Unidos e o Japão. Domingues (2015).

Nessa ambiência, a ausência de uma formação financeira sólida e contínua no Brasil contribui para o ciclo de endividamento que afeta milhões de brasileiros, limitando suas possibilidades de ascensão econômica e impactando negativamente a economia nacional. A implementação de uma educação financeira obrigatória, que acompanhe o estudante desde o ensino básico até o médio, pode ser um dos caminhos para promover maior estabilidade financeira e autonomia econômica no país, capacitando os cidadãos a fazer escolhas financeiras mais informadas e conscientes. Fujeta (2020).

Contudo, a inclusão de uma educação financeira obrigatória no currículo escolar brasileiro pode ser um ponto de partida essencial para promover uma mudança cultural e estrutural no que diz respeito ao planejamento financeiro e ao consumo consciente.

Sendo, uma abordagem abrangente e contínua, que contemple temas como orçamento familiar, controle de gastos, poupança, investimentos e responsabilidade no uso do crédito, permitiria aos jovens desenvolverem uma base sólida de conhecimento financeiro. Isso não apenas lhes proporcionaria autonomia econômica, mas também poderia reduzir o estresse financeiro e melhorar o bem-estar mental e social, uma vez que o endividamento frequentemente causa impactos negativos em várias áreas da vida.

Outro ponto importante para o desenvolvimento da educação financeira no Brasil é a criação de campanhas de conscientização e programas de orientação financeira, voltados especialmente para adultos e idosos. Esses grupos, muitas vezes mais expostos ao crédito fácil e menos familiarizados com a tecnologia, também podem se beneficiar de orientações sobre controle financeiro e planejamento de longo prazo. Iniciativas de capacitação, por exemplo, podem ser conduzidas por meio de parcerias entre escolas, empresas, e instituições financeiras, ampliando o acesso à informação e promovendo uma cultura de responsabilidade financeira. Domingues, (2015).

Assim, a sociedade brasileira, desenvolveria uma relação mais equilibrada com o consumo e o crédito, adotando práticas de economia e investimentos que beneficiem tanto os indivíduos quanto o mercado interno.

A implementação de uma educação financeira efetiva também pode ajudar a enfrentar a crescente desigualdade social e econômica no Brasil, uma vez que o conhecimento sobre finanças pode oferecer a famílias de baixa renda a possibilidade de planejar seu futuro com mais segurança, evitando ciclos de pobreza e exclusão econômica.

Nesse aspecto, o impacto positivo de uma educação financeira abrangente inclui a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para decisões econômicas, o que também beneficia o desenvolvimento da economia nacional, gerando uma população mais preparada para poupar e investir.

No contexto da educação financeira no Brasil, o livro *Pai Rico, Pai Pobre* de Robert Kiyosaki *et al* (1997), tem sido uma referência popular e influente entre aqueles que buscam entender melhor o funcionamento das finanças pessoais. Publicado pela primeira vez em 1997, o livro aborda conceitos que vão além do ensino financeiro tradicional, promovendo uma visão diferenciada sobre a importância de acumular ativos e desenvolver inteligência financeira. A obra traz ensinamentos sobre como construir riqueza e alcançar independência financeira, ideias que têm ressoado especialmente entre leitores brasileiros que buscam novas perspectivas e ferramentas para lidar com os desafios econômicos e o endividamento.

Segundo Kiyosaki *et al.* (1997), introduz no livro a distinção entre ativos e passivos, um conceito fundamental para entender como as finanças pessoais impactam o crescimento patrimonial ao longo do tempo. Enquanto ativos são aqueles que trazem retorno financeiro, como investimentos e negócios, passivos são descritos como bens que geram despesas, como carros e casas financiadas.

No Brasil, onde a aquisição de bens como moradia própria é culturalmente valorizada, a perspectiva de Kiyosaki *et al.* (1997), oferece uma nova reflexão sobre a importância de focar em investimentos que realmente gerem retorno. Essa compreensão tem motivado muitos brasileiros a buscar uma educação financeira mais sólida e a adotar uma mentalidade mais estratégica em relação a seus bens e investimentos.

Outro ponto essencial de *Pai Rico, Pai Pobre* é a ideia de que a educação financeira deve ser adquirida por iniciativa própria, uma vez que o sistema educacional formal raramente ensina sobre gerenciamento financeiro, tanto no Brasil quanto em outros países. Kiyosaki *et al.* (1997), reforça a importância de aprender por meio da experiência prática e da educação contínua sobre finanças, algo que vai ao encontro das necessidades do Brasil, onde o ensino financeiro ainda é insuficiente. Desse modo, a obra incentiva os leitores a desenvolverem o hábito de estudar e entender temas como investimentos, impostos e finanças pessoais, aspectos que podem capacitar a população a tomar decisões mais seguras e conscientes em suas vidas financeiras.

Ainda segundo Kiyosaki *et al* (1997), apresenta no livro a importância do "pensamento empreendedor" e incentiva o leitor a desenvolver múltiplas fontes de renda para alcançar a independência financeira. No Brasil, onde muitos trabalhadores dependem exclusivamente de um salário fixo, essa mensagem é particularmente relevante, pois oferece uma alternativa para driblar as dificuldades econômicas e a instabilidade do mercado

de trabalho.

A obra de Kiyosaki *et al.* (1997), portanto, contribui para popularizar o empreendedorismo e motiva os leitores a explorar diferentes oportunidades de geração de renda, seja por meio de pequenos negócios, investimentos ou outros empreendimentos, promovendo uma cultura de iniciativa e autonomia financeira.

Doravante, o livro *Pai Rico, Pai Pobre* tem inspirado muitos brasileiros a reconsiderar suas atitudes em relação ao dinheiro e ao consumo. O livro destaca a importância de viver abaixo dos próprios meios e evitar endividamentos desnecessários, algo que se torna relevante em um país onde a população frequentemente recorre a crédito de alto custo, como cartão de crédito e cheque especial.

Ao incentivar o planejamento financeiro e o controle sobre as próprias finanças, a obra de Kiyosaki *et al*. (1997), contribui para a construção de uma mentalidade financeira mais consciente e responsável, que pode, a longo prazo, ajudar a reduzir o endividamento e aumentar a estabilidade financeira das famílias brasileiras. A influência de *Pai Rico, Pai Pobre* no Brasil também se estende à forma como o livro redefine o conceito de segurança financeira.

Conforme o autor, Kiyosaki *et al.* (1997), questiona a ideia tradicional de que ter um emprego fixo e estável é suficiente para garantir uma vida financeira saudável, propondo que a verdadeira segurança vem do conhecimento e da capacidade de criar e administrar fontes de renda independentes. Em um cenário brasileiro, onde a busca por estabilidade por meio de concursos públicos e empregos fixos é altamente valorizada, essa visão representa uma mudança de paradigma. O livro encoraja os leitores a olharem além da segurança do emprego formal e a buscarem meios de desenvolver habilidades e ativos que possam gerar rendimentos contínuos, independentemente da situação do mercado de trabalho.

Desse modo, outro aspecto do livro que tem ressoado no Brasil é o conceito de "alfabetização financeira" e o papel das experiências financeiras na construção desse conhecimento. Kiyosaki *et al*. (1997), argumenta que o aprendizado por tentativa e erro e a exposição a situações reais são fundamentais para a educação financeira. No contexto brasileiro, onde o ensino formal raramente aborda finanças pessoais, essa abordagem tem incentivado muitas pessoas a buscarem educação financeira de forma autônoma, explorando cursos, livros e conteúdos digitais. Isso tem levado ao surgimento de um mercado crescente de educação financeira no Brasil, com especialistas e influenciadores oferecendo conteúdos acessíveis e práticos para que as pessoas possam entender melhor como administrar suas finanças, algo que vem ao encontro da necessidade de um conhecimento financeiro mais prático e acessível para a população.

Assim, o conceito de "ativo gerador de renda", amplamente abordado em *Pai Rico, Pai Pobre*, é outra lição que tem ganhado espaço no Brasil. Ao apresentar a importância de adquirir ativos que gerem fluxo de caixa, como imóveis para aluguel, ações e negócios próprios, o livro desperta nos leitores o interesse por formas de investimento que possam trazer retorno financeiro regular. Em um país onde o acesso a esses tipos de investimentos ainda é restrito para parte da população, essa ideia tem promovido o interesse em alternativas

como o mercado de ações, fundos imobiliários e outros investimentos. Kiyosaki *et al.* (1997).

Com a popularização do mercado de capitais no Brasil nos últimos anos, especialmente através de plataformas digitais e corretoras, muitos leitores têm encontrado na obra de Kiyosaki um ponto de partida para investir de forma estratégica, em busca de independência financeira.

Entretanto, o *Pai Rico, Pai Pobre* também desafia o leitor a reavaliar crenças enraizadas sobre dinheiro e riqueza. Kiyosaki *et al.* (1997), destaca que muitos dos hábitos financeiros e crenças limitantes sobre dinheiro são herdados das gerações anteriores, especialmente em contextos familiares onde o foco está em evitar dívidas e "jogar pelo seguro" financeiramente. Esse conceito é particularmente relevante no Brasil, onde há uma tradição de evitar o risco financeiro, frequentemente associada à falta de conhecimento sobre investimentos. A abordagem de Kiyosaki *et al.* (1997), que sugere o questionamento dessas crenças e a disposição para explorar novas possibilidades, como investir e empreender, tem encorajado muitos brasileiros a reverem suas perspectivas sobre riqueza e buscar alternativas que vão além do trabalho assalariado.

Em última análise, *Pai Rico, Pai Pobre* oferece lições que, embora desafiadoras para o contexto brasileiro, têm servido de inspiração para um número crescente de pessoas interessadas em educação financeira e independência econômica. A obra de Kiyosaki destaca a importância de adotar uma mentalidade proativa em relação às finanças, buscando sempre o desenvolvimento de habilidades que possam gerar retorno financeiro ao longo do tempo. Esse movimento em direção a uma postura mais ativa e estratégica na gestão financeira tem impulsionado uma transformação cultural no Brasil, onde a educação financeira tem se tornado cada vez mais acessível e relevante. Embora existam diferenças estruturais entre o Brasil e os Estados Unidos em termos de educação financeira, *Pai Rico, Pai Pobre* tem contribuído para popularizar o tema e fornecer um ponto de partida para brasileiros que buscam uma vida financeira mais segura e planejada.

Em suma, para que o Brasil avance em termos de educação financeira, é essencial que o governo e a sociedade civil promovam um esforço conjunto, estabelecendo uma política pública consistente, integrando a educação financeira ao sistema educacional e incentivando iniciativas de conscientização para todas as faixas etárias.

Educação Financeira nos Estados Unidos

Nos Estados Unidos, a educação financeira é amplamente promovida por meio de uma série de programas que se estendem desde o ensino fundamental até a vida adulta. A abordagem americana destaca-se pelo foco no planejamento financeiro, criação de poupança, gestão de crédito e investimentos, e em várias regiões o ensino financeiro é parte obrigatória do currículo escolar. Lopes & Navarro (2017).

Essa inserção obrigatória, segundo Lopes & Navarro (2017), reflete a importância que a sociedade americana atribui ao conhecimento financeiro, visto não apenas como um diferencial, mas como uma habilidade essencial para a vida cotidiana. Dessa forma, a educação financeira se consolida como um

conhecimento culturalmente transmitido e incentivado em diversos âmbitos, incluindo escolas, comunidades, programas governamentais e até no ambiente de trabalho.

Pesquisas revelam que essa abordagem sistemática e contínua da educação financeira tem se mostrado eficaz na promoção de uma maior independência financeira entre os cidadãos. Sardenberg (2013). A familiaridade com conceitos como orçamento pessoal, uso responsável de crédito e planejamento para aposentadoria contribui para que os americanos tenham maior controle sobre suas finanças e sejam mais resilientes em tempos de instabilidade econômica.

Ainda de acordo com Sardenberg (2013), como resultado, observa-se que a população tem maior tendência a poupar e menor propensão ao endividamento descontrolado, em comparação com outros países. Os índices de inadimplência, por exemplo, são mais baixos, refletindo uma capacidade de planejamento financeiro mais desenvolvida.

Instituições como a National Endowment for Financial Education (NEFE) desempenham um papel crucial nesse processo, desenvolvendo materiais educacionais e promovendo pesquisas que orientam as políticas públicas de educação financeira nos Estados Unidos. A NEFE, em parceria com escolas e outras organizações, fornece suporte contínuo para a inclusão de programas de alfabetização financeira na formação dos indivíduos, o que abrange desde lições básicas de finanças pessoais até programas mais avançados, voltados para o planejamento de aposentadoria e investimentos. Além da NEFE, iniciativas governamentais, como o “Financial Literacy and Education Commission” (FLEC), promovem campanhas de conscientização e elaboram recursos educacionais acessíveis, com o intuito de expandir o alcance do ensino financeiro e garantir que toda a população tenha acesso a informações essenciais para o gerenciamento financeiro.

Além do apoio governamental e das organizações educacionais, as próprias empresas americanas incentivam a educação financeira, especialmente para seus colaboradores, oferecendo programas de orientação sobre controle de gastos e investimentos, além de ferramentas para o planejamento de aposentadoria. Esse incentivo é considerado uma estratégia vantajosa, já que colaboradores financeiramente mais educados têm menor propensão ao estresse financeiro, o que impacta positivamente na produtividade e no ambiente de trabalho. Muitos empregadores oferecem planos de poupança para aposentadoria com incentivo financeiro, como o famoso “401(k)”, em que o empregador contribui para o plano juntamente com o empregado, reforçando. Sardenberg (2016).

A educação financeira nos Estados Unidos é caracterizada por uma abordagem sistêmica e integrada, que envolve escolas, governos, comunidades e empresas em um esforço conjunto para capacitar financeiramente os cidadãos. Esse modelo não apenas contribui para a estabilidade financeira individual, mas também fortalece a economia nacional, uma vez que uma população financeiramente educada tende a ser mais cautelosa com o consumo de crédito, a poupar para o futuro e a investir de forma consciente. Lusardi & Mitchell (2021).

Essa cultura de educação financeira, ao longo do tempo, reflete-se em uma sociedade mais preparada para lidar com crises econômicas e com um padrão de vida sustentado pelo conhecimento e pela prática de princípios financeiros sólidos.

Além de fomentar a estabilidade financeira individual, o modelo americano de educação financeira também contribui para a redução de desigualdades econômicas, fornecendo ferramentas para que cidadãos de diversas faixas de renda possam tomar decisões informadas sobre seu futuro financeiro.

Esse modelo inclusivo busca tornar o conhecimento financeiro acessível a todos, independente de condição econômica, incentivando a autonomia financeira em diversas etapas da vida, desde o início da carreira até a aposentadoria. Por meio de uma série de estratégias, o governo federal e os estados se esforçam para implementar uma educação financeira adaptada a diferentes grupos, considerando a realidade socioeconômica e as necessidades específicas de cada um. Fujeta (2020).

Nessa ambiência, outro fator importante que fortalece a educação financeira nos Estados Unidos é o papel das tecnologias financeiras (fintechs) e das plataformas digitais de educação, que permitem o acesso a informações financeiras de forma rápida e personalizada. Nos últimos anos, a popularidade de aplicativos de gerenciamento financeiro e ferramentas de planejamento facilitou a compreensão de conceitos financeiros para milhões de cidadãos, possibilitando que gerenciem seu dinheiro, acompanhem seus gastos e planejem seus investimentos com maior autonomia. Essa integração entre educação financeira e tecnologia ajuda a engajar a população jovem, que já está inserida no mundo digital, promovendo uma alfabetização financeira desde cedo. Cerbasi (2004).

Além disso, o enfoque americano na educação financeira leva em conta a necessidade de se preparar os cidadãos para enfrentar crises econômicas. Desde a crise financeira de 2008, a importância de ter uma reserva de emergência, evitar dívidas de alto custo e compreender o funcionamento de produtos financeiros complexos tornou-se ainda mais evidente. Cerbasi (2004), ainda reforça sobre a conscientização sobre esses temas ajudou a formar uma cultura de resiliência financeira, onde a população está equipada para enfrentar oscilações econômicas, evitando decisões impulsivas ou desinformadas que poderiam agravar a situação.

O sistema de educação financeira nos Estados Unidos também é reforçado por uma série de incentivos fiscais que favorecem o planejamento financeiro de longo prazo, como os planos de previdência privada, os fundos de pensão e as contas de poupança com benefícios fiscais.

Esses mecanismos proporcionam às pessoas opções para planejar a aposentadoria e o futuro financeiro de maneira estruturada, aproveitando-se de incentivos do governo. Dessa forma, os americanos são encorajados não apenas a poupar, mas a investir com responsabilidade, contribuindo para a criação de uma cultura de investimento a longo prazo que beneficia tanto os indivíduos quanto o crescimento econômico do país. Sardenberg (2016).

O modelo de educação financeira dos Estados Unidos se destaca pela amplitude e pela continuidade

das ações. Combinando políticas públicas, incentivos privados e apoio tecnológico, o país conseguiu estabelecer um modelo de educação financeira capaz de capacitar seus cidadãos a gerirem melhor seu dinheiro e a evitarem armadilhas de endividamento excessivo. Sardenberg (2013). Esse sistema robusto e bem estruturado oferece ao Brasil um modelo a ser considerado, pois evidencia a importância de uma educação financeira que seja integrada e acessível a todos, promovendo, a longo prazo, uma sociedade mais equilibrada e economicamente sustentável.

Comparação entre os modelos de educação financeira

A diferença entre o Brasil e os Estados Unidos no que diz respeito à educação financeira é bastante significativa. Enquanto nos EUA existe uma estrutura educacional e cultural consolidada para essa formação, no Brasil, a educação financeira ainda é incipiente e pouco acessível para grande parte da população. Nos Estados Unidos, a educação financeira faz parte do cotidiano dos cidadãos, começando desde cedo nas escolas e sendo reforçada por políticas públicas e campanhas educativas ao longo da vida. Cerbasi (2009).

Consoante, esse ambiente cria uma base cultural onde o planejamento financeiro, o controle de gastos e a formação de poupança são valores amplamente incentivados. Em contraste, no Brasil, a educação financeira raramente é abordada formalmente nas escolas e depende de iniciativas isoladas, como campanhas pontuais ou projetos de curta duração, que não oferecem a continuidade e profundidade necessárias para transformar o conhecimento em hábito.

Esse contraste nos modelos educacionais reflete-se em dados econômicos. Nos Estados Unidos, a taxa de poupança pessoal é mais elevada, e o endividamento é mais frequentemente gerido de forma eficaz, com muitos americanos utilizando o crédito de maneira planejada e consciente.

Em consequência, o endividamento excessivo e a inadimplência são problemas menos prevalentes, pois a população dispõe de ferramentas e conhecimento para evitar armadilhas financeiras. Por outro lado, no Brasil, a falta de uma educação financeira sólida resulta em uma população mais vulnerável ao consumo impulsivo e ao endividamento elevado, principalmente em créditos de alto custo, como o cartão de crédito e o cheque especial. Com uma base financeira menos estruturada, o brasileiro tende a ser mais suscetível a crises econômicas, o que afeta tanto a economia pessoal quanto a estabilidade econômica nacional (BCB, 2022).

A partir dessas comparações, observa-se que a educação financeira não é apenas uma questão de conhecimento técnico, mas também de políticas públicas e envolvimento institucional, que são muito mais presentes e efetivos no contexto americano. Nos EUA, instituições como a NEFE e a FLEC, em parceria com escolas e comunidades, fornecem suporte contínuo e abrangente para a educação financeira, enquanto no Brasil ainda faltam ações coordenadas entre governo, setor privado e sociedade civil para promover o acesso e a continuidade desse aprendizado. Sardenberg (2016).

Assim, a ausência de políticas públicas consistentes e uma rede de apoio robusta é um fator crítico que dificulta o desenvolvimento de uma cultura financeira mais saudável no Brasil.

Propostas para o Brasil

Para melhorar o nível de educação financeira no Brasil e promover uma sociedade financeiramente mais consciente e preparada, algumas medidas fundamentais podem ser consideradas como mostra o quadro abaixo:

Quadro 1- Medidas a serem consideradas para promover uma sociedade financeiramente mais efetiva.

1.Inclusão obrigatória de educação financeira no currículo escolar:	A implementação de disciplinas de educação financeira obrigatórias desde o ensino fundamental até o médio pode ajudar a criar uma base sólida de conhecimento. Tópicos como orçamento familiar, poupança, investimentos, planejamento de longo prazo e uso responsável do crédito devem ser abordados de maneira prática e contínua para que se tornem parte da formação dos estudantes e gerem benefícios futuros.
2.Campanhas governamentais de conscientização financeira:	O governo pode desempenhar um papel importante por meio de campanhas educativas em massa, voltadas para todas as idades e classes sociais, que promovam a importância da educação financeira. Essas campanhas poderiam abordar temas como o controle de gastos, a importância da poupança e o uso consciente de crédito, e poderiam ser veiculadas em plataformas de fácil acesso, como TV, redes sociais e rádios comunitárias.
3.Incentivo ao uso de ferramentas digitais de controle financeiro:	Com a popularização dos smartphones e o acesso crescente à internet, o Brasil tem grande potencial para aproveitar a tecnologia na disseminação do conhecimento financeiro. Aplicativos de orçamento, controle de gastos e planejamento financeiro pode ser promovidos, especialmente aqueles que oferecem conteúdo educacional e ajudam a população a visualizar e gerenciar suas finanças de forma simplificada e prática.

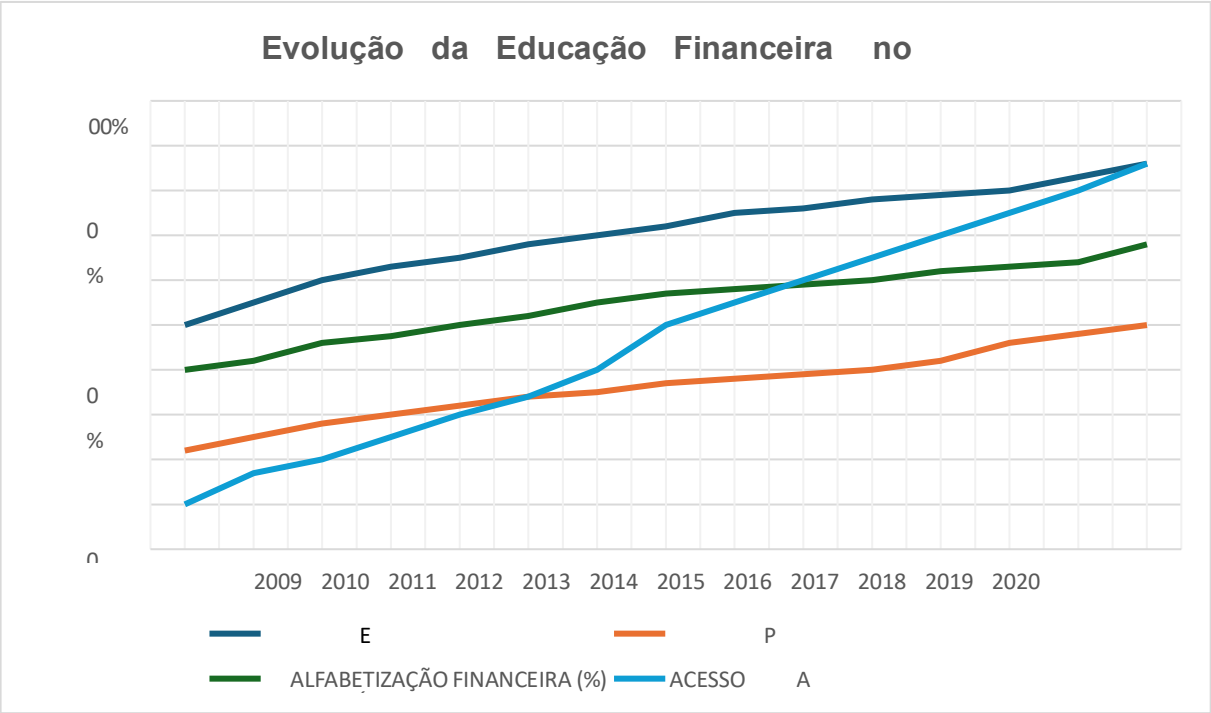
4.Parceria com instituições financeiras para o desenvolvimento de cursos e materiais acessíveis:	Instituições financeiras, como bancos e cooperativas de crédito, têm um papel fundamental na promoção da educação financeira. Parcerias com escolas, ONGs e governo podem resultar no desenvolvimento de cursos gratuitos, eventos e materiais educativos de fácil acesso, que atendam às necessidades da população. Além disso, essas instituições podem oferecer orientação financeira, workshops e eventos educativos para os clientes, especialmente os de baixa renda, promovendo a inclusão financeira de forma prática e acessível.
5.Criação de políticas de incentivo à poupança e investimentos:	O governo pode implementar políticas de incentivo que favoreçam a poupança e os investimentos, como programas de incentivo fiscal para contas de poupança e subsídios para planos de previdência privada. Essas políticas podem encorajar os cidadãos a pensar a longo prazo e a adotar o hábito de poupar, aumentando a segurança econômica e a capacidade de planejamento financeiro das famílias brasileiras.

Fonte: (Sardenberg, 2016).

Essas propostas têm o potencial de transformar o cenário atual de educação financeira no Brasil, promovendo uma população mais informada, capaz de tomar decisões econômicas conscientes e, com isso, reduzir o impacto de crises financeiras pessoais e sociais.

Assim, para melhor compreensão, apresenta-se abaixo um gráfico com visualização da evolução da educação financeira no Brasil:

Gráfico 1- Evolução da Educação Financeira no Brasil



Fonte: (Dados da pesquisa, 2024), baseado em (Sardenberg, 2016).

O gráfico apresentado ilustra a evolução de quatro aspectos essenciais da educação financeira no Brasil nos últimos 15 anos (2009 a 2023): o nível de endividamento das famílias, a prática de poupança, a alfabetização financeira e o acesso a cursos e conteúdos sobre finanças pessoais. Essa análise permite compreender como a conscientização financeira da população tem avançado e os desafios ainda presentes.

A primeira linha, representando o endividamento, revela uma tendência preocupante de aumento constante. Em 2009, aproximadamente 55% das famílias brasileiras estavam endividadas, número que cresceu para cerca de 85% em 2023. Esse dado reflete o fácil acesso ao crédito, associado ao consumo desenfreado e à falta de planejamento financeiro. A popularização de cartões de crédito e financiamentos, sem o devido entendimento das consequências financeiras, tem contribuído para esse cenário.

Em contraste, a taxa de poupança apresenta um crescimento mais lento, mas significativo. O gráfico indica que apenas 25% das famílias possuíam alguma forma de reserva financeira em 2009, número que chegou a 50% em 2023. Esse aumento pode ser atribuído a uma crescente conscientização sobre a importância de poupar, especialmente em resposta às crises econômicas recentes e ao surgimento de contas digitais que facilitam investimentos simples.

A alfabetização financeira também mostra um avanço positivo, embora ainda insuficiente. Partindo de um índice estimado de 40% em 2009, chegou a 67% em 2023. Esse progresso é resultado de iniciativas governamentais, programas educativos de bancos e, principalmente, da atuação de influenciadores digitais

que democratizaram o acesso ao conhecimento sobre finanças pessoais. Apesar disso, muitos brasileiros ainda não dominam conceitos básicos, como taxas de juros e planejamento orçamentário.

O dado mais expressivo do gráfico é o crescimento no acesso a cursos e conteúdos sobre educação financeira, que disparou de 10% em 2009 para 85% em 2023. Esse aumento é impulsionado pela digitalização da informação, com plataformas online, podcasts e vídeos educativos se tornando fontes acessíveis e populares para aprender sobre finanças. A internet desempenhou um papel crucial na disseminação desse conhecimento.

Em síntese, o gráfico evidencia avanços importantes na educação financeira no Brasil, mas também destaca desafios críticos. Embora o acesso ao conhecimento tenha aumentado, a aplicação prática ainda encontra barreiras, como o elevado endividamento. Para consolidar uma cultura financeira sólida, é necessário que o conhecimento adquirido através de cursos e conteúdos digitais se traduza em hábitos financeiros saudáveis, com maior controle orçamentário e redução do consumo desenfreado. Políticas públicas consistentes e educação financeira nas escolas podem ser ferramentas decisivas para essa transformação.

Implementar essas propostas no Brasil pode gerar uma transformação significativa na relação dos brasileiros com suas finanças pessoais e, em longo prazo, contribuir para o fortalecimento da economia nacional. Com uma população mais educada financeiramente, há uma maior tendência de que as famílias brasileiras consigam planejar melhor seus gastos, reduzir o endividamento e aumentar suas taxas de poupança, o que beneficia tanto os indivíduos quanto o mercado como um todo. Além disso, a inclusão de temas financeiros na educação básica pode capacitar os jovens a serem consumidores mais conscientes e investidores mais responsáveis, o que contribui para uma cultura econômica mais sólida. Sardenberg (2016).

Impacto Social e Econômico de uma Educação Financeira Eficiente

Uma política educacional que abarque a educação financeira poderia também reduzir as desigualdades sociais, já que o conhecimento financeiro tende a gerar oportunidades para a mobilidade econômica. Atkenson *et al.* (2018). Em regiões de baixa renda, onde o acesso à informação sobre finanças é mais limitado, a inclusão de conteúdos sobre orçamento, poupança e investimentos pode dar às pessoas os recursos para construir uma base financeira mais segura e escapar do ciclo de pobreza. Isso, por sua vez, contribui para uma sociedade menos desigual e com maior estabilidade econômica.

A capacitação financeira também pode beneficiar a economia brasileira em tempos de crise. Em uma sociedade onde a população tem maior consciência sobre os perigos do endividamento excessivo e as vantagens de manter uma reserva de emergência, os indivíduos tendem a ser mais resilientes frente a crises econômicas, o que, por sua vez, ajuda a amortecer os efeitos dessas crises no cenário nacional. Alvarez *et al.* (2020). Essa maior resiliência financeira pode estabilizar o consumo e reduzir o impacto de recessões, criando uma economia mais robusta e menos suscetível a oscilações severas.

Considerações sobre a Viabilidade das Propostas

Para que essas iniciativas sejam viáveis, é necessário que haja colaboração entre setores do governo, instituições financeiras e empresas privadas, além de engajamento da sociedade civil de acordo com Bacci (2018). O investimento inicial em infraestrutura educacional e programas de formação para professores será essencial para garantir que o ensino financeiro seja bem implementado e que haja continuidade no aprendizado. Adicionalmente, é importante que o governo federal e os estados trabalhem juntos na elaboração de políticas públicas que incentivem a criação de conteúdos pedagógicos acessíveis e adaptados às diferentes realidades regionais.

Parcerias com empresas de tecnologia também podem ser estratégicas, uma vez que o desenvolvimento de aplicativos e plataformas educacionais pode facilitar o acesso da população ao conhecimento financeiro. Essas ferramentas digitais poderiam, por exemplo, ser oferecidas gratuitamente por meio de políticas de incentivo fiscal para empresas que promovem educação financeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de uma educação financeira eficaz é essencial para a estabilidade econômica e a qualidade de vida dos cidadãos. O exemplo dos Estados Unidos demonstra que a educação financeira, quando inserida de maneira sistemática no ensino básico e no contexto social, contribui significativamente para a redução de dívidas e para o aumento das taxas de poupança. Para que o Brasil alcance um nível de conhecimento financeiro similar ao dos Estados Unidos, é necessário que o governo, as instituições financeiras e as escolas unam esforços para promover uma cultura de alfabetização financeira abrangente e contínua. Essa educação deve abranger desde os conceitos básicos de economia doméstica e planejamento financeiro até os aspectos mais avançados de investimentos e gestão de riscos.

Além disso, programas e políticas públicas focados na inclusão financeira, especialmente para grupos mais vulneráveis, desempenham um papel essencial para garantir que todos os cidadãos tenham acesso às informações e ferramentas necessárias para tomarem decisões financeiras conscientes. Com uma população mais preparada para lidar com os desafios financeiros do dia a dia, espera-se que, a longo prazo, o Brasil apresente não apenas uma diminuição nos índices de inadimplência, mas também um aumento na capacidade de planejamento financeiro e na segurança econômica das famílias.

A educação financeira precisa ser vista como um investimento social de longo prazo, com resultados que vão além do aumento de poupança e da redução de dívidas. Ela contribui também para a formação de uma sociedade mais consciente e resiliente, capaz de enfrentar crises econômicas com maior segurança e de forma planejada. Iniciativas nesse sentido devem ser contínuas e adaptadas às realidades culturais e econômicas do

país, considerando as especificidades regionais e o contexto de cada público-alvo. A colaboração entre os setores público e privado e a inclusão da temática no currículo escolar são estratégias fundamentais para criar uma base sólida de conhecimento e conscientização financeira na sociedade brasileira.

Além da educação formal nas escolas, é fundamental que as ações de educação financeira no Brasil também considerem o papel das tecnologias digitais. Com o avanço dos aplicativos de gestão financeira e o acesso mais amplo a conteúdos educativos em plataformas online, a inclusão de ferramentas digitais pode facilitar o aprendizado financeiro em diversas faixas etárias e contextos sociais. Esse acesso digital democratiza o conhecimento e permite que pessoas de diferentes níveis econômicos adquiram habilidades essenciais para o manejo do dinheiro.

Outro ponto crucial é a conscientização da população para os impactos das finanças na saúde mental e no bem-estar. O endividamento excessivo e a falta de controle sobre as finanças estão associados a altos níveis de estresse e ansiedade, fatores que afetam a qualidade de vida dos indivíduos e a produtividade no trabalho. Portanto, promover uma educação financeira que valorize a relação equilibrada com o dinheiro é um passo importante para o desenvolvimento de cidadãos mais conscientes e emocionalmente saudáveis.

Para garantir a eficácia e a continuidade dessas iniciativas, é igualmente importante monitorar e avaliar o impacto das ações de educação financeira ao longo do tempo. O acompanhamento de indicadores, como níveis de endividamento, taxa de poupança, e a própria satisfação financeira da população, oferece informações valiosas para a constante melhoria das estratégias adotadas. Dessa forma, o Brasil poderá avançar na construção de uma sociedade financeiramente educada, capaz de fazer escolhas econômicas mais sustentáveis e, assim, reduzir as desigualdades sociais a partir do fortalecimento da educação financeira como um pilar para a cidadania e o desenvolvimento do país.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, L., & BARBIERI, J. **Descomplicando o Mercado Financeiro**: um guia para quem deseja investir com segurança e obter bons resultados. São Paulo: Literare Books International, 2020.

ATKINSON, A., & MESSY, F.-A. "**OECD/INFE Report on Financial Literacy and Financial Inclusion.",** 2018.

BACCI, R. D. **O Médico e o Dinheiro**: como médicos e outros profissionais podem atingir sua independência financeira. São Paulo: Literare Books International, 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. "**Educação Financeira para Todos**: Um Olhar sobre o Brasil.", 2022.

CERBASI, G. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. São Paulo: Sextante, 2004.

CERBASI, G. **Investimentos inteligentes:** como conquistar seu primeiro milhão. São Paulo: Thomas Nelson Brasil, 2009.

DOMINGUES, R. **Dinheiro**: os segredos de quem tem. São Paulo: Saraiva. Arcuri, N. (2018). **Orçamento sem Falhas**: saiba onde está seu dinheiro e tome o controle da sua vida financeira. São Paulo: Sextante, 2015.

FUJITA, B. **A Dieta do Bolso**: como fazer seu dinheiro durar mais. São Paulo: Gente, 2020.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC. Apostila, 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KIYOSAKI, R. T., & LECHTER, S. L**. Pai Rico, Pai Pobre**: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro. Rio de Janeiro: Alta Books, 1997.

LOPES, N., & NAVARRO, M. **Me Poupe! 10 passos para nunca mais faltar dinheiro no seu bolso.** São Paulo: Sextante, 2017.

LUSARDI, A., & MITCHELL, O. S. "**The Economic Importance of Financial Literacy:** Theory and Evidence.", 2021.

LAKATOS, Eva e MARCONI, Mariana. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2006.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.

NATIONAL ENDOWMENT FOR FINANCIAL EDUCATION. "**The Impact of** Financial Literacy Education in the United States.", 2023

Ética na escolha do regime tributário adequado

Ethics in choosing the appropriate tax regime

DOI: 10.29327/2385111.4.2-2

Andressa Oliveira da Silva[1]
Luana Narcisa Santos da Costa[2]
Marlene Pereira Santos do Nascimento[3]
Sônia Aparecida Ramos Santos[4]
Anaile Fernanda Salomão Baima do Lago [5]
Amanda Caroline Duarte Ferreira [6]
Gleiciane da Silva Damásio[7]
Victor Miranda Leão [8]
Kamyla Mayara Oliveira de Oliveira[9]
Renato Augusto Guerra de Queiroz[10]

[1,2,3] Graduação em Ciências Contábeis, FACX. [3] Mestranda em Contabilidade- FUCAPE. direcaorp@facx.edu.br. [4]Doutoranda pelo Núcleo de Doenças Tropicais, Universidade Federal do Pará – UFPA. [5]Graduação em Psicologia, Universidade Ceuma. [6] Doutoranda pelo Núcleo de Doenças Tropicais, Universidade Federal do Pará – UFPA. [7]Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Xingu e Amazônia – FACX .[8]Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável - UFPA. [9]Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Xingu e Amazônia – FACX. [10]Mestrado em Educação pela Universidad de la Empresa, Uruguai.

Resumo: O presente artigo examina a relação entre ética e tributação, a ética na escolha de uma política tributária é muito importante para empresas e empreendedores, pois essa escolha vai além do econômico e inclui obrigações legais, sociais e societárias. Este estudo visa também, colher a percepção dos estudantes concluintes do curso de Ciências Contábeis da FACX – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais do Xingu e Amazônia em relação ao uso da ética no planejamento tributário. Para alcançar este objetivo, foi conduzido em estudo bibliográfico, e o instrumento de coleta de dados consistiu em um questionário aplicável a 13 alunos. Os participantes, demonstraram possuir conhecimento sobre planejamento tributário, e estão cientes dos regimes de tributação estipulados pela legislação. É imprescindível compreender o sistema tributário, uma vez que os tributos impactam diretamente a gestão financeira das empresas. Novos delineamentos e abordagens têm surgido, em adição à da moral subjetiva do contribuinte, neste caso, há uma importante necessidade de planejamento tributário para todos os contribuintes, sejam pessoas físicas ou jurídicas, que pode ser determinado no futuro e esforços para encontrar formas legais de reduzir impostos, implementar restrições e analisar a melhor maneira para atrasar o programa de incentivos, ou seja, o preço dos tributos, afeta o aumento dos lucros e reduz os tributos de acordo com a lei, coloca a empresa na direção certa. As decisões éticas no sistema tributário representam adesão à lei, responsabilidade social e transparência, necessária à integridade da reputação da empresa. Dessa forma, o sistema tributário beneficia não só as empresas, mas também o mercado e a sociedade como um todo.

Palavras-chave: Sistema de tributação, Planejamento Tributário, Ética, Contribuinte.

Abstract: This article examines the relationship between ethics and taxation. Ethics in choosing a tax policy is very important for companies and entrepreneurs, as this choice goes beyond the economic and includes legais, social and corporate obligations. This study also aims to collect the perception of students completing the Accounting Sciences course at FACX – Faculty of Human and Social Sciences of Xingu and Amazônia in relation to the use of ethics in tax planning. To achieve this objective, a bibliographic study was conducted, and the data collection instrument consisted of a questionnaire applicable to 13 students. Participants demonstrated knowledge of tax planning and are aware of the taxation regimes stipulated by legislation. It is essential to understand the tax system, since taxes directly impact the financial management of companies. New designs and approaches have emerged, in addition to the subjective morality of the taxpayer, in this case, there is an important need for tax planning for all taxpayers, whether individuals or legal entities, which can be determined in the future and efforts to find legal forms of reducing taxes, implementing restrictions and analyzing the best way to delay the incentive program, that is, the price of taxes, affects the increase in profits and reducing taxes in accordance with the law, puts the company in the right direction. Ethical decisions in the tax system represent adherence to the law, social responsibility and transparency, necessary for the integrity of the company's reputation. In this way, the tax system benefits not only companies, but also the market and society as a whole.

Keywords: Taxation systems, Tax Planning, Vision, Taxpayer.

INTRODUÇÃO

A ética é uma questão importante no ambiente empresarial e na adoção de práticas fiscais porque afeta não só a fixação do preço, mas também questões jurídicas, sociais e morais. Ao escolher um sistema fiscal, as empresas devem considerar não só as consequências financeiras, mas também o impacto das suas decisões nas pessoas, nas empresas e na sua imagem. Idealmente, esta decisão fiscal deveria incluir um compromisso com a transparência e o cumprimento da lei, influenciando diretamente na escolha do regime tributário adequado e deveria refletir também no setor público para que os recolhimentos dos tributos de fato chegassem no objetivo final.

Além disso, eleições justas podem promover uma tributação justa e a igualdade econômica e evitar práticas que possam levar à evasão fiscal ou à concorrência desleal. Portanto, agir de forma ética ao escolher um método tributário não é apenas uma questão de responsabilidade corporativa, mas também um fator importante que incentiva o desenvolvimento estável de confiança.

O tributo sempre enfrentou resistência entre os cidadãos, com uma alta rejeição devido à carga tributária no Brasil, que é considerada excessiva para alguns negócios. Isso gerou um clima de tensão em relação à obrigação de pagar tributos. Nesse cenário, é essencial que tanto pessoas físicas quanto jurídicas realizem um planejamento tributário adequado.

Segundo Gutierrez (2006) A obrigação tributária e a evasão fiscal sempre coexistiram ao longo da história. Há uma permanente tensão entre a obrigação de pagar tributos e a tentativa de burlá-lo por parte dos contribuintes.

O contribuinte pode escolher atingir seu objetivo de forma mais eficiente dentro dos parâmetros legais. Um bom planejamento fiscal é necessário para colocar a empresa em um regime tributário adequado, permitindo a prática de economia tributária sem violar a lei. O contribuinte deve buscar formas de minimizar seus custos tributários e analisar a lei até que seja viável.

Compreender o sistema fiscal é importante porque o tributo tem impacto direto nas decisões dos contribuintes. A elisão fiscal é um método para alcançar um resultado econômico desejado, reduzindo ou impedindo os contribuintes de pagar tributos antes que a causa ocorra, enquanto a evasão fiscal é uma violação da lei ao ocultar o comportamento do contribuinte. O planejamento permite que as empresas tomem decisões tributárias correta, determinem alíquotas de tributos e façam ajuste no sistema jurídico.

Segundo Freitas (2022), o impacto na administração financeira e na maneira como as organizações gerenciam seus recursos e as obrigações fiscais, podem impactar iretamente a estabilidade da empresa.

A escolha de um sistema tributário é uma decisão importante para empresas e empresários, mas também envolve importantes questões éticas. Optar por um regime fiscal pode ser um desafio, como Simples Nacional, Lucro Presumido, Lucro Real e Lucro Arbitrado não deve ser apenas uma questão de redução de sua carga tributária. É importante respeitar não só a lei da dignidade, mas também o princípio da justiça financeira, que consiste em contribuir para o bem-estar público de uma forma justa e equitativa.

A importância do planejamento é que as empresas obtenham as informações necessárias, que lhes permitam tomar as decisões acertadas sobre o tipo de imposto, reduzir o custo de tributos e colocá-lo dentro da faixa permitida. A preparação fiscal é a única forma de gerar receita real para sua empresa sem se preocupar com o fisco.

À medida que o preço aumenta, as organizações procuram formas de trabalhar de forma eficaz, de tentar permanecer no mercado, e uma delas é planear implementar bem, o que significa obter mais poupanças, evitando tributos antes do evento, tributar, deduzir e diferir seu pagamento, ou seja, fornecer um tributo alternativo, faz boas economias, tributos ou mesmo redução de impostos.

Segundo Tôrres (2001), a finalidade de economizar tributos pode ser atingida tanto por atos legítimos como por atitudes ilícitas (elisão ou evasão) do contribuinte. Por esse motivo, somente quando constituídos dos fatos, por meio da linguagem competente, é que poderá o Fisco controlar a operação para determinar sua liceidade (legitima economia de tributos) ou ilicitude e precisar se houve evasão, elisão de tributos ou negócio indireto legítimo e válido que atenda a uma lícita economia de tributos. De nenhum ilícito se pode cogitar antes que se ponha em prática os atos planejados.

As empresas enfrentam dificuldades na gestão financeira devido a falhas na estimativa de custos, riscos e administração de recursos. Um bom planejamento tributário e financeiro é crucial para definir objetivos e evitar problemas. O estudo da contabilidade tributária é essencial para quem busca otimizar a carga tributária.

Este estudo tem por objetivo analisar como a ética influencia na escolha do regime tributário adequado por empresas, destacando as implicações dessa decisão para a conformidade fiscal, a responsabilidade social. Isso se dá pelo fato das empresas desempenham um papel importante na economia brasileira, e nem todos os pequenos empresários estão familiarizados com as leis contábeis e tributárias, e há muitos problemas na escolha do sistema tributário.

A escolha do sistema fiscal adequado é um dos pilares da gestão da empresa e tem um impacto direto na sua operação, estratégia de desenvolvimento e relacionamento com as autoridades fiscais. Para aumentar a pressão para reduzir os custos fiscais, muitas empresas podem ser tentadas a tomar medidas, mesmo que legais, que podem ser consideradas moralmente problemáticas, como o uso de brechas ou a evasão fiscal. No entanto, a ética empresarial pode desempenhar um papel importante na escolha de um sistema fiscal, não apenas como

forma de evitar sanções legais, mas como uma estratégia diferente que ajuda a estrutura empresarial, a responsabilidade social e a sustentabilidade. O objetivo deste trabalho é examinar como as empresas, ao escolherem entre diferentes tributos (Simples Nacional, Lucro Presumido, Lucro Real, entre outros), consideram os princípios éticos de sua decisão. Além disso, será explorado como a adoção de práticas tributárias éticas pode afetar não só o cumprimento das obrigações fiscais, mas também a concorrência do mercado para que a empresa escolha os melhores documentos fiscais e assim gere o maior lucro. A função do contribuinte é encontrar a maneira certa de reduzir a carga tributária e descobrir onde o tributo pode ser economizado sem burlar a lei.

METODOLOGIA

Classificação da pesquisa

Este trabalho tem como objetivo principal analisar como a ética influencia na escolha do regime tributário adequado por empresas.

Para atingir este objetivo foi realizada uma pesquisa Bibliográfica, com abordagem metodológica quantitativa, visa investigar a relação entre a ética e a escolha do regime tributário adotado por empresas.

Procedimentos e instrumentos de coleta de dados

Artigos acadêmicos e revistas especializadas sobre ética empresarial, compliance tributário e responsabilidade social.

Livros e capítulos de livros que abordam os conceitos de tributação, justiça fiscal e ética nos negócios.

Normas e legislação tributárias que regem o sistema fiscal brasileiro e as implicações éticas dessas regras.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Formas de tributação

No Brasil, as empresas podem ser tributadas com base em diferentes regimes tributários, dependendo de fatores como renda anual, o ramo da empresa e estrutura societária. Esses sistemas são regulamentados pelo governo federal, e a escolha do sistema certo é importante para uma administração tributária eficaz.

> E dever de todo administrador maximizar os lucros e minimizar as perdas. Por essa razão, o planejamento tributário é um instrumento tão necessário para ele quanto qualquer outro planejamento, seja de marketing, de vendas, de qualificação de pessoal, de comercio exterior etc. (Fabretti, 2001, p. 126).

Os gestores devem sempre observar a alíquota mínima de imposto, realizando cálculos, comparando suas receitas e despesas com base no orçamento anual e no histórico contábil. Em princípio, a melhor forma de tributação deve ser determinada com base na margem de lucro do contribuinte.

Relação entre Princípios Éticos e suas Aplicações Práticas no Planejamento Tributário

A relação entre os princípios éticos e suas aplicações práticas no planejamento tributário reflete a importância de alinhar decisões financeiras e fiscais com valores morais, transparência e conformidade legal. O planejamento tributário, embora legítimo e essencial para a sustentabilidade das empresas, precisa ser conduzido com responsabilidade, considerando não apenas os interesses individuais, mas também os impactos sociais e econômicos.

Legalidade: Respeitar as leis tributárias é fundamento básico do planejamento ético. Práticas como elisão fiscal são permitidas, enquanto evasão fiscal ou fraudes são condenáveis.

Principais Princípios Éticos no Planejamento Tributário:

1. Transparência: Manter uma conduta clara e honesta na declaração de receitas e despesas, comunicando informações verdadeiras ao Fisco.
2. Responsabilidade Social: Considerar o impacto da decisão tributária na sociedade, como a contribuição para o financiamento de serviços públicos.
3. Equidade: As empresas devem pagar tributos de acordo com sua capacidade contributiva, respeitando os princípios da justiça fiscal.

Aplicações Práticas:

- Elisão Fiscal Lícita: A escolha do regime tributário mais vantajoso, como o Simples Nacional, ou utilização de incentivos fiscais oferecidos pelo governo.
- Combate a evasão Fiscal: Evitar práticas ilegais, como a omissão de receitas ou a falsificação de documentos.
- Uso de Créditos Tributários: Planejar o aproveitamento de créditos legítimos de PIS e COFINS no Lucro Real.
- Documentação Completa: Garantir que todas as operações sejam documentadas e estejam em conformidade com as exigências legais.

- A aplicação prática dos princípios éticos no planejamento tributário fortalece a reputação empresarial, reduz riscos legais e promove um ambiente de negócios mais sustentável. Planejar com ética não significar pagar mais tributos, mas sim atuar de forma sustentável, alinhando o interesse privado ao bem-estar social.

Simples Nacional

O sistema tributário Simples Nacional é um sistema tributário diversificado e benéfico. Exclusivamente às micro e pequenas empresas, o objetivo é facilitar o pagamento de tributos para a empresas com lucro anual de R$ 4,8 milhões. Esse sistema reúne e simplifica o recolhimento de diversos tributos em uma única guia de pagamento, chamada de DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional). Previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. É um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos.

Na concepção de Ferreira (1997), o Simples Nacional é um sistema de arrecadação facultativo para contribuintes que desejam consolidar múltiplos impostos e contribuições em uma única guia de pagamento. O principal objetivo redução de custos.

De acordo com a Lei, o regime de tributação não é um tributo ou sistema tributário, mas uma forma de arrecadação unificada dos seguintes tributos.

> Tornar eficazes os princípios constitucionais aplicáveis às microempresas e empresas de pequeno porte. Comportando-se como um subsistema tributário especial, que assume um caráter parcialmente substitutivo ao sistema geral, o novo regime afasta ou limita parcialmente a eficácia efetiva outros, aplicáveis de alguns princípios para tornar realmente efetivos outros, aplicáveis às micro e pequenas empresas, empresas de pequeno porte (Naylor, 2009, p. 04).

Conforme explica o autor, o Simples Nacional é um pequeno sistema do padrão comum que proporciona os benefícios necessários às micro e pequenas empresas.

Os tributos e arrecadações, que compõe o Simples Nacional de competência Federal.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ

Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

Contribuição para o PIS

Contribuição para a Seguridade Social – INSS

No caso do INSS vai depender da atividade da empresa, pois certas atividades devem recolher o INSS separado.

Na competência estadual é recolhido apenas o Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadoria e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e de comunicação – ICMS. Em relação aos impostos de competência Municipais, incide apenas um tributo, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

O Simples Nacional implementa uma arrecadação unificada dos impostos mencionados anteriormente, com objetivo de reduzir o peso financeiro em relação ao total desembolsado por todas as Micros e Pequenas Empresas que aderem ao regime tributário simplificado.

Conforme o art. 3º inciso 4º da Lei Complementar nº 123, 14 de dezembro de 2006, não poderá optar pelo Simples Nacional a pessoa jurídica:

I. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
II. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior.
III. De cujo capital participe pessoa física eu seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa não beneficiada por Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
IV. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
V. Cujo o sócio ou titular seja administrador de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, deste que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
VI. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
VII. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
Que exerça atividades de banco comercial, de investimento e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e cambio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
VIII. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desembarque de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cincos) anos-calendários anteriores;

IX. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

O Simples Nacional é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas no Brasil. Ao oferecer um sistema tributário simplificado e eficiente, o regime contribui para a geração de empregos e para o crescimento da economia. No entanto, e importante que as empresas estejam atentas às suas limitações e busquem sempre se atualizar sobre as mudanças na legislação.

Lucro presumido

O lucro presumido é regime tributário simplificado utilizado por empresas para calcular o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Ao invés de apurar o lucro real da empresa, o Fisco presume um percentual do faturamento como sendo lucro, utilizado tabelas pré-definidas.

De acordo com Pegas (2005), lucro presumido é uma forma de tributação que utiliza apenas as receitas da empresa para apuração do resultado tributável de IR e CSLL. Com isso, estes tributos são calculados através de um resultado estimado, encontrado através de percentuais definidos pela lei

O limite de receita bruta total anual, para opção pelo lucro presumido, é de R$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais), ou a R$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses (Lei 12.814/2013).

No Lucro Presumido, presume-se uma margem de lucro que varia conforme a atividade:

- 8% para atividades de comércio, indústria e transporte de carga;
- 32% para atividades de prestação de serviço em geral;
- Outras atividades podem ter percentuais de presunção variados (como 16% ou 1,6%);
- IRPJ: 15% sobre a margem presumida, com um adicional de 10% para lucros acima de R$ 20 mil mensais;
- CSLL: 9% sobre a margem presumida.

Além desses, as empresas no Lucro Presumido também pagam PIS e COFINS com alíquotas que variam conforme a atividade, e que incidem sobre a receita bruta.

Segundo o Art. 18, a pessoa jurídica que optar pela tributação com base no lucro presumido deverá adotar os seguintes procedimentos:

I. Escriturar os recebimentos e pagamentos ocorridos em cada mês, em Livro-Caixa, exceto se

mantiver escrituração contábil nos termos da legislação comercial;

II. Escriturar, ao término do ano-calendário, o Livro Registro de Inventario de seus estoques, exigido pelo art. 2º, da Lei nº 154, de 25 de novembro de 1947;

III. Apresentar, até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário seguinte ou no mês subsequente ao de encerramento da atividade, Declaração Simplificada de Rendimento e Informações; em modelo próprio aprovado pela Secretaria da Receita Federal;

IV. Manter em boa guarda e ordem, enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes, todos os livros de escrituração obrigatórios, por legislação fiscal específica, bem como os documentos e demais papéis que serviram de base para apurar os valores indicados na Declaração Anual Simplificada de Rendimentos e Informações.

O lucro presumido pode ser uma boa opção para empresas que buscam simplificar a gestão tributária e que possuem uma margem de lucro relativamente estável. No entanto, é importante analisar as vantagens de desvantagens de cada regime tributário antes de tomar uma decisão. A escolha do regime tributário adequado impacta diretamente na carga tributária da empresa e, consequentemente, em sua rentabilidade.

Lucro real

O lucro real refere-se ao resultado obtido durante um período de apuração, que é modificado por adições, exclusões e compensações permitidas pela legislação do imposto de renda. Esse resultado contábil é ajustado em um registo específico chamado Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR). O lucro real corresponde ao valor efetivamente determinado pela contabilidade, fundamento na escrituração fiscal contábil, respeitando rigorosamente os princípios contábeis essenciais e as demais normas fiscais e comerciais.

A determinação do lucro real apresenta uma maior complexidade em relação à implementação das práticas contábeis e fiscais, sendo essencial para a adequação da documentação das operações e, por conseguinte, para o cálculo do lucro real.

Art. 14. Estão obrigadas a apuração do lucro real as pessoas jurídicas:

I. Cuja receita total, no ano-calendário anterior ao limite de R$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses; (Redação dada pela Lei nº 10.637, de 2002);

II. Cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedade de créditos, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;

III. Que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;

IV. Que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção

ou redução do imposto;

V. Que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma do art. 2º da Lei nº 9.430, de 1996;

VI. Que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessorias creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring);

VII. Que explorem as atividades de securitização de créditos imobiliários, financeiros e dos agronegócios. (Incluído pela Medida Provisória nº 472, de 2009)

O regime de lucro real é um requisito para as empresas que possuem receitas brutas anuais superiores a R$ 48.000.000,00, sendo opcional para aqueles que tem receita menores. Conforme estabelecido no artigo 6º do Decreto-lei 1.598/1977, o lucro real é definido como lucro líquido apurado no período, ajustado conforme adições, exclusões ou compensações previstas ou autorizadas pela legislação fiscal. A obrigatoriedade do lucro real se aplica às empresas com receita bruta anual a partir de R$ 48.000.000,00, enquanto para as que possuem receitas inferiores, a adoção deste regime é facultativa, conforme disposto no artigo 14 da Lei 9.718/1998.

Em termos de alíquotas, o regime do Lucro Real aplica 15% de IRPJ sobre o lucro líquido, aumentando 10% sobre valores que excedam RS% 20.000,00 (vinte mil reais) mensais. A contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) também incide sobre o lucro, com taxas entre 9% e 12%.

O lucro real é um modelo de tributação fundamental no lucro contabilizado, sendo mais adequado para empresas com resultados financeiros consistentes. Organizações que não apresentam lucro ou estão em situação de prejuízo, e que não tem obrigação de adotar o regime de Lucro Real, podem optar por esse regime visando reduzir sua carga tributária.

Essa tabela pode auxiliar na compreensão das distinções entre os diversos regimes e na escolha do mais apropriado para os diferentes tipos de empresas.

Tabela

Características	Simples Nacional	Lucro Presumido	Lucro Real
Público-Alvo	Micro e pequenas empresas com faturamento anual de até R$ 4,8 milhões	Empresas com faturamento até R$ 78 milhões por ano	Empresas de grande porte e/ou que faturam acima de R$ 78 milhões por ano ou obrigadas por lei
Faturamento Máximo	Até R$ 4,8 milhões anuais	Até R$ 78 milhões anuais	Sem limite de faturamento
Forma de Cálculo dos Tributos	Tabela progressiva de alíquotas sobre a receita bruta	Percentual fixo (presunção de lucro) sobre a receita bruta, varia por atividade	Com base no lucro contábil ajustado

Tributos Incluídos	Unificação de impostos federais, estaduais e municipais: IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI, ICMS, ISS, CPP	IRPJ, CSLL, PIS e COFINS calculados separadamente	IRPJ, CSLL, PIS e COFINS calculados separadamente
Alíquota Total	Entre 4% e 19,5% (varia conforme a faixa de receita e o setor de atividade)	De 8% a 32% (presunção do lucro) + alíquotas dos tributos sobre esta base presumida	15% de IRPJ, com adicional de 10% sobre lucro acima de R$ 20 mil mensais, e 9% de CSLL
PIS e COFINS	Unificados na alíquota do Simples Nacional	Alíquotas cumulativas: 0,65% para PIS e 3% para COFINS	Alíquotas não cumulativas: 1,65% para PIS e 7,6% para COFINS, com direito a créditos
Complexidade de Gestão	Baixa: simplificação na apuração e no pagamento de tributos	Média: exige contabilidade regular e alguns cálculos separadamente	Alta: requer controles contábeis e fiscais detalhados
Créditos Tributários	MONOFASICOS	MONOFASICOS	Gera créditos de PIS e COFINS sobre despesas permitidas
Adequado para	Pequenos negócios com margens de lucro previsíveis e baixo faturamento	Empresas de pequeno a médio porte, com margens de lucro altas	Empresas com margens de lucro menores ou que desejam deduzir despesas operacionais
Periodicidade do Pagamento	Mensal (DAS – Documento de Arrecadação do Simples)	Trimestral para IRPJ e CSLL, e mensal para PIS e COFINS	Trimestral ou mensal para IRPJ e CSLL; PIS e COFINS anual
Apuração do Lucro	Não se aplica (com base na receita bruta)	Presunção do lucro (não exige cálculo de lucro efetivo)	Com base no lucro real efetivo, ajustado por adições e exclusões legais

Fonte: Elaboração Própria (2024)

Planejamento Tributário

O planejamento tributário refere-se a estratégia de minimizar os encargos tributários nas empresas, visando potencializar os lucros e garantir uma economia maior em relação aos tributos.

"O planejamento tributário é o processo de escolha de ação, não simulada anterior à ocorrência do fato gerador, visando direta ou indiretamente à economia de tributos" (Chaves,2008, p. 05).

O planejamento tributário é a única estratégia capaz de gerar economia para as empresas, sem implicar complicações com o fisco. Portanto, é fundamental que o planejador verifique se está conduzindo esse processo de forma criteriosa, o que implica analisar a legislação tributária, a documentação contábil da empresa, seus livros contábeis e fiscais, além das guias de recolhimento e das declarações de rendimentos. O planejamento deve ser elaborado com atenção aos detalhes, respeitando todos os critérios necessários

para alcançar os resultados desejados. Assim, o planejamento tributário requer uma combinação de conhecimento nas áreas contábil e jurídica.

Segundo Borge (2000), a natureza ou essência do planejamento tributário consiste em organizar os empreendimentos econômicos-mercantis da empresa, mediante o emprego de estruturas e forma jurídicas capazes de bloquear a concretização da hipótese de incidência tributária ou, então, de fazer com que sua materialidade ocorra na medida ou no tempo que lhe sejam mais propícios. Trata-se, assim, de um comportamento técnico profissional, adotando no universo dos negócios, que visa excluir, reduzir ou adiar os respectivos encargos tributários.

O planejamento tributário consiste em uma análise destinada a antecipar e selecionar opções legais que resultem em menor carga fiscal antes da ocorrência do fato gerador, avaliando suas implicações econômicos e legais. É importante destacar que planejamento tributário não deve ser confundido com sonegação fiscal; enquanto o planejamento envolve a escolha de alternativas legítimas que favoreçam uma redução na tributação, a sonegação refere-se ao uso de métodos ilegais para evitar o pagamento de impostos, configurando uma conduta fraudulenta.

> Como planejamento tributário pode ser entendida a atividade técnica que, através do estudo sistemático e interpretativo da legislação tributária aplicável, revisando ou projetando as operações e estruturas empresariais, busca detectar a implantar ações e procedimentos que visem, ao mesmo tempo, o cumprimento da obrigação tributária e a economia fiscal, com o mínimo de dispêndio de recursos, sem, entretanto, afastar-se do campo da legalidade (Alievi; Heidemann, 2011, p. 171).

O êxito de uma empresa está, acima de tudo, ligado a um planejamento eficiente. Embora todos os empreendimentos envolvam riscos, desenvolver projeções fundamentadas em análises detalhadas do setor em questão continua sendo a opção mais adequada para evitar problemas indesejados, seja na formalização do empreendimento ou nas implicações decorrentes de sua criação.

Segundo Gutierrez (2006), o aprendizado em contabilidade tributária é essencial para aqueles que desejam realizar um planejamento fiscal e eficaz e diminuir a carga de impostos.

O planejamento precisa ser prático, agindo com recurso valiosos para auxiliar na tomada de decisões. Para isso, é necessário realizar uma análise crítica e estar ciente de que os resultados podem não corresponder às expectativas. Por essa razão, é fundamental criar um plano que identifique todos os aspectos relacionados à atividade que está sendo analisada.

Segundo Bangs Jr. (1999), a importância do planejamento não pode super enfatizada. Ao considerar objetivamente o seu negócio, você poderá identificar áreas de fraqueza e força, localizaras necessidades que de outra forma passam despercebidas, reconhecer oportunidades precocemente e começar a planejar como melhor atingir suas metas comerciais.

Assim, cada sistema de tributação tem sua legislação específica, na qual estão estabelecidos todos os passos que as empresas devem adotar para determinar o enquadramento mais apropriado pra suas atividades.

É fundamental realizar um planejamento tributário eficiente que utilize dados preciosos de todos os registos contábeis. Esses registos servirão como base para as decisões que precisam ser tomadas. Para alcançar um planejamento contábil eficaz, é imprescindível que os lançamentos contábeis sejam corretos e eficazes, o que ajudará na obtenção de benefícios fiscais.

As empresas podem enfrentar desafios relacionados à compreensão da gestão financeira e a situação de seus negócios. Esses obstáculos podem surgir devido a fatores como erros na previsão de custos, na avaliação dos riscos do negócio ou na falta de eficiência na administração dos recursos financeiros. Assim, o planejamento tributário e financeiro é essencial para o gerenciamento, pois ajuda a evitar complicações na definição dos objetivos a serem alcançados.

Procedimentos do planejamento tributário fundamentado em princípios éticos

Ao iniciar um planejamento tributário, é fundamental conduzir uma análise fiscal. O planejamento tributário é uma prática estratégica voltada para maximizar a eficiência da carga tributária de uma organização de maneira legítima e segura. Com implementação de um planejamento tributário eficaz, as empresas conseguem diminuir despesas, aumentar sua competitividade e assegurar a conformidade com a legislação fiscal.

Algumas etapas essenciais que um profissional deve seguir:

1. Fazer o levantamento histórico da empresa, identificar a origem de todas as transações efetuadas, e escolher a ação onerosa para os fatos futuros;
2. Verificar a ocorrência de todos os fatos geradores dos tributos pagos e analisar se houver cobrança indevida ao recolhimento maior;
3. Verificar se houver ação fiscal sobre fatos geradores decaídos, pois os créditos constituídos após cinco anos são indevidos;
4. Analisar, anualmente, qual a melhor forma de tributação do Imposto de Renda e da contribuição sobre o lucro, calculando de que forma (Simples, Real ou Presumido) a empresa pagará menos tributo;
5. Levantar o montante dos tributos pagos nos últimos dez anos, para identificar se existe créditos fiscais não aproveitados pela empresa;
6. Analisar os casos de incentivos fiscais existentes, tais como isenções, redução de alíquotas etc.;
7. Analisar qual a forma de aproveitamento dos créditos existentes (compensação ou restituição); (Chaves, 2008, p. 6).

Conforme mencionado anteriormente por Chaves (2008), para elaborar um planejamento tributário, é fundamental utilizar diversos instrumentos, como a legislação fiscal presente na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional. Além disso, deve-se considerara documentação da empresa, que inclui livros contábeis e fiscais, guias de recolhimento, declarações de rendimentos, o Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (DACON), a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCFT), bem como

o Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e a Declaração de Compensação (PERDECOMP), além de outras declarações exigidas de cada contribuinte.

Assim, conclui-se que elaborar um planejamento tributário eficaz requer uma análise detalhada e cuidadosa das leis em vigor no país, assim como dos documentos e relatórios fiscais da empresa. Isso possibilita identificar os caminhos legais que podem resultar na diminuição dos tributos. A demais, é fundamental considerar opções que sejam menos onerosas e viáveis para a organização.

O sistema tributário brasileiro é extremamente complexo, resultando em altos custos financeiros para as empresas e gerando incertezas, uma vez que os contribuintes frequentemente se questionam se estão cumprindo corretamente com as obrigações fiscais. Essa situação tem dificultado cada vez mais a realização das atividades econômicas e intensificado a resistência ao pagamento de tributos. Enquanto um lado enfrenta um aumento na inadimplência, do outro lado, a pressão tributária se intensifica, buscando garantir que os contribuintes cumpram com suas responsabilidades e não consigam se esquivar do pagamento dos tributos.

Certas, empresas, que se consideram prejudicadas por altas taxas de impostos e contribuições previdenciárias, acreditam ter o direito de diminuírem seus custos ao não informar corretamente os dados contábeis, desviando fraudulentamente os valores que deveriam ser pagos ao governo. Essas ações resultam em sonegação de impostos, fraudes e evasão fiscal, entre outras práticas ilegais.

Nesse cenário, a função do contador é extremamente importante, e sua possível implicação em casos de evasão fiscal não deve ser subestimada, considerando que raras são as profissões que estão tão suscetíveis á corrupção quanto a área contábil.

De acordo com art. 1º, da Lei 8.137/90, “Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

> I. Omitir informação, ou prestar a declaração falsa às autoridades fazendárias;
>
> II.Fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal;
>
> III. Falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável;
>
> IV. Elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato;
>
> V. Negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa à venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.”

O art. 136 do CTN, diz: “A responsabilidade por infrações tributárias e objetiva, independendo da intenção com que foram praticadas e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato, salvo disposição legal com contrário.” Entretanto, a obrigação do contribuinte pode ser afastada caso ele consiga demonstrar

que não houve falha ou desatenção, tampouco a intenção de prejudicara receita pública.

Inicialmente, apenas indivíduos com mais de 18 anos podem ser responsabilizados por inflações fiscais. Portanto, quando delitos são cometidos por meio de organização (pessoas jurídicas), a responsabilidade recai sobre o indivíduo que, representado a entidade, praticou a ação delituosa. Conforme mencionado, geralmente a pessoa física que cometeu crimes fiscais é a que arca com a responsabilidade. Nesse contexto, o profissional contábil, incumbido de registar todas as transações financeiras, fiscais e econômicas da empresa, além de elaborar e analisar os relatórios contábeis, poderá ser responsabilizado por ações ilegais que venha a realizar em nome da empresa.

O contador é um especialista que frequentemente enfrenta dilemas éticos, devido à sua estreita relação com os aspetos econômicos e financeiros das organizações em que trabalha ou oferece serviços. Muitos desses profissionais acabam escolhendo adotar contundas ilegais, distorcendo de maneira antiética os Relatórios Contábeis da empresa.

Essas ações de alteração dos demonstrativos financeiros, geralmente chamadas de contabilidade criativa ilegal, possibilitam a mudança nas informações contábeis, visando diminuir a carga tributária, caracterizando-se assim como um crime contra a legislação tributária.

A falta de conhecimento por parte do empresário e, em certos casos, dos contadores sobre a legislação fiscal pode resultar em equívocos ao selecionar a opção mais adequada de regime tributário, acarretando custos indevidos e causando danos a própria empresa. O planejamento sendo feito de maneira adequada contribui para diminuir os custos e aumentar os recursos da empresa, mas para isso ocorrer é preciso que sejam escolhidas as melhores alternativas.

Dessa forma, a elaboração de um planejamento requer amplo conhecimento do profissional em duas disciplinas: a jurídica e a contábil. Além de dominar a legislação fiscal, ele também deve ter habilidade para identificar o fato gerador do tributo. Com seu conhecimento e ética, o profissional consegue reconhecer na normativa tributária opção para diminuir a carga tributária da empresa.

Elementos do planejamento tributário

Os elementos do planejamento tributário estão contidos na legislação vigente, por meio do sistema de tributação ao qual a empresa pertence. Isso envolve os aspetos específicos do imposto a ser recolhido. Utilizando técnicas de gestão, como o planejamento tributário e contábil, é possível criar relatórios que ajudaram a elaborar orçamentos relacionados à esfera fiscal da organização, visando a redução da carga tributária por meio de métodos legais ou incentivos fiscais.

O panejamento tributário é uma atividade complexo que envolve diversos elementos e estratégias. Ao compreender esses elementos, as empresas podem tomar decisões mais assertivas e otimizar sua carga tributária de forma legal e segura.

Finalidade do planejamento tributário

Planejamento tributário é um conjunto de ações e estratégias legais que visam otimizar a carga tributária de uma pessoa física ou jurídica. Em outras palavras, é a busca por soluções dentro da lei para reduzir a quantidade de tributos pagos, sem infringir as normas fiscais. Devido ao intricado e custoso sistema fiscal do Brasil, empregar essas estratégias para muitas empresas é uma maneira de se manterem no mercado, operando com eficiência.

> Sua finalidade é obter a maior economia fiscal possível, reduzindo a carga tributária para o valor realmente exigido por lei. Portanto, deve-se estudar e identificar todas as alternativas legais aplicáveis aos casos ou a existência de lacunas na lei, que possibilitem realizar a operação pretendida da forma menos onerosa possível para o contribuinte, sem contrariar a lei. (Fabretti, 2005, p. 152)

É fundamental destacar que o escopo do planejamento tributário se encontra dentro dos limites da legalidade. Assim, qualquer técnica que empregue fundamentos ilícitos está fora do seu âmbito, e o empresário pode enfrentar sanções devidas ao uso de práticas ilegais. Além disso, é vital considerar o peso da carga tributária brasileira, que também precisa ser alvo de pesquisas e iniciativas. Essas estratégias, quando alinhadas com as normas legais atuais, podem possibilitar a diminuição, prorrogação ou até eliminação dessa carga. Dessa maneira, é essencial manter um estudo contínuo para identificar a abordagem que resulte em menos ônus.

Conforme mencionado por Oliveira (2009), o objetivo central do planejamento tributário é promover a redução legal de impostos. Para alcançar isso, é essencial que

o contador tenha um conhecimento aprofundado sobre o tema:

- Compreender todas as circunstâncias em que o crédito tributário pode ser aplicado, especialmente no que diz respeito aos impostos não cumulativos, como o ICMS e o IPI.
- Conhecer todas as circunstâncias em que é viável a aprovação do adiantamento dos pagamentos de tributos, facilitando uma gestão mais eficiente do fluxo de caixa.
- Conhecer todas as despesas e provisões permitidas pelo fisco com dedutíveis da receita.
- Ser oportuno e aproveitar as lacunas deixadas pela legislação, para tanto

fincando atendo às mudanças nas normas e aos impactos nos resultados da empresa.

O planejamento tributário visa fornecer alternativas sustentáveis para pagar impostos, permitir economia fiscal, utilizar procedimentos e métodos técnicos nos quais permite o estudo detalhado e personalizados de diferentes setores e atividades da empresa.

Elisão e evasão fiscal

Elisão fiscal e evasão fiscal são dois conceitos ligados ao comportamento fiscal de indivíduos ou empresas, mas que apresentam diferenças significativas em relação à legalidade e à ética. Ambos abordam a tentativa de diminuir a carga fiscal, porém de formas diferentes.

Segundo Fabretti (2006), a elisão fiscal é legítima e lícita, pois é alcançada por escolha feita de acordo com o ordenamento jurídico, adotando-se a alternativa legal menos onerosa ou utilizando-se lacunas da lei.

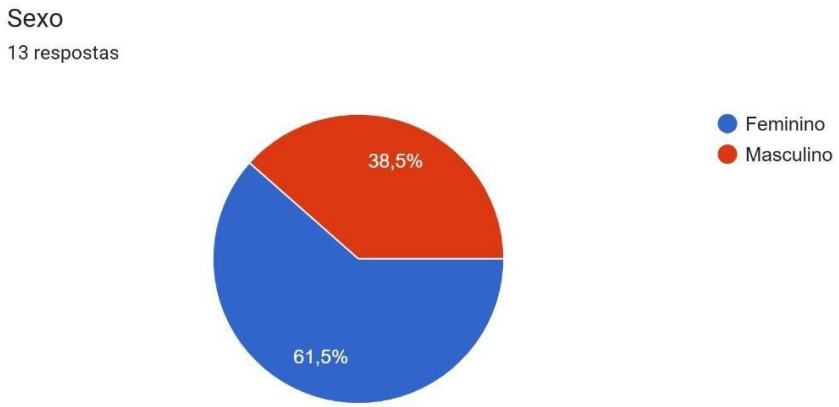
A elisão fiscal é um planejamento que emprega método legais para reduzir a tributação em um orçamento específico. Enquanto a evasão procura as mesmas coisas que a elisão sendo que de maneira omissa, isto é, contrariando a lei de forma ilícita. A fraude tributária é um problema comum utilizando de métodos ilegais para evitar a quitação de taxas, tributos e outros tributos.

Segundo Fabretti (2006), chama a atenção para o risco de um planejamento inadequado, que se não for bem executado, pode resultar em desastres. Em conformidade com a lei pode resultar em evasão fiscal e se transformar em crime o contribuinte pode ser responsabilizado e penalizado por sonegação fiscal.

A evasão visa o mesmo propósito que a Elisão, que é diminuir a carga fiscal. No entanto, ela se manifesta de maneira diferente. Usa meios ilegais para alcançar objetivo pretendido, alcançando-o de maneira fraudulenta violando a legislação.

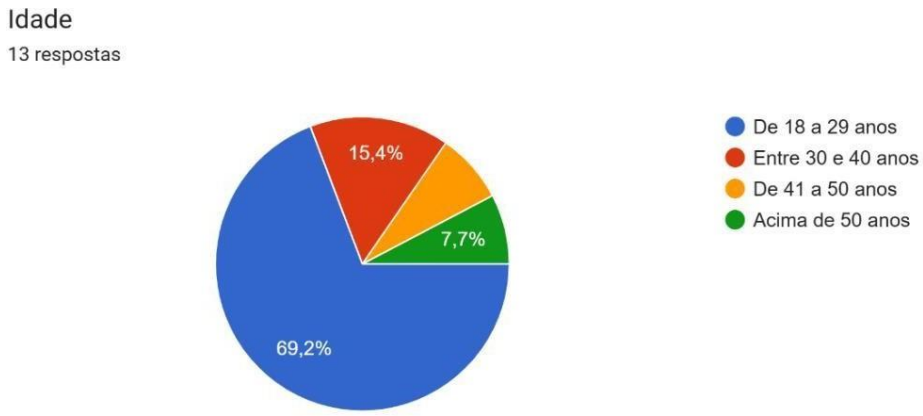
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Identificou-se que os 13 entrevistados 5 são do sexo masculino 35,5% e 8 são do sexo feminino 61,5%, demonstrando um resultado desigual da amostra conforme evidencia o Gráfico 1.



Fonte: Google Forms 2024.

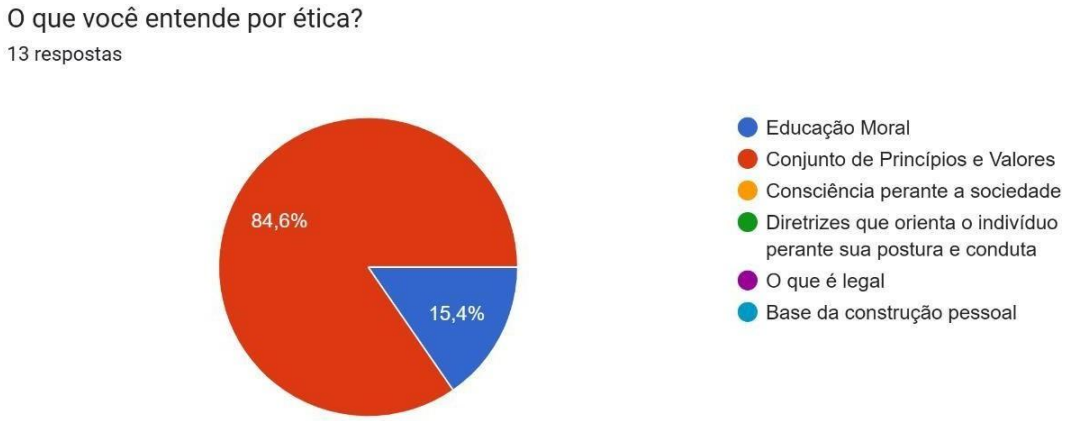
No Gráfico 2, pode-se observar que 69,2% dos entrevistados têm até 29 anos o que revela um perfil bastante jovem.



Fonte: Google Forms 2024.

Foi questionado com os discentes sobre o que os mesmos entendem por ética, na qual a analise revela que é 84,6% dos entrevistados acham que seria um conjunto de princípios e valores e os demais responderam que ética seria a base da construção pessoal de acordo com o gráfico 3.

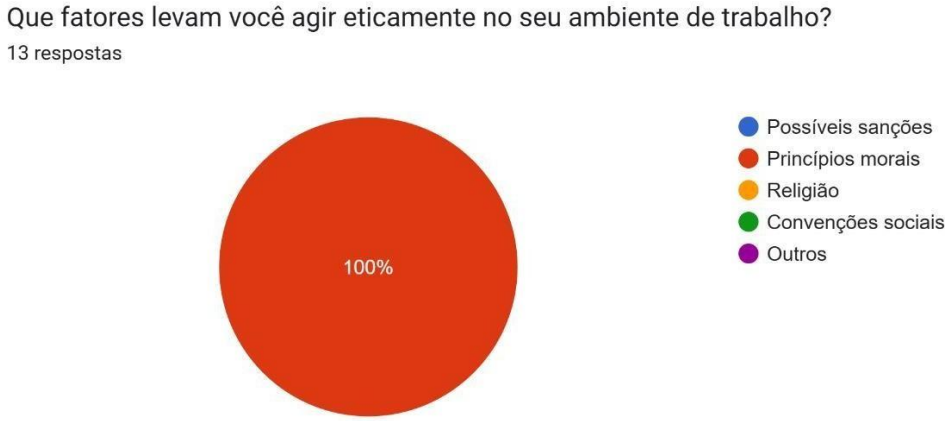
Gráfico 3



Fonte: Google Forms 2024.

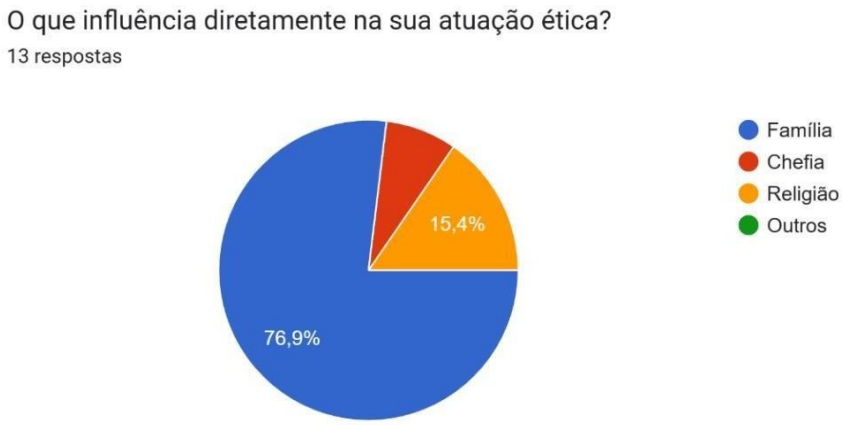
Em relação aos questionados sobre quais fatores levam os discentes a agir eticamente no seu ambiente de trabalho, 100% dos alunos afirmaram que os fatores que levam os mesmos a agirem eticamente no seu ambiente de trabalho são os princípios morais, como podemos observar no gráfico 4 a abaixo.

Gráfico 4



Fonte: Google Forms 2024.

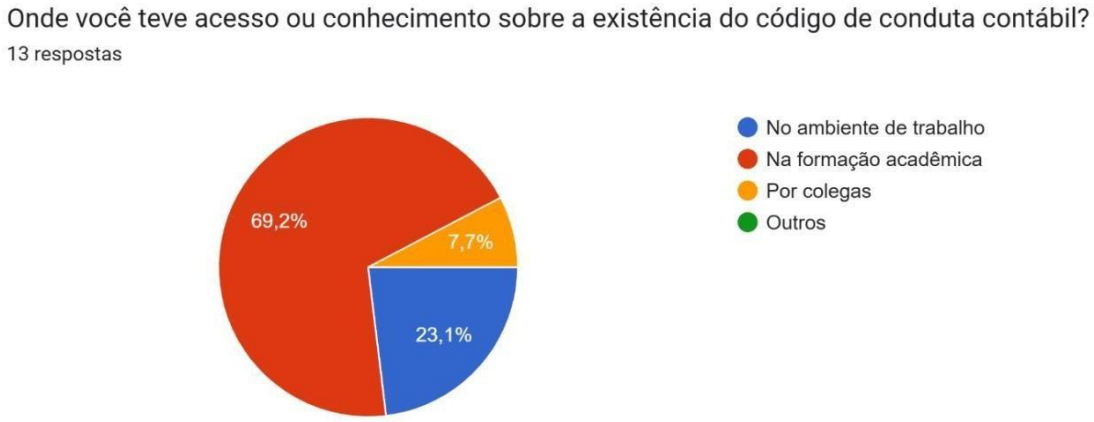
Quando questionados com relação sobre o que influência diretamente os estudantes em suas atuações éticas, obtivemos os seguintes resultados, 76,9% acham que a família consegue influencia-los, 15,4% respondeu que seria a religião e 7,7% acha que a Chefia tem essa influência como podemos verificar no gráfico abaixo. Gráfico 5



Fonte: Google Forms 2024.

Perguntamos aos entrevistados onde eles obtiveram acesso ao conhecimento sobre a existência do código de conduta contábil, e a maior parte com 69,2% afirmou ter o conhecimento sobre o código de conduta contábil na formação acadêmica, 23,1% no ambiente de trabalho e 7,7% por colegas, segue demonstrativo logo a baixo no gráfico 6.

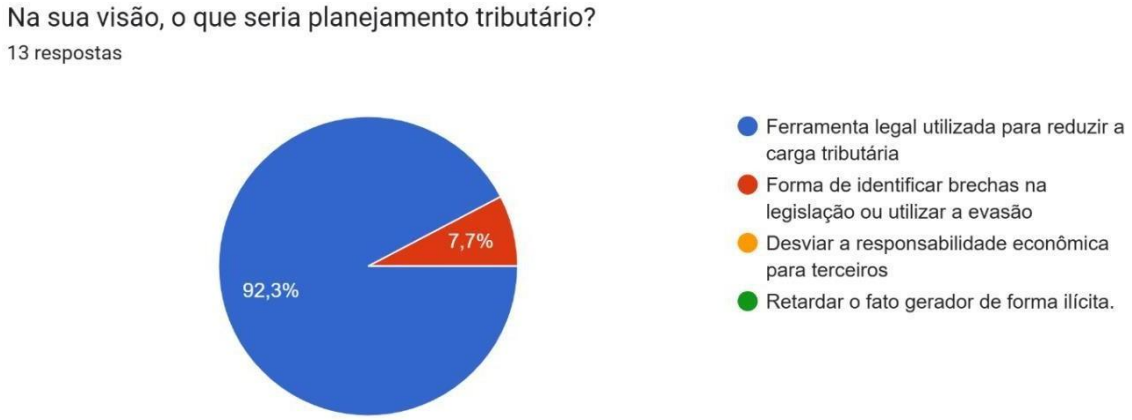
Gráfico 6



Fonte: Google Forms 2024.

Na visão dos estudantes, 92,3% respondeu que o planejamento tributário é uma ferramenta legal utilizada para reduzir a carga tributária e 7,7% acha que o planejamento tributário seria uma formar de identificar brechas na legislação ou utilizar a evasão fiscal. Segue abaixo no gráfico 7.

Gráfico 7



Fonte: Google Forms 2024.

No que diz respeito sobre a importância do planejamento tributário para as empresas, a maioria, equivalente a 76,9% acredita que o planejamento tributário é o conhecimento do regime de tributação a ser atribuído a empresa, 15,4% respondeu que seria a facilidade da unificação das informações e apenas 7,7% acha que seria pelo fato de ter a visão do profissional contábil sobre o regime tributário da empresa. Gráfico 8



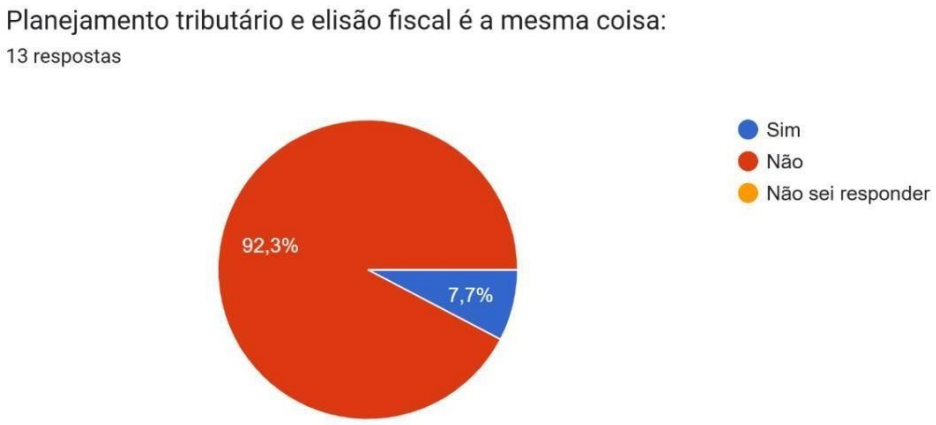
Fonte: Google Forms 2024.

> Costuma-se denominar de Planejamento Tributário a atividade empresarial que, desenvolvendo-se de forma estritamente preventiva, projeta os atos e fatos administrativos com o objetivo de informar quais os ônus tributários em cada uma das opções legais disponíveis. O objetivo do planejamento tributário é, em última análise, a economia tributária. Cotejando as várias opções legais, o administrador obviamente procura orientar os seus passos de forma e evitar, sempre que possível, o procedimento mais oneroso do ponto de vista fiscal (Latorraca, 2000, p.37).

Ao ser questionados sobre planejamento fiscal e evasão fiscal ser a mesma coisa, a maioria dos

entrevistados 92,3% respondeu que não, e apenas 7,7% respondeu sim.

Gráfico 9



Fonte: Google Forms 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento tributário é uma ferramenta legítima para otimizar a carga tributária das empresas. No entanto, é fundamental que seja realizado de forma ética e responsável, respeitando os princípios da legalidade, da boa-fé, da equidade e da responsabilidade social. Ao adotar práticas éticas, as empresas contribuem para um ambiente de negócios mais justo e transparente.

O estudo revelou que os participantes da entrevista possuem um entendimento prévio sobre o tema, e tal conhecimento é adequado para proporcionar maior segurança. Eles são futuros profissionais da área e necessitam aprimorar seus conhecimentos para atender às exigências do mercado de trabalho e apesar do resultado favorável da investigação, eles precisam constantemente desenvolver e atualizar suas habilidades para satisfazer as demandas do mercado de trabalho, como especialistas qualificados e com um entendimento profundo tanto na área legal quanto na contábil para realizar um planejamento ético e adequado, que minimize despesas e assim, aumente os lucros de forma legal. O contador deve possuir conhecimentos jurídicos para orientar de maneira eficiente e eficaz as responsabilidades tributárias e legais da empresa, sendo essencial a implementação de um planejamento tributário cuidadoso, que possa garantir os direitos do contribuinte e proteger seu patrimônio.

A importância de um planejamento consiste no fato de que as empresas precisam de ferramentas adequados para alinhar sua situação econômica, financeira e nas tomadas de decisões sobre o regime tributário, reduzindo o montante dos tributos, que constituem uma significativa parte das despesas, e se ajustando às normas legais, o que tona mais simples o atendimento das obrigações fiscais.

Dessa forma, fica evidente a relevância do planejamento tributário na escolha da melhor forma de tributação, com o objetivo de reduzir o montante dos tributos de maneira legal, tornando a empresa mais competitiva e preparada para enfrentar o mercado empresarial.

Inclusive a reforma tributária de 2024 tem como objetivo simplificar o sistema, aumentar a transparência das transações fiscais e promover o crescimento econômico. Além disso, busca criar um ambiente favorável ao desenvolvimento. Conhecida como Lei complementar 214/2025, a proposta envolve a substituição de cinco tributos por dois impostos sobre o Valor Agregado (IVA-Dual): a Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS) em nível federal e o Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS) na esfera estadual e municipal. O intuito dessa reforma é não apenas desburocratizar processos e fomentar a transparência, mas também equilibrar a carga tributária de forma mais justa e proporcionar, o que melhorará a competitividade das empresas brasileiras no cenário global.

Portanto, é crucial compreender o sistema tributário, tendo em mente que os tributos têm um impacto direto na gestão financeira das empresas. É imprescindível um planejamento tributário adequado para tentar enquadra a empresa em um regime tributário adequado, permitindo a economia de tributos sem violar a legislação. Com base no estudo, é essencial prosseguir com a discussão, a fim de demonstrar que o planejamento tributário pode ser visto como uma ferramenta de eficiência e eficácia empresarial. Suas ações devem visar a diminuição dos custos tributários, a fim de adiar ou anular os pagamentos de tributos, de forma adequada sem a utilização de métodos ilegais.

O planejamento tributário, embora vise a otimização da carga tributária, deve sempre ser pautado em princípios éticos. Afinal, a busca por benefícios fiscais não pode se sobrepor à legalidade e à justiça tributária.

REFERÊNCIAS

ALIEVI, Valmor Luiz; HEIDEMANN, Maristela Gheller. **Direito Tributário para os cursos de Direito, Administração e Ciências Contábeis.** 4º ed. Editora Unijuí 2011.

BANGS Jr., David H. **Guia Prático de Planejamento de Negócios.** São Paulo: Nobel, 1999.

BORGE, Humberto Bonavides. **Gerência de Impostos: IPI, ICMS e ISS.** 3ºed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. **Decreto Lei nº 1.598 de 26 de dezembro de 1977.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1598.htm.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm.

BRASIL. **Lei nº 10.637 de 30 de dezembro de 2002.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10637.htm.

BRASIL. **Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8981.htm.

CHAVES, Francisco Coutinho. **Planejamento Tributário na Prática: Gestão Tributária Aplicada** – São Paulo: Atlas, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – **Código de Ética Profissional do Contador.**

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária.** 10º ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária.** 6º ed. São Paulo: Atlas, 2000.

FERREIRA, Célio Augusto. **Simples Nacional – Imposto único para as micro e pequenas empresas.** Goiânia: AB Editora, 1997.

GOOGLE FORMS. Disponível em: https://www.google.com/intl/pt-BR/forms/about/

FREITAS, Iara C. D. S. **Paraíso à vista: o uso de paraísos fiscais como estratégia de planejamento tributário.** Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/73040/1/2022_tcc_icsfreitas.pdf - 2022.

GUTIERRES, Miguel Delgado. **Planejamento Tributário: Elisão e Evasão Fiscal** – São Paulo: Atlas, 2000.

LATORRACA, Nilton. **Direito Tributário: Impostos de renda das empresas.** 15º ed. São Paulo: Atlas, 2000.

NAYLOR, Carlos Mauro. **Fundamentos Constitucionais do Simples Nacional, Jus Navigandi, 2013, nº 1848, 23 de julho de 2008.** Disponível em: http//jus.com.br/revista/texto/11529

OLIVEIRA, Luís Martins de; CHIEREGATO, Renato; PERES JUNIOR, José Hernandez; PEGAS, Paulo Henrique. **Manual de Contabilidade Tributária.** 6º edição, Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2010.

PORTAL TRIBUTÁRIO.**O que é Lucro Presumido**. Disponível em: https://www.portaltributario.com.br/artigos/oquee_lucropresumido.htm#:~:text=Em%20termos%20gerais%2C%20trata%2Dse,como%20receitas%20financeiras%20e%20 alugueis.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Disponível em: https://www.gov.br/receitafederal/ptbr.

TÔRRES, Heleno. **Direito Tributário Internacional: Planejamento Tributário e Operações Transnacionais.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

O marketing digital nas microempresas de varejo

Digital marketing in micro-retail companies

DOI: 10.29327/2385111.4.2-3

Felipe Martins Lopes[1]
Gabriel Ryan Barros Lopes[2]
Rayane Farias Bueno[3]
Luana Karoline Sales de Lima Passarelli[4]
Anaile Fernanda Salomão Baima do Lago [5]
Victor Miranda Leão [6]
Gleiciane da Silva Damásio[7]
Alex de Souza Jeronimo [8]
Kamyla Mayara Oliveira de Oliveira[9]
Renato Augusto Guerra de Queiroz[10]

[1,2],[3] Graduação em Ciências Contábeis, FACX. [4]Coordenadora do curso de Ciências Contábeis, FACX. [5]Graduação em Psicologia, Universidade Ceuma. [6]Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, UFPA. [7]Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Xingu e Amazônia – FACX .[8] Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Grande Dourados – UFGD. [9]Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Xingu e Amazônia – FACX. [10] Mestrado em Educação, Universidad de la Empresa, Uruguai.

Resumo: Este estudo analisou o crescimento do marketing digital para os empreendedores varejistas, que estão se tornando cada vez mais relevante como uma forte aliada para garantir o seu espaço no mercado competitivo, dessa forma os empresários de pequeno porte estão recorrendo as táticas digitais para expandir a sua marca e impulsionar suas vendas. Nesse contexto surge o questionamento: Quais as contribuições do marketing digital para o desenvolvimento das microempresas de varejo? Diante disso, o objetivo do trabalho é explorar como o crescimento da era digital pode transformar a realidade dos empreendimentos, auxiliando o seu desenvolvimento para fortalecer a visibilidade da marca, o aumento da receita, diminuição de custos e aprimorar a comunicação com o consumidor. A pesquisa foi de natureza qualitativa, tendo como procedimentos metodológicos a pesquisa exploratória e revisão bibliográfica. Assim os resultados da pesquisa apresentam o impacto do marketing digital para as microempresas de varejo e a utilização das ferramentas para facilitar a criação de conteúdo online.

Palavras-chave: Marketing Digital, Microempresas, Redes Sociais e Varejo.

Abstract: This study analyzes the growth of digital marketing for retail entrepreneurs, which is becoming increasingly relevant as a strong ally to guarantee their space in the competitive market, so small business owners are turning to digital tactics to expand their brand. and boost your sales. In this context, the question arises: What are the contributions of digital marketing to the development of retail micro- enterprises? Therefore, the objective of the work is to explore how the growth of the digital era can transform the reality of businesses, helping in their development to strengthen brand visibility, increase revenue, reduce costs and improve communication with consumers. The research was qualitative in nature, with exploratory research and bibliographic review as methodological procedures. Thus, the research results present the impact of digital marketing for retail micro-enterprises, and the use of tools to facilitate the creation of online content.

Keywords: Digital marketing, Microenterprises, Social Networks and Retail.

INTRODUÇÃO

O marketing digital, tornou-se um instrumento essencial para as pequenas empresas no setor varejista, que buscam crescimento, inovação e competição em um mercado progressivamente digital. Segundo Carmo e Gardia (2023), a relevância do marketing é de grande importância para a expansão de pequenas organizações. Embora não possuam os recursos das grandes empresas, elas podem conquistar seu espaço no mercado e estabelecer vínculos duradouros com seus consumidores. Neste cenário, a comunicação online surge como uma alternativa viável e eficiente.

Nas últimas décadas, o cenário empresarial passou por mudanças significativas, impulsionada pelo crescimento tecnológico e pela evolução da internet. De acordo com o embasamento do artigo publicado em dois mil e vinte um, dos autores Leticia Rosa Agnelo Silva, Leticia Nascimento Alves de Souza e Mariana dos Santos Marques, o marketing é uma técnica de gerar valor autêntico para seus consumidores e auxiliá-los a se aprimorarem. Os três elementos fundamentais são: qualidade, serviço e vendas, portanto, a indústria deixa de ser marcada pela produção em larga escala e, com o auxílio das tecnologias emergentes, foca na satisfação do consumidor.

O marketing se conceitua em estratégias ligadas ao olhar de seus clientes, levando produtos de qualidade ao consumidor final, garantido que esse serviço seja transmitido pelas redes sociais, que atribui as microempresas de varejo, sendo elas um segmento de pequeno porte que desenvolvem um papel crucial para o consumidor final. Terra empresas (2022), contextualiza que o conceito de varejo vai além da simples comercialização de produtos e serviços. Esta é uma definição essencial para definir a extensa transação de compra e venda no mercado.

Ele é um instrumento potente que está modificando a forma como as empresas se relacionam com seus consumidores e divulgam seus produtos e serviços. Com a grande popularização da internet através do acesso remoto, alterou-se o relacionamento interpessoal de cada indivíduo e a velocidade das informações em torno da civilização. O marketing digital começou a se estabelecer como uma estratégia crucial para as organizações e tornou-se uma alternativa viável, especialmente para as microempresas de varejo, que lidam com o desafio de busca por espaço no mercado altamente competitivo, a fim de aumentar seu rendimento e reduzir gastos. Segundo Gasparelo, et al (2023), discute- se que as plataformas digitais permitem ao comerciante apresentar seu portfólio a novos clientes com custos reduzidos, sem a exigência de um espaço físico e grandes propagandas sobre seus produtos, por meio do uso de plataformas online gratuitas.

Outra tendência que se destaca, são os influencers digitais, que trabalham de forma online, mostrando seu cotidiano e influenciando milhares de pessoas, o que impacta diretamente na decisão de compra do consumidor, por meio de conteúdos postados através das redes socais.

Nesse contexto, surge o questionamento: Quais as contribuições do marketing digital para o desenvolvimento das microempresas de varejo? Com base nisso, este trabalho tem como objetivo geral, analisar a forma como as redes sociais influenciam diretamente no rendimento, competitividade e na viabilidade desses empreendimentos em um mercado sempre dinâmico e direcionado pela tecnologia, bem como a implementação das estratégias de marketing no âmbito das microempresas.

Com o aumento da digitalização e a disponibilidade de ferramentas do marketing de conteúdo, as empresas de pequeno porte têm a chance de estabelecer uma conexão com seus clientes e expandir sua presença no mercado. O estudo também avalia os desafios enfrentados pelas microempresas, devido a pandemia do COVID-19 que afetou especialmente o senário do comércio, modificando o comportamento do

consumidor, obrigando as empresas a se renovarem através do desenvolvimento de novas estratégias ampliando os seus canais digitais, assim ressalta, Silva, Silva e Oliveira (2021).

Com o crescimento da inteligência artificial, que oferece novas possibilidades de mudanças, permitindo a personalização e os grandes benefícios que ela pode oferecer, um estudo realizado no site meioemensagem.com do autor Bessler, (2024) aborda que a inteligência artificial aprimora a produção e divulgação de conteúdo sob medida, adaptando mensagens de maneira tática para satisfazer as demandas e interesses particulares de cada grupo de audiência.

A seleção do tema, justifica-se pelo destaque nos anos recentes impulsionado por uma variedade de elementos que mudaram o panorama empresarial, especialmente para as pequenas empresas com rápida digitalização e a crescente popularidade da internet somada a grande utilização de aparelhos móveis que possibilitaram as microempresas novas possibilidade de atingir seu público-alvo de forma eficiente e com custos inferiores em relação aos métodos convencionais de marketing.

A consciência sobre a presença online e a facilidade de acesso as novas ferramentas com custos acessíveis, têm estimulado ainda mais a comunicação digital. Tem-se como abordagem metodológica, à pesquisa exploratória com revisões bibliográficas de caráter qualitativa na coleta e análise de dados da revisão de literatura onde serão elencados os métodos empregados para a realização da pesquisa, que aborda o crescimento das principais estratégias de marketing digital utilizadas pelas microempresas no setor varejista.

Portanto, serão apresentados como as redes sociais impactam as inovações tecnológicas e sociais e como contribuíram para o crescimento das estratégias, devido a popularidade da internet.

DESENVOLVIMENTO

O conceito do marketing digital e a importância das redes sociais nas microempresas de varejo

O marketing digital é o conjunto de estratégias voltadas ao ambiente online das organizações, que desenvolvem um trabalho nas plataformas mais utilizadas, tendo como objetivo, promover produtos e serviços que geram vendas e a possibilidade de análises em tempo real. O marketing mudou a percepção das empresas em relação a tecnologia, tornando sua otimização de serviço mais rápida e lucrativa especialmente para as microempresas de varejo.

Teve sua evolução em sintonia com o progresso da internet e as mudanças no comportamento dos consumidores. O mesmo surgiu durante a era da informação, ao lado do avanço da internet em meados da década de 60, contudo ganhou popularidade apartir de 1990.

O marketing digital remonta à era da informação, no Brasil se desenvolveu a partir da década de dois mil, e ganhou sua popularidade nos anos de dois mil e dez. Sua chegada pode ser entendida, como um um alavancador de marca sendo considerado uma ferramenta útil para analisar e estudar o mercado. Conforme

Carmo e Garcia (2023) o intuito do marketing digital é o avanço dos recursos das empresas de pequeno porte. Com um mercado cada vez mais competitivo, a comunicação digital surgiu como uma grande aliada para facilitar as relações com seus clientes.

Com a expansão do acesso à internet, surgiram os primeiros blogs, mídias sociais e iniciativas de comércio virtual. Dessa forma, o marketing digital tornou-se mais comum com a disseminação da internet globalmente. As companhias adquiriram a habilidade de confiar e controlar o período de familiarização e compra de cada cliente.

Toda via, as microempresas do segmento varejista são pequenos negócios que se consiste na venda direta de produtos ou serviços ao cliente final. Elas são a base do comércio em diversas comunidades, disponibilizando uma gama de mercadoria que vão desde alimentos e vestuários até serviços sob medida. Durante séculos elas se ajustaram e se moldaram, influenciadas pelas transformações sociais, tecnológica e econômicas. Segundo terra empresas (2022), o conceito de varejo ultrapassa a simples venda de produtos e serviços. Essa é uma definição fundamental para caracterizar a extensa movimentação de compra e venda no mercado.

No decorrer dos anos, com o avanço da internet, as redes socais se destacaram por ser uma grande aliada para os varejistas. no contexto digital, as plataformas onlines são aplicativos que operam em diferentes níveis; profissional, de relacionamento, entre outros, sempre possibilitando a troca de informações entre indivíduos e organizações.

De acordo com Moura et al (2024) As redes sociais tiveram um papel crucial no progresso da rede global e na maneira como nos comunicamos e nos relacionamos na internet, desde as primeiras formas de conexão até as plataformas de hoje, a trajetória das redes sociais é um percurso fascinante que reflete o avanço e a mudança da sociedade digital.

No contexto atual, as plataformas online possibilitam a conexão entre pessoas, troca de informações, ideias e interesses publicados e compartilhados. Elas estabelecem um ambiente online onde podemos nos comunicar com amigos, parentes, colegas de trabalho e até mesmo com indivíduos que nunca nos encontramos pessoalmente. Por meio delas é possível acessar notícias, expressar opiniões e acompanhar eventos em tempo real, além disso, são utilizadas pelas empresas para atrair consumidores por meio de campanhas de Marketing digital, o que possibilita as empresas de pequeno porte, fazer seus anúncios com objetivo de formar sua base de clientes e a criação de comunidades engajadas.

Segundo Rodrigues (2024), essas plataformas revolucionaram a relação entre empresas e clientes, possibilitando uma comunicação mais próxima e eficiente, além de ampliar suas vendas de produtos e serviços, para se destacar no mercado competitivo e garantir que o varejista esteja atraindo clientes. Todavia a comunicação digital oferece as organizações uma forma mais eficaz e acessível para atingir seus objetivos finais. A ascensão das redes sociais foi crucial para a propagação do marketing digital.

A digitalização das tecnologias de comunicação estão se reestruturando de maneira rápida fazendo com que as empresas varejistas se posicionem no mercado e modifiquem o seu relacionamento com os respectivos consumidores. Neste contexto, a ampliação dos canais de publicidade como reels, fotos e story, com intuito de entreter seus clientes e atrair novas pessoas, são estratégias eficientes que permitem a divulgação da sua marca e aumento no rendimento.

Gasparelo, et al (2023), aborda que as plataformas online admitem que o lojista divulgue o seu portfólio para novos consumidores com custos reduzidos, sem a necessidade de um espaço físico e grandes anúncios referente aos produtos, utilizando plataformas de marketing online gratuito.

A relevância das redes sociais no cenário contemporâneo é indiscutível, principalmente com o rápido progresso dos vídeos de curta duração, que se consolidaram como uma das principais tendências no marketing digital. Plataformas como TikTok, Instagram Reels e Facebook evidenciam a força deste formato proporcionando um meio sonoro, criativo e extremamente cativante de se comunicar com os usuários. Essas plataformas possibilitam não apenas canais de comunicação direta com os clientes, más, um grande impacto na sociedade.

Entre elas, destaca-se o Instagram, uma plataforma de mídia social visual, imensamente popular, onde os usuários publicam imagens e vídeos. Marques (2024) ressalta que o início do Instagram começa em dois mil e nove, quando o desenvolvedor Kevin Systrom deu início ao desenvolvimento de um aplicativo inicialmente conhecido como Burbn. Em maio de dois mil e dez, Mike Krieger, um engenheiro de software, juntou-se à equipe para trabalhar na plataforma, que passaria por mudanças até se transformar no Instagram que conhecemos atualmente.

A expressão "Instagram" resulta da combinação dos termos "instant camera" (câmera instantânea) e "telegram" (telegrama), e se refere à captura e distribuição de imagens de forma instantânea. De acordo com Martins, Albuquerque e Neves (2018) o aplicativo ganhou popularidade como ferramenta de identificação social, permitindo que indivíduos se expressem enquanto interagem, se conectam, se comunicam ou simplesmente observam os demais.

Além disso obteve a utilização por empresas com perfis comerciais, principalmente devido ao seu foco em conteúdo visual, como imagens e vídeos, as companhias decidiram usar o Instagram não somente para exibir produtos, más também para estabelecer uma identidade de marca e envolver o público de maneira genuína.

Conforme Marques (2024), o Instagram foi lançado oficialmente em outubro de dois mil e dez, somente para dispositivos iOS. Em dois mil e onze, plataforma recebeu cerca de sete milhões de dólares em investimentos sendo avaliado em aproximadamente vinte milhões de dólares, a rede social chegou ao Android no ano seguinte, sendo adquirida pela Meta o então Facebook.

Outra plataforma que também possui destaque é o Facebook, uma das principais redes sociais globais, responsável por facilitar a conexão entre indivíduos, troca de informações, imagens e vídeos, além da interação

com amigos, parentes e comunidades virtuais. Mark Zuckerberg, juntamente com seus colegas Andrew McCollum, Eduardo Saverin, Chris Hughes e Dustin Moskovitz, concebeu uma ideia que mudaria a forma como as pessoas se relacionam. A denominação "Facebook" representa simbolicamente a missão básica da plataforma. Segundo a invest News (2024) Mark Zuckerberg desejava transmitir não apenas um conceito, mas uma perspectiva mais abrangente sobre conectividade e interação social. O termo é uma fusão de duas palavras: "face" (rosto) e "book" (livro).

O Facebook distribuiu sua presença no Brasil em dois mil e oito, já consolidada em diversos países, inaugurando a entrada em um mercado estratégico e culturalmente variado. O país, com uma população de pessoas interessadas em redes sociais e interação virtual, oferecido à plataforma um terreno propício para prosperar.

As estratégias adotadas peles microempresas e varejo

A era digital revolucionou a sociedade, permitindo um acesso mais amplo a informação de forma imediata, independentemente de sua natureza ou interesse. Com o advento dos tabletes, smartphones e laptops a internet se tornou mais interativa, criativa, formadora de opinião, influente e autônoma, o que possibilita a escolha de quem deseja ler, ouvir, comprar e comentar.

Em contrapartida, surgiram os 4Ps (Produto, Preço, Ponto de Venda e Promoção) que serviram como alicerce do marketing durante décadas, mas posteriormente se transformaram nos 4Cs (Cliente, Custo, Praticidade e Comunicação). Os 4Cs representam uma estratégia mais focada no cliente e adaptável, que se ajusta às mudanças no comportamento do consumidor e no cenário empresarial.

A mente humana também pode ser utilizada como um meio propício em relação a criação de estratégias de marketing. Nessa pespectiva os gatilhos mentais representam um estímulo psicológico que auxilia na tomada de decisões, economizando energia para o nosso cérebro. Quando ativados, provocam uma ocorrência natural do ser humano a uma situação específica.A dinâmica de neuromarketing é um conceito tático de vendas, estimulando o interesse e orientando para a ação. Com os gatilhos mentais, a decisão entre um produto e outra ocorre de maneira mais instintiva e, em alguns casos, até automática.

As cores também desempenham um papel crucial na decisão de compra do consumidor. Elas têm um efeito específico em nossa mente e podem alterar a forma como nos sentimos em relação a produtos e experiências. Nossos cérebros são configurados para absorver e analisar informações visuais de maneira mais ágil. Assim, o design pode aprimorar essas vivências.

Nesse contexto, surge a necessidade de analisar todo o itinerário do cliente através do funil de vendas. Este ato consiste em ilustrar a trajetória do consumidor desde o primeiro contato com sua empresa até a efetivação da compra. Em outras palavras, ele representa a trajetória que o cliente percorre até concluir a compra.

Outra estratégia ligada ao processo de compra e fidelização do cliente, se dá por meio da jornada do cliente. Ela representa a trajetória que o cliente faz ao longo de sua interação com uma organização. Trata-se da relação do seu cliente com a sua marca, desde a primeira interação (visita, atendimento, material impresso ou conteúdo online) até o fechamento e a manutenção do relacionamento. Ambas, são essenciais para entender de forma profunda o cliente e gerar relação e por consequência, a fidelização.

Atualmente, nota-se que a tecnologia e seus produtos estão em constante evolução e se atualizaram rapidamente. Os consumidores também aprenderam a manusear os novos sistemas, assumindo a liderança no foco das mídias, uma vez que estão rodeados por uma variedade de suportes. Segundo zendesk (2024), o objetivo primordial das redes sociais sempre foi e continua sendo intensificador da interação entre indivíduos. Atualmente com o avanço da era digital, essas plataformas se tornaram instrumentos indispensáveis para as pequenas empresas do setor varejista no território nacional, para a construção das redes de contatos e consolidação de marca.

A manifestação das redes sociais alterou significativamente a maneira como as organizações se comunicam com seus compradores. Dos microempreendedores locais à grandes empresas multinacionais, a presença da internet tornou-se crucial para atrair novos clientes, consolidar a marca e estabelecer vínculos duradouros.

As primeiras corporações a aderi-las, o fizeram de maneira discreta, dividindo a imigração para o mundo online e conectividade das pessoas do mundo inteiro. O objetivo era experimentar o terreno e compreender a capacidade dessas novas ferramentas. Com isso, serão abordados três pontos referentes aos aplicativos sem custos para facilitar os anúncios das empresas de pequeno porte. Destacam-se os seguintes:

- Canva: Uma ferramenta intuitiva de design gráfico que possibilita a criação de imagens, apresentações, logotipos para redes sociais e muito mais, dispensando qualquer habilidade em design.
- Picsart: Um programa completo para a edição de imagens disponível para aparelhos móveis e computadores. Ele oferece uma ampla variedade de ferramentas, filtros, efeitos e funcionalidades de edição, adequadas tanto para usuários novos quanto para os mais experientes.
- CapCut: Um editor de vídeo completo gratuito que permite a criação de vídeos impressionantes de maneira simples e intuitiva, ele está disponível para aparelhos móveis android e iOS e para computadores desktop, fornecendo uma vasta variedade de ferramentas de edição, que vão desde cortes básicos até efeitos mais sofisticados.

O e-commerce, também conhecido como “comércio eletrônico”, é um tipo de negócio onde as operações de compra e venda ocorrem de forma online. Além disso, todo o procedimento é realizado digitalmente: desde a disponibilização do produto ou serviço até a conclusão da compra através do pagamento.

Desse modo, Ruiz (2023), destaca que o comércio eletrônico opera através de plataformas de vendas online, que podem pertencer a uma única empresa como é comum em grandes varejistas ou empresas menores que se beneficiam de uma estrutura de um site ou aplicativo para promover seus produtos.

Com o uso dessas ferramentas, podemos produzir conteúdo e imagens com fins lucrativos sem a exigência de investimentos financeiros, eliminando a dependência de profissionais da área, que geralmente demanda um custo elevado. Com a expansão do Facebook, Youtube e Google, as organizações identificaram a chance de empregar as redes sociais, um meio de marketing digital. As primeiras campanhas tinham como objetivo promover produtos e serviços, porém, rapidamente se notou a necessidade de uma estratégia mais abrangente.

O Marketplace é uma ferramenta integrada ao aplicativo Facebook, cuja opção possibilita aos usuários adquirirem e comercializar produtos novos ou usados. É uma excelente alternativa para microempresários e indivíduos que desejam comercializar seus produtos diretamente aos clientes.

Nesse contexto Chieregate (2023) afirma que a plataforma não se limita à apresentação dos produtos. Ela atua como uma loja virtual que auxilia na identificação e contratação do vendedor. Quando um usuário divulga um produto, o Facebook gera um anúncio público que pode ser visualizado no Marketplace, no Feed de Notícias, nas buscas e até mesmo em locais fora da plataforma, além da possibilidade de avaliação da compra.

Uma alternativa de destaque é o marketing de influência, tática de negócios que consiste em influenciar a escolha de compra dos clientes. São eles que se adaptam e ajustam-se aos produtos e serviços oferecidos pela empresa.

Um influenciador, nos dias de hoje, pode ser definido como alguém que tenha alguma conta em redes sociais (como Twitter, Facebook, Instagram ou TikTok) e que tenha “seguidores”. Estes geralmente se interessam e são influenciadas pelos hábitos dos influenciadores, o que dizem, vestem, comem, pensam e consomem. E, de certa forma, são influenciadas a seguirem os mesmos hábitos de consumo (Sebrae, 2024).

As empresas de varejo podem alcançar seus clientes de maneira mais rápida e eficiente compartilhando conteúdos nas mídias sociais. Além disso, é simples e direto mensurar até que ponto sua postagem pode impactar o seu potencial cliente por meio de indicadores quantificados e disponibilizados pelas redes sociais.

A utilização destes meios digitais nas microempresas se tornou necessário em muitas empresas, pois com o mundo tecnológico e altamente conectado que se vive hoje, as informações e a comunicação se transmite e viajam em segundos para o outro lado da tela, podendo despertar no outro o desejo e a necessidade de adquirir o que lhe é mostrado. Souza, Ferreira e Pinho, (2023, p. 2).

A pesquisa e a análise de estratégias são fases cruciais para o sucesso no ambiente digital, visto que são plataformas de grande alcance e alta competição. Assim, é decisivo destacar a identidade e os valores da empresa, visto que, as redes sociais são consideradas poderosas ferramentas para atingir as metas do

empreendimento. Sendo assim, o marketing digital consiste em mostrar seus serviços ou produtos, fortalecendo e gerando grandes oportunidades para microempresas.

Posicionar-se é manifestar ao seu público-alvo o que o distingue de seus adversários, enfatizando as características exclusivas que tornam seu empreendimento ou produto mais relevante e significativo. Portanto, é importante definir metas, realizar pesquisas e traçar estratégias planejadas para que essas fases de divulgação ocorram de maneira segura e benéfica para o negócio, especialmente para microempresas em fase inicial. Atualmente, é necessário obter informações e utilizar as mídias de forma favorável e positiva a instituição.

Zendesk (2024) revela que uma pesquisa realizada pela MarketingSherpa indicou que noventa de cinco por cento dos adultos de dezoito a trinta e quatro anos seguem marcas nas mídias sociais onde milhares de brasileiros fazem compras online. O mesmo destaca que um outro estudo realizado pela Opinion Box revelou que oitenta e dois por cento dos mais de dois mil brasileiros consultados seguem alguma marca no Instagram.

O Impacto do marketing digital

O marketing digital tem se revolucionado significativamente à medida em que as microempresas se comunicam com seus consumidores, permitindo que os microempreendedores varejistas atinjam um público mais segmentado e variado, considerando que a internet é utilizada por milhões de pessoas globalmente.

Segundo Silva, Silva e Oliveira (2021, p.37), “Atualmente, a tecnologia muda constantemente e rapidamente, e com elas originam-se novas tendências e desejos”, as empresas devem se adequar a essas mudanças e aproveitar as oportunidades que surgem com ela, o ano de dois mil e vinte foi agravado pela pandemia global de COVID-19, que afetou o mundo inteiro, a doença interferiu na vida de todos os habitantes no planeta e consequentemente, no ambiente empresarial muitas empresas fecharam e o desemprego aumentou, fazendo com que os empreendimentos que sobreviveram precisassem se ajustar-se à nova realidade.

De acordo Silva, Silva e Oliveira (2021), com o mundo entrando em lockdown as organizações se ajustaram para sobreviver e conseguirem continuar com seus negócios, e um grande suporte para essa fase, foi o uso da tecnologia. No âmbito do Marketing Digital, a exigência de isolamento e afastamento social gerou um impacto significativo principalmente em lojas físicas e centros de eventos, e o poder da comunicação digital alavancou as novas tendências de vendas, administrando e promovendo a sua marca, com acontecimentos do ano dois mil e vinte.

O mundo intensificou novas mudanças e circulou novos modelos de trabalho e negócios, bem como novos hábitos de consumo. Uma enorme alteração foi o novo modo de trabalho dos colaboradores e uma outra visão perante o mercado sobre o marketing digital, devido ao fechamento do comércio e de outros centros de venda pelo país, foi estabelecido uma nova necessidade de mudanças significativas.

Dessa forma, com o progresso acelerado da tecnologia, a utilização de smartphones e laptops está se tornando cada vez mais comum nas organizações, especialmente no âmbito do marketing digital. Atividades

que antes necessitavam de uma equipe especializada agora podem ser realizadas de maneira independente e em domicílio, com apenas um computador portátil e programas de edição.

Devido a essa nova realidade, os trabalhos Home Office ganharam popularidade, especialmente em grupos seletos de editores de vídeo e fotos. “Trabalhar em home office significa realizar as atividades profissionais fora da empresa, de maneira parcial ou integral”, afirma OUL (2022). Essas transformações moldaram o panorama atual do marketing digital, que intensificou a digitalização nas organizações.

De acordo com Dinamize (2022), as plataformas digitais foram amplamente utilizadas na criação de conteúdo inovador na internet e um aumento considerável. Ele ainda destaca, que muitos influenciadores emergiram através do slow content, “movimento de marketing de conteúdo que valoriza a qualidade sobre a quantidade e a velocidade na produção”.

Um grande aliado na difusão da marca ou produto são os influenciadores, que emergem de uma vida completamente expostas as redes sociais, onde mostram sua realidade e seu trabalho, levando ao público um conteúdo personalizado e diversificado. Tal atividade possui impacto profundo na decisão de compra de cada indivíduo.

No passado, o marketing e a publicidade estavam mais concentrados em canais convencionais e estratégias de grande escala, com menos ênfase na segmentação e personalização. A implementação de tecnologias alterou radicalmente o panorama, conduzindo à era do marketing digital e a implementação da (IA) inteligência artificial.

Segundo Lopes (2023) a Inteligência Artificial ou IA refere-se à tecnologia que habilita as máquinas a reproduzir a inteligência humana. Com ela, as ferramentas eletrônicas, anteriormente padronizadas, se ajustam de forma automática e instantânea às demandas do ambiente.

O uso da Inteligência Artificial (IA) generativa, especialmente no mercado criativo, é fundamentalmente um processo de otimizar estratégias de personalização de conteúdo. Contendo várias opções de criações, a inteligência artificial permiti que os microempreendedores tenham uma visão ampla em analisar dados, comportamentos e preferências, para gerar um conteúdo de qualidade.

A habilidade da Inteligência Artificial em analisar grandes quantidades de dados permite que as empresas proporcionem experiências personalizadas, promoções e sugestões de produtos. Normalmente, essa personalização mantém a relevância e o envolvimento dos consumidores, mesmo em grandes dimensões.

De acordo com Printi (2024), atualmente, estar nas redes sociais é uma das maneiras mais simples de estabelecer conexão com as pessoas.

De acordo com Zendesk (2024) Os chatbots são robôs que interagem com pessoas através de um chat, que se comunica com os usuários de forma personalizada. Utilizam um conjunto de diretrizes ou ferramentas de (IA) para simular a linguagem humana. No que diz respeito às de caixa de entrada, é possível personalizar o assunto conforme o público-alvo, já que as informações obtidas em compras e registros auxiliam na segmentação para recomendar produtos com base no histórico de compras.

Afirma Bessler (2024) aqueles que se adaptam e incorporam a Inteligência Artificial em suas atividades estão, de fato, mais aptos a prosperar não somente no presente, mas também no futuro. Com tudo, vale ressaltar que a competência humana ainda exerce seu efeito. Embora a Inteligência Artificial possa analisar grandes quantidades de dados e realizar tarefas repetitivas, é o ser humano que possui a criatividade, a ética e a compreensão emocional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em foco destacou a relevância crucial do marketing digital nas microempresas do segmento de varejo, destacando a importância de estratégias bem estruturadas no cenário econômico atual. O marketing tem sido, de fato, um dos principais aliados para as microempresas especialmente na potencialização de suas marcas, alcance de novos públicos e no fortalecimento da competitividade, mesmo em mercados saturados. O objetivo geral no contexto atual é entender quais as contribuições do marketing digital para o desenvolvimento das microempresas de varejo? A proposta para a pesquisa foi totalmente alcançada, pois houve um progresso detalhado dos conceitos de marketing digital através de surgimento das novas ferramentas para facilitar os anúncios de produtos.

Foi adquirido através de uma revisão criteriosa de artigos acadêmicos e estudos bibliográficos sobre o assunto. Esse embasamento teórico sólido incluiu uma avaliação mais robusta e fundamentada sobre os efeitos da comunicação digital das microempresas de varejo.

No decorrer da pesquisa, podemos observar como as redes sociais ganharam popularidade na sociedade, tornando-se instrumentos essenciais de comunicação e interação. Além disso se estudou como as microempresas estão implementando estratégias de marketing digital para aumentar o seu faturamento e visibilidade, com intuito de consolidar sua relação com o público. Logo, ressaltou-se que o impacto transformador que o marketing digital pode ter no futuro no setor varejista é indispensável com a introdução influenciadores para a criação de conteúdos atrativos, como forma de engajar o público-alvo, focando em elementos como alcance, customização de tática e competitividade mercadológica.

Na década atual, o marketing digital se atribui como uma das principais bases de sucesso para empresas de todos os segmentos. No entanto é nas microempresas de varejo que tem demonstrado um efeito particularmente transformador. O crescimento da abordagem digital entre esses empreendedores de pequeno porte não é apenas um reflexo de uma moda temporária, mas de uma verdadeira transformação.

A maneira como essas organizações se comunicam, se posicionam no mercado e interagem com seus clientes. Uma das principais consequências do marketing digital nas microempresas, é a expansão que lidam com enormes obstáculos para se sobressaírem no mercado, principalmente por causa da escassez de recursos financeiros e de meios de comunicação.

Através do marketing digital, eles ganharam acesso a uma plataforma eficiente, podendo alcançar consumidores de qualquer lugar. O uso de mídias sociais e plataformas de comércio eletrônico possibilita que as organizações se tornem mais

visíveis e apelativas para um público mais amplo, sem a exigência de grandes investimentos. Diante disso a expansão do uso do marketing digital cria possibilidades para a inovação no segmento de varejo. As microempresas de varejo estão cada vez mais se aventurando em nichos de mercado, desenvolvendo conteúdos únicos, oferecendo experiências personalizadas e sobretudo, construindo vínculos mais produtivos com seus clientes.

REFERÊNCIAS

A origem do Marketing e sua história. migreseunegocio, 2020 Disponível em: <https://migreseunegocio.com.br/a-origem-do-marketing-e-sua-historia/>. Acesso em: 03 de outubro de 2024.

Bessler, H. O futuro do marketing digital: A inteligência artificial generativa como aliada estratégica das marcas. Meioemensagem, 2024. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/opiniao/o-futuro-do-marketing-digital>. Acesso 22 de outubro de 2024.

BORTOLI, Guilherme . Gatilhos mentais no Marketing Digital: como usá-los? Orgânica, 2023. Disponível em: < https://www.organicadigital.com/blog/autor/guilherme-de-bortoli/> Acesso em 28 de novembro de 2024.

Chatbot para empresas: o que é e como essa ferramenta pode ajudar seu negócio? Zendesk, 20224. Disponível em: https://www.zendesk.com.br/blog/chatbot-para-empresas/>. Acesso em: 12 de novembro de 2024

CARVALHO, Mateus. Origem e evolução do Marketing: como surgiu o marketing e por quais mudanças ele passou? Rockcontent, 2023. Disponível em <https://rockcontent.com/br/blog/origem-e-evolucao-do-marketing/> Acesso em 28 de novembro de 2024.

CHIEREGATE, B. O que é o Facebook Marketplace? [Como funciona]. Tecnoblog.net, 2023. Disponível em: <https://tecnoblog.net/responde/o-que-e- facebook-marketplace/>. Acesso em 14 de dezembro de 2024

CIRIBELI, J,P; PAIVA, Victor Hugo Pereira. Redes e mídias sociais na internet: realidades e perspectivas de um mundo conectado. Revista Mediação, v. 13, n.12, p. 59-73, 2011.

Como a inteligência artificial e algoritmos impactam as redes sociais. Printi, 2024. Disponível em: < https://www.printi.com.br/blog/como-a-inteligencia-artificial- e- algoritmos-impactam-as-redes-sociais>. Acesso em: 12 de novembro de 2024.

Danton, E. Marketing Digital: História e Origem. edm2, 2020. Disponível em: <https://www.edm2.com.br/blog/marketing-digital-historia-e-origem>/. Acesso em: 03 de outubro de 2024

DECINA, F. Marketing de influência em micro e pequenas empresas. Sebraeplay, 2024. Disponível em:< https://sebraeplay.com.br/content/marketing-de-influencia- em- micro-e-pequenas-empresas>. Acesso em 14 de dezembro de 2024.

Dourado, B. Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2023, com insights, ferramentas e materiais. Rdstation, 2024. Florianópolis

Disponível em: <https://www.rdstation.com/blog/marketing/redes-sociais-mais- usadas- no-brasil/>. Acesso em: 04 do outubro de 2024

FREITAS, V, B. A volução do marketing e os conceitos de marketing social [em linha]. 2010.

GASPARELO, I, A. et al. A IMPORTÂNCIA DO MARKETING DIGITAL PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NOS DIAS ATUAIS. 2023

LOPES, D. Inteligência Artificial nas empresas: como tornar as empresas inteligentes. docusign, 2023. Disponível em: <https://www.docusign.com/pt- br/blog/inteligencia-artificial-nas-empresas> . Acesso em: 12 de novembro de 2024.

Marketing digital pós-pandemia: quais são as tendências? dinamize, 2022. Disponível em: <https://www.dinamize.com.br/blog/marketing-digital-pos- pandemia/>. Acesso 08 de outubro de 2024.

Marques, A. Instagram: o que é, história e como funciona a rede social. Tecnoblog, 2024. Disponível em: <https://tecnoblog.net/responde/instagram-o-que- e-historia-e- como-funciona-a-rede-social/>. Acesso em: 28 de novembro de 2024.

MARTINS, B. ALBUQUERQUE, Lívia Cristina Enders; NEVES, Manoella. Instagram insights: ferramenta de análise de resultados como nova estratégia de marketing digital. Intercom, v. 1, p. 1-13, 2018.

MIRANDA, E, B. JANKOWITSCH, Jhonata. Marketing digital como ferramenta estratégica para o crescimento empresarial. Revista Portuguesa Interdisciplinar, v. 3, n. 02, p. 27-41, 2022.

Moura, L, F. (et al,). A HISTÓRIA DAS REDES SOCIAIS E SEUS IMPACTOS. Revistaft, 2024. Disponível em: https://revistaft.com.br/a-historia-das-redes-sociais- e- seus-impactos/. Acesso em: 28 de novembro de 2024.

NAREVICIUS, J. O impacto do marketing digital nas pequenas empresas: como se destacar em um mercado cada vez mais competitivo. Nuppy, 2023. Disponível em: <https://nuppy.com.br/conteudo/o-impacto-do marketing-digital-nas-pequenas-empresas-como-se-destacar-em-um-mercado-cada-vez-mais competitivo.php#> Acesso em 14 de dezembro de 2024.

Novo, B, N. Análise sobre o trabalho em home office. Brasilescola, 2022. Disponível em: <https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/direito/trabalho-em-home-office.htm>. Acesso 22 de outubro de 2024.

O império de Mark Zuckerberg: bastidores, curiosidades e ascensão do Facebook. Investnews, 2024. Disponível em: <https://investnews.com.br/negocios/historia-do-facebook/>. Acesso em: 28 de novembro de 2024.

Qual a importância das redes sociais para as empresas? zendesk, 2024. Disponível em: <https://www.zendesk.com.br/blog/qual-a-importancia-das-redes- sociais-para-as-empresas/>. Acesso 04 de outubro de 2024.

Rodrigues, J. O que são redes sociais e para que servem. Rdstation, 2024. Disponível em: <https://www.rdstation.com/blog/marketing/redes-sociais/>. Acesso em: 28 de novembro de 2024.

RUIZ, R, R. Comércio eletrônico: Um guia completo sobre e-commerce. Salesforce, 2023. Disponível em: https://www.salesforce.com/br/blog/comercio-eletronico/?gclid=CjwKCAiA9vS6BhA9EiwAJpnXwwUt3E1f6ccP04DGdohDtZqZE3p q4EBrS5msmD1I4XYWagy9eXx4RoC0KEQAvD_BwE&d=7013y000002Ek9sAAC. Acesso em 28 de novembro 2024.

SILVA, I.F. SILVA, Mislene Santos; OLIVEIRA, Rossimar Laura. A utilização do marketing digital pelas microempresas de Poá-SP durante a pandemia do Covid-

REFAS: Revista FATEC Zona Sul, v. 7, n. 4, p. 3, 2021.

SILVA, L, R, A. SOUZA, L,N,A. MARQUES,M,Santos. A importância e introdução do marketing digital para microempresas. 2021.Trabalho de conclusão de Curso (Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio) -115-Escola Técnica Estadual -ETEC de Hortolândia, Hortolândia,2021.

SOUZA, A, L et al. USO DE MÍDIAS SOCIAIS PELAS MICROEMPRESAS EM SEU PROCESSO DE DIVULGAÇÃO. 2023.

SEBRAE PLAY. Dos 4P's aos 4C's do Marketing: conheça o que vai ajudar seu negócio,2024. Disponível em: < https://sebraeplay.com.br/content/dos-4ps-aos-4cs- do-marketing-conheca-o-que-vai-ajudar-seu-negocio> Acesso em: 28 de novembro 2024.

SCHERME, Nicoly. Entenda como surgiu e como foi o processo da Evolução do Marketing até os dias atuais, Voitto, 2021. Disponível em <https://voitto.com.br/blog/artigo/evolucao-do-marketing> Acesso em 28 de novembro 2024.

THIEL, Cristiane. Psicologia das Cores no Marketing. 2024. Disponível em: < https://cristianethiel.com.br/psicologia-das-cores-no-marketing/#google_vignette> Acesso em 28 novembro 2024.


REVISTA
CIENTÍFICA
FACX